

UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE BARCELONA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA APLICADA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Proposta de um Modelo de Assistência Sócio Educativa
para os Centros Correccionais Públicos do Brasil:
Uma Forma de Abordar a Problemática dos Meninos
e Meninas de Rua ou em Situação de Risco

AUTOR: Adalberto Ramón Valderrama Gerbasi
DIRETORA DE TESE: Prof^a. Dr^a Maria Lluisa Fabra

Bellaterra, Junio de 2003

ADALBERTO RAMÓN VALDERRAMA GERBASI

Proposta de um Modelo de Assistência Sócio Educativa
para os Centros Correccionais Públicos do Brasil:
Uma Forma de Abordar a Problemática dos Meninos
e Meninas de Rua ou em Situação de Risco

Tese apresentada ao Departamento de
Pedagogia Aplicada da Universidade
Autônoma de Barcelona como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor em
Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lluisa Fabra

Bellaterra, Junio de 2003

DEDICATÓRIA

A meus pais, esposa, filhas e especialmente àquelas crianças e adolescentes vítimas da exclusão social.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Maria Lluisa Fabra, orientadora de todas as etapas deste trabalho.

Ao Dr. Cândido Garcia, à Profª. Neiva Pavan Machado Garcia, Reitor e Vice-Reitora da Universidade Paranaense – UNIPAR pelo apoio financeiro para a realização do curso de Doutorado junto a Universidade Autônoma de Barcelona, sem o qual teria sido impossível a concretização do mesmo.

Às Professoras Sandra Padilha e Ângela Tomazinho pela correção ortográfica.

A minha esposa e filhas pela paciência, confiança e motivação.

Aos entrevistados, pela concessão de informações e sugestões valiosas para a realização desta investigação.

A todos que, direta ou indiretamente colaboraram para a conclusão deste estudo.

LISTA DE FLUXOGRAMAS

FLUXOGRAMA 2.01 - O ciclo da marginalização no Brasil	93
FLUXOGRAMA 2.02 - Processo de envolvimento dos menores com o crime no Brasil	95
FLUXOGRAMA 2.03 - Organização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.....	132
FLUXOGRAMA 5.01 - Estrutura organizacional interna do modelo proposto.....	348
FLUXOGRAMA 5.02 - Percurso do menor dentro do modelo proposto	350
FLUXOGRAMA 5.03 - Grade curricular e conteúdo programático	359

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.01 - População rural e urbana do Brasil, 1940 – 2000	32
GRÁFICO 1.02 - Distribuição das pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas segundo o grau de escolaridade no Brasil, 1996	49
GRÁFICO 1.03 - Índice de analfabetismo da população de quinze anos ou mais no Brasil, 1900 – 1996	52
GRÁFICO 1.04 - Evolução do salário mínimo no Brasil, 1995 – 2000	58
GRÁFICO 1.05 - Estrutura da pobreza, por região, Brasil, 1997.....	65
GRÁFICO 1.06 - Estrutura da pobreza, por sexo, Brasil, 1997.....	66
GRÁFICO 1.07 - Estrutura da pobreza, por faixa etária, Brasil, 1997.....	67
GRÁFICO 1.08 - Estrutura da pobreza, segundo o nível educacional do chefe de família, Brasil, 1997	68
GRÁFICO 1.09 - Evolução temporal dos indicadores de pobreza no Brasil, 1987 – 1997	69
GRÁFICO 1.10 - Evolução do percentual de homicídios no Brasil, 1979 – 1997	76
GRÁFICO 2.01 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a idade ao momento de cometer o delito, 1998 – 1999	97
GRÁFICO 2.02 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e o grau de instrução, 1998 – 1999	98
GRÁFICO 2.03 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a classe social em que vivia, 1998 – 1999	99
GRÁFICO 2.04 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e as pessoas com quem vivia, 1998 – 1999	100

GRÁFICO 2.05 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a família com quem vivia, para quem vivia com os pais, 1998 – 1999	101
GRÁFICO 2.06 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a renda familiar mensal, 1998 – 1999	102
GRÁFICO 3.01 - Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o sexo, São Paulo, 1999	148
GRÁFICO 3.02 - Perfil do menor internado na FEBEM, segundo a idade, São Paulo, 1999	149
GRÁFICO 3.03 - Internação de menores na FEBEM, segundo o grau de instrução, São Paulo, 1999	150
GRÁFICO 3.04 - Internação de menores na FEBEM, segundo a frequência à escola, São Paulo, 1999	151
GRÁFICO 3.05 - Internação de menores na FEBEM, segundo o lugar onde morava, São Paulo, 1999	152
GRÁFICO 3.06 - Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o lugar de origem, São Paulo, 1999.....	153
GRÁFICO 3.07 - Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o tipo de crime cometido, São Paulo, 1999	154
GRÁFICO 3.08 - Internação de menores na FEBEM, segundo à reincidência, São Paulo, 1999	155
GRÁFICO 3.09 - Composição da família do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999	157
GRÁFICO 3.10 - Causas da desagregação familiar relativas ao menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999.....	158
GRÁFICO 3.11 - Renda familiar do menor internado na FEBEM, em quantidade de salários mínimos, São Paulo, 1999	159

GRÁFICO 3.12 -	Grau de instrução dos membros familiares adultos do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999.....	160
GRÁFICO 3.13 -	Principal ocupação dos membros adultos da família dos menores internados na FEBEM, São Paulo, 1999	161
GRÁFICO 3.14 -	Bens dos familiares do menor internado na FEBEM, das famílias que possuem bens, São Paulo, 1999.....	162
GRÁFICO 3.15 -	Situação da moradia do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999.....	163
GRÁFICO 3.16 -	Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil	208
GRÁFICO 4.01 -	População economicamente ativa, segundo o sexo, no Estado do Paraná, 1998	219
GRÁFICO 4.02 -	População formalmente ocupada, segundo o grau de escolaridade, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997.....	220
GRÁFICO 4.03 -	População no Estado do Paraná e Região Sul, 1996.....	223
GRÁFICO 4.04 -	Estrutura da pobreza nos Estado da Região Sul, 1997.....	225
GRÁFICO 4.05 -	Matrículas no Ensino Pré-escolar no Estado do Paraná, 1996 – 1997	229
GRÁFICO 4.06 -	Matrículas no Ensino Fundamental no Estado do Paraná, 1996 – 1997	230
GRÁFICO 4.07 -	Matriculas no Ensino Médio no Estado do Paraná, 1996 – 1997	231
GRÁFICO 4.08 -	Taxa de escolarização e analfabetismo, segundo o sexo, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997.....	232
GRÁFICO 4.09 -	Adolescentes atendidos na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1997 – 1999	267

GRÁFICO 4.10 -	Internações por ocorrências individuais na Unidade Social, Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	268
GRÁFICO 4.11 -	Lugar de procedência do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	269
GRÁFICO 4.12 -	Idade do adolescente atendido na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	270
GRÁFICO 4.13 -	Situação escolar do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	271
GRÁFICO 4.14 -	Uso de drogas e/ou substâncias químicas pelo menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999	272
GRÁFICO 4.15 -	Situação ocupacional do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco - Piraquara- PR, 1999	273
GRÁFICO 4.16 -	Tipo de delito cometido pelo menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	274
GRÁFICO 4.17 -	Renda mensal da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999.....	275
GRÁFICO 4.18 -	Composição da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999 (dos que têm família).....	276
GRÁFICO 4.19 -	Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná.....	298

LISTA DE QUADROS

- QUADRO-RESUMO 3.01 - Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil – Relativas ao menor e à família 205
- QUADRO-RESUMO 3.02 - Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil – Especificas ao menor atendido 206
- QUADRO-RESUMO 3.03 - Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil – Relativas à estrutura e ao funcionamento da entidade..... 207
- QUADRO-RESUMO 4.01 - Medidas disciplinares na Unidade de Serviço de Assistência Social de Umuarama – PR, 261
- QUADRO-RESUMO 4.02 - Características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná - Relativas ao menor e à família 295
- QUADRO-RESUMO 4.03 - Características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná - Especificas ao menor atendido 296
- QUADRO-RESUMO 4.04 - Características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná - Relativas à estrutura e ao funcionamento da entidade..... 297

QUADRO 5.01 -	Horário de atividades do ensino fundamental	358
QUADRO 5.02 -	Horário de atividades do ensino profissionalizante.....	361
QUADRO 5.03 -	Horário de atividades do ensino de artes	363
QUADRO 5.04 -	Horário de atividades do ensino de educação física e prática desportiva	365
QUADRO 5.05 -	Horário de atividades do ensino agrícola e criação de animais domésticos	366

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.01 - População rural e urbana do Brasil, 1940 – 2000	32
TABELA 1.02 - Distribuição das pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas segundo o grau de escolaridade no Brasil, 1996	49
TABELA 1.03 - Índice de analfabetismo da população de quinze anos ou mais no Brasil, 1900 – 1996	52
TABELA 1.04 - Evolução do salário mínimo no Brasil, 1995 – 2000	58
TABELA 1.05 - Estrutura da pobreza, por região, Brasil, 1997	65
TABELA 1.06 - Estrutura da pobreza, por sexo, Brasil, 1997.....	66
TABELA 1.07 - Estrutura da pobreza, por faixa etária, Brasil, 1997.....	67
TABELA 1.08 - Estrutura da pobreza, segundo o nível educacional do chefe de família, Brasil, 1997	68
TABELA 1.09 - Evolução temporal dos indicadores de pobreza no Brasil, 1987 – 1997	69
TABELA 1.10 - Evolução do percentual de homicídios no Brasil, 1979 – 1997	76
TABELA 2.01 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a idade ao momento de cometer o delito, 1998 – 1999	97
TABELA 2.02 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e o grau de instrução, 1998 – 1999	98
TABELA 2.03 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a classe social em que vivia, 1998 – 1999	99
TABELA 2.04 - Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e as pessoas com quem vivia, 1998 – 1999	100

TABELA 2.05 -	Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a família com quem vivia, para quem vivia com os pais, 1998 – 1999	101
TABELA 2.06 -	Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a renda familiar mensal, 1998 – 1999	102
TABELA 3.01 -	Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o sexo, São Paulo, 1999	148
TABELA 3.02 -	Perfil do menor internado na FEBEM, segundo a idade, São Paulo, 1999	149
TABELA 3.03 -	Internação de menores na FEBEM, segundo o grau de instrução, São Paulo, 1999	150
TABELA 3.04 -	Internação de menores na FEBEM, segundo a frequência à escola, São Paulo, 1999	151
TABELA 3.05 -	Internação de menores na FEBEM, segundo o lugar onde morava, São Paulo, 1999	152
TABELA 3.06 -	Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o lugar de origem, São Paulo, 1999.....	153
TABELA 3.07 -	Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o tipo de crime cometido, São Paulo, 1999	154
TABELA 3.08 -	Internação de menores na FEBEM, segundo à reincidência, São Paulo, 1999	155
TABELA 3.09 -	Composição da família do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999	157
TABELA 3.10 -	Causas da desagregação familiar relativas ao menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999.....	158
TABELA 3.11 -	Renda familiar do menor internado na FEBEM, em quantidade de salários mínimos, São Paulo, 1999.....	159

TABELA 3.12 - Grau de instrução dos membros familiares adultos do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999.....	160
TABELA 3.13 - Principal ocupação dos membros adultos da família dos menores internados na FEBEM, São Paulo, 1999	161
TABELA 3.14 - Bens dos familiares do menor internado na FEBEM, das famílias que possuem bens, São Paulo, 1999.....	162
TABELA 3.15 - Situação da moradia do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999.....	163
TABELA 3.16 - Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil	208
TABELA 4.01 - População economicamente ativa, segundo o sexo, no Estado do Paraná, 1998	219
TABELA 4.02 - População formalmente ocupada, segundo o grau de escolaridade, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997.....	220
TABELA 4.03 - População no Estado do Paraná e Região Sul, 1996.....	223
TABELA 4.04 - Estrutura da pobreza nos Estado da Região Sul, 1997.....	225
TABELA 4.05 - Matrículas no Ensino Pré-escolar no Estado do Paraná, 1996 – 1997	229
TABELA 4.06 - Matrículas no Ensino Fundamental no Estado do Paraná, 1996 – 1997	230
TABELA 4.07 - Matrículas no Ensino Médio no Estado do Paraná, 1996 – 1997	231
TABELA 4.08 - Taxa de escolarização e analfabetismo, segundo o sexo, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997.....	232
TABELA 4.09 - Adolescentes atendidos na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1997 – 1999	267

TABELA 4.10 - Internações por ocorrências individuais na Unidade Social, Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	268
TABELA 4.11 - Lugar de procedência do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	269
TABELA 4.12 - Idade do adolescente atendido na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	270
TABELA 4.13 - Situação escolar do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	271
TABELA 4.14 - Uso de drogas e/ou substâncias químicas pelo menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	272
TABELA 4.15 - Situação ocupacional do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco - Piraquara- PR, 1999.....	273
TABELA 4.16 - Tipo de delito cometido pelo menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999.....	274
TABELA 4.17 - Renda mensal da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999.....	275
TABELA 4.18 - Composição da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999 (dos que têm família).....	276
TABELA 4.19 - Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná.....	298

SUMÁRIO

1.	Introdução	01
2.	O Problema.....	03
3.	Justificativa.....	06
4.	Marco Teórico	07
5.	Revisão da Literatura	10
6.	Objetivo Geral	15
7.	Objetivos Específicos.....	15
8.	Metodologia	16
	8.1. População	18
	8.2. Instrumentos de pesquisa.....	18
9.	Limitações do Método	19
10.	Título e Organização da Pesquisa.....	20

CAPÍTULO I – PANORAMA SÓCIO ECONÔMICO BRASILEIRO 25

1.1.	A População Brasileira	26
	1.1.1. A população rural	27
	1.1.2. A emigração	28
	1.1.3. A população urbana.....	29
	1.1.4. Comparação entre a população rural e a população urbana.....	31
1.2.	Evolução Histórica do Sistema Educativo Brasileiro	34
1.3.	O Atual Sistema Educativo	38
	1.3.1. A escola.....	41

1.3.2.	O professor e o aluno	43
1.3.3.	A atenção escolar	45
1.3.4.	A qualidade do ensino	46
1.3.5.	O grau de escolaridade	48
1.3.6.	O analfabetismo	51
1.4.	Aspectos Sócio Econômicos da População Brasileira	54
1.4.1.	O salário mínimo	55
1.4.2.	A pobreza ..	58
1.4.3.	A violência	71
1.5.	Análise do Panorama Sócio Econômico Brasileiro	77
1.5.1.	Quanto ao aspecto social	77
1.5.2.	Quanto ao aspecto educativo	80

CAPÍTULO II – A REALIDADE ATUAL DAS CRIANÇAS DE RUA OU EM SITUAÇÃO DE RISCO NO BRASIL 84

2.1.	Evolução Histórica do Problema.....	85
2.2.	O Menor em Situação de Risco.....	87
2.2.1.	O menor “na” rua	88
2.2.2.	O menor “de” rua	89
2.3.	Violência Contra os Meninos e Meninas de Rua	90
2.4.	Envolvimento dos Meninos e Meninas de Rua com o Crime.....	92
2.5.	Perfil do Menor Internado nos Reformatórios Brasileiros	97
2.6.	Legislação e Normas de Proteção ao Menor	104
2.7.	Evolução Histórica das Instituições Públicas de Apoio ao Menor.....	112
2.8.	Instituições Não Governamentais de Apoio ao Menor	121
2.8.1.	O Fundo das Nações Unidas para a Infância.....	121
2.8.2.	A Pastoral da Criança	124
2.8.2.1.	Organização	124
2.8.2.2.	Áreas de atuação	125
2.8.2.3.	Recursos	125

2.8.2.4.	Controle social	125
2.8.2.5.	Organismos e institutos de apoio	127
2.8.2.6.	Resultados	128
2.8.3.	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua	129
2.8.3.1.	Áreas de atuação	129
2.8.3.2.	Conquista e defesa dos direitos.....	130
2.8.3.3.	Formação e organização	130
2.8.3.4.	Formação e organização de militantes e educadores.....	131
2.8.3.5.	Fortalecimento, interiorização e organização do movimento.....	131
2.8.3.6.	Comissão local	132
2.8.3.7.	Núcleo de base	132
2.8.3.8.	Comissão em nível de estado.....	133
2.8.3.9.	Conselho nacional	133
2.8.3.10.	Comissões executivas nacionais e estaduais.....	133
2.8.3.11.	Centro de formação e apoio aos educadores.....	134
2.8.4.	Entidades de assistência social financiadas por pessoas famosas..	134
2.9.	Análise da Realidade Atual das Crianças de Rua no Brasil	136

CAPÍTULO III – INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA MENINOS E MENINAS DE RUA OU EM SITUAÇÃO DE RISCO..... 139

3.1.	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor – FEBEM.....	140
3.1.1.	Gasto público com o menor internado na FEBEM	142
3.1.2.	Funcionários da FEBEM	143
3.1.3.	Monitores	144
3.1.4.	Organização do menor dentro da FEBEM	145
3.1.5.	Castigo dentro da FEBEM	147
3.1.6.	Perfil do menor internado na FEBEM.....	147
3.1.7.	Perfil da família do menor internado na FEBEM.....	156
3.1.8.	Análise da situação do menor internado na FEBEM	164
3.2.	Programa Axé	166
3.2.1.	Estrutura e áreas de atuação.....	166
3.2.2.	Colaboradores e organismos de financiamento.....	168
3.2.3.	Missão institucional.....	169
3.2.4.	Objetivo geral	170
3.2.5.	Objetivos específicos.....	170

3.2.6.	Metas.....	171
3.2.7.	Estratégias	173
3.2.8.	Centros do Programa Axé.....	174
3.2.8.1.	Centro para a educação na rua.....	174
3.2.8.2.	Centro de apoio à família e à juventude	176
3.2.8.3.	Centro de alfabetização e oficinas de idéias	177
3.2.8.4.	Centro para a defesa dos direitos	179
3.2.8.5.	Centro de educação para a saúde	180
3.2.8.6.	Centro de formação de recursos humanos	181
3.2.9.	Empresas comerciais.....	182
3.2.10.	Empresas educativas.....	182
3.3.	O Programa Catarse.....	185
3.3.1.	Objetivo geral	186
3.3.2.	Objetivos específicos.....	187
3.3.3.	Cursos de formação profissional	187
3.3.4.	Estrutura.....	187
3.3.5.	Aplicação dos recursos	188
3.4.	Escola Criativa Olodum.....	188
3.5.	Sociedade Beneficente São Martinho.....	190
3.5.1.	Objetivos.....	190
3.5.2.	Linhas de ação	191
3.5.2.1.	Linhas de emergência	191
3.5.2.2.	Linhas preventivas	194
3.5.2.3.	Linhas de defesa.....	195
3.5.2.4.	Linhas de formação.....	196
3.5.3.	Setores de serviços.....	197
3.5.4.	Programas de apoio	198
3.6.	Programa Criamor	199
3.6.1.	Objetivo	199
3.6.2.	Ação social.....	199
3.7.	Programa Emanuel.....	200
3.7.1.	Objetivos.....	200
3.7.2.	Metas a curto prazo.....	201
3.7.3.	Ação social.....	201
3.8.	Programa Sapeca	202
3.8.1.	Justificativa.....	203

3.8.2. Ação social.....	203
3.8.3. Objetivo geral	203
3.8.4. Objetivos específicos.....	204
3.9. Atividades ou Características Observadas nas Instituições de Assistência Social para Menores de Rua ou em Situação de Risco.....	204
3.10. Análise dos Programas das Instituições Pesquisadas	209
3.10.1. No aspecto social	209
3.10.2. No aspecto educativo.....	211
CAPÍTULO IV – PANORAMA SOCIOECONÔMICO E A REALIDADE DOS MENINOS E MENINAS DE RUA OU EM SITUAÇÃO DE RISCO NO ESTADO DO PARANÁ	214
4.1. Ambiente Geográfico Brasileiro.....	215
4.2. Localização Geográfica do Estado do Paraná	216
4.3. Aspectos Socioeconômicos	217
4.4. Movimentos Migratórios	221
4.5. Estrutura da Pobreza na Região Sul	224
4.6. Sistema Educativo Paranaense	226
4.7. A Problemática do Menor em Situação de Risco no Estado do Paraná...	232
4.8. Políticas Públicas de Assistência ao Menor	234
4.8.1. Programa da rua para a escola.....	234
4.8.1.1. Objetivos.....	235
4.8.1.2. Atribuições na área social	236
4.8.1.3. Atribuições na área educativa.....	237
4.8.2. Campanha Você pode me retirar da escuridão.....	238
4.9. Instituições Públicas de Assistência Social para Menores em Situação de Risco	239
4.9.1. O Serviço de Assistência Social – SAS.....	240
4.9.1.1. População alvo.....	241

4.9.1.2. Objetivo geral	241
4.9.1.3. Objetivos específicos	241
4.9.1.4. Área de alcance e metas.....	242
4.9.1.5. Recepção do menor.....	242
4.9.1.6. Recepção técnica.....	243
4.9.1.7. Permanência.....	243
4.9.1.8. Visita aos menores	244
4.9.1.9. A sentença.....	245
4.9.1.10. Normas de segurança.....	245
4.9.1.11. Procedimentos educacionais.....	247
4.9.1.12. Direção.....	249
4.9.1.13. Setor de assistência social.....	250
4.9.1.14. O assistente social.....	251
4.9.1.15. O setor de psicologia	252
4.9.1.16. O psicólogo.....	253
4.9.1.17. Setor de pedagogia.....	254
4.9.1.18. O técnico educacional.....	255
4.9.1.19. O professor de educação física	256
4.9.1.20. A educadora social feminina	257
4.9.1.21. O educador social masculino	258
4.9.1.22. O médico.....	259
4.9.1.23. O agente de saúde	259
4.9.1.24. Anexos	260
4.9.2. Unidade Social Educandário São Francisco.....	261
4.9.2.1. Recepção	262
4.9.2.2. Documentação	262
4.9.2.3. Atenção individualizada.....	263
4.9.2.4. Atenção em grupos	263
4.9.2.5. Atividades culturais e de recreação	264
4.9.2.6. Atividades externas.....	264
4.9.2.7. Banco de dados	264
4.9.2.8. Orientação familiar	265
4.9.2.9. Assistência médico-odontológica.....	265
4.9.2.10. Assistência religiosa	265
4.9.2.11. Recursos humanos	266
4.9.2.12. Dados estatísticos.....	266
4.10. Instituições Privadas de Assistência Social para Menores em Situação de Risco.....	263
4.10.1. Casa de José.....	278
4.10.1.1. Objetivo geral	278
4.10.1.2. Objetivos específicos	279
4.10.1.3. Atividades	279

4.10.2.	Fundação Profeta Elias	280
4.10.2.1.	Atividades	283
4.10.2.2.	Objetivo geral	284
4.10.2.3.	Objetivos específicos	285
4.10.2.4.	Programas de extensão universitária	286
4.10.3.	Aldeia Infantil SOS de Goioerê.....	288
4.10.3.1.	Objetivo	288
4.10.3.2.	Princípios pedagógicos	288
4.10.3.3.	Programas complementares	290
4.10.4.	Centro Assistencial e Promocional Rainha da Paz.....	291
4.10.4.1.	Justificativa	291
4.10.4.2.	Ação social.....	291
4.10.4.3.	Objetivo geral	292
4.10.4.4.	Objetivos específicos	292
4.10.4.5.	Atividades de formação profissional	293
4.10.4.6.	Outras atividades	293
4.10.4.7.	Recursos de sustentação	293
4.11.	Atividades ou Características Observadas nas Instituições de Assistência Social Paranaense	294
4.12.	Análise dos Programas das Instituições de Assistência Social Paranaense	299
4.12.1.	Quanto ao aspecto social	299
4.12.2.	Quanto ao aspecto educativo	300
CAPÍTULO V – AS ENTREVISTAS E O MODELO DE ASSISTÊNCIA SÓCIO EDUCATIVA PARA MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO		303
5.1.	O Roteiro das Entrevistas	304
5.1.1.	Qual o perfil e quais as atividades sócio educativas uma instituição de assistência social deve apresentar para tornar mais eficaz a recuperação de menores em situação de risco?.....	304
5.1.1.1.	Em relação à estrutura física.....	304
5.1.1.2.	Em relação à direção, a administração e à estrutura organizacional interna	306
5.1.1.3.	Em relação à clientela a ser atendida	306
5.1.1.4.	Em relação ao aspecto jurídico	309
5.1.1.5.	Em relação ao aspecto social e psicológico.....	310

5.1.1.6.	Em relação ao aspecto educativo.....	312
5.1.2.	Como proceder para delinear o perfil e desenvolver as atividades sócio educativas sugeridas	316
5.1.2.1.	Em relação à estrutura física.....	317
5.1.2.2.	Em relação à direção, a administração e à estrutura organizacional interna	319
5.1.2.3.	Em relação à clientela a ser atendida.....	320
5.1.2.4.	Em relação ao aspecto jurídico.....	323
5.1.2.5.	Em relação ao aspecto social e psicológico	324
5.1.2.6.	Em relação ao aspecto educativo.....	327
5.2.	O Projeto Pedagógico	333
5.2.1.	Finalidade	333
5.2.2.	Justificativa.....	334
5.2.3.	Objetivo geral	334
5.2.4.	Objetivo específicos	335
5.2.5.	Conteúdo	335
5.2.6.	Estratégias de ação.....	336
5.2.6.1.	Ensino fundamental.....	336
5.2.6.2.	Ensino profissionalizante.....	338
5.2.6.3.	Educação agrícola e criação de animais domésticos	339
5.2.6.4.	Educação artística e cultural	339
5.2.6.5.	Educação física e prática desportiva.....	340
5.2.6.6.	Ensino religioso.....	341
5.2.6.7.	Atividades extra pedagógicas	341
5.2.7.	Recursos didáticos	341
5.2.8.	Avaliações	342
5.2.9.	Cronograma de atividades.....	343
5.3.	O Modelo	344
5.3.1.	Perfil institucional.....	344
5.3.2.	Direção e administração	346
5.3.3.	Departamento de recursos humanos.....	347
5.3.4.	Unidade de atendimento social.....	349
5.3.4.1.	Centro de assistência social	351
5.3.4.2.	Centro de assistência à saúde.....	352
5.3.4.3.	Centro de assistência psicológica	353
5.3.4.4.	Centro de assistência jurídica	354
5.3.5.	Unidade de atendimento educacional.....	355
5.3.5.1.	Centro de orientação e supervisão pedagógica.....	355
5.3.5.2.	Centro de alfabetização e ensino fundamental	356
5.3.5.3.	Centro de formação profissional.....	360

5.3.6. Unidade de atendimento para atividades complementares	362
5.3.6.1. Centro de artes	340
5.3.6.2. Centro de educação física e esportes	341
5.3.6.3. Centro de atividades agrícolas e criação de animais domésticos.....	365
5.3.6.4. Formação religiosa.....	366
5.3.7. Funcionários e profissionais	366
5.3.8. Recursos financeiros de sustentação	367

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES 346

6.1. Conclusão	
6.1.1. Em relação à demografia	369
6.1.2. Em relação à família e ao menor.....	369
6.2.3. Em relação às instituições públicas de assistência social	370
6.2.4. Em relação ao sistema jurídico	371
6.2.5. Em relação ao sistema educativo	372
6.2. Recomendações	374
6.2.1. Em relação à demografia	374
6.2.2. Em relação à família e ao menor.....	375
6.2.3. Em relação às instituições de assistência social.....	375
6.2.4. Em relação ao sistema jurídico	376
6.2.5. Em relação ao sistema educativo	377
BIBLIOGRAFIA	378
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	384
ANEXO A – Organização e estrutura do sistema regular de ensino brasileiro.....	386
ANEXO B – Distribuição Geográfica das Instituições de Assistência Social Estudadas.....	387

1. Introdução

É amplamente conhecido o agravamento do problema da existência de milhões de crianças e adolescente que perambulam pelas ruas de nossas cidades como produtos de um rombo cultural produzido no Brasil devido tanto à pouca importância que ele exerce para as autoridades competentes como à qualidade de assistência dada pelas instituições públicas para recuperar e reintegrar o menor em situação de risco, estes dois aspectos são tarefas extremamente difíceis de serem resolvidas pelo setor oficial, pois há uma visível postura em manter o “*status quo*”.

As ações sócio educadoras das instituições públicas de assistência, em geral, se reduzem a meras guardiãs do cumprimento da sentença judicial proferida pelo Poder Judiciário, resultando numa ação reintegradora e socializadora medíocre e de baixa qualidade.

A concepção deste trabalho tem a finalidade de contribuir através de um modelo teórico de assistência sócio educativa como proposta de inovação às instituições oficiais de assistência social ao menor. E foi elaborado como instrumento para auxiliar e facilitar a tarefa de outros pesquisadores e do próprio Estado na melhoria das instituições públicas existentes ou na concepção de novas alternativas.

Para a realização desta obra, foram estudadas e analisadas quatorze instituições, públicas ou privadas, e também, foram convidados pedagogos e outras pessoas da sociedade brasileira para oferecerem seus depoimentos e sugestões através de entrevistas semiestruturadas. Ao total, trinta e cinco pessoas se dispuseram a emprestar a sua colaboração, podendo ser apreciado no capítulo V, tanto o conteúdo como a maneira particular deles exporem as suas idéias.

A estrutura básica da investigação é composta de seis capítulos, os primeiros quatro subsidiam a reflexão crítica em torno da gênese, estruturação, significação e expectativas do conhecimento científico. O penúltimo trata da pesquisa de campo e do modelo proposto e o último refere-se às conclusões e às recomendações.

Diante da quantidade de propostas sócio educativas das instituições privadas (algumas muito boas, porém difíceis de serem escolhidas como padrão, devido à falta de estudos científicos que as creditem para tal empreendimento), a instituição aqui proposta, é um modelo simples e prático, no intuito de estabelecer uma padronização de qualidade. Todavia, é preciso recebê-lo como algo inconcluso, passível de contínuo aperfeiçoamento e permanente construção.

2. O Problema

Quando cheguei ao Brasil, ao final da década de 70, fui viver na cidade do Rio de Janeiro. Naquela época fiquei impressionado ao defrontar-me com uma grande quantidade de menores que perambulavam pelas ruas, praças e parques da cidade. De fato, com um simples olhar sobre a paisagem urbana das médias e grandes cidades se pode perceber uma realidade cruel: milhares de crianças e adolescentes, que usam a rua como lar e também na luta diária para assegurar a própria sobrevivência. São os chamados *meninos e meninas de rua*, que assiduamente aparecem nos meios de comunicação como protagonistas de manchetes trágicas, espelho da dura realidade que cerca esse grupo discriminado da sociedade atual.

Este problema afeta os países em vias de desenvolvimento como o Brasil, e ocorre com bastante frequência nos países denominados de Terceiro Mundo, pois apresentam muitas dificuldades, tanto de ordem econômica como de ordem social e entre elas se sobressaem a inflação, o desemprego, o êxodo rural, a mortalidade infantil, a criminalidade, o alcoolismo, a prostituição, o tráfico e o consumo de drogas, entre outros, alguns têm alcançado índices alarmantes.

Em conseqüência do exposto, na América Latina essas crianças e adolescentes são encontradas nas estações de ônibus, de trens, de

metrô, nos lugares públicos e parques, que por diversos motivos foram obrigados a viver à margem da sociedade. Não se trata mais da cultura da pobreza predominante nos países em desenvolvimento ou de um problema de desvio de conduta, e sim de meninos e meninas sem nenhuma possibilidade de ascensão social. Somente têm como defensores as organizações humanitárias ou gente de boa vontade que se solidarizam com eles.

Outro fator relevante é que não se trata de um pequeno grupo de crianças, mas um número expressivo de desamparados que em sua maioria foi abandonada à própria sorte por seus pais, devido à péssima situação econômica que enfrentam. Em geral, saem de seus lares por causa da fome, de maus tratos ou de abusos sexuais a que são submetidos por parte de seus próprios familiares. O número excessivo de pessoas que habitam em moradias insalubres contribui para que se lancem às ruas com a esperança de encontrar uma vida melhor, mas ali a realidade é diferente, difícil e perigosa.

No esforço para poder sobreviver – por meios lícitos ou não – eles cometem desde pequenas infrações até delitos de ordem maior, como roubo seguido de homicídio. Estas ações originam represálias por parte de alguns setores da sociedade, como as empresas vinculadas ao comércio, à hotelaria e ao turismo, pois se sentem prejudicados e ressentidos pelas repetidas ações cometidas pelos *meninos de rua*, muitos deles morrem em ações

realizadas pelos *esquadrões da morte* ou da própria polícia a serviço dos estabelecimentos afetados. São vítimas de uma sociedade que não consegue assegurar um futuro digno para eles, que poderiam participar da construção do país de amanhã.

Não há uma estimativa oficial que informe o número de crianças e adolescentes que vivem atualmente nas ruas do Brasil, o que impossibilita elaborar e executar ações concretas para atenuar essa situação no âmbito nacional. Porém, qualquer que seja a quantidade de jovens em situação de rua, acredito que a solução para minimizar o problema seria a longo prazo.

Para tentar resolver esta problemática, as autoridades brasileiras implantaram no território nacional, instituições para acolher menores em situação de risco. O atendimento nessas instituições consiste na internação, com a finalidade de proporcionar-lhes assistência médico-odontológica, psicológica, social e educativa, procurando sua reintegração social. Na prática isto não acontece, se constata que existem as punições, ausência ao amparo físico e moral, à formação educativa e profissionalizante, após a saída, geralmente muitos deles acabam retornando às ruas, pois o Estado através dessas instituições não foi capaz de encontrar os meios para *recuperar e reintegrar* esses jovens à família e à sociedade. Sem dúvidas, se pode afirmar que as

medidas adotadas não são as necessárias nem são suficientes para mitigar o problema.

3.- Justificativa

Pelos motivos expostos e aliados à repercussão do problema junto à mídia me levaram a pesquisar o assunto com maior profundidade e com a convicção de que assim estaria contribuindo com a sociedade brasileira a acolher e zelar pela causa destes menores, o intuito é levar ao conhecimento das autoridades competentes no âmbito municipal e estadual os resultados obtidos nesta pesquisa, para que, através de um esforço coletivo de toda a sociedade brasileira se possa assegurar o que estabelece a Constituição:

“Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão”. [Constituição da República Federativa do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 95].

Nos itens a seguir se realizará uma explanação sobre as bases teóricas e a revisão da literatura relacionadas ao tema em questão.

4. Marco Teórico

Para delinear o modelo teórico de assistência sócio educativa como proposta de inovação às entidades oficiais que albergam menores em situação de risco, se utilizará como teoria de base a “*Pedagogia de Anton Makarenko*” explicitada na sua obra “*O Poema Pedagógico*”, a mesma fornecerá a orientação e o eixo principal sobre o qual se sustentará a investigação.

Segundo Manacorda¹ (2000: 316), ele elaborou uma pedagogia original voltada para a “*educação dos sentimentos*”, esta era muito exigente e realizada especialmente através da conexão entre “*instrução e trabalho produtivo*”, pois desta forma a criança poderia ver a concretização de seu esforço e necessariamente levada à colaboração do coletivo de que é parte.

Capriles² (1989: 80 – 103), comenta que na Rússia pré-revolucionária, os reformatórios infantis eram instituições de caráter correcional. Nestas prisões, os menores delinquentes eram isolados da sociedade, onde a assistência sócio educativa produzia um efeito contrário ao desejado, gerando criminosos incorrigíveis. Estes motivos levaram Makarenko a escrever “O

Poema Pedagógico”, onde recomenda como educar meninos criminosos, desajustados socialmente e extremamente famintos. A obra é influenciada pelos trabalhos de Gorki, sobre a vida e os problemas das crianças criadas na rua. Para educar os jovens com estas características seria necessário introduzir uma metodologia que fosse compreensível para “*o coletivo dos educandos e dos educadores*”, ou seja, capaz de estimular o convívio social e a esta idéia denominou de “*perspectiva necessária*”, que consiste na superação das relações econômicas e políticas alienadas pela sociedade classista.

Ele tinha a convicção de que os menores não eram transgressores da lei, no sentido jurídico e sim que cada um deles era um rejeitado tanto pela família como pela sociedade, transformando suas vidas em permanente sofrimento e solidão. Através desta resposta resolveu que a “*perspectiva necessária*” salvaria a instituição de sua própria autodestruição, incorporando o trabalho socialmente útil aos fundamentos de sua proposta educativa.

A vida institucional, segundo Makarenko deveria ser organizada em um sistema coletivo de responsabilidades, de forma que os próprios educandos se sentissem parte fundamental do todo. Para que isso se tornasse viável, se deveriam estabelecer programas para desenvolver o processo

produtivo visando às exigências progressivas a que cada indivíduo seria submetido, tornando possível às transformações desejadas.

O estudo diário deveria ser complementado com o trabalho rural ou pecuário. A instituição deveria proporcionar também atividades artísticas e esportivas, grupos de teatro amador, banda de música, entre outras.

Deve-se esclarecer que há outros trabalhos de relevância pedagógica que poderão complementar as bases teóricas desta investigação como o do austríaco Hermann Gmeiner fundador das Aldeias SOS (SOS – Kinderdorf International), que inicialmente consistiam em amparar mulheres e crianças que tiveram suas famílias destruídas pela II Guerra Mundial.

As atividades desenvolvidas atualmente em todas as aldeias do mundo se fundamentam nos ideais e princípios do seu fundador, proporcionando assistência a menores abandonados. Ele não era um pedagogo de formação acadêmica, mas construiu uma base sólida para a educação de crianças com este tipo de necessidades.

Também servirá de base a “*Pedagogia do Desejo*” do italiano César de Floreo la Roca, fundador e presidente do Programa Axé, que consiste em resgatar a capacidade de sonhar com uma escola, com um lar, com o exercício da cidadania, para transformar as crianças e adolescentes que estão na

rua, oriundos de uma situação de extrema pobreza das classes populares, em sujeitos que ainda desejam e sonham, passando a vislumbrar a possibilidade concreta de, voluntariamente, abandonar as ruas e os perigos a que se encontram expostos.

Esta pedagogia propõe que as ações sejam realizadas de forma não massiva, não compulsiva e nem assistencialista, mas sim com a finalidade de mitigar o problema das crianças de rua no Brasil.

Vale esclarecer ainda, que serão levadas em consideração as idéias de Maria Montessori e Johann Pestalozzi, entre outros.

5. Revisão da Literatura

De acordo com o Gomide³ (1990: 13 – 15), a literatura brasileira recebeu um número significativo de contribuições na penúltima década do século XX. Teses, livros e artigos passaram a ser produzidos por estudiosos, jornalistas e investigadores políticos ou sociais, contendo na maioria das vezes, análise críticas da política social brasileira de atenção à criança e ao adolescente discriminado. A aparição destas contribuições se deve ao aumento de menores abandonados e às condições em que eles vivem nas ruas, bem como ao número elevado de assassinatos que ocorrem. A idade deles varia dos 6 aos 17 anos, não

têm amparo familiar nem direitos individuais, como saúde, educação e uma infância feliz. Tornam-se vulneráveis aos abusos da sociedade, sofrem de violência física e moral, têm poucas perspectivas de alcançar um futuro melhor para si e para seus descendentes. É um desperdício de potencial humano, tanto para eles como para a sociedade brasileira, muitos estão envolvidos com a prostituição, o consumo ou tráfico de drogas.

Medeiros⁴ (1992: contracapa), disse que as estimativas dos órgãos oficiais indicam que seis entre cada dez menores são carentes e um é abandonado. A população de zero a 19 anos corresponde aproximadamente a 63 milhões, deste total, há no Brasil 36 milhões de meninos que são considerados carentes, entre os quais há aproximadamente sete milhões de abandonados.

Cheniaux⁵ (1986: 64 – 70), investigadora social, explica que as causas que originam os problemas nas instituições que abrigam menores, motivando fugas, revoltas e atos de violência, nunca são estudadas através do ponto de vista do próprio interessado, ou seja, o menor internado.

Ela afirma que estudos recentes mostram que o tratamento que o menor vem recebendo revela uma dicotomia entre a *situação de fato* e a *política institucional*. As instituições públicas têm como finalidade a *reintegração social* do menor. Entretanto, na prática esta *integração* não é

possível, como também não se constatam ações ou situações concretas para tal finalidade.

O estudo realizado por Edmundo⁶ (1987: 63 – 69) com jovens internados na FEBEM de Recife, Estado de Pernambuco, constatou que ali predomina a ociosidade, a ausência de educação formal, profissional e moral. Os jovens são unânimes ao definir a instituição como um *refúgio para ladrões*, onde a tortura e as agressões físicas contra eles são frequentes.

Segundo Sader⁷ (1987: 23), a FEBEM de São Paulo, a maior e mais representativa das instituições de assistência para menores abandonados ou infratores, não é mais que a continuação dos reformatórios tradicionais.

Para Violante⁸ (1985: 188-189), nas instituições públicas o tratamento dispensado aos meninos que estão sob seu “*amparo*” é de caráter *repressivo*, produzindo neles um efeito contrário, conduzindo-os à condição de pequenos marginais, afastando-os cada vez mais de serem crianças e adolescentes normais. A prática escolar e formação profissional quando utilizadas nestas instituições são realizadas com descaso, não cria o hábito para a sobrevivência através do trabalho. Esse sistema infere nos jovens atitudes negativas em relação ao estudo e ao trabalho.

A idiosincrasia dos egressos desses centros assistenciais os condena ante o mundo dos “*normais*”, impedindo-os de trabalhar, de levar uma vida decente e assim, integrar-se ao círculo familiar e à sociedade.

Sarti⁹ (1995: 40) afirma que:

(...) os programas para a recuperação de menores abandonados tropeçam em muitos problemas, tanto pelo conteúdo de suas propostas como pela dificuldade para sua implantação. Outro aspecto que os educadores sempre ignoram é o universo sociocultural do qual eles se originaram.

Dimenstein¹⁰ (1991: 66 – 67), relata que o investigador político Deodato Rivera, que estuda a violência contra menores, afirmou que o Estado está em realidade *produzindo delinquentes*, ao misturar em um mesmo local, jovens que cometeram pequenos delitos com outros altamente perigosos. Dimenstein reitera que é impossível manter-se indiferente diante desta revelação: no Brasil há grupos de extermínio assassinando crianças e adolescentes – um por dia –, estes são torturados e maltratados habitualmente por grupos encarregados de “*manter a ordem*”.

Gomide explica que a sociedade brasileira adotou como medida de assistência social para crianças em situação de risco, internatos ou escolas correccionais. Estas nunca foram avaliadas para verificar se foram eficazes para alcançar os objetivos de acolher e permitir o desenvolvimento saudável como seres humanos.

A análise que se pode fazer a respeito da literatura existente sobre a problemática, é que nas duas últimas décadas se gerou um conhecimento sólido e amplo sobre a verdadeira situação do menor em situação de risco. O progresso é significativo se comparado à produção investigadora em épocas anteriores, em relação tanto à quantidade de publicações como à qualidade destas, indicando que existe um setor da sociedade brasileira preocupada em resolver o problema.

Criaram-se diversas instituições, entidades ou órgãos públicos, legislação e normas de amparo ao menor, mas se pode observar que estas medidas atualmente não foram suficientes nem produziram os resultados desejados, ficaram apenas no papel, na retórica, ou simplesmente se perderam pelas veredas da política, entretanto, é necessário que todo o sistema antes mencionado produza ações concretas para o bem-estar do menor em situação de risco, visando que estes consigam sair da situação de exclusão em que se

encontram, redundando em mudanças para o benefício próprio, da família e da sociedade brasileira.

A seguir se mostrarão os objetivos a serem atingidos pela investigação.

6. Objetivo Geral

Propor um modelo de assistência sócio educativa para *meninos e meninas de rua ou em situação de risco*.

7. Objetivos Específicos

- Estudar programas de instituições de assistência social para *menores em situação de risco*, públicas ou privadas;
- analisar as ações concretas que se praticam nestas instituições;
- visitar quatro instituições de assistência social, públicas ou privadas para conhecer de perto a forma de trabalho realizada com menores sob sua guarda;

- entrevistar pessoas de diferentes setores da sociedade brasileira visando obter a opinião sobre a problemática em estudo;
- elaborar o projeto pedagógico que norteará a construção do modelo de assistência a ser proposto.

Na seqüência se mostrará a parte mais complexa e delicada em qualquer pesquisa, a escolha da metodologia a ser utilizada.

8. Metodologia

A metodologia recomenda como se deve encarar o problema e como se conduzir para encontrar a resposta, pois ela não procura soluções, entretanto, indica os caminhos para determina-las (Taylor e Bogdan, 1996: 15). Esta será direcionada para a compreensão da problemática do menor em situação de risco no Brasil, segundo a visão que as instituições de assistência social (selecionadas por um processo não-randômico pelo investigador) tratam o assunto e para tal será elaborado um quadro-resumo descritivo do perfil de cada uma delas, a partir da análise dos programas sócio educativos das instituições selecionadas.

Os quadros-resumo permitirão que se determinem algumas atividades ou características comuns ou não entre elas, ressaltando-se que estas atividades não são equivalentes nem comparáveis, e serão usadas apenas para facilitar o confronto direto e rápido entre o que oferece uma determinada instituição em relação às demais. Deve-se ressaltar que tais quadros não são instrumentos de investigação, mas o resultado desta.

Ainda, através de entrevistas semiestruturadas se procura conhecer o ponto de vista que algumas pessoas de diversos setores da sociedade brasileira têm da problemática aqui apresentada.

Devido ao caráter descritivo dos dados, à abordagem mais flexível e à complexidade do problema em questão, a metodologia qualitativa será a mais adequada para esta investigação.

Em linhas gerais, a investigação qualitativa poderá ajudar a detectar a presença ou não de alguma característica relevante, porém sem levar em consideração a sua magnitude ou intensidade.

Esclarece-se que a investigação não busca enumerar ou medir eventos relacionados ao tema e não se pretende utilizar o instrumental estatístico para análise dos dados obtidos devido à ausência de hipóteses a serem testadas ou ao manuseio de variáveis dependentes ou independentes.

8.1. População

Estará constituída por 26 professores de pedagogia, onde 13 são do sexo masculino e 13 do sexo feminino e mais nove pessoas, sendo um psicólogo, um assistente social, um arquiteto, um juiz da vara da família, um advogado, um engenheiro agrônomo, uma freira, um menino institucionalizado e uma ex-menina de rua, perfazendo um total de 35 sujeitos, selecionados por um critério não-randômico.

8.2. Instrumentos de pesquisa

Apesar de que os dados ou informações podem ser obtidos mediante outras técnicas como a observação, a entrevista em profundidade, o focus-group etc., se utilizará a entrevista semiestruturada individual, ou seja, um entrevistador e um entrevistado.

Este tipo de entrevista é um dos instrumentos mais importantes de avaliação do comportamento humano, é muito utilizado, idôneo e fácil de aplicar, não segue uma seqüência de perguntas fixas, embora se ajuste a um esquema ou pauta geral e, a julgamento de alguns, bastante seguro e flexível.

Os tópicos abordados nestas serão:

- a) *Qual o perfil e quais atividades sócio educativas uma instituição pública de assistência deve apresentar para tornar mais eficaz a recuperação de menores em situação de risco?*
- b) *Como proceder para delinear o perfil e como desenvolver as atividades sócio educativas sugeridas?*

Com relação às informações e sugestões obtidas por intermédio das entrevistas, os trechos mais importantes de cada uma delas serão transcritos e o nome do entrevistado se codificará com a finalidade de preservar a sua identidade, para os pedagogos se utilizará a letra P seguida de número ímpar (P01, P03, P05, ..., P25) e para as pedagogas a letra P seguida de número par (P02, P04, P06 ,..., P26) e para as outras pessoas ou profissionais se utilizarão apenas três letras.

9. Limitações do Método

Entre elas se podem citar:

- a não-randomicidade na seleção dos sujeitos do estudo poderia provocar distorção devido à falta de controle de variáveis;

- No que se refere à investigação dos efeitos pretendidos e não pretendidos pela pesquisa, a mesma poderia ser enriquecida com a realização de visitas por parte do investigador a todas as instituições de assistência social que fazem parte do estudo, e não apenas as quatro previstas.

Mesmo com as limitações citadas, a presente pesquisa justifica-se tendo em vista seu caráter piloto, a oportunidade e a significação de estudos que, como este, avaliem outros modelos de assistência social como alternativas ao proposto por este trabalho.

10. Título e Organização da Pesquisa

O tema aqui desenvolvido pelo autor da investigação levará por título:

***“PROPOSTA DE UM MODELO DE ASSISTÊNCIA SÓCIO EDUCATIVA
PARA OS CENTROS CORRECIONAIS PÚBLICOS DO BRASIL:
UMA FORMA DE ABORDAR A PROBLEMÁTICA DOS MENINOS E
MENINAS DE RUA OU EM SITUAÇÃO DE RISCO”***

A estrutura da tese será apresentada em seis capítulos, descritos a seguir:

Depois da introdução e dos aspectos metodológicos, o **Capítulo I** mostrará o *Panorama socioeconômico brasileiro* e suas tendências atuais, procurando dar uma visão global do que ocorre no país através de dados e informações que sirvam como pontes de enlace com o problema foco da pesquisa.

A partir do **Capítulo II** se fará uma descrição sobre *A Realidade Atual das Crianças de Rua ou em Situação de Risco no Brasil*, das instituições, entidades ou órgãos públicos que proporcionam assistência social a estes jovens. Ainda, apresentar-se-á um relato a respeito da evolução histórica da legislação e normas de amparo ao menor e ao adolescente.

O **Capítulo III** tratará sobre algumas *Instituições de Assistência Social para Meninos e Meninas de Rua ou em Situação de Risco*. A importância do estudo e análise consiste apenas em estabelecer analogias e diferenças entre a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor – FEBEM – entidade pública do Estado de São Paulo e os programas implantados por entidades privadas em diferentes cidades do país, como o Axé (Salvador – Bahia), Catarse (Maceió – Alagoas), Olodum (Salvador – Bahia), São Martinho (Rio de Janeiro – Rio de Janeiro), Criamor (Hortolândia – São Paulo), Sapeca

(Uruguaiana – Rio Grande do Sul) e Emanuel (Olinda – Pernambuco). Se fará ainda, uma análise sobre os aspectos sociais e educativos que estas instituições realizam para a recuperação e a reintegração do jovem à sociedade.

O **Capítulo IV** versará sobre o *Panorama Socioeconômico e a Realidade dos Meninos e Meninas de Rua no Estado do Paraná*. Este apresentará os aspectos relativos às condições de vida dos habitantes deste Estado e dos problemas que enfrentamos hoje em dia. Além disso, se realizará uma descrição sobre a problemática dos meninos e meninas de rua, mostrando-se também os programas vinculados às instituições públicas como a Unidade Educandário São Francisco (Piraquara) e o Serviço de Assistência Social (Umuarama) e algumas entidades privadas como a Casa de José (Curitiba), a Fundação Profeta Elias (Mandirituba), a Aldeia SOS (Goioerê) e o Centro Assistencial e Promocional Rainha da Paz (Cianorte). Assim como no capítulo anterior, também se efetuará uma análise sobre os aspectos sociais e educativos que essas instituições fazem para recuperar o menor de rua.

O **Capítulo V** tratará sobre as *Entrevistas e um Modelo de Assistência Sócio educativa para Meninos e Meninas de Rua ou em Situação de Risco*. Os dados coletados por meio das entrevistas, conjuntamente com os obtidos na análise das instituições selecionadas servirão de base para o delineamento do modelo de assistência social, fruto da investigação realizada.

E, para finalizar o estudo, o **Capítulo VI** mostrará as *conclusões* e as *recomendações* pertinentes.

NOTAS

-
- ¹ MANACORDA, Mario. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- ² CAPRILES, René. **Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista**. São Paulo: Scipione, 1989.
- ³ GOMIDE, P. **Menor infrator: a caminho de um novo tempo**. Curitiba: Juruá, 1990.
- ⁴ MEDEIROS, M. **Rua dos meninos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1992.
- ⁵ CHENIUX, S. **Trapaceados e trapaceiros: o menor de rua e o serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- ⁶ EDMUNDO, L. **Instituição: escola de marginalidade?** São Paulo: Cortez, 1987.
- ⁷ SADER, E; BIERRENBACH, M; FIGUEIREDO, C. **Fogo no pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ⁸ VIOLANTE; M. **O dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor da FEBEM**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- ⁹ SARTI ANDERSEN, Cynthia. **A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. São Paulo, 5 (1/2), Jan/Dez – 1995.
- ¹⁰ DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CAPÍTULO I

PANORAMA SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO

Este capítulo procura mostrar as possíveis relações existentes entre a instável situação socioeconômica brasileira e o problema dos *meninos e meninas de rua*. Muito se discute a respeito das causas que levam essas crianças e adolescentes a fazer das ruas seu espaço de moradia e de luta pela sobrevivência. Diversos estudos foram feitos procurando encontrar respostas para tais questões. Nas últimas duas décadas do Século XX houve um grande avanço nas considerações sobre o assunto, o que permitiu ver o menino de rua como uma figura simbólica da realidade do menor no Brasil.

Por esses motivos, decidimos estudar com maior profundidade o papel que exerce a economia brasileira sobre o problema que se esconde por detrás destes jovens que estão nas ruas, assim como a crítica conjuntura dos habitantes dos bairros periféricos urbanos, onde milhares de pessoas subsistem sem as mínimas condições de conforto e de dignidade. Há indícios de que todas estas dificuldades têm sua origem nas zonas rurais empobrecidas, onde a desumana realidade brasileira é responsável pela expulsão

de milhões de famílias do campo, em direção às regiões metropolitanas, em busca de uma vida melhor.

Visando entender melhor a complexa dinâmica da sociedade brasileira, este capítulo mostrará uma descrição sobre a população rural, a emigração, a população urbana, a comparação entre elas, a exposição sobre a evolução histórica do sistema educativo brasileiro da época colonial até os dias atuais, os aspectos socioeconômicos da população brasileira, tais como o salário mínimo, a pobreza, a violência, entre outros. Para finalizar, se fará uma análise do capítulo, mostrando os aspectos mais relevantes encontrados ao longo do estudo.

1.1. A População Brasileira

Este ponto tratará sobre os aspectos socioeconômicos tanto da população rural como da população urbana, mostrando como o Brasil deixou de ser um país eminentemente rural e passou a ser um país com grandes concentrações urbanas, levando-o a ter sérios problemas como falta de habitação, de emprego, de escola e de saúde, assim como tantas outras dificuldades comuns aos grandes centros urbanos. Para que se entenda melhor este panorama será apresentada uma explicação sobre a dinâmica migratória campo - cidade.

1.1.1. A população rural

Vesentini¹ (1998: 176–177), explica que ainda permanece a imagem de que o Brasil é um país fundamentalmente agrícola e rural, porém essa imagem era correta até a década de 40. Nesta época, a população rural representava 69% do total de habitantes do país. Atualmente, a população rural constitui apenas o 19%. O descenso foi motivado principalmente pelo processo acelerado de industrialização ocorrido no Brasil. A nascente indústria brasileira gerou uma demanda urgente de mão de obra barata, ocasionando um fluxo de pessoas para a cidade.

Outro fator decisivo para a emigração, foi a introdução do cultivo de outras plantações que necessitam de mecanização e de tecnologias apropriadas para a semeadura, o cuidado e a colheita. A falta de estruturas básicas e de recursos econômicos impediu uma grande quantidade de pequenos agricultores e de trabalhadores rurais de enfrentar os novos desafios, sendo obrigados a abandonar o campo.

Conforme Violante² (1985: 43 – 44), a vida no meio rural dos Estados do Norte e Noroeste do Brasil, do Período Colonial até os dias atuais, sempre foi muito dura para os integrantes das famílias menos favorecidas, geralmente numerosas e submetidas a um estado de miséria, de fome e desnutrição como consequência do abandono por parte das autoridades

competentes, tanto no âmbito agrícola, da saúde pública, como também da educação. Existem poucas oportunidades de trabalho e de estudo, que aliados a uma vida de penúrias e sem nenhum bem-estar, fazem com que muitas delas decidam emigrar para os grandes centros urbanos do país na esperança de uma vida melhor.

1.1.2. A emigração

Magnoli³ (1998: 136) descreve que os fluxos migratórios inter-regionais são freqüentes na história brasileira. Eles revelam os sucessivos deslocamentos espaciais do pólo econômico do país. No século XVIII, ocorreu o primeiro fluxo de migrações devido à estagnação da economia açucareira e ao descobrimento de metais preciosos na região de Minas Gerais.

Na segunda metade do século XIX, ocorreu o êxodo dos habitantes do nordeste para a região Norte, por causa da *borracha natural* extraída da selva amazônica. Nesse século, o perfil da industrialização brasileira passou por dois momentos de crescimento econômico; o primeiro foi no período de 1956 – 1961, no governo do Juscelino Kubitschek; o segundo período de expansão aconteceu no chamado *milagre brasileiro*, realizado através da política econômica adotada pelos governos militares, que aprofundou o modelo de industrialização definida nos anos de Kubitschek, motivando as migrações em

busca de trabalho nos centros industrializados que necessitavam de mão de obra barata para o desenvolvimento da indústria e, simultaneamente, o descuido tanto do setor agropecuário por parte do governo como pela qualidade de vida que o campo oferecia às famílias mais pobres.

1.1.3. A população urbana

Conforme os resultados obtidos pelo IBGE⁴ no *censo prévio de 1996*, o crescimento ocorrido naquela década nas cidades periféricas próximas aos maiores centros urbanos do país, produziu um descenso na qualidade de vida da população que emigrou para essas áreas. O censo mostrou que essas cidades pertenciam aos municípios que mais cresceram nos últimos anos. O aumento aconteceu em quase todos os estados do país e a principal causa foi o movimento migratório de pessoas das capitais para as cidades vizinhas em busca de um custo de vida menor e também o fluxo de emigrantes de outras regiões do país para a periferia das grandes metrópoles.

As conseqüências podem variar de município para município, mas a tendência é pela ocupação de áreas que eram pouco habitadas e distantes do centro comercial das cidades. Vários problemas surgem desta situação:

- a) um contingente cada vez maior de novos habitantes se desloca para uma periferia sem infra-estrutura urbana, distante de seu local de trabalho;
- b) aumento do número de pessoas vivendo sem acesso à água potável e a esgotos. A deficiência nos serviços sanitários básicos se deve tanto à falta de planejamento e de urbanização nestas áreas, como de vontade por parte dos que exercem o poder público para tratar sobre o assunto.
- c) o índice de mortalidade infantil alcança 78 óbitos a cada 1.000 habitantes contra 29 por grupo de 1.000 habitantes que vivem em domicílios com instalações sanitárias adequadas, entretanto, vale ressaltar que este último é muito elevado se comparado ao índice apresentado pelas nações do primeiro mundo. A mortalidade infantil é também um problema relacionado aos recursos e às ofertas que o governo federal, estadual ou municipal destinam à saúde pública, e ao nível sócio-cultural e educacional da população;

Além dos problemas já mencionados, o jornalista José Roberto Toledo⁵ afirmou que 25% das maiores cidades do país estão localizadas no Estado de São Paulo e 10 destas se encontram na região metropolitana; 40% dos brasileiros vivem nas 100 maiores cidades, e das 100 cidades brasileiras mais violentas, 74 estão localizadas em três estados: 28 cidades em Pernambuco, 26 em São Paulo, e 20 no Rio de Janeiro.

Os gastos públicos foram orientados para a implantação de infra-estrutura que privilegiou certos setores da economia brasileira em prejuízo das necessidades básicas da população. As grandes obras beneficiaram indiretamente as camadas mais pobres, contudo, este benefício não foi suficiente para resolver os problemas mais graves que ocorrem nas grandes concentrações urbanas, problemas como o da moradia, onde as condições de salubridade são precárias, construídas em ruelas sem pavimentação asfáltica, luz, rede de água e esgotos e asseio urbano. Em geral, as moradias possuem um único cômodo, que são inadequadas para o bem-estar e conforto das famílias que ali vivem.

1.1.4. Comparação entre a população rural e a população urbana

No que se refere à distribuição da população no território nacional, até a década de 40, o Brasil apresentava um perfil de país rural, ou seja, 69% da população vivia no campo e 31% na cidade.

Para Moreira⁶ (1998: 406 – 407), o processo de urbanização no Brasil começou a partir de 1940. Em 1970, a maior parte da população já vivia na zona urbana, este fenômeno migratório se originou como consequência da modernização da economia e do grau de desenvolvimento alcançado no setor industrial, graças aos investimentos de capital estrangeiro em grande escala. Atualmente, o Brasil apresenta um perfil de país urbano, o censo

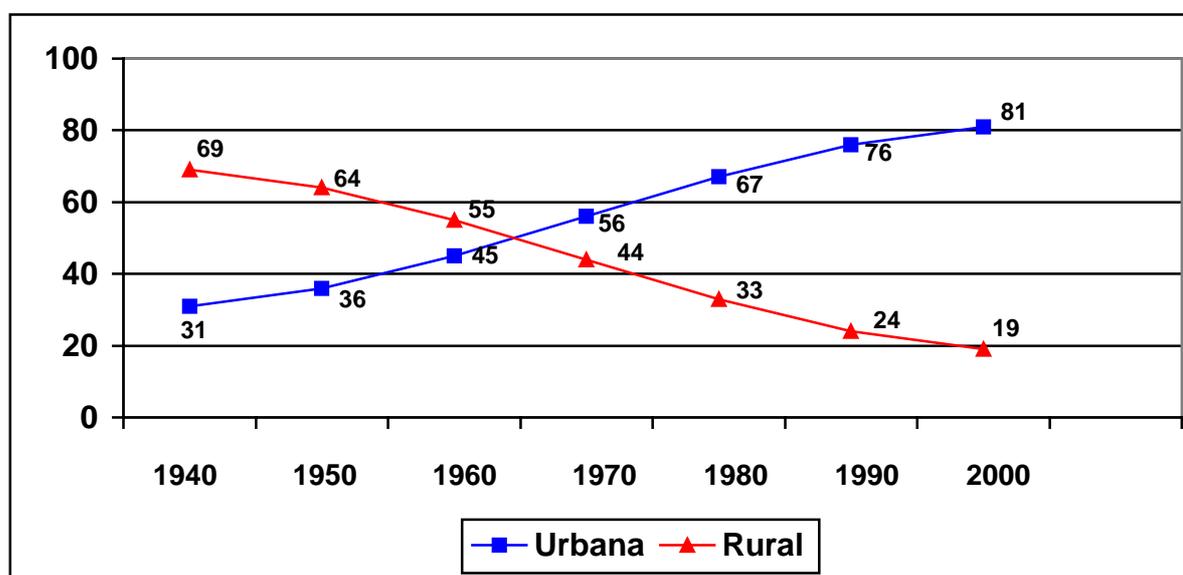
de 2000, mostra que 81 % da população vive nos centros urbanos contra 19% dos que ainda vivem no meio rural, como se pode observar na tabela e gráfico a seguir:

TABELA 1.01 – População rural e urbana do Brasil, 1940 – 2000

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
População (%)							
Urbana	31	36	45	56	67	76	81
Rural	69	64	55	44	33	24	19

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

GRÁFICO 1.01 – População rural e urbana do Brasil, 1940 – 2000



Fonte: Dados: IBGE – Gráfico: O autor

Moreira explica que o crescimento urbano e a urbanização são dois processos distintos que representam indicadores fundamentais na geografia do Brasil.

O crescimento urbano se refere ao crescimento da população que vive nas cidades, e resulta apenas do crescimento natural ou vegetativo da população urbana, enquanto que a urbanização corresponde à transferência das populações originárias das zonas rurais em direção às cidades. A urbanização somente ocorre quando a população das cidades cresce mais que a rural, como resultado da migração campo – cidade.

O censo prévio de 1996 do IBGE⁷ confirmou que dos 157.079.573 habitantes, 123.082.187 (78,36%) viviam na zona urbana e 33.997.406 (21,64%) na zona rural. Contudo, a jornalista Ana Cristina Duarte⁸ disse que o censo realizado pelo IBGE em 2000, já apresentava o Brasil com os seguintes dados populacionais: 169.799.170 habitantes, dos quais 137.876.926 (81%) moram em centros urbanos e 31.922.244 (19%) no meio rural.

Como consequência do êxodo rural, algumas cidades se transformaram em gigantescos aglomerados urbanos, como por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife e Vitória. Nestas cidades surgiram os bairros periféricos como consequência da urbanização descontrolada ocorrida no Brasil nas últimas décadas, o principal motivo foi o colapso do campo por excesso de gente e a falta de oportunidades, aí se iniciou o processo de migração para as capitais industrializadas do país. Em apenas duas décadas, ao redor de 20 milhões de pessoas se dirigiram às grandes

idades imaginando encontrar novas e melhores oportunidades. Este foi um dos processos mais acelerados e caóticos de urbanização visto no mundo.

A população que convergiu para os centros industriais do Brasil originou graves problemas sociais. Chegaram mais trabalhadores do que estes centros podiam absorver, resultando em altos índices de desemprego. As pessoas que não possuíam qualificação profissional para o trabalho urbano não encontraram lugar na nova indústria ou no setor de prestação de serviços mais modernos, concentrando as atividades no setor informal destinado à população de baixa renda, ocasionando, desta forma, o subemprego onde o trabalho é mal remunerado e realizado sem nenhum tipo de vínculo formal, ou seja, não proporciona ao trabalhador as garantias estabelecidas em lei.

Como a industrialização ofereceu postos de emprego apenas para as pessoas mais especializadas, houve a expansão da classe média, acelerou-se o consumo urbano, estimulando o comércio e a prestação de bens e serviços. A cidade se transformou em um modelo de modernidade que o rádio e a televisão divulgaram para as outras regiões do país.

1.2. Evolução Histórica do Sistema Educativo Brasileiro

Vieira⁹ (1996: 82 - 90), comentou que o Brasil herdou de Portugal alguns de seus costumes e de suas tradições culturais. Fez sem

restrições uso desta herança do Período Colonial, excedendo-se durante o Período Imperial, e dando-lhes novas facetas na atualidade. As classes e os segmentos sociais no Brasil, assimilam a cultura européia, considerada, durante muito tempo, como universal. A cultura universal não foi absorvida de forma homogênea, a grande maioria da população brasileira permanece distante dela tanto quanto das decisões políticas e econômicas sobre o país. A Educação participa desta assimilação cultural, mas ela sente o caráter discriminador nos segmentos sociais menos favorecidos.

A partir da Proclamação da República, o Estado interveio em diversas ocasiões na educação brasileira por meio de reformas.

De 1822 a 1930, as reformas que o Estado realizou no campo educacional favoreceram a um reduzido número de empregados administrativos para atender suas próprias necessidades. Estas modernizaram mais a *forma* que o *conteúdo* do ensino. Desde 1930, a intervenção do Estado no setor educacional procurou assegurar o domínio da burguesia industrial brasileira; a escola desenvolveu a cultura apropriada a esta burguesia, que correspondia as suas exigências. As reformas executadas eram conservadoras e procuravam manter a tradição discriminadora.

Segundo Piletti¹⁰ (1988: 231-240), no período compreendido entre 1964 e 1985, denominado de *Nova República*, a educação

brasileira foi vítima do autoritarismo militar instaurado no país, foram realizadas reformas em todos os níveis, impostas verticalmente de acima para baixo, sem a participação dos alunos, professores e da sociedade. Os resultados obtidos ainda hoje são reflexos da política adotada na época, onde preponderavam os altos índices de analfabetismo, de reprovação e evasão escolar.

Ao comparar o período compreendido de 1964 até 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, e os dias atuais, se percebe que o país ainda sente os reflexos dessa época.

Na leitura que se fez da Constituição de 1988, Piletti¹¹ (1990: 138-141) destacou que a legislação educacional brasileira era ampla e bem intencionada, como por exemplo, no art. 205 que estabelece:

(...) que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e de sua qualificação para o trabalho.

Pelo Art. 206¹², o ensino será oferecido com bases nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, investigar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino em institutos públicos;
- V. Valorização dos profissionais do ensino;
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma disposta em lei;

O Estado, pelo estabelecido no Art. 208¹³, garante seu dever com a educação da seguinte maneira:

- I. O ensino fundamental seria gratuito, inclusive para os que a ela não tivessem acesso na idade apropriada;
- II. Extensão progressiva da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio;
- III. Atenção educacional especializada aos portadores de deficiência, preferivelmente na rede oficial de ensino;
- IV. Atenção às crianças de zero a seis anos de idade em jardim de infância;

- V. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da investigação e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI. Oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando;
- VII. Atenção ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Segundo Xavier¹⁴ (1994: 285), a Constituição de 1988, estabeleceu e outorgou certa quantidade de deveres e direitos a seus cidadãos com relação à educação, mas é necessário que as leis e decretos sejam realmente aplicados em benefício da sociedade. Vale ressaltar que em realidade não é o que ocorre, a educação continua com falhas, sendo elitista como sempre foi, favorecendo aos mais ricos em detrimento dos mais pobres, apesar do que prevê a Constituição Nacional.

1.3. O Atual Sistema Educativo

Em 1993, o Senador, Antropólogo e Sociólogo Darcy Ribeiro apresentou e foi aprovado, um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – ante a Câmara dos Deputados e no Senado, com

apoio no âmbito governamental. A aprovação da *Lei Darcy Ribeiro ou Lei Nº 9.394* pelo Congresso Nacional foi sancionada no dia 20 de Dezembro de 1996, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, entretanto, será necessário que os profissionais da educação, estudantes e a sociedade em geral não meçam esforços na luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos¹⁵.

A nova LDB¹⁶ está composta de 92 artigos que regularizam o ensino brasileiro de forma bastante ampla. Foi instituída pelo Governo Federal a *Década da Educação* que se estenderá até o dia 23 de Dezembro 2007, data limite para que a Lei seja totalmente cumprida.

Entre os pontos mais importantes estão:

- a) o ano escolar passará de 180 para 200 dias letivos;
- b) o ensino fundamental poderá ser dividido por ciclos caso as Secretárias de Estado da Educação assim o queiram. As escolas que utilizam o sistema de aprovação tradicional, por série, poderão adotar a aprovação automática;
- c) no futuro o ensino fundamental deverá ser oferecido em período integral;
- d) a Educação Artística e a Educação Física são obrigatórias;

- e) a religião formará o currículo do ensino básico, mas será de caráter facultativo e os professores não serão pagos com recursos públicos;
- f) os professores da rede pública - educação infantil e das quatro séries iniciais do primário - deverão possuir o curso de licenciatura ou normal superior. As universidades são obrigadas a garantir programas de formação pedagógica para os que têm diploma universitário e desejem dedicar-se à educação básica. A proposta é acabar com os cursos de Magistério no âmbito secundário;
- g) os programas de recuperação são obrigatórios para os alunos que apresentam baixo rendimento escolar. As aulas devem ser dadas preferivelmente durante o ano letivo;
- h) a avaliação deverá ser contínua e acumulativa;
- i) a creche, o pré-escolar e o ensino fundamental passam a ser responsabilidade dos municípios. Os Estados terão a responsabilidade sobre o ensino médio;
- j) as escolas do ensino fundamental e médio ganham mais autonomia pedagógica, administrativa e financeira em relação às Secretárias de Educação
- k) os professores deverão participar da elaboração e execução do projeto pedagógico de ensino;

- l) as Secretárias de Educação definirão as regras para a formação de conselhos escolar, que deverão ser compostos por professores, representantes da comunidade e empregados da escola;

Sobre as incumbências educacionais, a União não se responsabiliza explicitamente em assegurar prioridade a qualquer nível de educação. Os Estados devem garantir o ensino fundamental e médio, cabe aos Municípios oferecer a educação infantil e, com prioridade, o ensino fundamental.

Contudo, a nova LDB é omissa em relação ao número de alunos por classe. O texto transfere aos sistemas de ensino a tarefa de estabelecer esta relação.

1.3.1. A escola

Leite¹⁷ (1991, 37-38), explicou que a escola hoje em dia apresenta à criança de sete anos dois grandes obstáculos a serem vencidos. O primeiro é com relação à matrícula: segundo os resultados obtidos no censo de 1980, se calcula que para cada mil crianças em idade escolar, existam apenas 550 vagas no ensino fundamental. Em 1997, 96% dos jovens brasileiros de 7 a 14 anos freqüentavam a escola. Apesar do aumento, ainda existe uma parcela significativa de crianças que se encontram à margem da educação. O segundo obstáculo se refere à promoção para o ensino médio, ou

seja, perto de 50% destes eram reprovados segundo as normas da antiga LDB (a atual permite a aprovação automática). Em geral, estas crianças pertencem aos segmentos sociais menos favorecidos da população. Após do binômio matrícula – reprovação, existem outras possíveis causas para o fracasso escolar, entre eles:

- a) professores despreparados devido à ineficiência da política educacional brasileira;
- b) currículos, programas e critérios de avaliação deficientes que se afastam da realidade da criança, pois são elaborados para atender às necessidades do *aluno ideal*.

Esta concepção é baseada no tipo de *escola universal* que oferece a igualdade de oportunidades a todos, calcada na ideologia neoliberal, onde a educação é vista como um meio de ascensão social e o combustível de propulsão para o desenvolvimento do país. Entretanto, não é o que ocorre, o aluno pobre ao chegar à escola se sente excluído de seu contexto, pois a realidade onde ele vive e se desenvolve é totalmente diferente daquela que lhe é apresentada na escola. Recebe estímulos aos quais não pode responder; há também a família que o pressiona para que se adapte à escola. Ele não consegue entender este ambiente absurdo, se retrai e possivelmente acaba por abandonar a escola.

Darcy Ribeiro (in Leite, 1991: Prólogo) afirmou que:

(...) o grande equívoco da educação brasileira está em uma escola desonesta, que acusa o menino pobre pelo fracasso, por não conseguir ser promovido de ano; quando, na verdade, a culpa é da escola que não se adapta a realidade de seus alunos.

Drexel¹⁸ (1989: 32 - 33), reitera que as crianças pobres enfrentam problemas de saúde, trabalho precoce, difícil acesso à escola e um sistema de ensino inadequado ao contexto em que ele vive. Estes motivos indicam que a escola primária brasileira é elitista, pois trata as crianças oriundas dos segmentos sociais menos favorecidos como se fossem iguais às crianças provenientes dos setores mais privilegiados da sociedade.

Góis¹⁹ expôs que, a análise efetuada pela OCDE e a UNESCO em 1997, constatou também que o Brasil é o campeão de índices de reprovação escolar entre os países em desenvolvimento. De cada 100 estudantes matriculados no ensino fundamental, 47 reprovam ou abandonam a escola; 26 repetem algum dos cinco primeiros anos do ensino fundamental e 19,7 reprovam no ensino médio.

1.3.2. O professor e o aluno

Conforme Piletti²⁰ (1990: 56 - 57), as críticas à pedagogia tradicional deram origem a uma nova teoria pedagógica: a *escola*

nova. É um movimento reformista que coloca o aluno como centro do processo ensino – aprendizagem. Segundo esta proposta, o aluno deve passar do papel passivo para o papel ativo participativo e o papel do professor é facilitar o processo. Contudo, a *escola nova* põe o interesse e a atividade do aluno como ponto de partida, o ponto de chegada é o mesmo, ou seja, um ensino que ainda continua sistematizado, previamente determinado e dominado pelo professor. A filosofia da escola nova parte do princípio de que é atuando que o homem se forma e que o indivíduo se estrutura a partir de sua ação sobre o ambiente e da influência que este exerce sobre ele.

Para Saviani²¹... et. al. (1994: 40 – 41), o professor brasileiro pensa e atua como um professor da *escola nova* devido ao ensino recebido nos cursos de pedagogia. Na teoria ele concebe o aluno como centro do processo pedagógico, espera contar com a ajuda e assessoria dos técnicos educativos, salas com poucos alunos para que ele possa se relacionar bem com cada um, espera também contar com uma biblioteca e laboratório bem equipado, material didático abundante, carga horária semanal de primeiro mundo e um excelente salário, entretanto, a realidade da educação brasileira é o inverso desta situação. Como ele não foi preparado para este tipo de escola, acaba por se desanimar e termina adaptando-se ao sistema educativo vigente. Apesar do Estado exigir que o professor seja eficiente, produtivo e que alcance ótimos resultados com um mínimo de gastos.

1.3.3. A atenção escolar

Paiva²², jornalista da Revista Veja, comentou que durante anos se pensou que o problema do ensino no Brasil era a falta de escolas. O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso acreditava que mais de quatro milhões de crianças estavam fora da escola por falta de vagas, assim, o Ministério de Educação e Cultura – MEC –, construiu um eficiente centro de estatística e constatou que a falta de vagas não era o problema, mas sim a reprovação escolar. Em 1996, o país tinha aproximadamente 28,5 milhões de crianças e adolescente de 7 a 14 anos de idade, intervalo em que o estudo é obrigatório. Contraditoriamente, nessa época o Brasil possuía 33,1 milhões de alunos matriculados, este dado revelou que o grande problema da educação brasileira era o alto índice de *reprovação*. Com um diagnóstico mais exato o governo reformulou a política educacional.

De acordo com a jornalista Betina Bernardes²³, um dos problemas que ainda não foram resolvidos está no que se refere à *taxa de atendimento escolar* no país (percentual da população de 7 a 14 anos que se encontram na escola independentemente do nível de ensino). Segundo o censo realizado em 1991, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP – a *taxa de escolarização líquida nacional* (percentual da população de 7 a 14 anos matriculada no nível adequado para sua idade, que é o nível fundamental), era

de 86,1%. Contudo, o país deu um salto na escolarização de crianças nesta faixa etária, pois a quantidade de alunos que se encontram estudando aumentou para 95,8% em 1998, este parâmetro indica que se encontram fora da escola, sem freqüentar qualquer nível de ensino, aproximadamente 400 mil crianças em idade escolar.

O nordeste do país foi a região que mais avançou, pois ali aconteceu o maior esforço para combater a evasão e a reprovação escolar. No censo de 1991, 72,5% das crianças estavam fora da escola, em 1996 este percentual diminuiu para 50%; continuando-se com a mesma política de combate à evasão e à reprovação, as estimativas indicam que no ano de 2004 o nordeste atingirá a taxa de escolarização líquida nacional, ou seja, 95,8%.

1.3.4. A qualidade do ensino

Paiva disse ainda que, em 1960, somente a metade das crianças em idade escolar conseguia uma vaga. Na década seguinte as escolas se disseminaram pelo interior do país, a educação se tornou acessível a outros segmentos da sociedade. Na expansão ocorrida, não houve preocupação pela qualidade do ensino, pois o governo militar privilegiava a educação superior. Esta prioridade se pode explicar através do projeto de país que os militares queriam, ou seja, um país auto-suficiente em relação ao mercado externo.

Atualmente, a situação melhorou muito em comparação com aquela época. Através da *Lei do Fundo para a Educação*, a partir de 1998, os Estados e Municípios foram obrigados a utilizar pelo menos 15% de seus recursos econômicos no ensino fundamental, o que corresponde a um investimento de 3 bilhões de reais, mais do dobro do que se aplicava anteriormente. Esta lei destina e aplica 7.800 milhões de reais para aumento no salário dos professores.

Pela primeira vez o governo avalia os livros didáticos utilizados nas escolas. Em 1996, dos 446 títulos analisados apenas 85 foram aprovados. Em 1997, dos 403 títulos avaliados, 155 passaram por controle de qualidade. A distribuição se tornou mais rápida e eficiente, fazendo com que estes chegassem às escolas no início de cada ano escolar e para verificar a qualidade do ensino, o Instituto Nacional de Estudos e Investigação Educacional, realiza desde 1995, avaliações periódicas dos alunos do ensino fundamental, das universidades públicas e privadas.

O governo dotou 42.000 escolas com televisão, vídeo e antena parabólica. A programação da *TV Escola* é exibida das 8 da manhã às 8 da noite e destinada ao treinamento de professores. Este programa atende 410.000 professores e 13 milhões de alunos.

Em 1998, o governo instalou 100.000 computadores em 6.000 escolas, destinados aos alunos de 5^a a 8^a série do ensino fundamental. Para a utilização destes recursos, o governo colocou mais de 1000 profissionais de computação para o treinamento dos professores, para que estes possam usá-los de forma produtiva, foram distribuídos também 600.000 exemplares com os novos currículos da 1^a a 4^a série do ensino fundamental.

1.3.5. O grau de escolaridade

Moreira²⁴ (1998: 380), relatou que no início da década de 90, o governo nacional instituiu o *Programa de Qualidade e de Produtividade Industrial* para treinar mão de obra qualificada visando diminuir o desemprego, tal medida, a longo prazo, pretendia expandir a base produtiva do país, atrair investimentos estrangeiros e elevar a competitividade dos produtos nacionais, mas para que isto fosse possível era necessário uma base educacional sólida, e que correspondesse ao nível de educação secundária completa, com uma aprendizagem específica na área de atuação. Para melhorar as condições básicas de oferta educacional se necessitava de instalações, maquinários, materiais didáticos e capacidade docente.

Entretanto, essas necessidades educacionais não foram atendidas, pois somente um em cada três brasileiros ia diariamente à escola e

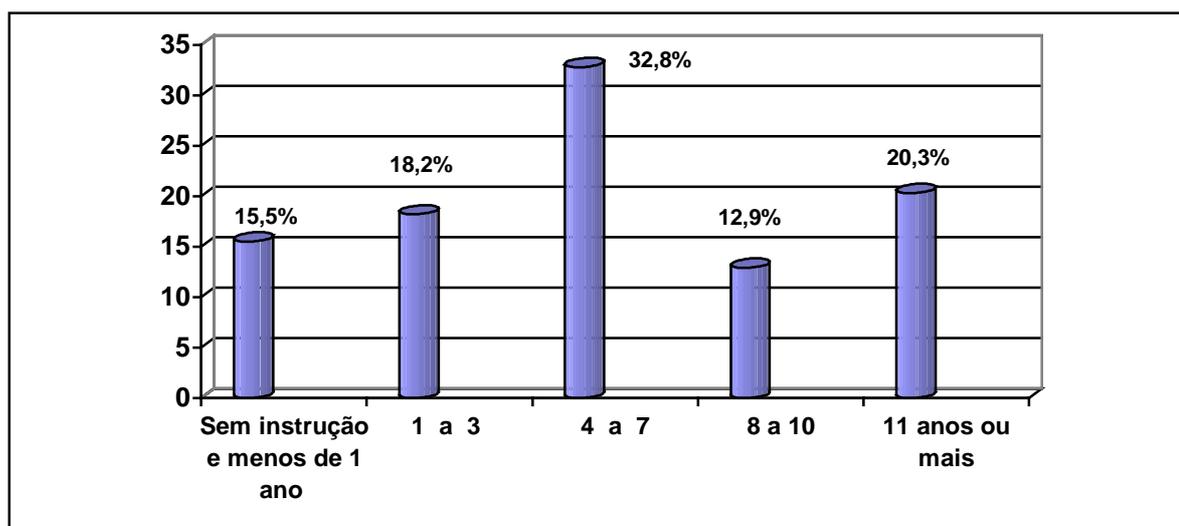
65% com idade superior a 15 anos não completavam oito anos de estudo, conforme indicam os dados sobre o grau de instrução de pessoas com 10 anos de idade ou mais, mostrados na tabela e gráfico a seguir:

TABELA 1.02 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o grau de escolaridade no Brasil – 1996

Grau de Escolaridade (em anos de estudo)	Porcentagem
Sem instrução e menos de 1 ano	15,5
1 a 3	18,2
4 a 7	32,8
8 a 10	12,9
11 anos ou mais	20,3

Fonte: IBGE / PNAD

GRÁFICO 1.02 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o grau de escolaridade no Brasil – 1996



Fonte: Dados: SUS / Datafolha – Gráfico: O autor

Vale ressaltar que a média nacional de escolaridade é de seis anos por habitante, metade do que exige a UNESCO²⁵ para superar a linha de pobreza. Quase 50% dos alunos da educação básica, fundamental e média, estudam em séries que não correspondem as suas idades, devido aos altos índices de reprovação e ao abandono escolar. Para reverter o atual contexto o governo está implementando programas de alfabetização, campanhas de matrículas nos diferentes níveis de ensino e ações como as aulas de aceleração, os cursos seqüenciais, educação à distância e as avaliações em todos os níveis de ensino no país.

De acordo com Lahóz²⁶,

(...) na nova economia a educação é um insumo cada vez mais importante. Com investimentos, políticas consistentes e de continuidade, o Brasil melhorará suas chances de prosperar.

Lahóz comenta que o economista Ricardo Paes de Barros, afirmou que: *a educação funciona como um motor do crescimento econômico.*

O Brasil ignorou a educação por muitas décadas, o resultado é a baixa escolaridade e o alto número de analfabetos em relação a outros países mais pobres.

1.3.6. O analfabetismo

Dimenstein²⁷ explicou que no final do século XX, o Brasil já deveria ter superado o analfabetismo, como estabelecia a Constituição de 1988. O *Programa Alfabetização Solidária*, baseado no primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, encontrou um país muito distante do ideal da Constituição, com elevado índice de analfabetismo se comparado com países mais pobres da América Latina ou do Continente Asiático.

Segundo cálculos oficiais existem aproximadamente 17 milhões de analfabetos com idade de 15 anos ou mais, equivalentes a 15% do total da população. Por exemplo, no Paraguai o índice chega a 8%. Continuando neste ritmo, daqui a 25 anos o analfabetismo absoluto estará minimizado do cenário nacional, ou seja, o equivalente a mais de uma geração. A *Alfabetização Solidária* prevê uma aprendizagem de apenas cinco meses de estudo, período insuficiente para tal, pois se sabe que o período de tempo para escolarizar uma pessoa é de pelo menos 4 anos.

Um dos elementos chave neste programa é a realização de cursos complementares depois de concluída a alfabetização, mas estes cursos dependem da vontade política dos governantes municipais e das regiões mais pobres, muitos deles são também analfabetos ou semianalfabetos.

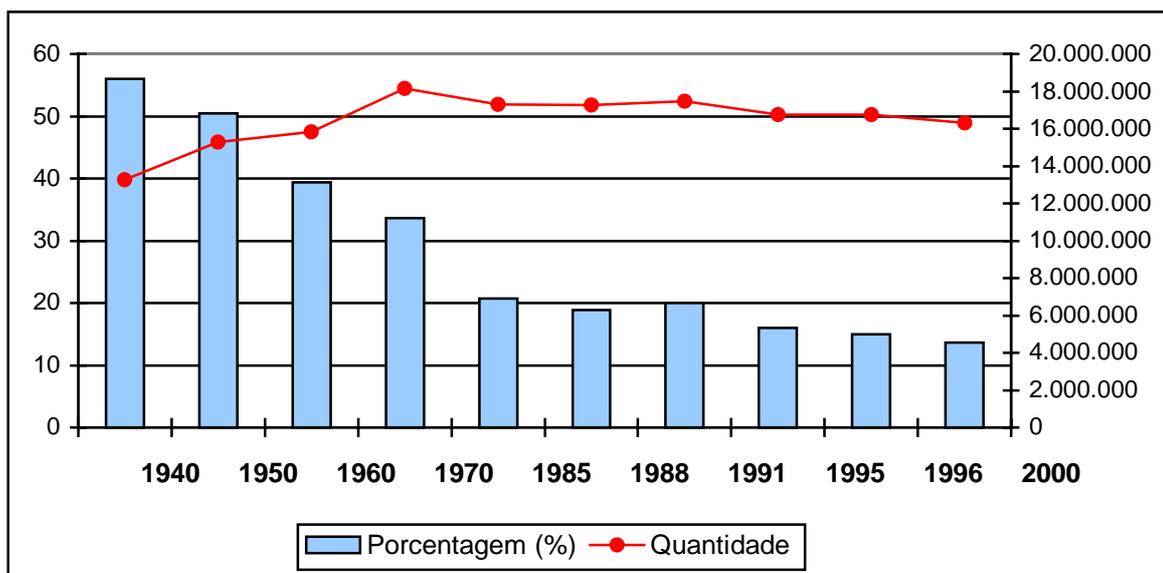
A seguir, apresentaremos a tabela sobre a evolução do índice de analfabetismo no Brasil a partir de 1940:

TABELA 1.03 - Índice de analfabetismo da população de quinze anos ou mais no Brasil, 1900 – 1996

Ano	Quantidade	Porcentagem (%)
1940	13.269.381	56.0
1950	15.272.632	50.5
1960	15.815.903	39.4
1970	18.146.977	33.6
1985	17.284.056	20.7
1988	17.269.042	18.9
1991	17.459.001	20.0
1995	16.760.650	16.0
1996	16.760.650	15.0
2000	16.324.166	13.6

Fonte: IBGE / MEC

GRÁFICO 1.03 - Índice de analfabetismo da população de quinze anos ou mais no Brasil, 1900 – 1996



Fonte: Dados: IBGE / MEC – Gráfico: O autor

Segundo o IBGE, no grupo etário de 15 anos ou mais, a redução foi de 20% em 1991; para 13,6% em 2000, esta melhoria pode ter sido consequência do *Programa de Alfabetização Solidária*. (Duarte, Ana Cristina, GloboNews.com)

O Brasil gasta o equivalente a 4,8% do Produto Interno Bruto – PIB – com educação, entretanto, há uma péssima distribuição entre os diferentes níveis de ensino.

De acordo com Góis²⁸, foram gastos 37 bilhões de reais com este setor, em 1996, a diferença foi significativa entre o gasto com alunos no ensino fundamental e o superior. Naquele mesmo ano, o país gastou 637 reais com cada aluno no ensino fundamental, enquanto que o gasto equivalente com um aluno de nível superior em instituições públicas foi de 8.201 reais, ou seja, o país gastou com cada aluno universitário 9,44 vezes mais que com um estudante do ensino fundamental, de acordo com o estudo “*Investimentos para a Educação / 99*”, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – e pela UNESCO.

Ele, também explica que nos Estados Unidos, por exemplo, o gasto por ano com um estudante no ensino superior é de 12.359 reais, apenas três vezes maior que com o aluno do ensino fundamental, que é de 4.081 reais.

1.4. Aspectos Socioeconômicos da População Brasileira

Pelo anteriormente exposto, pode-se observar que a falta de apoio dos governantes aos habitantes que moram na zona rural faz com que estes emigrem para os grandes centros urbanos do Brasil originando graves problemas sociais, que aliados a um sistema educativo que não está ao alcance de todos, aumenta a quantidade de pessoas no setor informal de trabalho, e faz com que milhões de trabalhadores ganhem baixos salários que os conduz ao empobrecimento, à miséria e à violência, para uma melhor compreensão apresentaremos alguns dados relativos à situação socioeconômica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁹, a população brasileira em 1996, apresentava os seguintes índices:

- a) 152 milhões de habitantes (169.799.170 milhões, segundo o censo de 2000³⁰);
- b) 38,8% correspondiam a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Destes, 35% viviam em condições de pobreza, em lares com renda mensal *per capita* de até o meio salário mínimo (US\$ 60,00); no binômio frequência escolar - trabalho, o instituto revela que 76,6% dos meninos de 10 a 14 anos estudavam, 13% trabalhavam e estudavam e 4% somente trabalhavam;

- c) entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 43,6% só estudavam, 23% estudavam e trabalhavam e 19,6% somente trabalhavam;
- d) a população economicamente ativa somava 74 milhões de pessoas (44 milhões de homens e 30 milhões de mulheres). Deste total, 3,5 milhões dos economicamente ativos tinham entre 10 e 14 anos;
- e) entre os 69 milhões de brasileiros ocupados, 4,3 milhões ganhavam menos da metade de um salário mínimo e 11 milhões ganhavam da metade até um salário mínimo;
- f) dos 69 milhões de ocupados, 35 milhões eram empregados com registro oficial no Ministério do Trabalho e 15 milhões trabalhavam por conta própria.

Apesar dos índices aqui expostos retratarem a realidade do país, estes não são suficientes para entender com bastante profundidade a respeito da complexa organização da sociedade brasileira e sobre os mecanismos que regem sua economia, os fatores a seguir revelam melhor como eles funcionam.

1.4.1. O salário mínimo³¹

Aqui se mostrará a política do salário mínimo desde

que foi instituído em maio de 1940, no primeiro governo do Getúlio Vargas, até os dias atuais. Este, em conjunto com a falta de escolaridade, provavelmente influencie no aumento da pobreza e da violência. Quando começou a ser pago, em julho daquele mesmo ano, era equivalente a US\$ 100, em 1998 alcançou a cifra de 136 reais ou US\$ 81 descontada a inflação, cifra que representava apenas 26,55% de seu valor original. Atualmente existem 4,5 milhões de trabalhadores, entre registrados ou não, e aproximadamente 12,2 milhões de aposentados que têm seus salários vinculados ao valor mínimo. Resta esclarecer que existem mais de 59 milhões de pessoas que ganham, no máximo, o valor de um salário mínimo no país.

A situação econômica dos menos favorecidos é crítica, pois o valor do salário mínimo instituído pela Constituição de 1988³² em seu art. 7º, IV, não satisfaz as necessidades básicas do trabalhador que é obrigado a sobreviver com esta quantia. O referido artigo estabelece que:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visem à melhoria de sua condição social: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e de sua família com habitação, alimentação, educação, saúde, ócio, roupas, higiene, transporte e seguro social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder

aquisitivo, sendo proibido seu vínculo para qualquer fim.

Apesar do estabelecido pela Constituição, seu não-cumprimento trouxe como consequência à realização de atividades ilegais, como a prostituição, o tráfico de drogas e a mendicância, que é usada como meio para aumentar a renda familiar ou pessoal, lhes permitindo que sobrevivam precariamente.

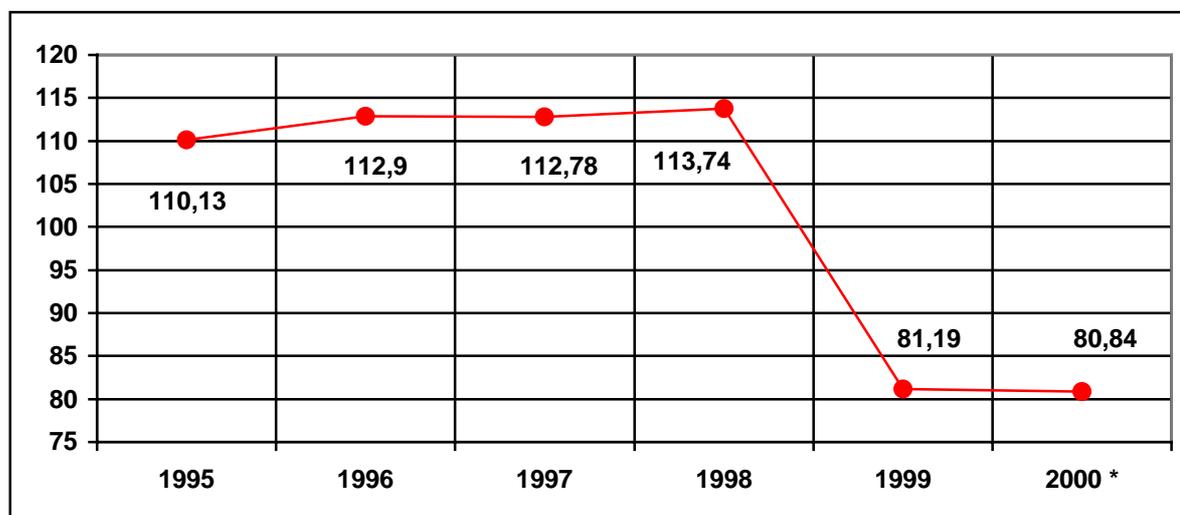
De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE³³ - o salário mínimo deveria ser 942,76 reais em janeiro de 2000, valor necessário para sustentar uma família composta por quatro pessoas. A tabela e gráfico a seguir contêm dados relativos a evolução do salário mínimo:

TABELA 1.04 – Evolução do salário mínimo no Brasil, 1995 – 2000

Ano	Valor (em US\$)
1995	110,13
1996	112,90
1997	112,78
1998	113,74
1999	81,19
2000 *	80,84

* Estimativa, considerando reajuste de 7% e US\$ 1,00 = R\$ 1,80.

Fonte: DIEESE

GRÁFICO 1.04 – Evolução do salário mínimo no Brasil, 1995 – 2000

Fonte: Dados: DIEESE – Gráfico: O autor

1.4.2. A pobreza

O dossiê da Comissão Mista do Senado Federal do Brasil, que em no dia 9 de Setembro de 1999, aprovou “*O Estudo sobre as Causas Estruturais e Conjecturáveis das Desigualdades Sociais e Apresentação de Soluções Legislativas para Erradicar a Pobreza e Marginalização, Redução das Desigualdades Sociais e Regionais*”³⁴, contém um diagnóstico das condições de pobreza no país realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA –, e apresenta uma análise dos gastos públicos na área social e as proposições legislativas em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional, posteriormente apresenta uma proposta específica para reduzir ou eliminar as situações de extrema pobreza através de um projeto de emenda

constitucional que prevê a criação de um *Fundo para a Erradicação da Pobreza* utilizando-se de recursos tributários.

O dossiê está constituído por seis capítulos e a seguir serão descritos os pontos mais importantes:

a) Audiências públicas: fundamenta-se nas declarações realizadas por diversas personalidades convidadas pelo IPEA, entre as mais relevantes se podem incluir as da Dra. Lena Lavinias, investigadora do IPEA, ela explica que:

(...) o Brasil convive com uma contradição caracterizada pelo excesso estrutural da oferta de mantimentos, em paralelo com o déficit igualmente estrutural da demanda por este tipo de bem.

Uma parcela expressiva da população brasileira não tem condições de consumir a quantidade mínima de produtos alimentícios necessária para uma sobrevivência digna, este problema é consequência da baixa renda obtida. O Dr. Roberto Borges Martins, presidente do IPEA, opina que o Brasil:

(...) não é um país pobre, apesar dos problemas econômicos experimentados nas últimas décadas, em realidade, existe um número de carentes em dimensão não proporcional a seu poder econômico.

Esta desproporção é motivada pela desigualdade das rendas que existem entre os diferentes setores da sociedade. No período compreendido entre 1993 e 1995 houve uma diminuição de 62 para 52 milhões de pobres, como consequência do *Plano Real*. A partir de 1996, a população pobre se estabilizou aproximadamente em 53 milhões. Borges esclarece também, que a menor quantidade de pobres registrada atualmente é consequência do elevado crescimento econômico ocorrido na década de 70. Esse fato demonstra que o crescimento econômico é insuficiente para erradicar a pobreza se não houver uma política de redução das desigualdades sociais.

Entretanto, Ricardo Paes de Barros explica:

(...) que a principal causa de que o Brasil seja mais pobre que outros países consiste no fato de que historicamente não foi concedida a importância necessária à educação.

A investigação por ele realizada indica que a educação é responsável por 40% das desigualdades de renda presentes na atualidade, o que contribui para a existência de altos índices de pobreza. Ele aconselha que os meios para minimizar a pobreza a longo prazo, sejam através da expansão do sistema educacional e a reforma agrária, e em curto prazo, a redistribuição de

ativos. Augusto de Franco, Secretário do Programa Comunidade Solidária, comenta:

(...) que a política social, tal como se implementou, sobre as forma de amparo e assistência, acaba por “alimentar a própria pobreza”, pois tacitamente premia mais às carências que os esforços endógenos para superá-los.

A experiência acumulada neste organismo lhe permitiu compreender que o desenvolvimento sustentável exige uma integração de esforços por parte do Estado e da sociedade como um todo. Por outro lado, a professora da Universidade Católica de São Paulo, a Dra. Aldaíza Sposati opina

(...) que primeiro se deve identificar à população de pobres, objeto das políticas governamentais como consequência das diferentes linhas de pobreza. Em segunda instância localizar geograficamente o pobre, pois a pobreza no Brasil não está restrita a algumas regiões, ela se encontra de maneira extensiva.

Isto significa que existe tanto em pequenos municípios como em grandes metrópoles, razão pela qual é necessário implantar programas diferenciados de acordo com as especificidades de cada situação.

Para a superação da pobreza é imprescindível combinar a ação conjunta das instâncias públicas municipais, estaduais e federal, e consiste em fazer convergir recursos para os municípios onde se devem realizar concretamente os programas de reversão para a exclusão social.

Conforme Raúl Jungmann, ex-ministro extraordinário da Política Agrária é necessário transformar o meio rural brasileiro em uma fronteira dinâmica de ocupação para o combate à pobreza. O campo está constituído por 34 milhões de habitantes e uma população economicamente ativa de 18 milhões, entre os quais 8 milhões sobrevivem sem nenhuma ocupação ou realizando trabalhos precários, em muitos casos sem obter nenhuma remuneração.

A reforma agrária representa uma saída para a redução da pobreza no meio rural, pois permite a criação de empregos a um custo menor em relação com o setor formal da economia, mas é necessário que existam programas paralelos de concessão de crédito bancário, infra-estrutura, previdência social rural, assistência à saúde e facilidade à educação e transporte.

Entre os programas a serem implantados no campo, ele defende também que é necessário:

1. elevar o nível cultural destas populações para que se adaptem às tecnologias emergentes visando a capacitação técnica que lhes permitirão a inserção de uma maneira sustentável em uma cadeia produtiva, é o caso também do emigrante, onde lhe são exigidos habilidades e conhecimentos para enfrentar a competição por empregos na nova economia globalizada;

 2. aumentar a renda da população brasileira, pois em 1977, 34% dela vivia com uma renda *per capita* inferior às linhas de pobreza, representando um contingente de 54 milhões de pessoas, apesar do elevado número, o volume total de recursos necessários seria de aproximadamente 37 bilhões de reais, valores atualizados até 1993, para superar a pobreza. Em termos relativos, a superação da pobreza, em 1997, representava aproximadamente 8% da renda das famílias brasileiras, percentual este previsto para a proporção de pobres na população brasileira, tomando em conta a renda *per capita* nacional.
- b) Análise das condições de pobreza: o problema se deve ao alto índice de desigualdade na distribuição de renda, que a causa principal da pobreza no Brasil, se esta desigualdade fosse reduzida, uma grande parcela da pobreza seria eliminada, ou seja, com o nível de renda *per capita* alcançado

atualmente, seria possível superar completamente a pobreza, caso este índice de desigualdade apresentasse um valor próximo à média internacional.

O dossiê mostra também que a desigualdade se manteve estável nos últimos vinte anos, ou seja, é uma característica resistente da realidade social brasileira.

Segundo Abranches³⁵, nos últimos anos, o Brasil se preocupou mais com suas desigualdades sociais, até certo ponto esta preocupação é positiva, mas não é suficiente, seria necessário ir à raiz do problema. Não se acabam com as desigualdades da noite para o dia, nem com a implantação de políticas sociais, para isso se deve escolher políticas econômicas adequadas.

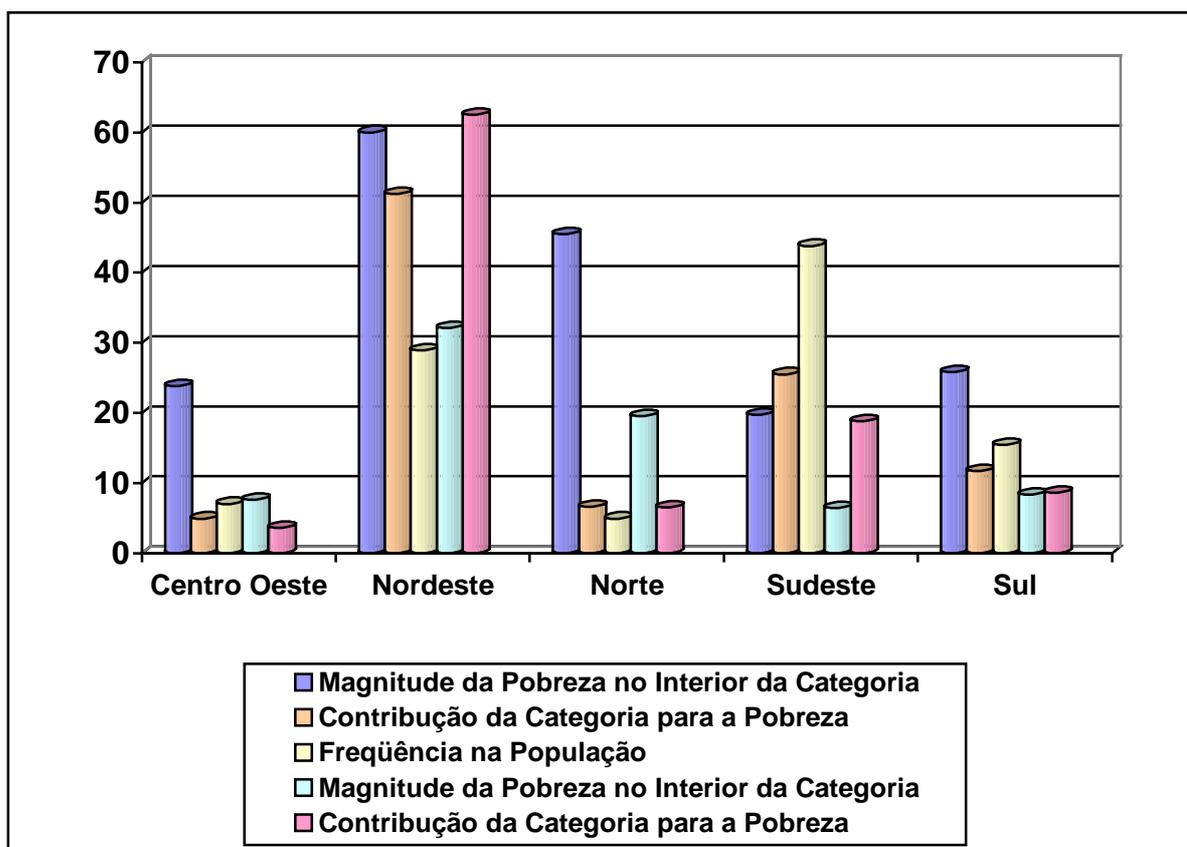
As maiores desigualdades estão mais relacionadas com aptidões e instituições que com políticas públicas. O crescimento econômico e as políticas sociais adotadas, que deveriam, em tese, ter caráter distributivo, não foram suficientes para alterar esse contexto.

A estrutura da pobreza e a variedade de grupos socioeconômicos existentes nas diversas regiões do país são dois fatores que contribuem para a pobreza como um todo. A seguir se mostrarão tabelas e gráficos sobre os diversos aspectos relacionados à pobreza no Brasil:

TABELA 1.05 – Estrutura da pobreza, por região, Brasil, 1997

Região	Linha de Pobreza			Linha de Indigência	
	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza	Frequência na População	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza
Centro Oeste	23,8	4,9	7,0	7,6	3,6
Nordeste	60,0	51,2	28,9	32,1	62,5
Norte	45,5	6,6	4,9	19,5	6,5
Sudeste	19,7	25,5	43,8	6,4	18,8
Sul	25,8	11,7	15,4	8,3	8,6

Fonte: Pesquisa por amostragem de domicílios – PNAD, 1997

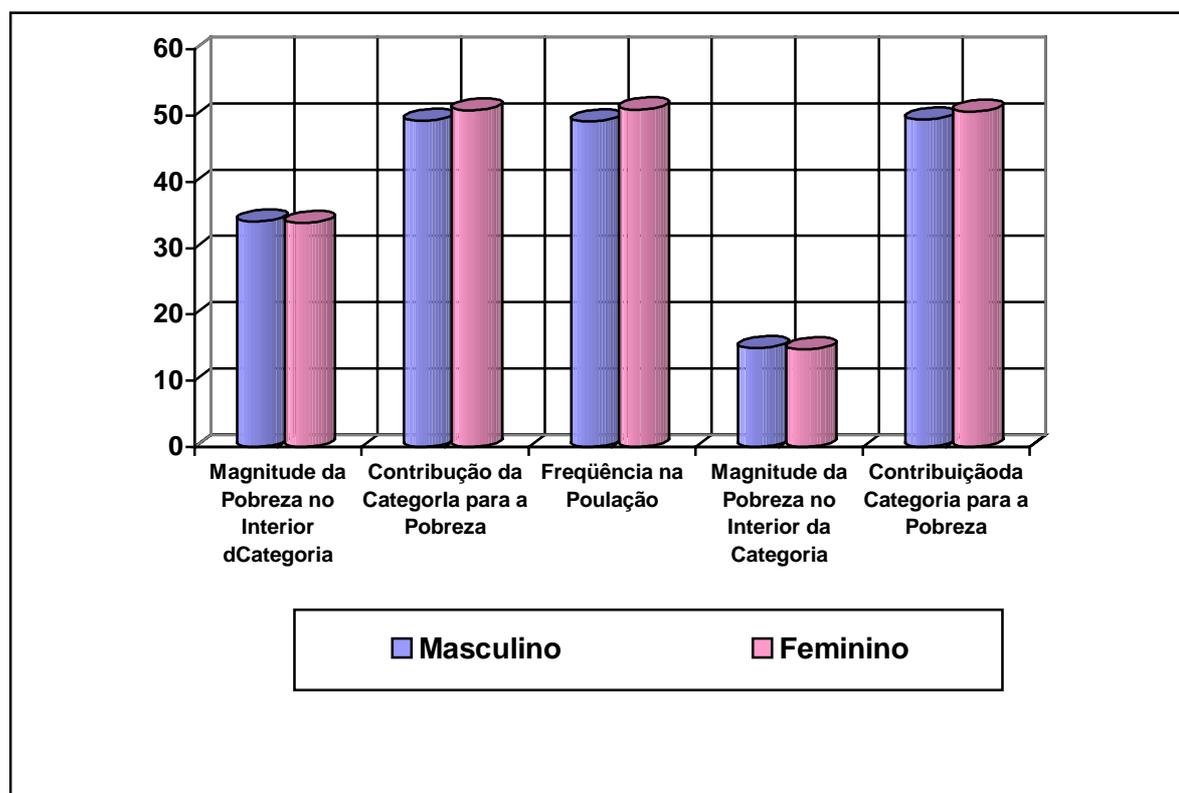
GRÁFICO 1.05 – Estrutura da pobreza, por região, Brasil, 1997

Fonte: Dados: PNAD – Gráfico: O autor

TABELA 1.06 – Estrutura da pobreza, por sexo, Brasil, 1997

Sexo	Linha de Pobreza			Linha de Indigência	
	Proporção de Pobres (%)			Proporção de Indigentes (%)	
	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza	Frequência na População	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza
Masculino	34,0	49,2	49,1	14,9	49,4
Feminino	33,8	50,8	50,9	14,7	50,6

Fonte: Pesquisa por amostragem de domicílios – PNAD, 1997

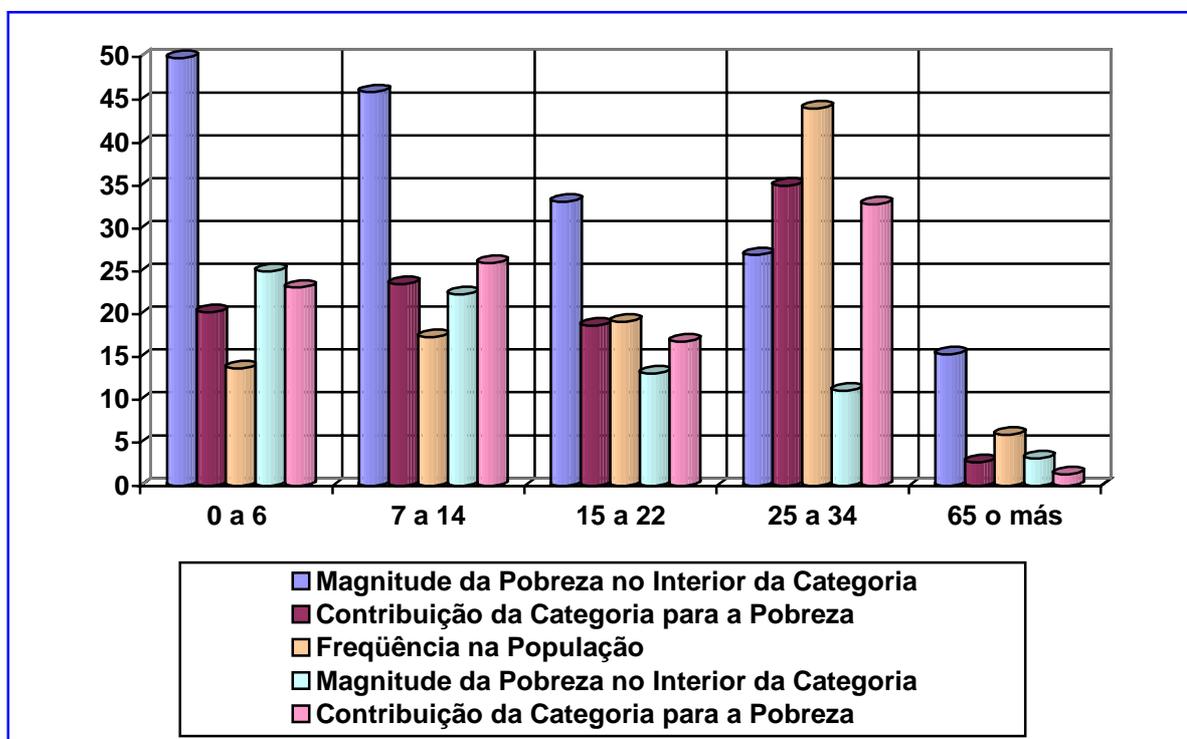
GRÁFICO 1.06 – Estrutura da pobreza, por sexo, Brasil, 1997

Fonte: Dados: PNAD – Gráfico: O autor

TABELA 1.07 – Estrutura da pobreza, por faixa etária, Brasil, 1997

Faixa Etária (em anos)	Linha de Pobreza			Linha de Indigência	
	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza	Frequência na População	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza
0 a 6	49,9	20,2	13,7	25,0	23,1
7 a 14	45,9	23,5	17,3	22,3	26,0
15 a 22	33,1	18,7	19,1	13,1	16,8
25 a 34	26,9	35,0	44,0	11,1	32,8
65 ou mais	15,3	2,7	5,9	3,2	1,3

Fonte: Pesquisa por amostragem de domicílios – PNAD, 1997

GRÁFICO 1.07 – Estrutura da pobreza, por idade, Brasil, 1997

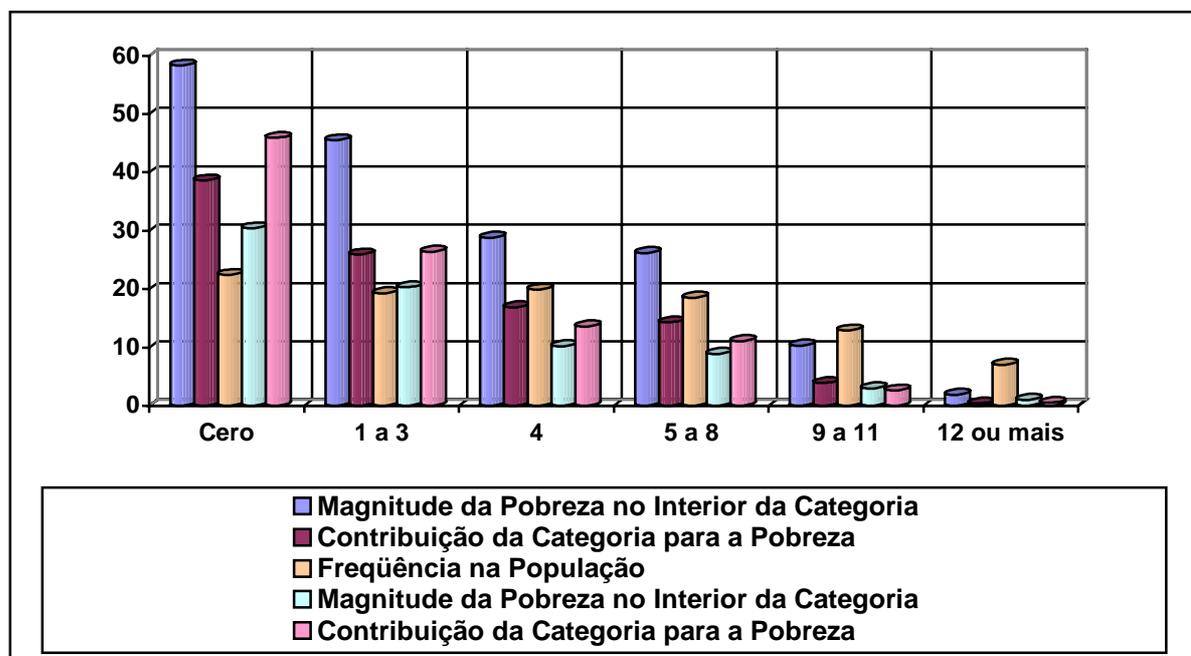
Fonte: Dados: PNAD – Gráfico: O autor

TABELA 1.08 – Estrutura da pobreza, segundo o nível educacional do chefe de família, Brasil, 1997

Nível Educacional (em anos de estudo)	Linha de Pobreza			Linha de Indigência	
	Proporção de Pobres (%)			Proporção de Indigentes (%)	
	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza	Frequência na População	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza
Zero	58,3	38,6	22,4	30,4	45,9
1 a 3	45,5	25,9	19,3	20,3	26,4
4	28,8	16,9	19,9	10,2	13,6
5 a 8	26,2	14,3	18,5	8,9	11,1
9 a 11	10,3	3,9	12,9	3,0	2,6
12 ou mais	1,9	0,4	7,0	1,0	0,5

Fonte: Pesquisa por amostragem de domicílios – PNAD, 1997

GRÁFICO 1.08 – Estrutura da pobreza, segundo o nível educacional do chefe de família, Brasil, 1997



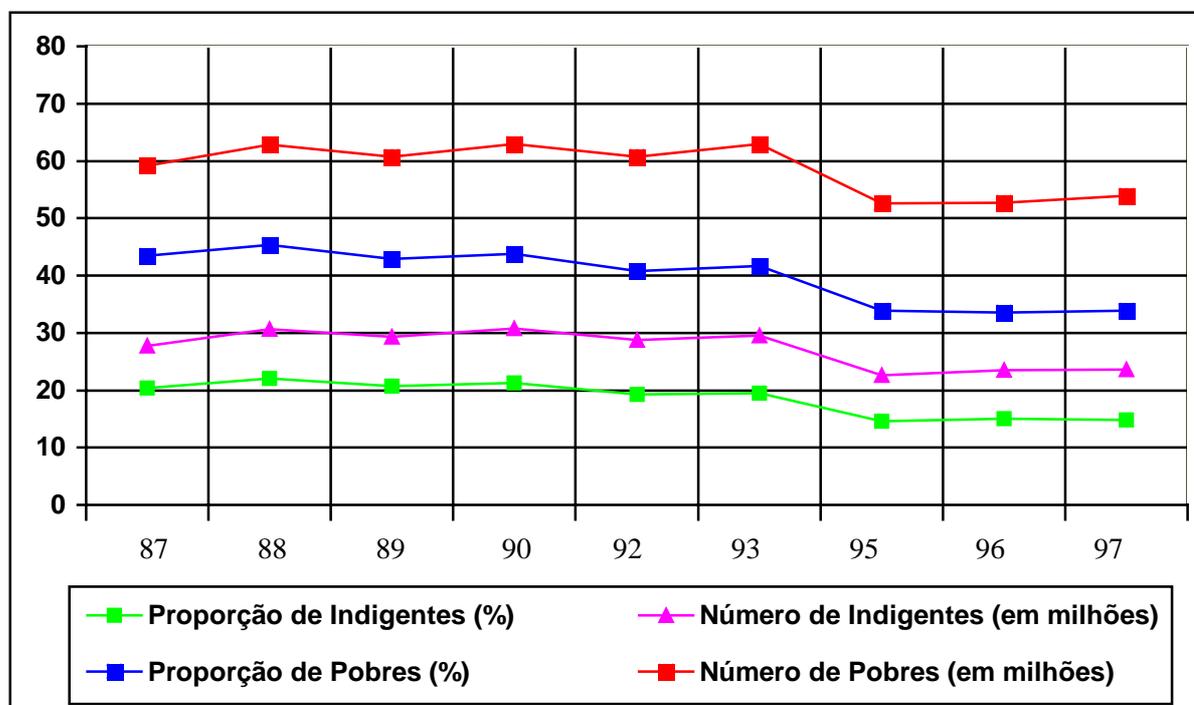
Fonte: Dados: PNAD – Gráfico: O autor

TABELA 1.09 – Evolução temporal dos indicadores de pobreza no Brasil, 1987 – 1997

Ano	Proporção de Indigentes (%)	Número de Indigentes (em milhões)	Proporção de Pobres (%)	Número de Pobres (em milhões)
1987	20,4	27,7	43,5	59,2
1988	22,1	30,6	45,3	62,8
1989	20,7	29,3	42,9	60,7
1990	21,3	30,7	43,8	63,0
1992	19,3	28,7	40,8	60,7
1993	19,5	29,5	41,7	62,9
1995	14,6	22,6	33,9	52,6
1996	15,0	23,5	33,5	52,7
1997	14,8	23,6	33,9	53,9

Fonte: Pesquisa por amostragem de domicílios – PNAD, 1997

GRÁFICO 1.09 – Evolução temporal dos indicadores de pobreza no Brasil, 1987 – 1997



Fonte: Dados: PNAD – Gráfico: O autor

Os dados apresentados anteriormente mostram que a pobreza é mais alta na zona rural (58%) que na urbana (28%), entretanto, 80% dos brasileiros residem na zona urbana e destes, 65% vivem abaixo da linha de pobreza; em grande escala, esta se torna um problema específico do meio urbano. Com relação às regiões geográficas pode-se dizer que a maior incidência de pobreza se encontra no norte e nordeste do país, esta região responde por mais da metade dos pobres do Brasil.

Apesar do elevado número de pessoas pobres, seria suficiente um valor equivalente a 4% do PIB para superar ou atenuar a pobreza no país. A investigação também conclui que os programas e serviços públicos sociais não atendem aos mais pobres, seria necessária uma adequação destes para que possam surtir efeito, teriam que ser contínuos e permanentes, pois para alcançar os resultados desejados é imprescindível levar em conta o tempo. Para combater a pobreza se deve estabelecer um conjunto de ações específicas dirigidas especialmente para a população pobre e independente das políticas sociais de âmbito geral. Contudo, a pobreza no Brasil é maior entre os jovens e adolescentes, se comparados com os adultos. Foi constatado também que a insuficiência de renda é maior entre os adultos que ainda trabalham que entre os adultos aposentados. Com relação ao sexo, a pobreza afeta indistintamente homens ou mulheres, ou seja, a intensidade da pobreza não registra variação segundo o sexo da pessoa.

Os dados revelaram também a relação que existe entre o grau de escolaridade do chefe da família e a pobreza. Estes confirmam que o papel da educação é fundamental para a superação da pobreza.

A evolução dos índices de pobreza e de indigência no período compreendido entre 1987 a 1997, se manteve relativamente inalterada. Neste período, os dados apresentaram flutuações devido aos planos macroeconômicos que o país teve, adotados pelos diversos governos.

1.4.3. A violência

A violência associada à criminalidade³⁶ tem crescido alarmantemente no Brasil. A maioria dos crimes violentos acontece nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, geralmente são delitos relacionados ao tráfico de drogas, contrabando de mercadorias e ao roubo de cargas de caminhões, e são praticados por quadrilhas especializadas. Estas possuem estrutura hierarquizada e responsabilidades bem definidas para seus integrantes, os grupos criminosos adotam procedimentos rígidos, têm conexões internacionais, movimentam grandes quantidades de dinheiro e respeitam as divisões territoriais. Sua ação é facilitada pela globalização da economia, pelo aperfeiçoamento dos meios de comunicação e pela abertura de canais ágeis e sigilosos para a transferência tanto do produto como do dinheiro, em muitas

ocasiões foi constatado o suborno a integrantes das forças policiais. Além disso, a *lei do silêncio* imposta a seus participantes dificulta o surgimento de denúncias. O crime costuma ser encoberto por uma atividade lícita, como o comércio. Esses fatos, aliados à movimentação financeira em paraísos fiscais, facilitam a lavagem do dinheiro gerado pelas quadrilhas, ou seja, sua legalização.

Entretanto, o tipo de crime mais comum é o furto, delito que se caracteriza pela não-violência. Em 1998, foram registrados 996,2 mil casos. Em segundo lugar aparece o roubo, delito em que se utiliza a violência ou a ameaça, com 478,8 mil casos. A posse e o tráfico de drogas, com 18,9 mil casos e o estupro com 13 mil casos registrados, aparecem em terceiro e quarto lugar, respectivamente.

Pela pesquisa sobre a *Análise Territorial da Violência* realizada pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER –, em 1996, o roubo foi registrado como o delito mais freqüente nas zonas mais pobres das metrópoles brasileiras. A epidemia de violência nas periferias está associada a fatores como a má distribuição de renda e o desemprego. As condições de vida como saneamento básico, saúde, educação e transporte, são precárias nessas regiões e contribuem para isso, criando uma sensação de exclusão social na população mais carente. Nos jovens, este sentimento se acentua com a falta de opções de

lazer, de um sistema de ensino de qualidade, de perspectiva profissional, emprego e ascensão social.

A participação de menores em delitos violentos tem originado debates na sociedade sobre a necessidade de responsabilizar criminalmente o jovem a partir de 16 anos, e não mais aos 18. Caso essa modificação seja aprovada, parte dos adolescentes infratores responderia processo como adulto e cumpriria pena dentro das penitenciárias comuns, atualmente superlotadas. Segundo o Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, 10% dos crimes ocorridos no país, são cometidos por menores. Em 1998, os adolescentes foram responsáveis por 687 homicídios e foram as vítimas em 2.034 casos.

Em relação à violência policial a Human Rights Watch (HRW), a mais importante organização não governamental de direitos humanos com sede nos Estados Unidos considerou a polícia brasileira como sendo uma das mais violentas do mundo.

As críticas mais freqüentes a esta corporação se referem a sua formação, à deficiência do treinamento, a carência de equipamentos e à falta de cursos de atualização.

O baixo salário ganho é outro fator relevante. Para aumentar o poder aquisitivo, muitos policiais trabalham como seguranças particulares nos dias livres e horários de folga, criando um acúmulo de serviço, provocando o aumento de estresse e como consequência cometem atos de violência. A maioria dos homicídios envolvendo policiais militares nas cidades de São Paulo do Rio de Janeiro, sejam como autores ou como vítimas, acontece fora do expediente oficial. As difíceis condições profissionais contribuem para que um grande número deles apresente problemas psicológicos e psiquiátricos ou relacionados a drogas ou álcool.

De acordo com Toledo³⁷, a mortalidade ocorrida pela epidemia de violência que aflige o Brasil, é um problema restrito a poucas cidades e a um número limitado de Estados. As mortes por homicídio ocorridas em 1997, revelaram que a maioria absoluta dos assassinatos se concentra em apenas 100 cidades. Ao mesmo tempo, em mais da metade dos municípios brasileiros não houve nenhum assassinato. Apenas 13% das 5.506 cidades registraram um índice de homicídio superior ao médio nacional em 1997, de 25,4 por cada 100.000 habitantes.

De 1979 até 1997, o número de brasileiros assassinados aumentou de 11.194 para 40.472. Os dados não permitiriam extrair conclusões sobre os motivos da violência, mas algumas hipóteses foram mais prováveis:

urbanização acelerada, desigualdades sociais, disseminação do crime organizado – quadrilhas de traficantes ou esquadrões da morte – e a chamada *onda jovem*, esta última relacionada a fenômenos demográficos.

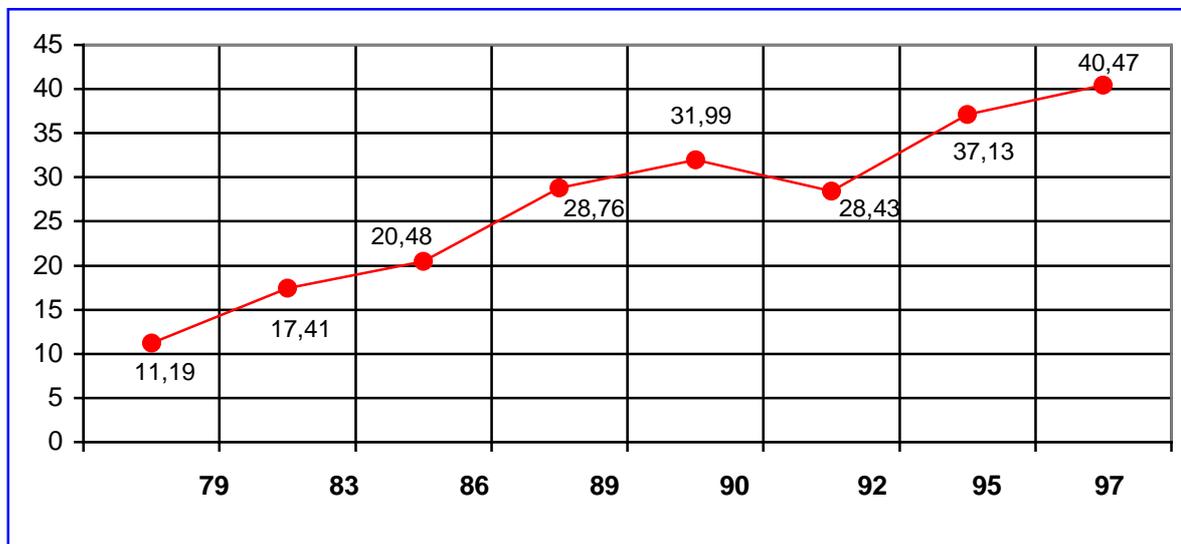
Atualmente, o país possui a maior geração de pessoas jovens que já existiu através do tempo e se encontram em plena adolescência. O efeito *onda jovem* se torna violento quando as *condições ambientais* são propícias, ou seja, se o jovem viver em uma região onde faltam as perspectivas de ascensão social, contato fácil com as drogas e a criminalidade. Não é coincidência que estes jovens formem um grupo de risco sujeito a suportar e a cometer todo tipo de delitos. A tabela e o gráfico apresentam a evolução da violência no Brasil:

TABELA 1.10 – Evolução do percentual de homicídios no Brasil, 1979–1997

Ano	Percentual
1.979	11,19
1.983	17,41
1.986	20,48
1.989	28,76
1.990	31,99
1.992	28,43
1.995	37,13
1.997	40,47

Fonte: SUS / Datafolha

GRÁFICO 1.10 – Evolução do percentual de homicídios no Brasil, 1979–1997



Fonte: Dados: SUS / Datafolha – Gráfico: O autor

A epidemia de violência se concentra em algumas das metrópoles mais ricas do país, é o caso de São Paulo (capital), que parece se refletir dela para o interior do estado. Assim, tomando-se em conta as maiores cidades, o índice de homicídios tende a diminuir à medida que aumenta a distância da área metropolitana. Já no estado de Pernambuco ocorre o fenômeno inverso.

Nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo a epidemia se concentra em suas capitais. Em ambos os casos, as causas apontam ao crime organizado, mas no Rio de Janeiro o problema está associado às brigas

entre quadrilhas do tráfico de drogas, enquanto que no outro estado, os assassinatos se devem aos *esquadrões da morte*.

1.5. Análise do Panorama Socioeconômico Brasileiro

Esta análise será realizada segundo os aspectos sociais e educativos.

1.5.1. Quanto ao aspecto social

Nas últimas cinco décadas, o Brasil passou por uma metamorfose estrutural, isto é, em 1940, a distribuição da população era de 31% na zona urbana contra 69% na zona rural. Em 1970, a distribuição da população teve uma inversão, 56% passaram a viver na zona urbana e 44% na zona rural. Segundo o censo de 2000 a população rural e urbana era de 19% e 81%, respectivamente.

Esta transformação se deve principalmente ao êxodo rural ocorrido nos últimos 50 anos como consequência das péssimas condições socioeconômicas a que estão submetidos seus habitantes.

- a) a falta de uma política séria e de continuidade que beneficiem às famílias mais carentes;
- b) a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e transporte;
- c) a privação de serviços de água potável, energia elétrica e telefonia;
- d) as poucas oportunidades de emprego;
- e) a ausência de bem-estar pessoal e familiar.

Estes problemas afetam a qualidade de vida dos habitantes do meio rural, obrigando-os a emigrar para os centros urbanos mais povoados do Brasil, com a finalidade de procurar uma vida mais digna que aquela que o campo lhes oferece.

Os dados revelam que a maioria das pessoas ou famílias que migram no Brasil são originárias dos Estados do Norte e Nordeste do país e o fluxo está direcionado ao Estado de São Paulo, especificamente a capital, maior centro industrial do país.

Deve-se esclarecer que a migração também acontece para outros centros urbanos, como é o caso do Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e Curitiba, mas não necessariamente

de pessoas que saíram do Norte e Nordeste do país, também há um grande fluxo de emigrantes de outras regiões do país.

Estas cidades se transformaram em centros multiplicadores de problemas sociais, principalmente de pobreza, devido à má distribuição da renda entre os diferentes setores da sociedade, fundamentalmente para as pessoas que abandonaram o campo, pois estas apresentam baixa escolaridade e não têm competência nem estão habilitados para obter bons empregos no setor industrial, que necessita de mão de obra qualificada para operar com as novas tecnologias e desta maneira conseguir a sobrevivência como empresa dentro de uma economia altamente competitiva e globalizada.

Além da falta de emprego, o emigrante enfrenta também a dificuldade para encontrar moradia, passando a viver em barracos insalubres nas zonas periféricas das grandes concentrações urbanas, sem acesso tanto aos serviços urbanos de água potável, esgoto, luz e de asseio urbano como aos serviços de saúde, transporte e vagas nas escolas para seus filhos. Este problema também aflige numerosas famílias que são oriundas do próprio estado. A ausência de todos estes serviços públicos que garantem a qualidade de vida do grupo familiar contribui, em muitos casos, para a aparição de conflitos, levando-os a desagregação.

A imensa aglomeração de pessoas vivendo em uma casa, que geralmente possui apenas um único cômodo, traz como consequência o aumento das doenças tanto nas estações de inverno como do verão, influenciando a saúde das crianças que em inúmeras ocasiões chegam ao óbito, pois estas famílias não têm acesso aos serviços públicos de saúde, aumentando assim os índices de mortalidade infantil.

Vale ressaltar a disputa existente entre os indivíduos que integram o grupo familiar por um espaço dentro da moradia. O alcoolismo, e os conflitos são freqüentes nestes ambientes, ocasionando o abandono do lar por parte dos pais ou das mães que procuram outro lugar para a subsistência, o mesmo ocorre com os filhos, muitos deles ainda são crianças ou adolescentes que freqüentemente são privados de uma alimentação adequada, de espaço físico para o bem-estar pessoal, sofrem violência física ou sexual, falta de entretenimento e lazer, falta de carinho e de apoio emocional, além da ausência do pai ou da mãe, quando não, de ambos.

5.1.2. Quanto ao aspecto educativo

Embora não se tenha apresentado todos os problemas que afligem o sistema educativo brasileiro, pelos dados estatísticos apresentados se observa que são muitos. Os últimos governos introduziram diversos

programas para levar escola a todos e para a melhoria da educação no Brasil, com tudo não foram suficientes, pois não satisfazem as carências dos setores menos favorecidos da sociedade, entre os quais se podem citar:

- a) a oferta de um ensino de baixa qualidade para os filhos dos habitantes da zona rural;
- b) a baixa escolaridade dos habitantes que abandonaram o campo que as tornam sem habilitação para enfrentar as tecnologias emergentes numa economia competitiva e globalizada;
- c) o alto índice de analfabetismo;
- d) o expressivo número de crianças que ainda não tem acesso à escola;
- e) o elevado índice de evasão escolar;
- f) professores mal preparados e com baixa remuneração salarial;
- g) grade curricular que não atende as diferenças regionais;
- h) material didático não adequado à realidade social da criança e do adolescente;
- i) sistema de ensino pouco atraente aos anseios dos jovens.

Em geral, estes motivos levam as crianças e adolescentes a tomarem a decisão de abandonar o lar na busca por um ambiente que lhes seja mais *acolhedor*, optando por viver nas ruas, parques e praças das grandes cidades.

Não há pesquisas que indiquem, com certeza, que seja este o caminho percorrido pelos jovens para chegar até a rua. Entretanto, as evidências apresentadas no panorama socioeconômico brasileiro, indicam que essas causas sejam as mais prováveis.

NOTAS

-
- ¹ VESENTINI, José. **Sociedade e espaço: geografia geral e do Brasil**. 39. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ² VIOLANTE Maria. **O dilema do decente malandro**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985
- ³ MAGNOLI, Demetrio; ARAÚJO, Regina. **Geografia geral e do Brasil: paisagem e território**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- ⁴ FOLHA DE SÃO PAULO, 12.08.97. **Censo prévio do IBGE / 1996**.
- ⁵ TOLEDO, José Roberto. **A epidemia de violência no Brasil**. Folha de São Paulo, 17.10.1999.
- ⁶ MOREIRA, Igor. **Geografia geral e do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ⁷ FOLHA DE SÃO PAULO, 12.08.97. **Censo prévio do IBGE / 1996**.
- ⁸ DUARTE, Ana Cristina. **Censo 2000**. GloboNews.com.
- ⁹ VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da educação: reproduzir e transformar**. São Paulo: FTD, 1996.
- ¹⁰ PILETTI, Claudinho; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- ¹¹ PILETTI, Claudinho. **Filosofia da educação**. São Paulo Ática: 1990.
- ¹² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 128.
- ¹³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. op. cit. p. 129.
- ¹⁴ XAVIER, Maria; RIBEIRO, Maria; NORONHA, Olinda. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.
- ¹⁵ SUPLEMENTO DE EDUCAÇÃO. Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo. Março de 1997.
- ¹⁶ REVISTA Nova Escola, São Paulo: Abril, Ano XII, N.º 100, mar. 1997. p. 44 – 45
- ¹⁷ LEITE Ligia. **A magia dos invencíveis: os meninos de rua na escola tia ciata**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- ¹⁸ DREXEL, Jonh. **Criança e miséria: vida ou morte**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- ¹⁹ GOIS, Antonio. **Brasil campeão mundial de reprovação**. Folha de São Paulo, 01.03.2000.
- ²⁰ PILETTI, Claudinho. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 1990.
- ²¹ SAVIANI, Demerval...et. al. **Filosofia da educação brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Afiliada, 1994.
- ²² PAIVA, Esdras. **O simples funciona: MEC revoluciona o ensino sem projetos mirabolantes**. Revista Veja. Ed. 1544. Ano 31. N.º 31. São Paulo: Abril, 1998.
- ²³ BERNARDES, Betina. **Educação**. FOLHA DE SÃO PAULO, 30.12.98.
- ²⁴ MOREIRA, Igor. **Geografia geral e do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ²⁵ ALMANAQUE ABRIL, 2000. 7. ed. São Paulo: Abril Multimídia, 2000.
- ²⁶ LAHÓZ, ANDRÉ. **Lição de Casa**. Revista Exame. ed. 711. Ano 34. N.º 7. São Paulo: Abril, 2000. p. 172-180.
- ²⁷ DIMENSTEIN, Gilberto. **O analfabetismo no Brasil**. Folha de São Paulo, 17.10.99.
- ²⁸ GOIS, Antonio. **Brasil campeão mundial de reprovação** Folha de São Paulo, 01.03.2000.
- ²⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. 12.08.97. **Censo prévio do IBGE / 1996**.
- ³⁰ DUARTE, Ana Cristina. **Censo 2000**. GloboNews.com.
- ³¹ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998. p. 5196.
- ³² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. op. cit. p. 12-13.
- ³³ FOLHA DE SÃO PAULO. 27.02.2000. **Evolução do salário mínimo no Brasil**.
- ³⁴ INTERNET: <http://www.abong.org.br>. **O Estudo sobre as Causas Estruturais e Conjecturáveis das Desigualdades Sociais e Apresentação de Soluções Legislativas para Erradicar a Pobreza e Marginalização, Redução das Desigualdades Sociais e Regionais**.
- ³⁵ ABRANCHES, Sergio. **As desigualdades do Brasil**. Revista Veja. Ed. 1684. Ano 34 - N.º 24. São Paulo: Abril, 2001. p. 105.
- ³⁶ **Brasil atual: criminalidade**. ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril Multimídia, CD-ROM, 2000.
- ³⁷ TOLEDO, José Roberto. **A epidemia de violência no Brasil**. Folha de São Paulo, 17.10.1999.

CAPÍTULO II

A REALIDADE ATUAL DAS CRIANÇAS DE RUA OU EM SITUAÇÃO DE RISCO NO BRASIL

A finalidade deste capítulo consiste em mostrar a realidade de crianças de rua ou em situação de risco no Brasil, partindo da evolução histórica do problema desde a Época Colonial até os dias atuais, buscando mostrar as causas que os levam às ruas e também dados estatísticos sobre a realidade em que vivem estas crianças e suas famílias, assim como o perfil por elas apresentado atualmente.

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos menores que optaram por viver na rua, julgamos necessário estudar como evoluiu o problema através do tempo, fazendo-se uma síntese sobre a situação do menor “*na rua*” e “*de rua*”, a violência cometida contra eles, o envolvimento deles com a criminalidade, o perfil do menor internado nos reformatórios públicos brasileiros, as legislação e normas estabelecidas com o propósito de proteger e cuidar dos interesses destes jovens, se descreverá a evolução histórica das instituições públicas, as ações desenvolvidas pelas

instituições privadas de apoio ao menor, como a UNICEF, a Pastoral da Criança, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e as Entidades de Assistência Social Financiadas por Pessoas Famosas.

Finalmente, se fará uma análise da realidade atual do menor de rua ou em situação de risco, pois pelo exposto acima se percebe a importância do estudo para uma melhor compreensão da problemática.

2.1. Evolução Histórica do Problema

Drexel¹ (1989: 22 - 25), relatou que a partir 1726, a situação do menor abandonado começou a destacar-se, sendo chamados “*expostos*”. Muitas crianças foram abandonadas nas ruas desertas para que morressem de fome ou à beira das praias para que fossem levados pelas águas.

O abandono dos “*expostos*” era devido à falta de recursos econômicos dos pais ou por motivos sociais, como era o caso das mães solteiras que pertenciam às classes sociais mais elevadas.

Em 1871, a promulgação de Lei do Ventre Livre – relativa ao filho de escrava em estado de gravidez – que concedia a liberdade ao recém-nascido (denominado *ingênuo*), contribuiu para o aumento de crianças

abandonadas, pois os *senhores* se recusavam a alimentar aos seres que não poderiam mais ser utilizados no futuro como *braço escravo*.

Ao final do século XIX, os filhos órfãos dos imigrantes que morriam na travessia do Oceano Atlântico recebiam abrigo dos padres e freiras de diversas congregações. Esses menores foram recebendo classificações discriminatórias como: *expostos, ingênuos, trombadinhas ou meninos de rua*.

Schneider² (1997: 35-36) afirmou que o problema dos meninos que vivem nas ruas brasileiras está amplamente documentado na literatura existente sobre o assunto entre 1900 a 1995. Esse referencial teórico nos permite dizer que as crianças que vivem nas ruas nem sempre tiveram este local como residência. Os meios de comunicação informam regularmente que não há assistência às necessidades básicas do menor que perambulam pelas ruas no Brasil, principalmente nas grandes cidades, não se trata mais de um problema que alcança um pequeno número de crianças, e sim um número expressivo de desamparados. Ele entende ainda que compreender as raízes deste problema da sociedade estaria em encontrar os caminhos que possibilitem uma solução ou, pelo menos, alternativas que o minimizem.

Reis³ (1997: 125) expôs que a situação das crianças de rua na América Latina não pode mais ser tratada como um problema de desvio de conduta. A solução sempre é a mesma, criar instituições para albergá-las, e

impor-lhes conceitos autoritários e valores formais que não têm nenhuma relação com sua origem. Ele afirmou ainda que esta situação está crescendo geometricamente devido ao modelo urbano - industrial vigente na região desde os anos 50. Além disso, se deve levar em conta a política neoliberal que prepondera nos dias atuais e que foi adotada em muitos países do Terceiro Mundo objetivando melhorar a péssima situação econômica em que se encontram, como consequência das más gestões da Administração Pública, que submete aos habitantes menos favorecidos a sofrimentos desnecessários.

Para Nascimento⁴ (1998: 49) o problema do menor que vive na rua é mais visível no Brasil. Eles estão presentes nos cartões postais, nos becos escuros, dormem nos bancos das praças e se encontram abandonados à própria sorte. A luta diária para sobreviver se tornou uma loteria.

Vale ressaltar que atualmente são crianças e adolescentes de origens muito pobres, abandonados, discriminados, infratores ou não. A maioria delas são negras e se encontram ao longo do território nacional.

2.2. O Menor em Situação de Risco

Se podem distinguir dois tipos de menores em situação de risco que perambulam pelas ruas das cidades brasileiras: o *menor “na” rua* e o *menor “de” rua*

2.2.1. O menor “na” rua

São crianças que mantêm o vínculo familiar e não são marginais, em geral, ajudam a reforçar o orçamento familiar vendendo mercadorias, engraxando sapatos, cuidando de carros em estacionamentos. Há também os que pedem esmolas.

De acordo com Thury e Kachani⁵, uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro pelo Rubem César Fernandes e o SOS – Criança sobre a atividade infantil no Brasil, mostra que 40.000 menores de 18 anos perambulam pelas ruas dos principais centros urbanos do país; 80% vivem com a família; 10.000 dormem nas ruas; de cada oito crianças que circulam pelas cidades cinco pedem esmola, dois vendem chocolates, frutas ou exercem outra atividade e um rouba; as que pedem esmolas ganham, em média, 20 reais por dia; um em cada quatro meninos ou meninas que se encontram nos semáforos freqüenta a escola; 70% das crianças que pedem esmola estão em companhia da mãe; 85% das crianças que vivem nas ruas pedem esmola em companhia da mãe, do pai ou de ambos, desta porcentagem, 42% são crianças com menos de seis anos de idade e uma em cada quatro vai à escola.

Em relação às famílias destes menores, as informações disponíveis são bastante escassas e predominam a análise obtida através dos

censos nacionais, que se restringem aos aspectos demográficos e não permitem desvendar toda a complexidade da estrutura e dinâmica familiar, nem das características sócio culturais particulares. Entretanto, algumas delas podem contribuir para a presença do menor na rua, por exemplo, a extrema pobreza, a condição de emigrantes e a desagregação familiar, geralmente representada pela ausência do pai, transferindo à mãe o papel de chefe da família.

2.2.2. Menor “*de*” rua

Para Drexel, são crianças que vivem na rua, fazendo dela sua casa e não conservam os laços familiares. Organizam-se em grupos, escolhem determinados lugares públicos como ponto de encontros e realizam pequenos trabalhos ou furtos. A maioria é filhos de famílias que migraram do meio rural e sofrem com a violência do choque cultural com o meio urbano, comprometendo a estrutura familiar. Em geral, os pais destas crianças apresentam baixo nível de escolaridade ou são analfabetos, possuem pouca ou nenhuma formação profissional, caracterizados por ocupações pouco rentáveis nos setores não produtivos e os que são absorvidos como trabalhadores no setor produtivo têm baixa remuneração, em que a instabilidade ocupacional e o desemprego são freqüentes. As famílias são desorganizadas devido à ausência do pai (falecimento, alcoolismo, tóxicos, abandono ou prisão) ou também pela ausência da mãe (abandono, falecimento, prostituição, prisão ou drogas).

Geralmente, não existe relação do *menor* com a família, ou há dificuldade na relação afetiva com esta, seja pela ausência ou pela rejeição dos familiares, seja pela presença de padrastos ou madrastas com outros filhos. Frequentemente, a desorganização da família ocorre quando o menor ainda é criança. Tanto pelos motivos citados como pela fome e pelos maus tratos por parte dos pais ou familiares, que levam estas crianças a fugirem de seus lares para viver ou perambular pelas ruas, praças ou parques das cidades cometendo delitos ou infrações e sujeitos a todo tipo de violência.

2.3. Violência Contra os Meninos e Meninas da Rua

No Brasil é visível a violência contra os meninos e meninas de rua. Uma das tragédias mais marcantes que se pode citar ocorreu à meia noite do dia 23 de julho de 1993, na marquise da Igreja da Candelária, situada no centro de Rio de Janeiro, onde dormiam quarenta *crianças de rua*, setes deles com idade entre 11 e 22 anos, foram assassinados fria e brutalmente. Tal acontecimento é conhecido como o “*Massacre da Candelária*”⁶. Este é somente um fato, mas a estimativa de assassinatos de menores nas metrópoles brasileiras é de quatro vítimas por dia. A grande maioria destes crimes é cometida por grupos de extermínio formados por policiais militares subvencionados por comerciantes, empresários de hotelaria e do turismo que se

ressentem da delinquência praticada pelos *meninos de rua*. A Anistia Internacional cita a polícia e “*os esquadrões da morte*” como os responsáveis por muitos destes crimes. Segundo Dimenstein⁷ (1991: 31), um comerciante, que paga a um grupo de *justiceiros* – assassinos de aluguel – na periferia de São Paulo, para justificar sua ação explica que:

(...) ninguém quer que os meninos morram. O problema é que eles não têm solução. A polícia os aprende, o juiz os coloca em liberdade e eles retornam para roubar. E minha loja continua ameaçada. Eu não tenho o direito de ter uma loja?

Este é o raciocínio mais comum entre os empresários, que reclamam da falta de segurança. Há outras expressões que também chocam por sua crueldade, “*na rua, os meninos jogam como crianças, amam como adultos e roubam como bandidos*”⁸ e “*menino de rua bom, é menino morto*”⁹.

Cheniaux¹⁰ (1986: 14), comenta que, “*o menino de rua é caracterizado como criminoso em potencial e facilmente influenciável para assumir condutas anti-sociais*”.

Medeiros¹¹ (1992: contracapa), informou que no Brasil havia 36 milhões de crianças carentes, sete milhões estavam abandonadas pelas ruas do país, algumas estatísticas já admitiam 12 milhões. Ele comentou que a

UNICEF realizou uma pesquisa em todo o país e comprovou que mais de 500 mil meninas menores trabalhavam como prostitutas. Esta situação coloca as crianças em um quadro de degradação como seres humanos, devido à miséria em que vivem, sendo obrigados muitas vezes pelas próprias circunstâncias a cometer delitos.

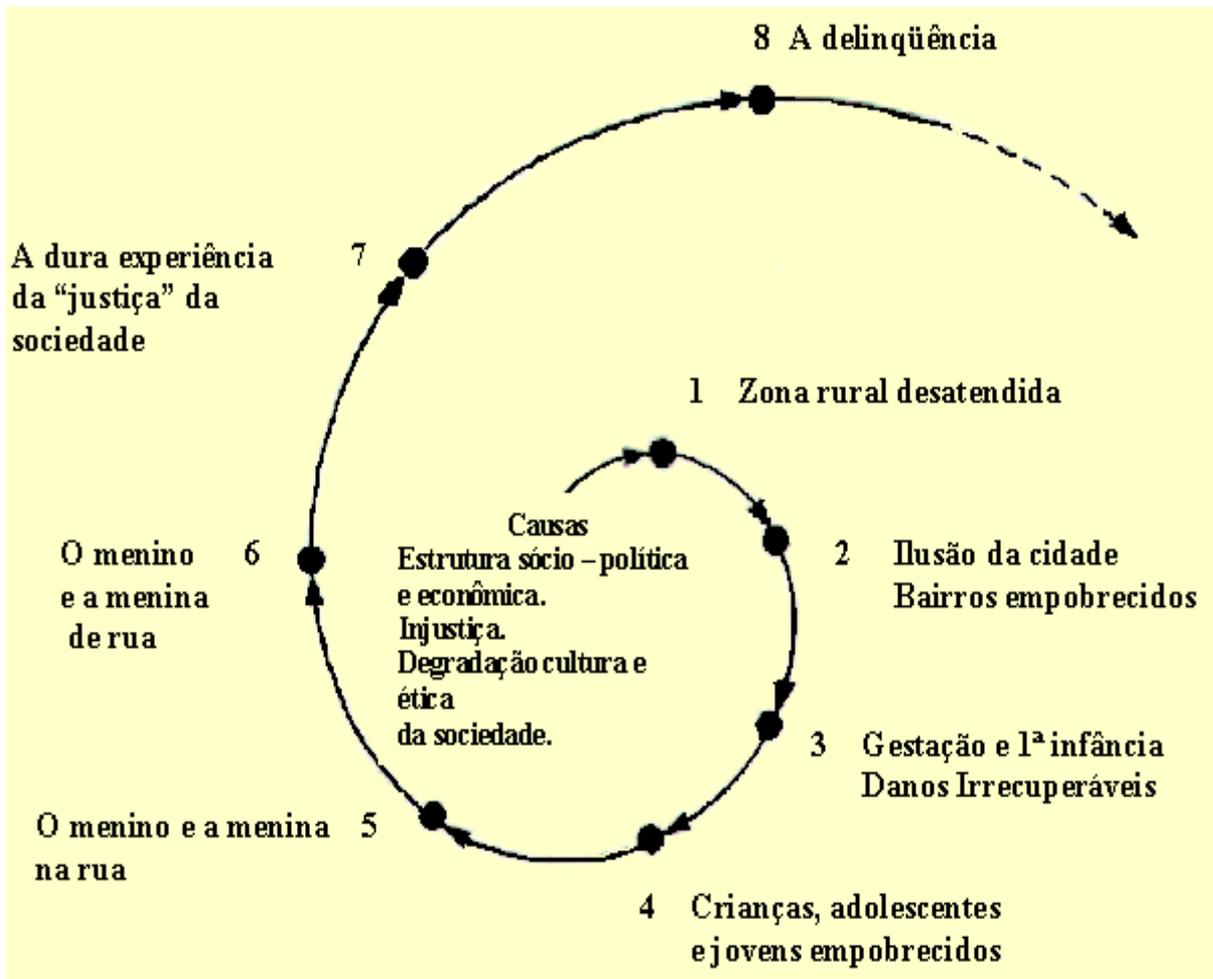
2.4 Envolvimento dos Meninos e Meninas de Rua com o Crime

Segundo Drexel (1989: 52-53), a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB – realizada em 1987 utilizou como texto base o tema “*Quem acolhe o menor a mim acolhe*”, a Igreja Católica manifestava a preocupação com o destino das crianças pobres. Nesse tema se destaca um resumo sobre “*o ciclo da marginalização do menor*”, este não esgota o intrincado de causas, nem a trajetória de grupos específicos, mas dá uma visão sólida dos caminhos percorridos pela população do meio rural até as concentrações urbanas.

O ciclo abaixo confirma as evidências apresentadas no capítulo anterior de que muitas crianças e adolescentes que perambulam atualmente pelas ruas do Brasil provêm de famílias que emigraram devido ao desatendimento à zona rural, apontando como causas desta emigração a

estrutura sócio-política e econômica, a injustiça, a degradação cultural e ética da sociedade.

Fluxograma 2.01 - O ciclo da Marginalização no Brasil



Fonte: Campanha da Fraternidade – CN BB, 1987.

Entretanto, o Grupo Especial de Investigação sobre os Crimes Contra a Criança e o Adolescente do Departamento de Homicídios e

Amparo à Pessoa¹², constatou que de janeiro a setembro de 1997, foram assassinados na capital do país, 235 meninos e 12 garotas.

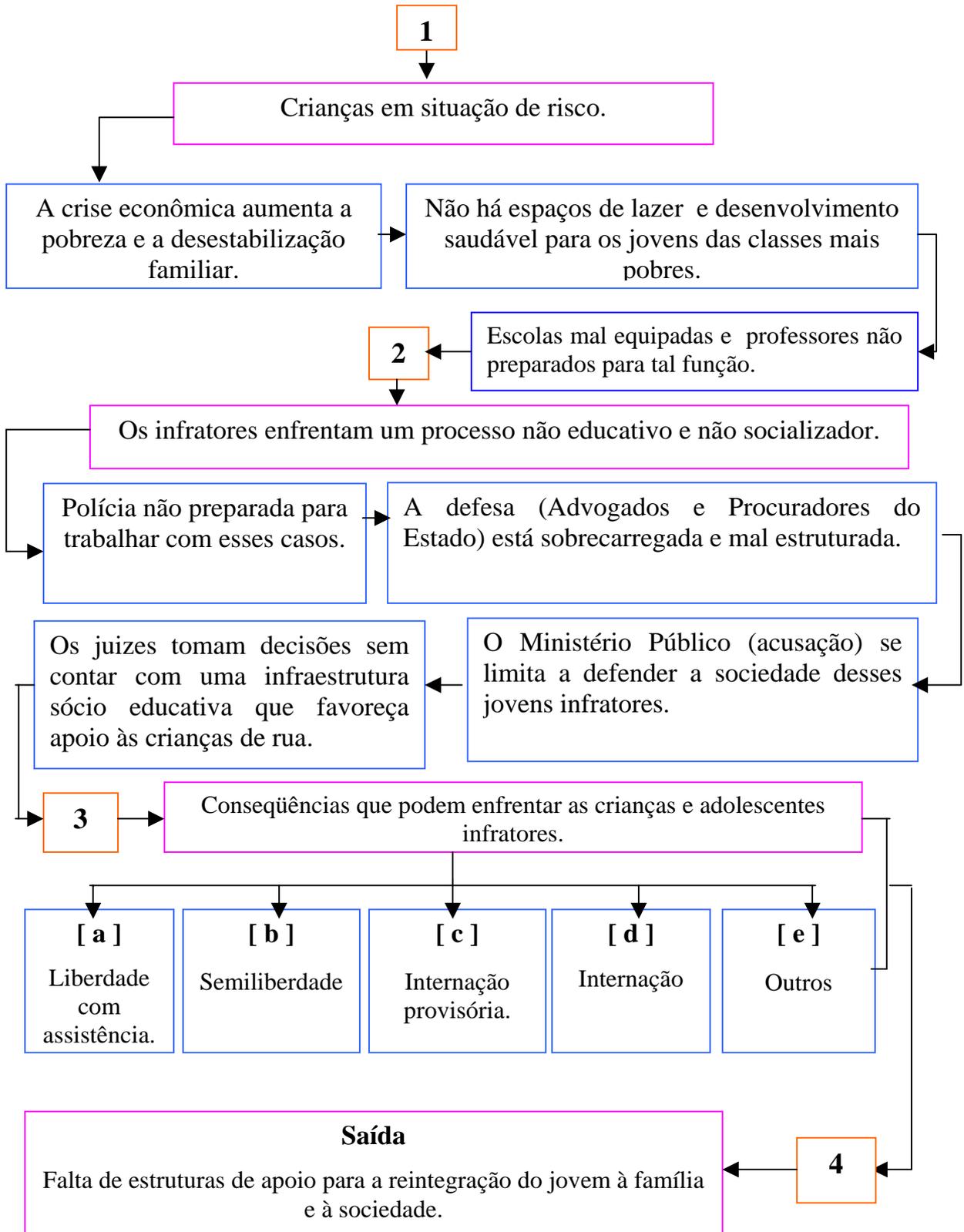
As vítimas eram suspeitas de participação em assaltos seguidos de morte, homicídios e lesões corporais de natureza grave. Muitos destes jovens foram eliminados por traficantes ou em brigas pela divisão dos produtos roubados ou ainda envolvimento com o tráfico e consumo de drogas. Também se comprovou que 70% deles tiveram passagem por institutos correcionais por roubo ou por homicídios.

Outra pesquisa realizada com 525 crianças de rua entre abril e junho de 1997, pelo SOS Criança¹³, entidade da Secretária de Estado da Criança, Família e Bem-Estar Social, se verificou que esses menores, com idade inferior a 18 anos, eram levados às ruas por dificuldades econômicas, dependência de drogas ou álcool, falta de moradia, morte dos pais ou isolamento social.

A negligência, principalmente a afetiva e alimentar, respondia como uma das causas que os conduzem à rua.

Lozano e Rossetti¹⁴ descrevem o processo que leva a muitos menores a se envolver com o crime, conforme o fluxograma a seguir:

FLUXOGRAMA 2.02 – Processo de envolvimento dos menores com o crime no Brasil



As conseqüências que meninos, meninas e adolescentes podem enfrentar depois de terem cometido algum delito e o juiz poderá decidir por uma das seguintes alternativas:

- a) liberdade com assistência: o jovem não é preso ou internado, mas deverá ter acompanhamento de adultos ou de entidades para superar seu problema. Na prática isto não existe, as crianças e adolescentes ficam soltos, sem nenhum tipo de assistência;
- b) semiliberdade: o jovem deve dormir em uma instituição responsabilizada por sua custódia. Mas essas instituições estão superlotadas, têm uma infraestrutura pouco apropriada, encontram-se longe das famílias e de possíveis locais de trabalho ou de estudo;
- c) internação provisória: destinado a dar tempo para que as partes envolvidas encontrem uma solução mais adequada a cada caso. Na verdade, não passa de um castigo; pois estas crianças e adolescentes ao cometer uma infração são detidos por 45 dias e depois colocados em liberdade;
- d) internação: o prazo máximo de internamento é de três anos. Funciona em instituições de grande tamanho, que abrigam centenas ou milhares de jovens infratores, com apoio pedagógico e psicológico insuficiente para a reeducação e socialização dos mesmos;
- e) outros: neste caso são dadas apenas advertências, realizarem tarefas em benefício da comunidade ou repararem o dano cometido.

Ao sair destas instituições, faltam aos meninos e meninas a estrutura emocional e o apoio para sua reinserção na sociedade,

trazendo como consequência um alto índice de reincidência, ou seja, quatro em cada dez jovens retornam às unidades de internação.

2.5. Perfil do Menor Internado nos Reformatórios Brasileiros

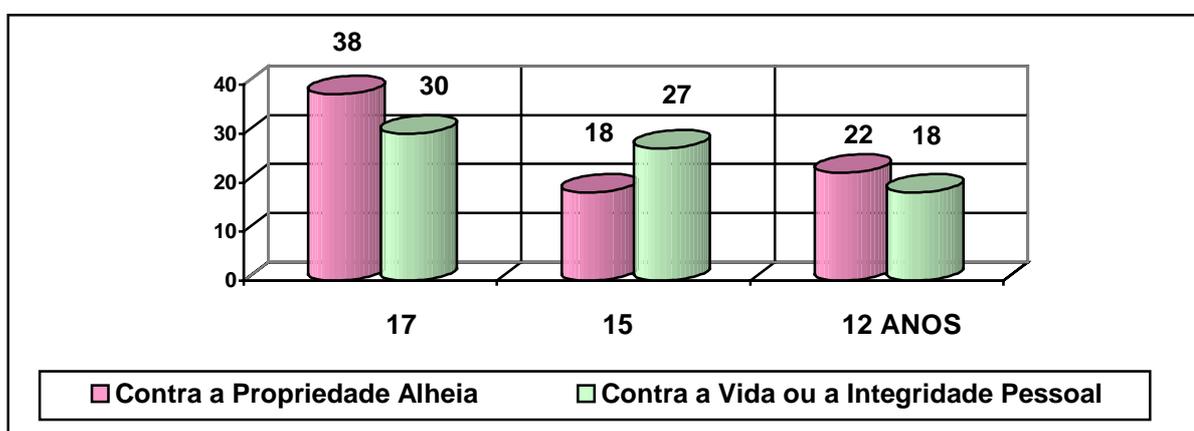
Falcão¹⁵ comentou que uma pesquisa realizada pela UNICEF, revelou os traços característicos mais comuns do menor infrator no Brasil, conforme se pode observar nas tabelas e gráficos a seguir:

TABELA 2.01 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a idade ao momento de cometer o delito, 1998-99

Delito \ Idade ao Cometer o Delito	Contra a Propriedade Alheia (%)	Contra a Vida ou a Integridade Pessoal (%)
17	38	30
15	18	27
12	22	18

Fonte: UNICEF

GRÁFICO 2.01 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a idade ao momento de cometer o delito, 1998-99



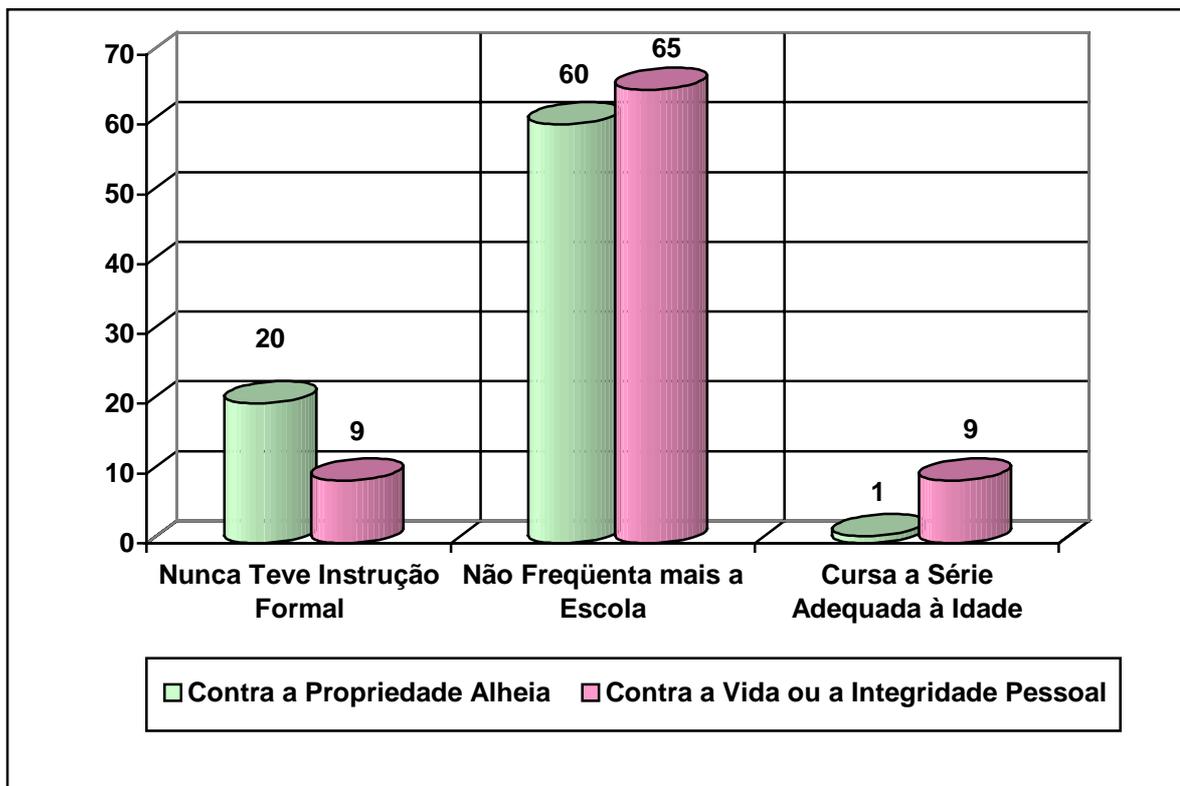
Fonte: Dados: UNICEF - Gráfico: O autor

TABELA 2.02 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e o grau de instrução, 1998-99

Delito	Contra a Propriedade Alheia (%)	Contra a Vida ou a Integridade Pessoal (%)
Nunca teve Instrução Formal	20	9
Não Frequenta mais a Escola	60	65
Cursa a Série Adequada à Idade	1	9

Fonte: UNICEF

GRÁFICO 2.02 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e o grau de instrução, 1998-99



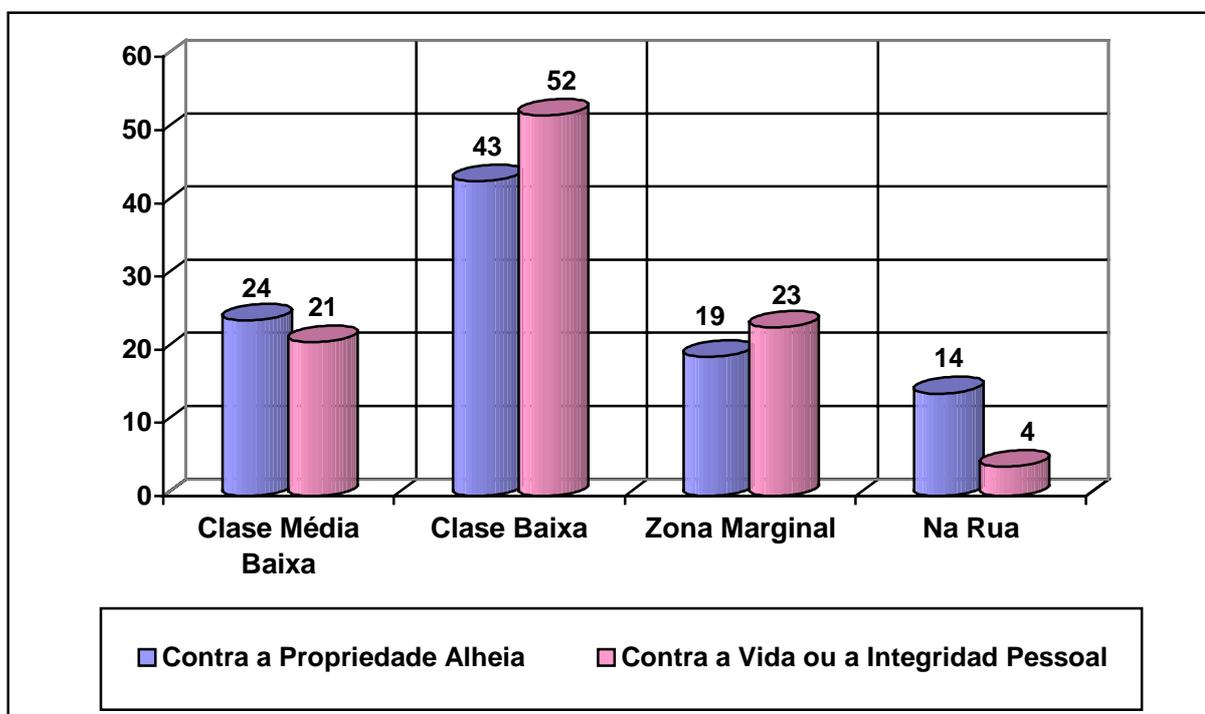
Fonte: Dados: UNICEF - Gráfico: O autor

TABELA 2.03 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a classe social ou lugar em que vivia, 1998-99

Classe Social ou Lugar em que Vivia	Delito	Contra a Propriedade Alheia (%)	Contra a Vida ou a Integridade Pessoal (%)
Classe Média Baixa		24	21
Classe Baixa		43	52
Na Zona Marginal		19	23
Na Rua		14	4

Fonte: UNICEF

GRÁFICO 2.03 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a classe social ou lugar em que vivia, 1998-99



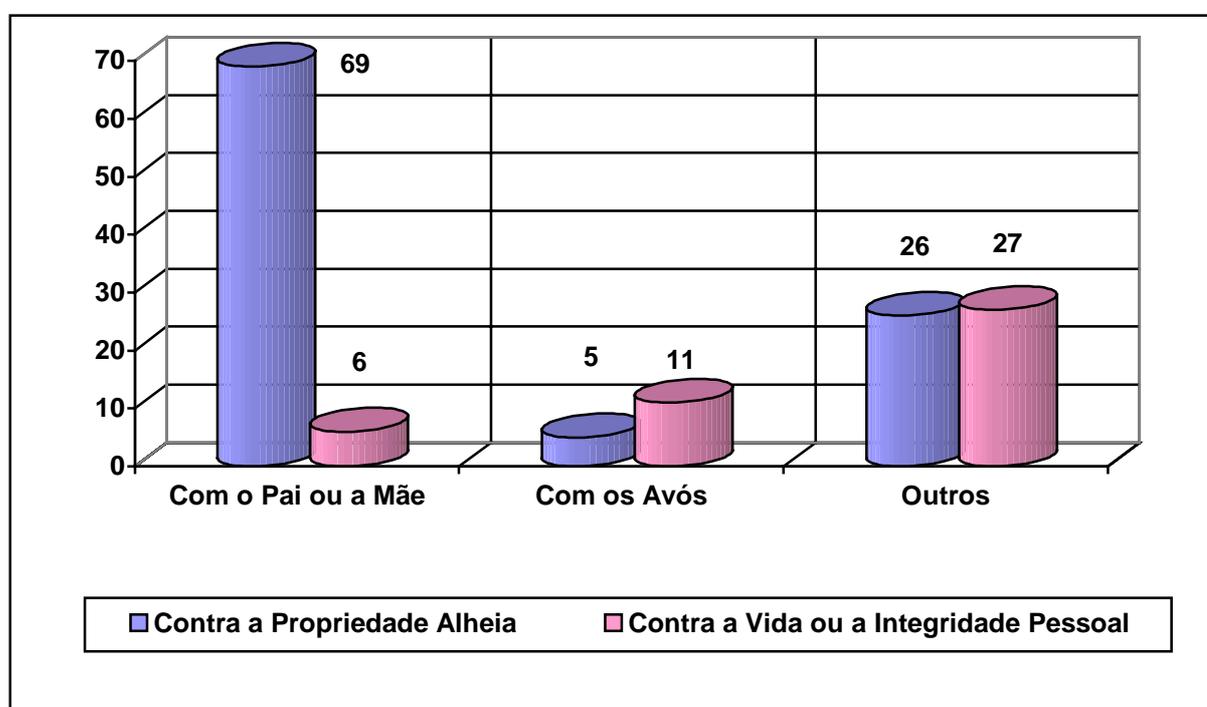
Fonte: Dados: UNICEF - Gráfico: O autor

TABELA 2.04 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e as pessoas com quem vivia, 1998-99

Delito	Contra a Propriedade Alheia (%)	Contra a Vida ou a Integridade Pessoal (%)
Pessoas com quem Vivia		
Com o Pai ou a Mãe	69	6
Com os Avós	5	11
Outros	26	27

Fonte: UNICEF

GRÁFICO 2.04 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e as pessoas com quem vivia, 1998-99



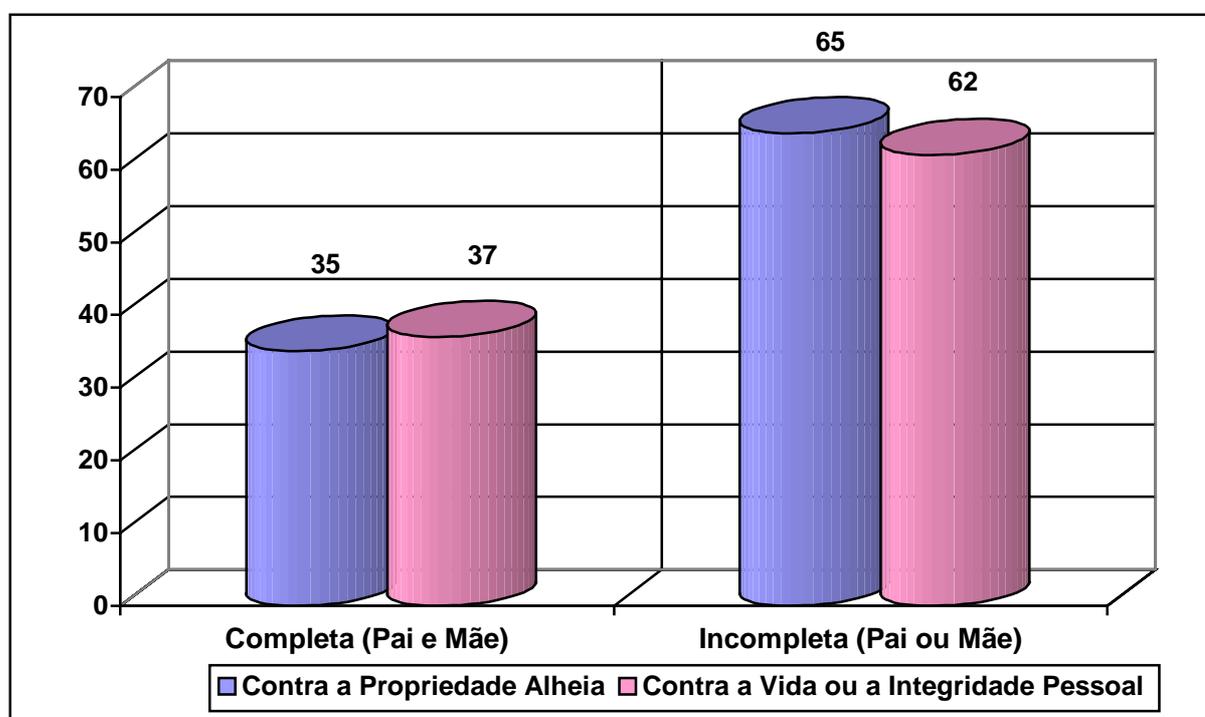
Fonte: Dados: UNICEF - Gráfico: O autor

TABELA 2.05 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a família com quem vivia, para quem vivia com os pais, 1998 - 99

Delito	Contra a Propriedade Alheia (%)	Contra a Vida ou a Integridade Pessoal (%)
Família com quem Vivia		
Completa (Pai e Mãe)	35	37
Incompleta (Pai ou Mãe)	65	62

Fonte: UNICEF

GRÁFICO 2.05 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a família com quem vivia, (para quem vivia com os pais) 1998 - 99



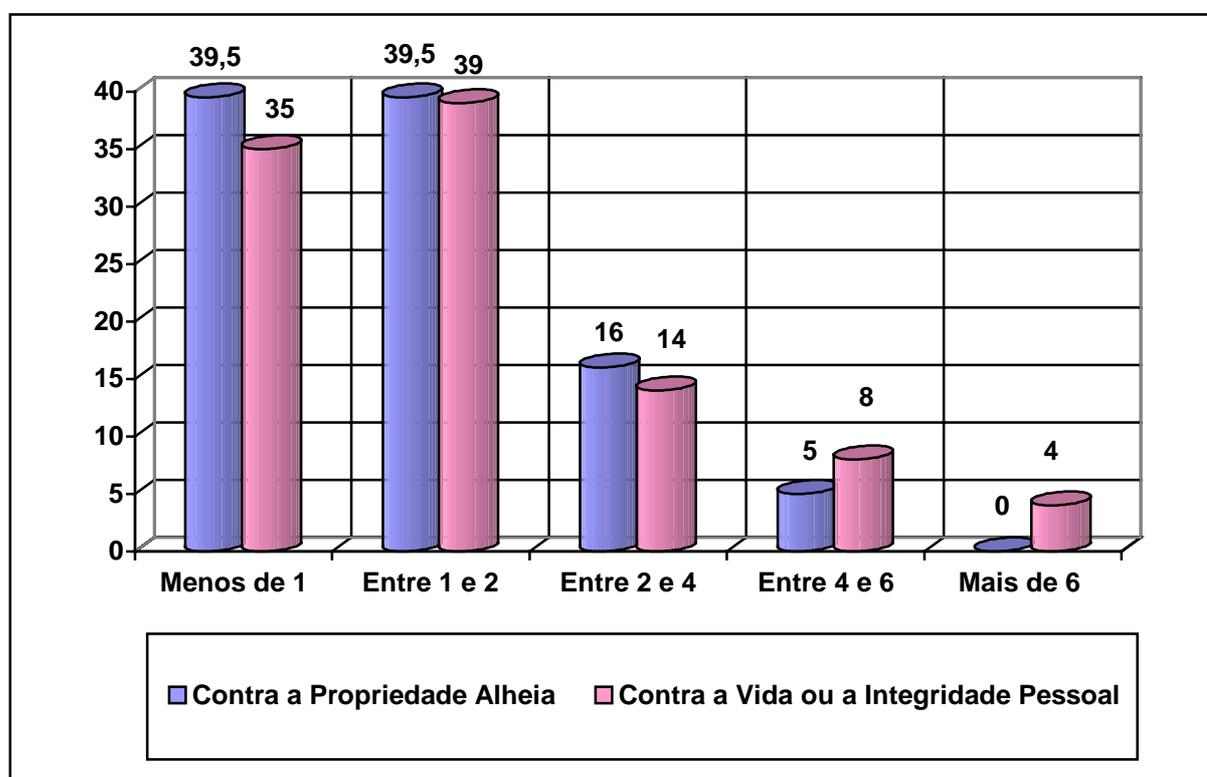
Fonte: Dados: UNICEF - Gráfico: O autor

TABELA 2.06 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a renda familiar mensal, 1998-99

Delito	Contra a Propriedade Alheia (%)	Contra a Vida ou a Integridade Pessoal (%)
Renda (em salários mínimos)		
Menos de 1	39,5	35
Entre 1 e 2	39,5	39
Entre 2 e 4	16	14
Entre 4 e 6	5	8
Mais de 6	0	4

Fonte: UNICEF

GRÁFICO 2.06 – Interno no Brasil segundo o tipo de delito cometido e a renda familiar mensal, 1998-99



Fonte: Dados: UNICEF - Gráfico: O autor

Os dados obtidos pela pesquisa da UNICEF mostraram que as crianças e adolescentes internados por terem cometido delito contra a vida ou contra a integridade pessoal, apenas 4% viviam nas ruas. A maioria pertencia à classe baixa (52%). Os que têm a rua como moradia estão mais propensos a roubar para poder sobreviver. A investigação mostra que antes de serem detidos, os que cometeram delitos contra a vida, viviam com a mãe e tinham abandonado a escola. A renda familiar era de aproximadamente 470 reais mensais.

Os adolescentes internos por delito contra a propriedade apresentavam um perfil distinto: viviam em famílias com renda mensal inferior a 394 reais; 22% cometeram o delito antes dos 12 anos e 20% nunca tiveram uma educação formal. Tanto os adolescentes que cometeram crimes violentos como os que roubaram eram procedentes de famílias que viviam somente com o pai ou com a mãe. As relações familiares eram instáveis, predominava a ausência de afeto ou de ajuda emocional.

A pesquisa também concluiu que o excesso de tempo livre contribui para o aumento da delinquência. Para evitar que os jovens se envolvam ou cometam delitos é necessário que participem de ações sócio educativas, culturais ou esportivas como forma de administrar o tempo livre que têm.

2.6. Legislação e Normas de Proteção ao Menor

Neste item apresentar-se-á a evolução da construção jurídica que o Estado realizou sobre a política de assistência social ao menor carente, órfão ou abandonado.

Silva¹⁶ (2000: 63 – 67), explicou que em 1927, o Brasil apresentava o primeiro “Código de Menores” da América Latina e um dos primeiros no mundo a ter uma legislação que promovia a Defesa dos Direitos da Criança.

Neste Código, com relação ao Direito de Família, encontram-se especificadas as obrigações dos pais para com os filhos, do nascimento até a idade de 21 anos. Entre as obrigações está o direito à filiação, à sucessão ao nome e à herança, à alimentação, à educação e à saúde, ingressando o Estado apenas a título complementar, caso falte o amparo familiar.

O Código consolidava toda a legislação sobre crianças até então procedentes de Portugal, pelo Império e pela República, este consagrava um sistema dual de atenção à criança, atuando especificamente sobre os denominados efeitos de ausência, que atribuía ao Estado a tutela sobre o

órfão, o abandonado e os pais presumidos como ausentes, tornando disponível seus direitos de pátrio poder.

Os denominados direitos civis, entendidos como os direitos pertinentes ao menino inserido em uma família padrão, continuou merecendo a proteção do Código Civil Brasileiro.

A desobediência a qualquer uma das obrigações estipuladas aos pais, pelo Código Civil, bem como a conduta anti-social por parte da criança passou a justificar a transferência da tutela dos pais para o Juiz, conseqüentemente, do Código Civil para o de Menores.

Silva disse ainda que o Código de Menores de 1927, se destinava especificamente a legislar sobre crianças de zero a 18 anos, em estado de abandono, ou quando os pais houvessem falecido; se encontrassem desaparecidos ou se fossem incapazes; estivessem detidos por mais de dois anos; fossem qualificados de vagabundos, mendigos ou de maus costumes; exercessem trabalhos proibidos ou se dedicassem à prostituição ou fossem economicamente incapazes de sustentar a seus filhos.

O Código denominou às crianças menores de sete anos

de *expostos*, aos menores de 18 anos de *abandonados*, aos atuais meninos de rua de *vagos*, aos que pediam esmola ou vendiam alguma coisa de *mendigos* e aos que freqüentavam casas de prostituição de *libertinos*.

O Artigo 55 do Código outorgou ao juiz plenos poderes para devolver as crianças aos pais, colocá-las sobre a guarda de outra família, determinar-lhe a internação até os 18 anos de idade ou qualquer outra medida que fosse conveniente.

O Artigo 68 fazia referência ao então denominado “*menor delinqüente*”, deixando clara a competência do juiz para determinar todos os procedimentos com relação a ele e seus pais. Estabeleceu-se a obrigatoriedade da separação destes com os condenados adultos.

Em 1940, com a promulgação do Código Penal Brasileiro (Decreto-lei Nº 2.848/40), se estabeleceu a imputabilidade criminal ao menor de 18 anos de idade, posteriormente normatizado pelo Decreto-lei Nº 3.914/41, ainda vigente nos dias atuais. Este código instituiu a pena de detenção de seis a três anos ao progenitor que abandonasse os filhos, aumentou-a para pena de reclusão de um a cinco anos, se do abandono resultassem lesões corporais de natureza grave, se estas causassem a morte da criança, a pena seria

de quatro a doze anos, agravada se o abandono ocorresse em lugar deserto onde não fosse possível socorrê-lo.

A situação acima descrita se denominou “*Doutrina do Direito do Menor*”, ao mesmo tempo uma derivação do Direito de Família e uma nova especialização dentro das Ciências Jurídicas, que até 1990, se denominou Direito do Menor, orientando tanto os cursos de Direito a constituírem matérias específicas como orientando a organização da magistratura brasileira à criação de Julgamentos Privativos do Menor (Lei Nº 2.059/25), do Conselho de Assistência e Amparo ao Menor (Decreto Nº 3.228/25), do Serviço Social do Menor (1938), do Serviço de Colocação Familiar (Lei Nº 560/49), da figura do Juiz de Menores, do Conselho de Menores, do Serviço de Assistência do Menor, sendo que os procedimentos de internação foram disciplinados pelos Conselhos Superiores da Magistratura de cada Estado brasileiro.

A *Doutrina da Situação Irregular* substituiu em 1979, a *Doutrina do Direito do Menor* através da aprovação do Código de Menores.

Priore¹⁷ (1999: 364-365) esclareceu que a *Situação Irregular* definida pelo Código é aquele para menor:

- I. privado das condições essenciais a sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente em razão de: falta, ação ou omissão, dos pais ou responsáveis; notória impossibilidade dos pais ou responsáveis para as provê-las;
- II. vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;
- III. em perigo moral devido a: se encontrar de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV. privados de representação ou assistência legal, pela eventual falta dos pais ou responsáveis;
- V. com desvios de conduta em virtude de uma grave adaptação familiar ou comunitária;
- VI. autor de infração penal.

O Código de Menores além de atualizar a política nacional do bem-estar do menor, explicitou também a estigmatização da

infância pobre como “menores” e delinquentes em potencial, através da noção de “*situação irregular*”.

Silva esclareceu ainda que as alterações promovidas no Código de 1927 com o passar do tempo, particularmente pelas Leis Nº 4.655/65, 5.258/67 e 4.439/68, foram todas no sentido de especificar a natureza do tratamento necessário ao “*menor infrator*”, distinguindo-o do órfão e do abandonado, embora todos fossem caracterizados como em “*situação irregular*”.

Coube ao jurista Alyrio Cavallieri a substituição, no Código de Menores de 1979, as diferentes terminologias pelas quais se designava à criança como: *exposto, abandonado, delinqüente, infrator, vago, libertino etc*, reunindo-as todas sob a mesma condição de “*situação irregular*”.

No dia 13 de julho de 1990, foi aprovado o Estatuto do Menor e do Adolescente, este incorporou como obrigação da família, da sociedade e do Estado, assegurar, com absoluta prioridade, os direitos destes jovens.

Crianças até os 12 anos de idade e adolescentes até os 18, passaram a ser definidos como “*pessoas em fase de desenvolvimento*”, se

eliminou as terminologias de “*menor*”, “*infrator*”, “*carente*”, “*abandonado*” etc, classificando-os como “*crianças e adolescentes em situação de risco*”. Entretanto, a mudança de nomenclaturas pejorativas somente estabeleceu a cultura do “*politicamente correto*”, pois quem se encontra nas ruas ou nas instituições públicas de assistência social, continua sendo portador de marcas e estigmas.

A legislação específica do Estatuto da Criança e do Adolescente, normatizou a atuação do Poder Judiciário na defesa dos direitos destes. Atribuiu aos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, a formulação das políticas públicas de assistência social, no âmbito nacional, estadual e municipal, respectivamente.

Marcilio¹⁸ (1998: 228) expôs que no âmbito municipal o Estatuto instituiu também os chamados Conselhos Tutelares, órgãos permanentes e autônomos, incumbidos pela sociedade para respeitar os direitos da infância e juventude e defender seus interesses, em caso de abuso do Poder Judiciário ou policial.

Segundo Silva o Estatuto inaugurou uma nova ordem jurídica e institucional para tratar as questões referentes a estes jovens, estabelecendo limites à ação do Estado, do juiz, da polícia, das empresas

comerciais, dos adultos e também dos pais, entretanto, tudo isso não foi capaz de alterar efetivamente a realidade da criança e do adolescente.

Esclareceu ainda, que alguns setores da sociedade cultivavam o sentimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente reforçou a impunidade aos delitos cometidos por eles. Neste sentido, as distorções mais visíveis na interpretação e aplicação do Estatuto estão no uso que adultos, ou quadrilhas e o tráfico organizado passaram a fazer destes jovens, iniciando-os precocemente pelos caminhos da delinquência. Eles são recrutados para realizarem os trabalhos mais sujos, como vendedores de drogas com porte de armas ou ajudarem na vigilância armada nos locais de tráfico.

O resultado destas distorções acentuou o extermínio de crianças e adolescentes por parte da polícia ou dos grupos de justiceiros, geralmente compostos por policiais pagos por comerciantes de bairros periféricos das grandes cidades.

Há o clamor da sociedade para que se reduza a maioria de idade para os 16 anos. O Código Civil Brasileiro estabelece a maioridade civil aos 18 anos e a jurídica aos 21, a eleitoral aos 16 anos e para o trabalho aos 14, já o Código Penal Brasileiro estipula a maioridade penal aos 18 anos.

Para as crianças menores de 12 anos, autores de atos delitivos de qualquer tipo, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o Conselho Tutelar deve aplicar medidas de amparo e medidas sócio educativas e aos maiores de 14 até os 18, o juiz pode aplicar medidas de internação por um período máximo de três anos, liberdade com assistência ou semiliberdade. Os crimes praticados por adolescentes ou adultos podem receber pena de 3 a 30 anos.

A partir de 1990, crianças e adolescentes passaram a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando os governos municipais a implantarem políticas públicas especialmente a esse segmento da sociedade. Atualmente, o que se constata ainda, é uma distância imensa entre o que é proposto pelo Estatuto e a implantação de uma política efetiva de amparo e de desenvolvimento em benefício da infância e da juventude.

2.7. Evolução Histórica das Instituições Públicas de Apoio ao Menor

Marcílio (1998:195-219), narrou que a partir do começo do século XX, o Brasil começou a pensar sobre a infância pobre que vivia abandonada e cometendo pequenos delitos. Para os juristas daquela época, era caso para ser resolvido apenas pela polícia. Como a demanda era grande, ela

explica que as velhas instituições para o internato das meninas e dos seminários para os meninos, se tornaram insuficientes.

Rizzini¹⁹ (1989: 58) disse que as críticas mais freqüentes no início do século foram com respeito ao modelo de caridade da época, posto que não havia organização, métodos de trabalho e ordem. A filantropia surgia para dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova ótica de assistência social.

Silva²⁰ (1997: 44 – 49), comentou que com o advento da República, o Estado intensificou as ações de atenção para o problema do menor abandonado. Coube ao jurista Cândido Nogueira Mota a iniciativa de apresentar um projeto que posteriormente se transformou na Lei Nº 844, de 10 de Outubro de 1902, criando o Instituto Disciplinar que mais tarde se denominou Instituto Modelo de São Paulo para Menores e se criou também a Colônia Correccional. Nesse mesmo ano foi fundada no Rio de Janeiro a Colônia Correccional de Dois Rios visando à reabilitação de crianças do sexo masculino através do trabalho e da educação.

Maria Marcilio explica que no instituto criado por Mota

(...) instaurou-se um modelo de disciplina, de comportamento e de cultura institucional que se perpetuou. Nem mesmo a Febem de 1998, ainda

instalada no mesmo edifício conseguiu se libertar inteiramente dele. Os internos eram forçados a repetir os mesmos gestos nas classes, no recreio, nas filas com a cabeça abaixada, olhos para o chão e as mãos para trás.

Ou seja, viviam em um regime da prisão.

De acordo com Silva, em 1909, o governo do Estado de São Paulo iniciou o estabelecimento de convênios com institutos particulares com a finalidade de ampliar a assistência social aos menores em todo o estado.

Marcilio (1997: 219 - 223), disse que em 1918, o Ministério de Agricultura fundou uma nova forma de amparo e de educação para os desvalidos nas fazendas-modelo. Nestes locais eram ministradas além da instrução primária e cívica, noções de agricultura, zootecnia e veterinária. Esta versão foi ensaiada no âmbito nacional. O menor era visto como um problema filantrópico para o estado, correcional e preventivo para a polícia.

Em 1º de março de 1919, foi instituído por Moncorvo Filho, o Departamento Nacional da Criança, este seria o órgão máximo para dar assistência à mãe, à criança e ao adolescente. Era de caráter filantrópico, teria a

ajuda de doações particulares e também a subvenção do Estado. Sua finalidade era estudar o problema da infância abandonada.

Marcilio explicou que em 1921, se criou o Serviço de Assistência e de Amparo à Infância e em 1924, o Conselho de Assistência e de Amparo aos Menores do Rio de Janeiro.

Silva (1997: 45-47), relatou que em 25 de Março de 1925, foi estabelecido o Conselho de Assistência e Amparo ao Menor, este tinha como finalidade auxiliar ao juiz de menores e promover os meios e recursos para proteger à infância abandonada e aos infratores.

Em 1927, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro Juiz de Menores da América Latina, promulgou o primeiro Código de Menores, que foi elaborado exclusivamente para o controle da infância abandonada e dos delinqüentes de ambos os sexos, com idade inferior a 18 anos.

Para Marcilio este código foi visto por muitos como um marco na história da assistência à infância, como um tributo do Estado, apesar da inexistência de uma fronteira bem definida entre a assistência estatal, a filantrópica e a caritativa. Gradualmente o Estado ia assumindo a assistência à

infância abandonada e criando um aparelho governamental para atender e controlar essa nova função.

Entre os pontos positivos do código pode se mencionar que a assistência oferecida deveria ser não-punitiva, recuperadora, disciplinar, tutelar e paternal.

Del Priore (1999: 361-363), explicou que a partir de 1934, o estado aperfeiçoou o controle sobre a educação, na escola e na família, criou mecanismos suplementares para vencer os fracassos destas através de escolas e internatos especiais.

Educar nas escolas públicas ou privadas crianças disciplinadas e atender os abandonados e infratores em internatos exigiram formalizações particulares contidas no Código de Menores de 1927, com isso se abriu espaço para que a assistência social se transformasse também em serviço penitenciário.

Como consequência desta política o Estado de São Paulo criou em 1938, o Serviço de Menores Abandonados que visava o amparo e reeducação destes. Em contrapartida foi criado no Rio de Janeiro, em 1941, o Serviço de Assistência a Menores – SAM – adotado como modelo de assistência

social em diversos Estados do Brasil. Seu objetivo era dar amparo aos necessitados e delinquentes internados em estabelecimentos públicos ou privados, e desta forma a assistência à infância teve suas atividades ampliadas.

No dia 1º de dezembro de 1964, o governo extinguiu o SAM, porque pretendia trocar o modo repressivo que imperava na entidade, por outro que fosse educativo, originando desta forma a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM –, que teria como finalidade formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em cada Estado, integrando-se a programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, dimensionando as necessidades afetivas, nutricionais, sanitárias e educacionais dos internos por meio da racionalização dos métodos.

A FUNABEM seria um órgão de Administração Indireta vinculado à Presidência da República, unida de funções normativas e responsáveis pela coordenação, apoio técnico e financeiro da nova política no âmbito nacional.

Entretanto, no que se refere à melhoria da atenção direta, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, também foi reconhecida como um fracasso. A FUNABEM manteve as unidades do SAM na condição de laboratório para o desenvolvimento de metodologias de atenção sócio educativa.

Na realidade, ocorreu a abolição do modelo SAM, mas se preservou seu método institucional, ou seja, a FUNABEM, que herdou a mesma cultura organizacional do passado e com ela, as velhas práticas.

Esta entidade assistencial garantia ao menor, embora precariamente, sua sobrevivência física, mas não lhe proporcionava a base para seu desenvolvimento psicológico, social, afetivo e emocional, ou seja, não desempenhava o papel que lhe cabia. Foi extinta com a promulgação da Constituição de 1988.

Em 1979, entrou em vigor o novo Código do Menor que substituiu ao de 1927, como afirmou Marcilio (1998: 226-227), o Código garantiria o papel oficial da FUNABEM, e entre suas funções estaria a de atender aos necessitados, abandonados e infratores, mas também se encarregaria de prevenir ou corrigir as causas que levam ao desajuste social.

Tal Código determinava também que as entidades de assistência e amparo ao menor deveriam ser criadas pelo Poder Público e teria ao seu dispor *centros especializados* destinados para a recepção, seleção, observação e à permanência dos menores. Por causa disso, surgiu a Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor – FEBEM – com a finalidade de oferecer abrigo à infância desamparada que apresentassem desvios de conduta. Estas

instituições estavam sob a responsabilidade dos governos estaduais, sua função era estender a todos os estados, através da FEBEM, a política nacional de amparo à criança e ao adolescente, compartilhando esforços com o poder público e com a comunidade para a solução dos problemas daqueles que por suas condições socioeconômicas não tivessem acesso aos meios normais de desenvolvimento. A política era paternalista e assistencialista na teoria, e repressiva e autoritária na prática, por isso atualmente apenas dois estados brasileiros, São Paulo e Rio Grande do Sul, ainda mantêm estas instituições.

Del Priore (1999: 364 – 365) expôs que a nova Constituição de 1988 permitiu elaborar em 1990, um novo código, atualmente em vigor, para o amparo e cuidado dos interesses do menor, denominado Estatuto da Criança e do Adolescente. Este estabelece que as unidades da FEBEM devem ser substituídas por programas descentralizados em *ambientes abertos* para meninos e meninas que vivem nas ruas e que necessitam de lares para a adoção, orientação, escola ou trabalho.

Para os infratores a situação continua inalterada, a não ser pela recomendação do Estatuto, aos juizes, para dispor dela somente em último caso, ou seja, estes somente poderão perder o direito de liberdade mediante um *processo legal*, evitando desta maneira as arbitrariedades nas penalizações do Poder Judiciário. O Estatuto recomenda a internação em última

instância desde que esgotadas todas as medidas sócio educativas como advertência, obrigação de reparar danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade com assistência, entre outras.

Entretanto, na prática, não é o que ocorre, pois juízes, promotores e advogados continuam com a mentalidade encarceradora e ainda vêem o infrator como um elemento perigoso.

Devido às orientações do novo Estatuto, podem surgir vínculos entre o Estado e organizações não governamentais, e também estabelece a criação dos Conselhos Tutelares, que funciona em todos os municípios do Brasil como órgãos permanentes e autônomos, não-jurisdicional, encarregados de cuidar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O novo estatuto, no âmbito nacional, permitirá a orientação e supervisão das *ações*, mas reduzirá sua intervenção no contexto de *atenção*, facilitando desta maneira o surgimento de organizações privadas.

Já se passaram 63 anos, entre as promulgações do Código de Menores de 1927, e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e quase 12 anos deste último, e se pode observar que a punição através da internação é mantida como medida sócio educativa mesmo com as mudanças introduzidas na legislação.

Ainda não se obteve uma proposta concreta para resolver ou atenuar o problema do menor abandonado ou em situação de risco.

2.8. Instituições Não Governamentais de Apoio ao Menor

Atualmente, existem diversas entidades nacionais ou internacionais estabelecidas no Brasil, que ajudam direta ou indiretamente às instituições de assistência social às mães, crianças e adolescentes carentes ou abandonados, entre elas se destacam a UNICEF, a Pastoral da Criança, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas da Rua e outras mantidas por pessoas famosas do âmbito artístico ou esportivo.

2.8.1. O Fundo das Nações Unidas para a Infância

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF²¹ – foi fundada no dia 11 de dezembro de 1946. A primeira reunião realizada teve como objetivo atender as necessidades das crianças da Europa, Oriente Médio e China, após a Segunda Guerra Mundial. Com a Europa reconstruída, foi decidido que este organismo devia lutar contra a fome e as doenças a que estavam submetidos as crianças que pertenciam a países pobres.

A partir de 1950, a UNICEF se transformou em um organismo permanente. Hoje em dia, atua em 161 países e territórios em desenvolvimento com os quais mantém acordos com governos e organizações não governamentais para dar atenção à infância, aos adolescentes e às mães.

A prioridade da UNICEF no Brasil consiste em conscientizar a família, à sociedade e o próprio Estado dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois o país está muito longe de garantir a sobrevivência destes. A UNICEF luta veementemente por uma educação de qualidade, no combate à mortalidade infantil e materna, contra a exploração sexual, a violência doméstica, pela superação do trabalho infantil e pela promoção da saúde. Esta entidade apóia projetos desenvolvidos por Organizações Governamentais ou por Organizações não Governamentais tais como:

- a) Sorria Brasil, que dá assistência a crianças portadoras de deficiências, em São Paulo;
- b) A Pastoral da Criança, programa para o benefício da saúde;
- c) o Programa de Ações Complementares para a Escola que atua em conjunto com o Centro de Pesquisas para a Educação – CENPEC –;
- d) o Jardim de Infância Sal da Terra – Olinda, Estado de Pernambuco – que dá assistência à crianças que trabalham nos depósitos de lixo;

- e) Programa de Educação Ambiental e Indígena no Amazonas;
- f) Programa contra a Exploração Sexual realizado em convênio com a Prefeitura da Altamira, Estado do Pará, entre outros.

A UNICEF inclui os meios de comunicação em suas prioridades, para divulgar os temas associados à adolescência e para criar consciência à população e ao Poder Público sobre os direitos das crianças e dos adolescentes; através de cursos de capacitação e de oficinas de treinamento, procura contribuir na formação de comunicadores da temática infantil.

O orçamento da UNICEF provém de contribuições dos governos, das organizações não governamentais e de particulares. Parte dos recursos são arrecadados com a venda de cartões e presentes de natal e da campanha *Criança Esperança*, promovida pela Rede Globo de Televisão.

Deve-se esclarecer que todas as doações feitas por empresas comerciais no Brasil são aplicadas somente no Brasil. Faz 16 anos que esta entidade internacional assinou um convênio com a Rede Globo para a arrecadação de dinheiro no *Programa Criança Esperança*, que é usado para financiar programas que atendam às crianças e às suas famílias. Em 1999, aproximadamente 60 mil crianças, adolescentes, 3.500 professores e 5.000

famílias foram beneficiados, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida destas famílias.

2.8.2. A Pastoral da Criança

Segundo a Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB – *a Pastoral da Criança*²² é uma entidade de Ação Social, considerada atualmente uma das mais importantes do mundo, e tem por finalidade trabalhar em áreas prioritárias como a saúde, nutrição e educação.

O projeto foi concebido em maio de 1982 em Genebra, pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo da Cidade de São Paulo e o Sr. James Grant, Presidente da UNICEF, durante os debates sobre os problemas da pobreza e a paz no mundo. Em 1983, Dom Geraldo Magella Agnelo, então Arcebispo da Cidade da Londrina, Estado do Paraná, e a Pediatra Dra. Zilda Arns foram designados para a criação e desenvolvimento da Pastoral da Criança.

2.8.2.1. Organização

A estrutura organizacional da Pastoral é simples e dinâmica, dividida da seguinte maneira: Coordenação Nacional, Coordenações Estaduais, Coordenações Diocesanas, Paróquias e Comunidades.

2.8.2.2. Área de atuação

A Pastoral atua principalmente nos bairros periféricos das grandes cidades e nos cinturões de miséria localizados nos médios e pequenos municípios do Brasil, tanto na zona rural como na urbana.

2.8.2.3. Recursos

Aproximadamente 75% dos recursos são administrados diretamente pelas Dioceses, que repassam as arrecadações às paróquias e às comunidades para darem atenção à população com escassos recursos econômicos.

2.8.2.4. Controle social

O objetivo consiste em preparar líderes que atuem no âmbito municipal no controle social dos serviços públicos de saúde, educação e direitos da criança e do adolescente. Para dar sustentação a este serviço foi fundada a Rede Brasileira de Informação e Documentação Sobre a Infância e à Adolescência – REBIDIA –, a mesma coloca à disposição informações através da Internet, telefone, fax, correio e boletins. A finalidade é assegurar o direito à informação de maneira rápida e eficiente. De acordo com a Pastoral:

(...) atualmente os meios de informação são ferramentas fundamentais nas atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de quaisquer políticas, programas ou projetos dos setores privados, estadual ou da sociedade civil.

No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a informação sobre o delineamento de políticas públicas visando à infância e à adolescência foi dificultada por diversos motivos, entre eles pode se mencionar:

- a) a não-disponibilidade de informações exatas, atualizadas e desagregadas por setores, regiões e grupos sociais;
- b) inacessibilidade aos dados existentes;
- c) deficiência na capacitação de recursos humanos para trabalhar com os dados existentes e transformá-los em políticas, projetos e programas.

A REBIDIA trabalha em diversas áreas, como demográfica, políticas públicas, ações sociais, educação, desenvolvimento infantil, saúde, segurança alimentar, indicadores socioeconômicos e legislação. Nestes setores, a Rede criou múltiplos canais que dão acesso a informação ou documentação através de sistemas de alta e baixa tecnologia, como:

- a) meios impressos (boletins, mala direta, comunicados);
- b) meios eletrônicos (BBS, correio eletrônico, vídeo conferência em redes virtuais);
- c) meios convencionais (telefone, fax, correio, bibliotecas e centros de documentação).

Um dos objetivos desta entidade é promover a capacitação por meio de um processo de educação continuada dos usuários.

2.8.2.5. Organismos e institutos de apoio

A Pastoral da Criança recebe apoio de entidades nacionais ou internacionais associadas à Igreja e de organismos governamentais, como o Ministério da Saúde, que mantém a maior parte dos gastos desde 1987, e também de entidades não governamentais. Recebe suporte técnico e econômico da Associação Nacionais dos Amigos da Pastoral da Criança, que está integrada por empresários e profissionais liberais. Além disso, realiza diversos convênios com estados e municípios visando a descentralização estabelecida na Constituição.

Desde 1995 realiza a Campanha *Criança Esperança* em conjunto com a Rede Globo de Televisão do Brasil e a UNICEF, destinando

parte dos recursos monetários obtidos para o Projeto Criança Viva, que é de projeção nacional.

2.8.2.6. Resultados

A redução da violência e da marginalidade entre as famílias beneficiadas pelo projeto merece um destaque maior. Na atualidade se pode afirmar com segurança que o problema da violência no seio familiar, que afeta milhares de crianças em todo o país, é de baixa incidência entre as famílias atendidas. É um método que se manifestou eficaz no combate a muitas crianças e adolescentes que procuram às ruas para sobreviver, evitando o ambiente familiar que lhes é hostil. Se há constatado que por meio das ações da Pastoral é possível reduzir certos índices socioeconômicos em benefício das classes mais pobres do Brasil, por exemplo, a mortalidade infantil, a desnutrição e a violência dentro da família ou na rua. Desenvolve as potencialidades das crianças, educando a mulher para prevenir a marginalidade na família.

Aproximadamente 22% da população brasileira está relegada à condição de indigente, existe a necessidade de promover mudanças reais no âmbito de macro estruturas no país, com uma melhor distribuição de rendas, de forma que alcance às classes mais oprimidas e assim ajudar na melhoria da qualidade de vida de milhões de crianças e adolescentes.

2.8.3. Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua²³

Este movimento foi criado em 1985, com a finalidade de propor alternativas à política assistencialista e repressiva que o Estado oferecia aos jovens que viviam nas ruas. É uma organização não governamental e autônoma formada exclusivamente por voluntários que procuram através das próprias crianças e dos adolescentes, a conquista e a defesa dos direitos outorgados na Constituição.

2.8.3.1. Área de atuação

O Movimento tem por princípio que a criança e o adolescente são sujeitos com direitos legítimos, que devem participar das decisões a respeito de sua vida e serem tratados com todas as prerrogativas que a lei estabelece. Procura criar condições para que estes possam se expressar e exercer seus direitos. De acordo com a instituição, a cidadania é um conceito que deve alcançar a todos os brasileiros e não apenas a uma minoria, principalmente se se luta pelo direito à saúde, educação, habitação, lazer, transporte, alimentação, trabalho com salários dignos para os pais destes jovens, contra a exploração do trabalho infantil, prostituição, maus tratos e os grupos de extermínio.

2.8.3.2. Conquista e defesa dos direitos

São três as áreas de atuação:

- a) Panorama Legal: propor leis em todos os níveis para o aperfeiçoamento da legislação, vigilância sobre o poder legislativo com o objetivo de assegurar o direito das crianças e adolescentes;
- b) Políticas Públicas: atuação em conselhos, fóruns e frentes para a elaboração de políticas públicas, procurando o reordenamento e à adequação dos programas governamentais e não governamentais;
- c) Defesa contra as Violações: combater toda forma de violência contra as crianças e adolescentes, como a falta de vagas nas escolas, abrigos, atenção à saúde, maus tratos, prisões ilegais, trabalho escravo e precoce, prostituição infantil e principalmente o extermínio de menores.

2.8.3.3. Formação e organização

A educação para a cidadania e o desenvolvimento de formas coletivas de solidariedade constituem a principal linha de ação do movimento. Esta organização tem uma proposta pedagógica com base na educação popular, sendo os protagonistas os próprios menores. Nos núcleos de base onde se debatem as condições de excluídos, fazendo-os adquirirem a

consciência de seus direitos e como exercê-los, procurando soluções alternativas para suas vidas.

2.8.3.4. Formação e organização de militantes e educadores

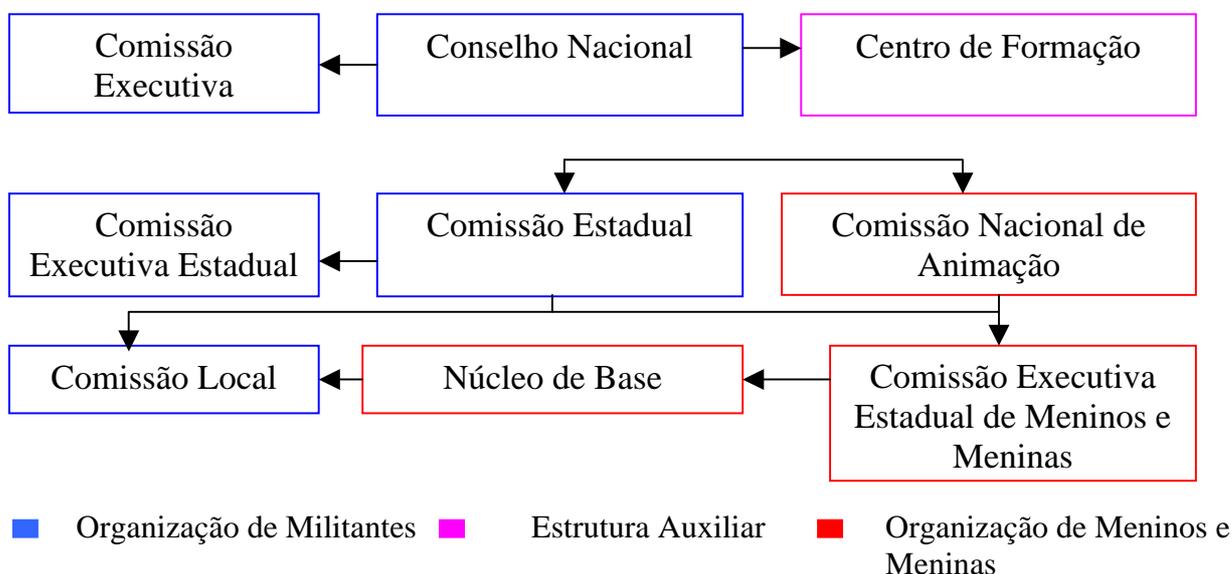
De acordo com o movimento, a formação é uma atividade que combina a teoria com a prática, necessária para a adequação de alternativas pedagógicas que se ajustem realmente às necessidades das crianças e adolescentes oriundos dos setores mais pobres da população brasileira.

2.8.3.5. Fortalecimento, interiorização e organização do movimento

Para alcançar seus objetivos, o movimento luta em benefício de seu próprio crescimento e fortalecimento, procurando a ampliação e expansão para o interior, especialmente nas pequenas e médias cidades.

Também procura se unir através de convênios, a outras organizações de caráter popular ou sindical que apresentem perfil e princípios filosóficos semelhantes, conforme se pode observar no fluxograma a seguir:

FLUXOGRAMA 2.3 – Organização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua



2.8.3.6. Comissão local

Esta instância é constituída de pelo menos cinco membros maiores de 16 anos. Os membros se reúnem periodicamente para o planejamento e execução de ações para a defesa da cidadania de meninos e meninas de rua. Seu alcance pode ser de um ou mais municípios, ou ainda, haver mais de uma comissão local em um mesmo município.

2.8.3.7. Núcleo de base

É a instância de organização dos menores por local de residência e categoria profissional, dentro de outras organizações. O movimento

dá prioridade à formação de núcleos de base com meninos e meninas da rua e são vinculados a uma comissão local, sendo obrigatório o acompanhamento de um educador nessa comissão. Estes menores têm a liberdade de formar suas próprias organizações, mas em cada Estado existe uma coordenação estadual executiva, que tem por objetivo dar vitalidade aos núcleos de base, e também procurar o intercâmbio de experiências dos jovens pertencentes a núcleos locais com outros que vivem em diversas regiões do país.

2.8.3.8. Comissão em nível de estado

São constituídas por todas as comissões locais de um Estado e por seus núcleos de base. Tem por finalidade estabelecer as diretrizes de atuação global no Estado.

2.8.3.9. Conselho nacional

É formado por um representante de cada Estado, eleito pelas assembleias estaduais, além da Comissão Executiva Nacional.

2.8.3.10. Comissões executivas nacionais e estaduais

São as instâncias eleitas em assembleias nacionais ou

estaduais, respectivamente, e têm como função a execução e coordenação das ações deliberadas nas reuniões do Conselho Nacional e nas assembleias.

2.8.3.11. Centro de formação e apoio aos educadores

O movimento possui um sistema nacional de formação que atua em três áreas denominadas: capacitação, estudos de pesquisa e assessoria a outros programas de atenção social. Sua estrutura mantém três pólos: São Paulo, Belém e Recife.

2.8.4. Entidades de assistência social financiadas por pessoas famosas

Existe um grande número de pessoas em todo o território nacional que faz parte de uma lista de brasileiros famosos que atuam em diferentes áreas da cultura ou do esporte, os mesmos mantêm instituições de assistência social, estas são tanto para crianças e adolescentes abandonados ou em situação de risco como para pessoas idosas.

No Brasil, o crescimento vertiginoso deste tipo de ação se transformou em um novo fenômeno social. Esta situação fenomenológica levanta duas perguntas:

a) *por que eles realizam este trabalho social?*

O desejo de ajudar o próximo, é a resposta que se escuta freqüentemente. A maioria dos que hoje são famosos se enriqueceram e conquistaram a fama rapidamente, devido tanto à atuação em uma carreira artística como pela prática de um esporte. Muitos deles provenientes de famílias de baixos recursos econômicos que ainda permanecem em sua memória as tristes lembranças de épocas passadas;

b) *Estas iniciativas filantrópicas são para satisfazer a vaidade pessoal do personagem?*

Não, atualmente não há dúvidas sobre as boas ações que realizam estas pessoas ou empresas privadas para ajudarem aos mais necessitados e desta forma cooperam com a diminuição da miséria. Através desta ação filantrópica, nove milhões de brasileiros se beneficiam sem que o governo gaste um único centavo.

Aproximadamente 15 milhões de pessoas contribuíram com algum dinheiro para obras de caridade, e outros 21 milhões doaram algum bem material. Esta parcela de brasileiros contribui com 1.500 milhões de reais para obras sociais. O movimento anual chega aos 12.000 milhões de reais por ano.

A Coordenadora de Investigação do Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER –, a antropóloga Leilah Landin afirma que os brasileiros sempre doaram, principalmente as pessoas famosas, motivadas pela caridade, atualmente, os motiva a cidadania.

Pela solidariedade demonstrada pelos brasileiros para com seus próprios compatriotas, se pode dizer que a atitude cidadã está mudando.

Esta situação se deve às autoridades competentes, em todos os níveis, que não conseguem atender as necessidades mais urgentes da população carente. Muitas pessoas, institutos ou empresas privadas se incomodam com esta situação e tentam minimizá-la através de doações ou de fundações que eles sustentam.

2.9. Análise da realidade atual das crianças de rua no Brasil

Klintowitz²⁴, afirma que o Brasil possui aproximadamente 20 milhões de crianças e adolescentes que estão crescendo na pobreza e no abandono. Cerca de 40% das crianças brasileiras entre zero e 14 anos vivem em condições miseráveis, ou seja, a renda familiar não passa da metade de um salário mínimo. Hoje em dia, quase todos têm acesso ao ensino

fundamental, mas somente pouco mais da metade chegará a 8ª série. Um em cada seis, ingressa no mercado de trabalho antes de completar os 15 anos. Dos 15 aos 17 anos, quando deveriam estar na escola, se encontram fazendo algum trabalho produtivo.

Os dados obtidos através de diversas pesquisas, revelam que eles abandonaram a família devido à falta de estrutura. Se lançam à rua pois esta lhes oferece a liberdade que não têm em casa, mas ficam sujeitos a todo tipo de violência ou delitos por eles ou contra eles cometidos, ocasionando-lhes, às vezes, até a morte. Estes menores saem de suas casas procurando uma perspectiva de vida melhor que aquela existente em seus lares, em que a ausência do pai ou da mãe, e em muitos casos a de ambos, é freqüente.

É fato concreto, que as autoridades competentes e as instituições oficiais, criadas com a finalidade de proteger a integridade física e moral destes jovens, pouco ou quase nada fazem para resolver o problema do menor que vive nas ruas. Devido ao exposto, é necessário que haja urgentemente uma reformulação total no seio destas instituições de forma que alcancem o objetivo proposto, ou seja, socializar e reintegrar o menor abandonado.

NOTAS

-
- ¹ DREXEL, Jonh. **Criança e miséria: vida ou morte**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- ² SCHNEIDER, Romy; BOARINI, Maria, L. **Criança de rua: um problema antigo numa situação nova**. Psicologia em Estudo. Departamento de Psicologia. Universidade Estadual de Maringá. v. 2., Maringá, 1997. p. 35.
- ³ REIS, Carlos. **A outra face do crescimento econômico da América latina: a questão dos meninos e meninas em situação de rua**. Porto Alegre: Veritas. v. 42 – nº 1. Março/1997. p. 125.
- ⁴ NASCIMENTO, Gilberto. **Infância: pesadelo sem fronteira**. Revista Isto É. Nº 1489. São Paulo: Três. 15. 04.1998. p. 48-49.
- ⁵ THURY, Altair; KACHANI, Morris. Quem sustenta a casa? REVISTA Veja. 1468. Ano 29 – nº 44. São Paulo: Abril. 31.10.1996. p. 48 – 50.
- ⁶ **Brasil: a chacina das crianças da candelária**. REVISTA Veja. ed. 1298. Ano 26 – nº 30. São Paulo: Abril. 28.07.1993. p. 16 – 22.
- ⁷ DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ⁸ REVISTA Veja. Ed. 1184. Ano 24. São Paulo Abril. p. 34 – 44.
- ⁹ OLIVEIRA, Elvira de. **Você acha possível salvar os meninos de rua?** Revista Nova Escola. Ano IX. Nº 79. out. 1994. p. 10 – 18.
- ¹⁰ CHANIEUX Sônia. **Trapaceados e trapaceiros**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- ¹¹ MEDEIROS, Mariângela. **Rua dos Meninos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1992.
- ¹² O ESTADO DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 02.11.97.
- ¹³ FOLHA DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 18.08.97.
- ¹⁴ LOZANO André; ROSETTI, Fernando. **Garotos perdidos**. Folha de São Paulo. 20.09.1998.
- ¹⁵ FALCÃO, Daniela. **Perfil do menor internado nos reformatórios brasileiros**. Folha de São Paulo. 31.10.1999.
- ¹⁶ SILVA, Roberto da. **Adolescentes: punir ou educar?** Revista Ciência Hoje. v. 27 – nº 157. Departamento de Educação. Universidade Sant'Anna – São Paulo. Janeiro/fevereiro de 2000.
- ¹⁷ PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- ¹⁸ MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ¹⁹ RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Ursula, 1993.
- ²⁰ SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. São Paulo: Ática, 1997.
- ²¹ UNICEF no Brasil – Institucional. INTERNET, <http://www.unicef.org.br>.
- ²² Pastoral da criança – CNBB. INTERNET, <http://www.rebidia.org.br>.
- ²³ Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Apresentação. INTERNET, <http://www.Geocities.com/CapitolHill/3385/inicio.htm>.
- ²⁴ KLINTOWITZ, Jaime. **Crime contra o futuro**. REVISTA Veja. ed. 1616. Ano 32 – nº 38. São Paulo: Abril. 22.09.1999. p. 116 – 121.

CAPÍTULO III

INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA MENINOS E MENINAS DE RUA OU EM SITUAÇÃO DE RISCO

O tema desenvolvido neste capítulo tem por objetivo o estudo de algumas instituições, públicas ou privadas, de assistência social destinadas às crianças de rua ou em situação de risco, buscando mostrar e analisar o *modus operandi* de cada uma, para determinar as características comuns ou não entre elas. Estas serão usadas apenas para facilitar a comparação rápida entre o que oferece uma determinada instituição em relação às demais. Tal comparação permitirá encontrar qual das instituições oferece uma maior quantidade de condições para a recuperação e reintegração do menor sob sua guarda, especialmente na área educativa.

Entre as instituições a ser analisadas, se encontra o conjunto de unidades da FEBEM do Estado de São Paulo (pública), e algumas privadas localizadas em diversas cidades do país, como o Axé (Salvador – Bahia), Catarse (Maceió – Alagoas), Olodum (Salvador – Bahia), São Martinho

(Rio de Janeiro – Rio de Janeiro), Criamor (Hortolândia – São Paulo), Sapec (Uruguaiana – Rio Grande do Sul), Emanuel (Olinda – Pernambuco).

Para complementar e concluir o capítulo, se mostrarão as atividades ou características observadas em documentos e programas das instituições de assistência social de amparo ao menor em situação de risco, antes citadas, através de quadros-resumo descritivo, resultado da própria investigação, e posteriormente será feita uma análise das mesmas, tanto no aspecto social como no aspecto educativo, sendo este último a linha principal de nosso trabalho.

3.1. Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - FEBEM

Sader¹ (1987: 48-49, 167), relatou que em 1974 nasceu a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor, hoje FEBEM, que reproduziu a política paternalista e assistencialista apenas para reparar e recompensar as disfunções da sociedade seguindo as orientações da FUNABEM (extinta).

Atualmente esta é responsável por aproximadamente 10.000 crianças e adolescentes autores de delitos, mantendo sob seu controle administrativo 68 unidades de abrigo e mais de 1.054 funcionários, destas unidades, 53 estão localizadas na região metropolitana da capital, sendo que 41 estão no Município de São Paulo e as 15 restantes se encontram espalhadas em

diversas cidades do interior e tem por função desdobrar nos estados onde atua a política de amparo ao menor e ao adolescente, compartilhando esforços com o poder público e a comunidade para a solução dos problemas daqueles que, por suas condições socioeconômicas não têm acesso aos meios normais de desenvolvimento².

Klintowitz³, jornalista da Revista Veja, disse que a entidade paulista é famosa nacionalmente como um mau exemplo de instituição para velar pela reabilitação dos jovens que se encontram sob seus cuidados. Acontecem inúmeros casos de rebeliões e fugas por ano. Este tipo de acontecimento se tornou comum nas diferentes sedes da instituição devido à superpopulação, com aproximadamente 50% superior a sua capacidade física e à ausência de qualquer tipo de atividade sócio educativa.

O número de internações duplicou nos últimos três anos, por isso as crianças e adolescentes são obrigados a dormir em dois ou mais em um mesmo colchão, somente com um *short*. No inverno têm direito a um cobertor com cheiro de urina, já que durante a noite é proibido ir ao banheiro para fazer qualquer necessidade fisiológica e são castigados caso desobedeçam as normas. Os jovens são tratados como detentos adultos, amontoados, sem o devido acompanhamento de profissionais especializados. Isto, sem falar da tortura que está presente em quase todas as unidades.

Eduardo Domingues Silva, presidente da FEBEM diz que, 20% dos menores infratores internados não deveriam estar em unidades da instituição, poderiam ter atenção adequada no sistema de liberdade com assistência. Entretanto, quem determina a medida de internação é o juiz da Custódia Criminal da Criança e do Adolescente.

Nunomura⁴ afirma que o Brasil tem aproximadamente 20.000 jovens infratores, entre os quais 8.000 se encontram aprisionados nos centros da FEBEM que ainda restam no território nacional. Em teoria são reformatórios para a *recuperação* de meninos que se encontram sob seus cuidados. Em realidade, são iguais aos presídios reservados para os criminosos e condenados mais perigosos.

Novelli⁵ afirma que a FEBEM se transformou *simplesmente em depósitos de seres humanos*.

3.1.1. Gasto público com o menor internado na FEBEM

O custo mensal de um menor internado na FEBEM de São Paulo é três vezes maior que o valor que se gasta com um detento adulto em penitenciárias do Estado e quase quarenta vezes superior ao de um aluno da escola da rede pública estadual. Os 10.070 abrigados na instituição gastam mensalmente 9,2 milhões de reais, isto é equivalente a 1.864,59 reais *per capita*.

Valor este que poderia ser utilizado na criação de centros especializados que garantissem uma atenção de melhor qualidade que a oferecida por estas instituições aos jovens que estão sob seus cuidados⁶.

3.1.2. Funcionários da FEBEM

Daniela Falcão⁷, jornalista da Folha de São Paulo, explica que a maioria dos centros de internação da FEBEM se preocupa mais em garantir a segurança e a disciplina dos menores que se encontram dentro da instituição, do que com o desenvolvimento de atividades sócio educativas ou de formação profissional que permitam a integração destes a sua família e à sociedade depois de conseguirem a liberdade. O funcionário ideal na concepção da instituição para lidar com os menores é alguém capaz de impor a disciplina à força, é a mentalidade que ainda vigora na entidade, pois a única preocupação que tem o Estado é manter a vigilância e a punição. Estes dois aspectos foram os únicos encontrados no corpo de funcionários que trabalham dentro da FEBEM, deixando evidente que não existe nenhuma proposta sócio pedagógica para a recuperação dos menores internados.

Falcão relatou que através de um estudo realizado pela UNICEF, nos centros de internação de vinte e três estados do Brasil se constatou que há uma enorme discrepância entre o número de internos, que é de

aproximadamente quatro para cada funcionário de vigilância, enquanto que para cada 19 menores, há somente um educador, quando há, mostrando assim que dão mais ênfase à vigilância que à educação.

Ressalta-se que há uma grande carência de psicólogos, assistentes sociais, médicos e dentistas nas unidades.

3.1.3. Monitores⁸

São funcionários que se encarregam da vigilância interna da FEBEM, para desempenhar tal função não é necessário ter concluído o ensino médio. Eles recebem apenas um curso de treinamento durante três dias, onde participam de diálogos e jogos pedagógicos com funcionários do setor administrativo. Mas a verdade não é comentada para os novatos, e eles têm que cuidar, em média, até de 60 infratores, muitos deles acusados de roubo, estupro, seqüestro ou homicídio.

Segundo o departamento médico da instituição, os monitores necessitam tanto de ajuda como os jovens infratores. A maioria sofre de depressão aguda, quadro que se manifesta de diversas maneiras, como agressividade com a família, insônia, sonho agitado por pesadelos, disfunções sexuais, medo de sair à rua e alcoolismo.

3.1.4. Organização do menor dentro da FEBEM

O jornal Folha de São Paulo⁹ entrevistou seis jovens que estiveram internados na FEBEM. Em doze horas de gravação eles narraram em detalhes como é a rotina na instituição. Segundo as revelações dadas por um menor, na recepção lhes informam que: *“seu nome é ladrão, bem-vindo ao inferno. Aqui é, sim senhor, não senhor e as mãos para trás. Se você desobedecer, vai receber um trem – significa ser arrastado – ”*.

Os menores que chegam à instituição são obrigados a participar de um sistema já estruturado, com normas estabelecidas pelos internos mais antigos, pois somente assim conseguem sobreviver. Esta estruturação é realizada pelos próprios menores detidos na FEBEM e descritas a seguir:

- a) as bancas: ao ingressar, o menor deve fazer parte de um grupo, quanto mais numerosa, mais poderosa é a banca. Júnior, 19 anos, comenta que ele comandava uma banca com 250 integrantes. Repartiam os mantimentos e cigarros levados pelos familiares. Planejava as rebeliões e as fugas;
- b) a hierarquia: as normas variam de unidade para unidade, nas que são dominadas por bancas de homicidas, as ordens são ditadas pelos próprios internos, nelas se pode fazer de tudo, levantar-se e deitar-se a qualquer hora;

- c) as armas: são fabricadas com pedaços de madeira, ferro das celas e as armas de fogo podem ser compradas por um preço que varia de 5.000 a 15.000 reais, dependendo da situação econômica do monitor e do menor que a deseja comprar;
- d) as drogas: a maconha é o meio para esquecer-se da situação vivida dentro do *reformatório*. Ela chega através das visitas de amigos traficantes, noivas ou familiares, acondicionadas em cigarros comuns, guardados dentro de frascos de desodorantes, escondidas em pacotes de bolachas;
- e) fugas: é também uma mercadoria, pois quem tem dinheiro paga para fugir, combinando de ir ao posto de saúde ou ao tribunal de menores quando o menor é libertado por um valor que pode chegar aos 3.000 reais;
- f) as rebeliões: a maioria acontece porque os monitores lhes confiscam a televisão, os cigarros, à saída para o pátio e os obrigam a dividir um sabonete e uma toalha de banho entre todos. Segundo declarações dos internos, devido à falta de atividades para passar o tempo e ocupar a mente, fomenta os motins;
- g) o cigarro: é a moeda que circula na FEBEM. Trinta maços de cigarro compram uma sessão de um filme pornográfico ou um par de tênis *Nike*. Um maço de cigarros compra um pacote de bolachas;

h) o sexo: os preservativos e as visitas íntimas não existem, mas são comuns as relações sexuais. Novatos e estupradores são as vítimas prediletas. Lavam as roupas de outros internos e são obrigados a realizar favores sexuais.

3.1.5. Castigo dentro da FEBEM

Klintowitz informa que as confrontações entre monitores e menores são frequentes. A convivência é uma guerra. Os castigos são dados com bastões dentro dos quartos ou no banheiro, debaixo do chuveiro com água fria, a cabeça recostada na parede e as pernas abertas. Às vezes não há motivos para tais castigos, o que conta é a vontade do monitor. Caso o menor converse na hora de assistir televisão, é arrastado do lugar onde se encontra e deve ficar sentado durante toda a noite sem dormir, caso contrário, jogam-lhe água fria para mantê-lo acordado.

3.1.6. Perfil do Menor Internado na FEBEM

A Folha de São Paulo¹⁰ realizou uma pesquisa para determinar o perfil tanto do menor infrator preso nas unidades da FEBEM– SP, como o de sua família, as principais características encontradas serão apresentadas através de tabelas e gráficos a seguir:

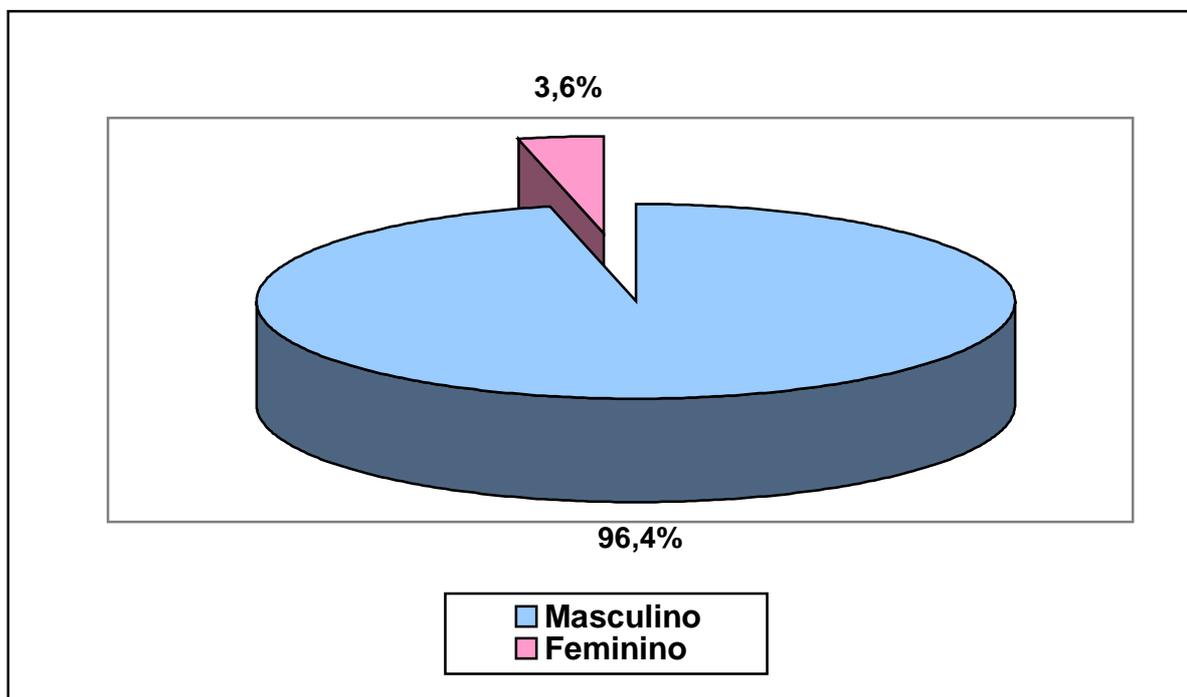
TABELA 3.01 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o sexo, São Paulo, 1999

Sexo	Porcentagem
Masculino	96,4
Feminino *	3,6

* A instituição possui unidades separadas para crianças do sexo feminino

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.01 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o sexo, São Paulo, 1999



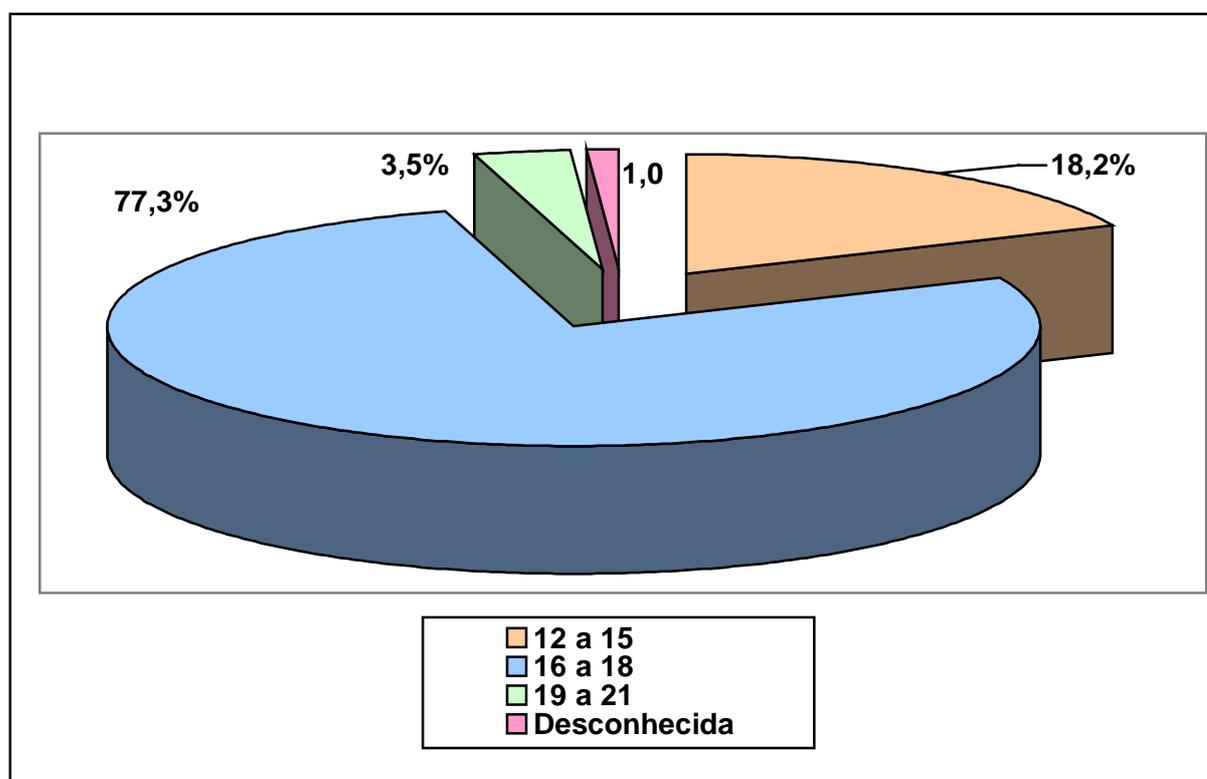
Fonte: Dados: FEBEM / SP – Gráfico: O autor

TABELA 3.02 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo a idade, São Paulo, 1999

Idade	Porcentagem
12 a 15	18,2
16 a 18	77,3
19 a 21	3,5
Desconhecida	1,0

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.02 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo a idade, São Paulo, 1999



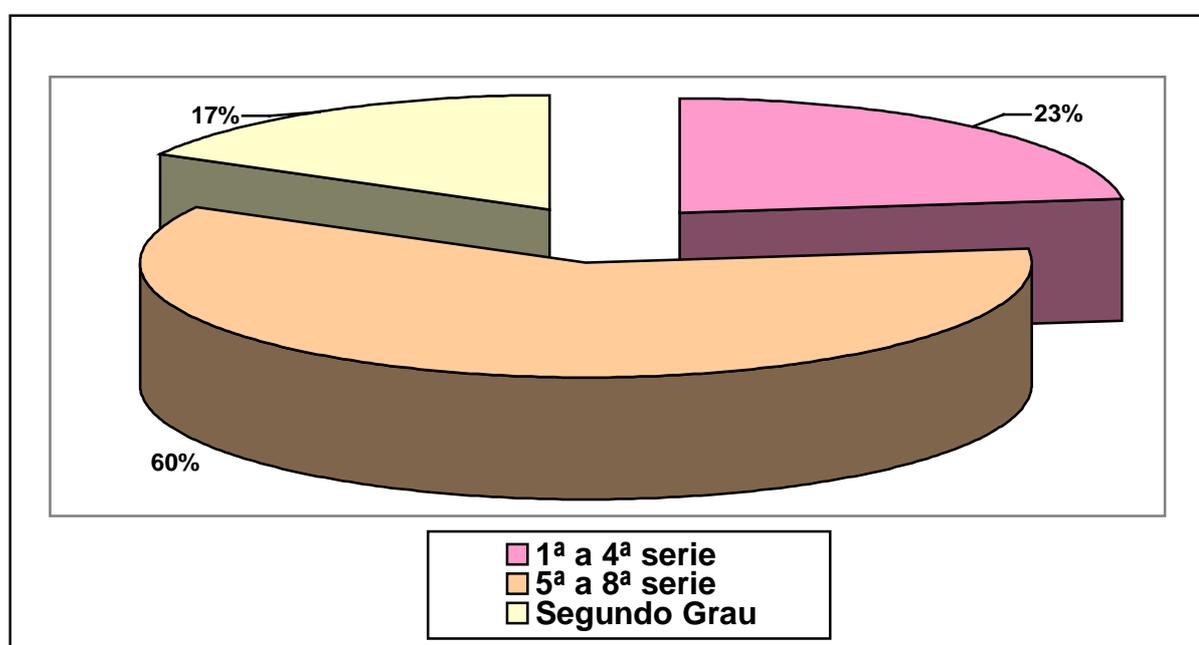
Fonte: Dados: FEBEM / SP – Gráfico: O autor

TABELA 3.03 – Internação de menores na FEBEM, segundo o grau de instrução, São Paulo, 1999

Grau de Instrução	Porcentagem
1ª a 4ª serie	23
5ª a 8ª serie	60
Segundo Grau	17

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.03 – Internação de menores na FEBEM, segundo o grau de instrução, São Paulo, 1999



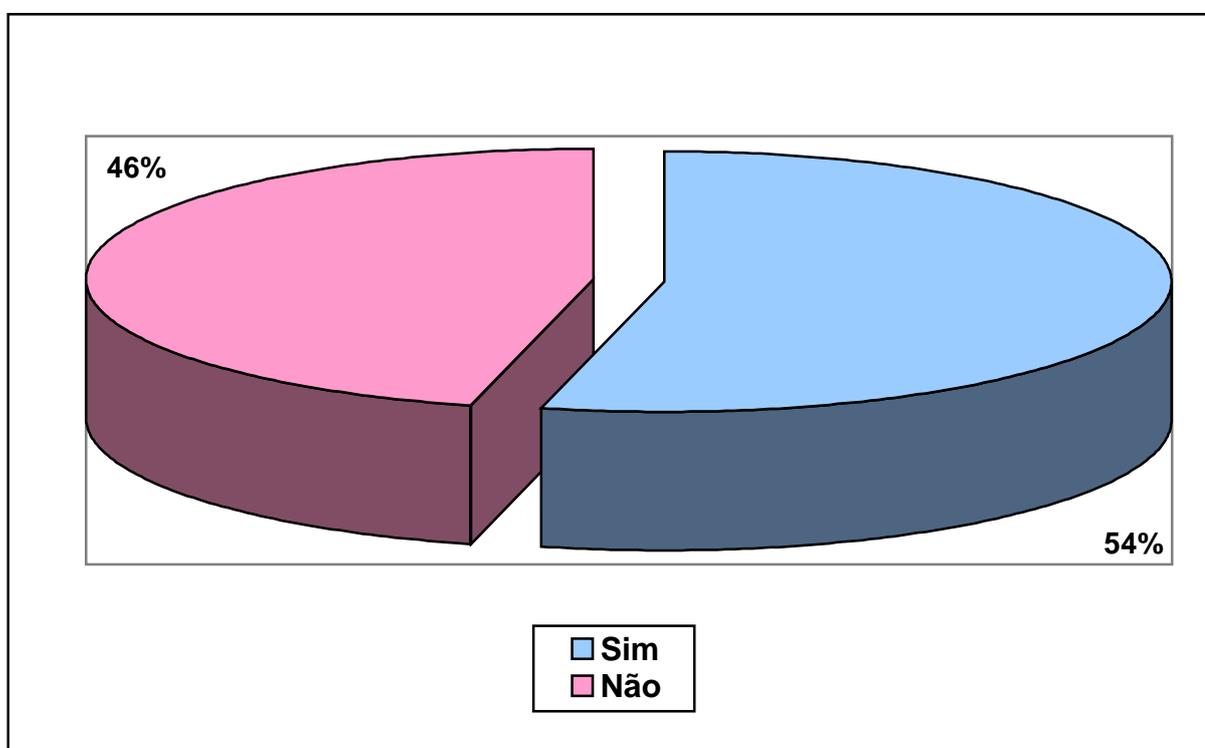
Fonte: Dados: FEBEM / SP – Gráfico: O autor

TABELA 3.04 – Internação de menores na FEBEM, segundo a frequência à escola, São Paulo, 1999

Freqüenta a Escola	Porcentagem
Sim	54
Não	46

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.04 – Internação de menores na FEBEM, segundo a frequência à escola, São Paulo, 1999



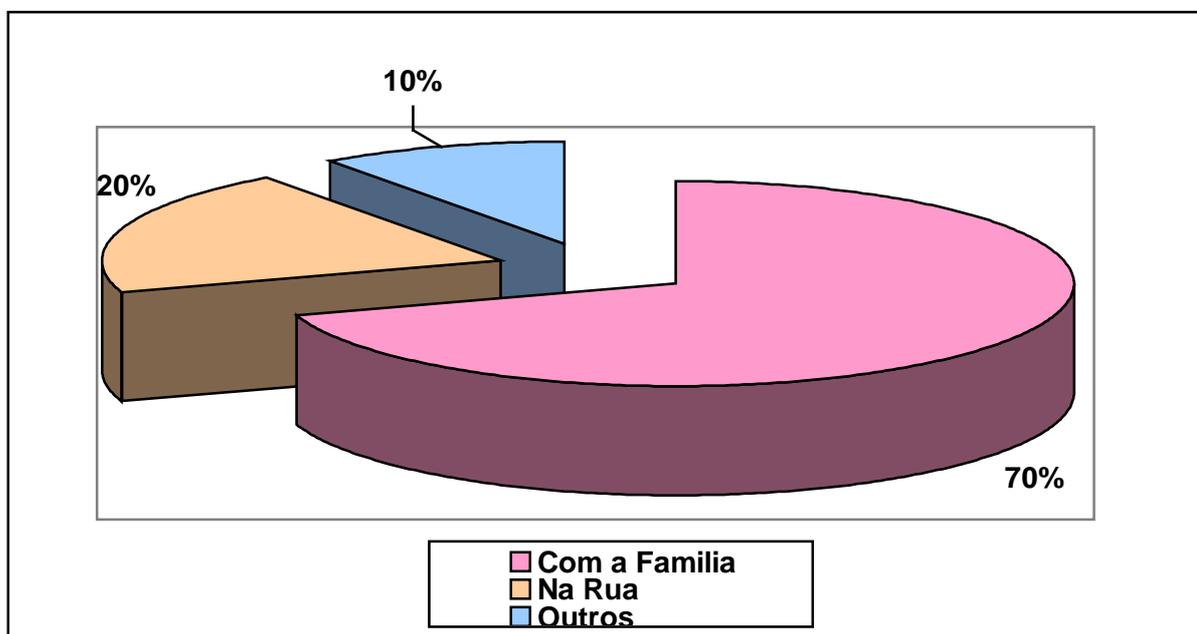
Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

TABELA 3.05 – Internação de menores na FEBEM, segundo o lugar onde morava, São Paulo, 1999

Moradia	Porcentagem
Com a Família	70
Na Rua	20
Outros	10

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.05 – Internação de menores na FEBEM, segundo o lugar onde morava, São Paulo, 1999



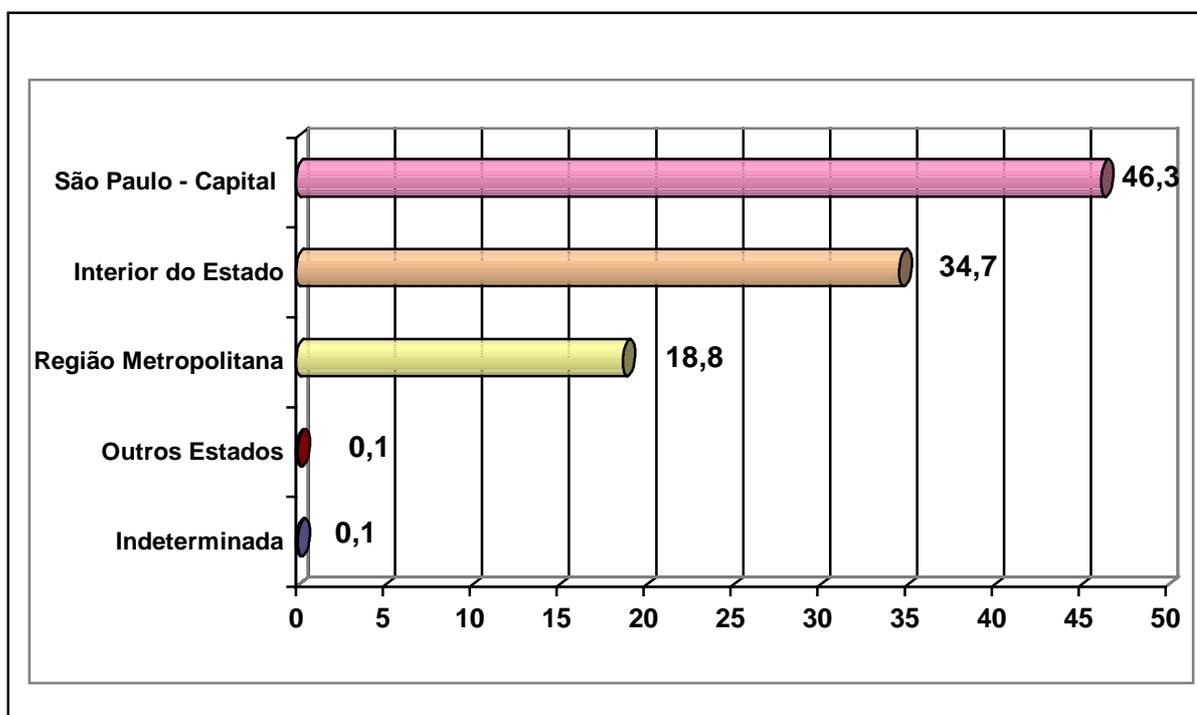
Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

TABELA 3.06 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o lugar de origem, São Paulo, 1999

Origem	Porcentagem
São Paulo – Capital –	46,3
Interior do Estado	34,7
Região Metropolitana	18,8
Outros Estados	0,1
Indeterminada	0,1

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.06 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o lugar de origem, São Paulo, 1999



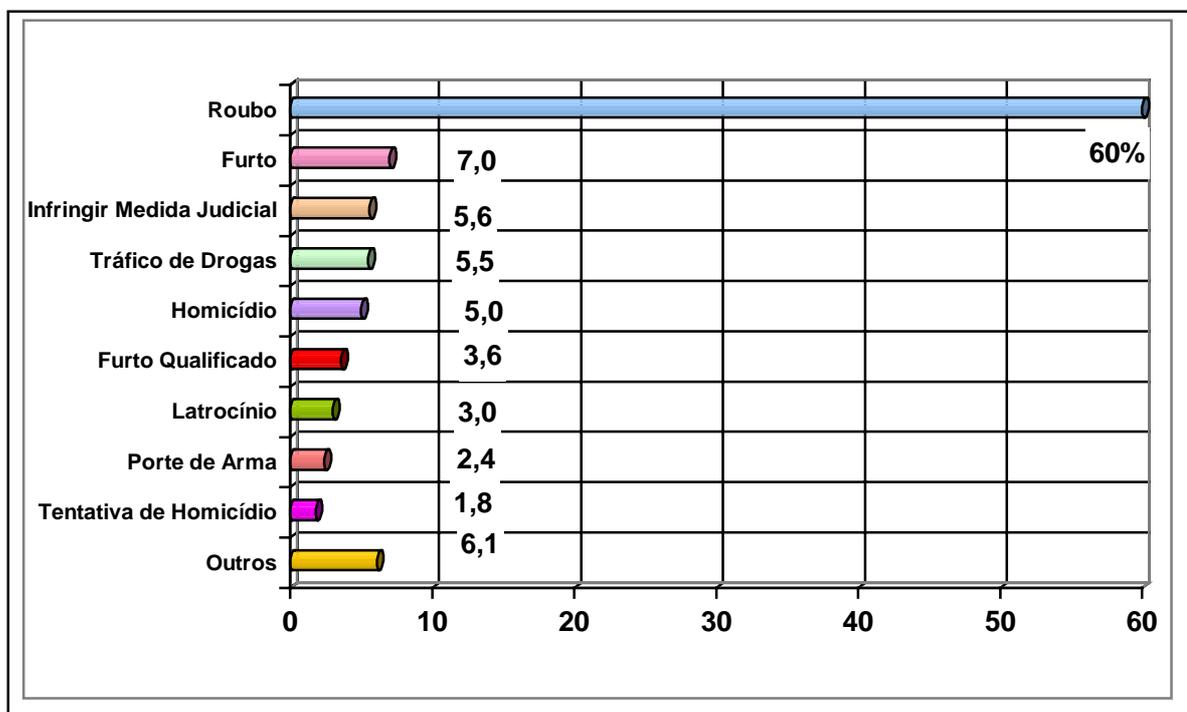
Fonte: Dados: FEBEM / SP – Gráfico: O autor

TABELA 3.07 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o tipo de crime cometido, São Paulo, 1999

Delito ou Crime	Porcentagem
Roubo	60,0
Furto	7,0
Infringir Medida Judicial	5,6
Tráfico de Drogas	5,5
Homicídio	5,0
Furto Qualificado	3,6
Latrocínio	3,0
Porte de Arma	2,4
Tentativa de Homicídio	1,8
Outros	6,1

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.07 – Perfil do menor internado na FEBEM, segundo o tipo de crime cometido, São Paulo, 1999



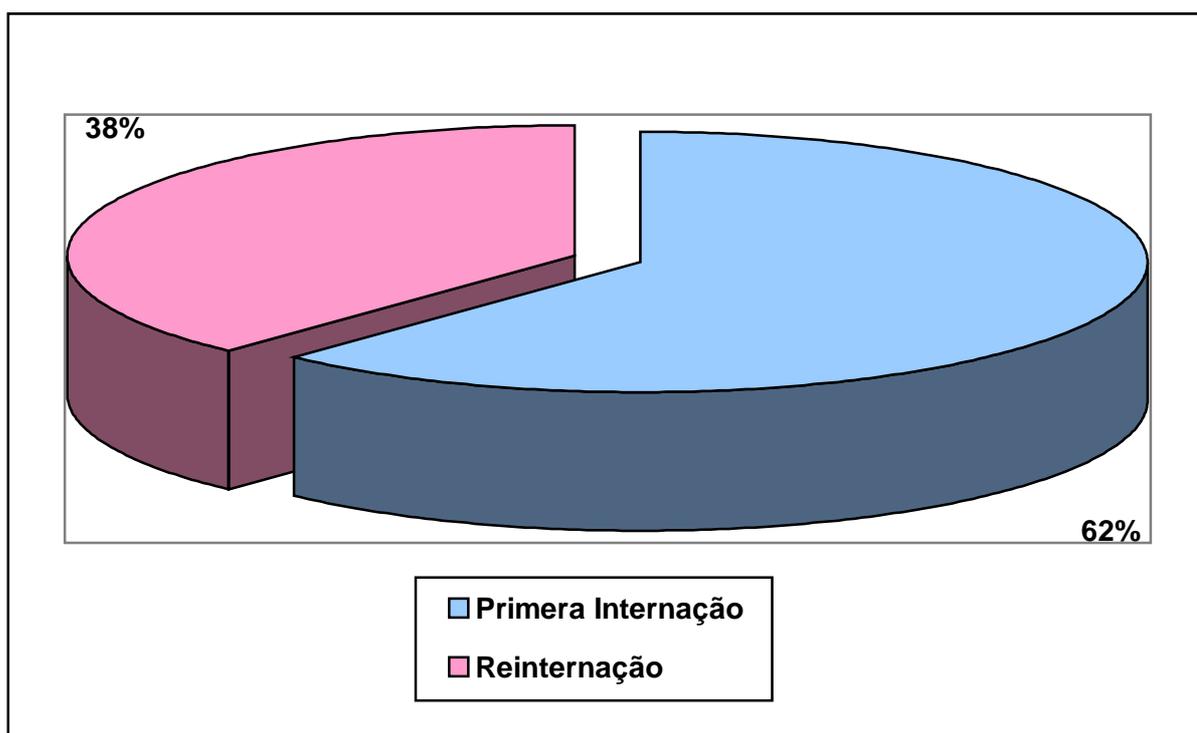
Fonte: Dados: FEBEM / SP – Gráfico: O autor

TABELA 3.08 – Internação de menores na FEBEM, segundo a reincidência, São Paulo, 1999

Incidência	Porcentagem
Primeira Internação	62
Reincidente	38

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.08 – Internação de menores na FEBEM, segundo a reincidência, São Paulo, 1999



Fonte: Dados: FEBEM / SP – Gráfico: O autor

Os dados compilados nas tabelas e gráficos anteriormente expostos mostraram que os menores internados nas unidades da FEBEM, em geral, apresentam o seguinte perfil:

- 96,4% são do sexo masculino;
- 77,3% têm entre 16 e 18 anos de idade;
- 60% cursam entre 5º e 8º grau do ensino fundamental;
- 54% freqüentam a escola;
- 70% vivem com a família;
- 46,3 nasceram na cidade de São Paulo;
- 60% foram internados devido a roubo;
- 38% são reincidentes.

Através dos dados pode-se verificar que a maioria pertence ao sexo masculino, com uma idade compreendida entre 16 e 18 anos, a pesquisa não explica as causas que os levaram a cometer delitos.

3.1.7. Perfil da Família do Menor Internado na FEBEM – SP

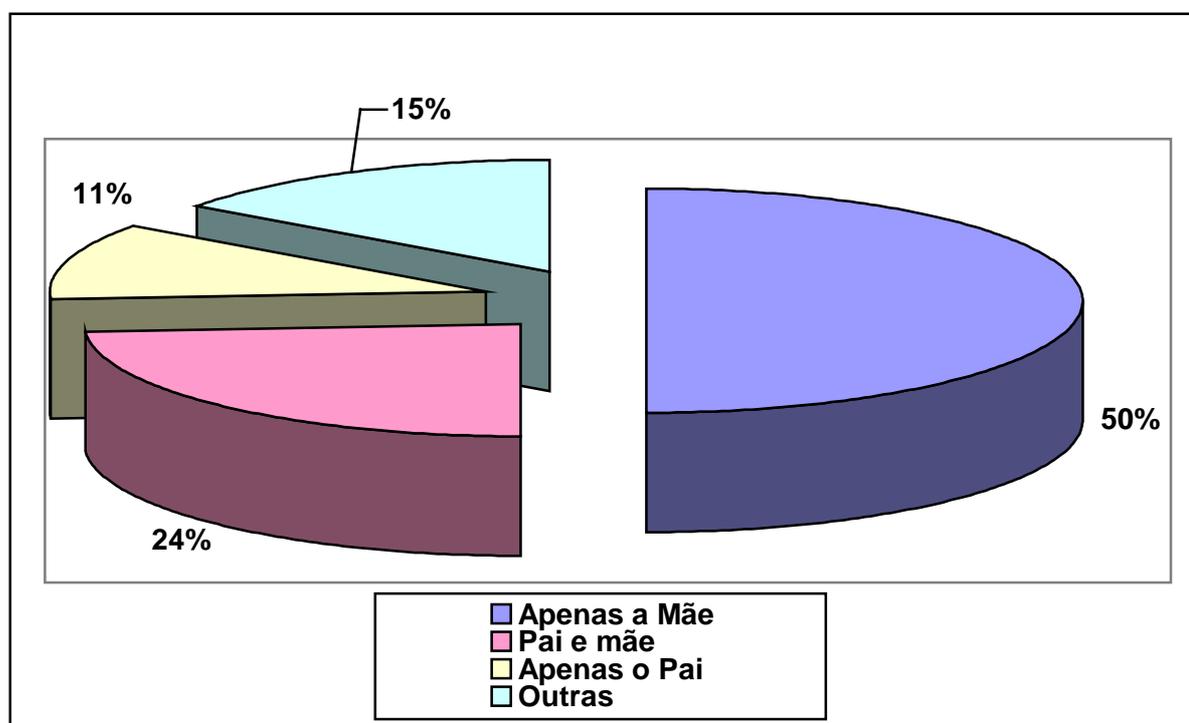
A pesquisa apresentada anteriormente pela Folha de São Paulo mostra também, o perfil familiar do menor detido nas dependências da FEBEM – SP:

TABELA 3.09 – Composição da família do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999

Composição Familiar	Porcentagem
Apenas a Mãe	50
Pai e mãe	24
Apenas o Pai	11
Outras	15

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.09 – Composição da família do menor Internado na FEBEM, São Paulo, 1999



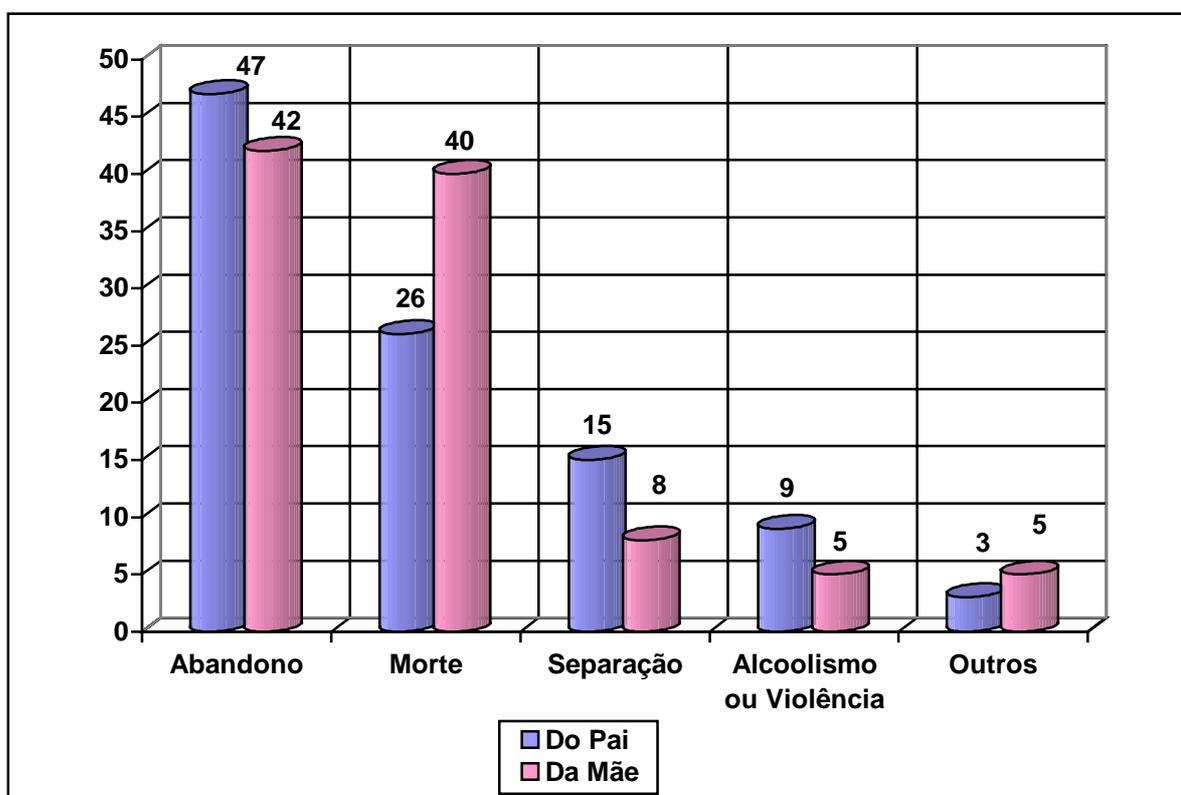
Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

TABELA 3.10 – Causas da desagregação familiar relativas ao menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999

Motivo da Saída	Cônjuge	Pai (%)	Mãe (%)
Abandono		47	42
Morte		26	40
Separação		15	8
Alcoolismo ou Violência		9	5
Outros		3	5

Fonte: Dados: FEBEM / SP – Compilação: O autor

GRÁFICO 3.10 – Causas da desagregação familiar relativas ao menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999



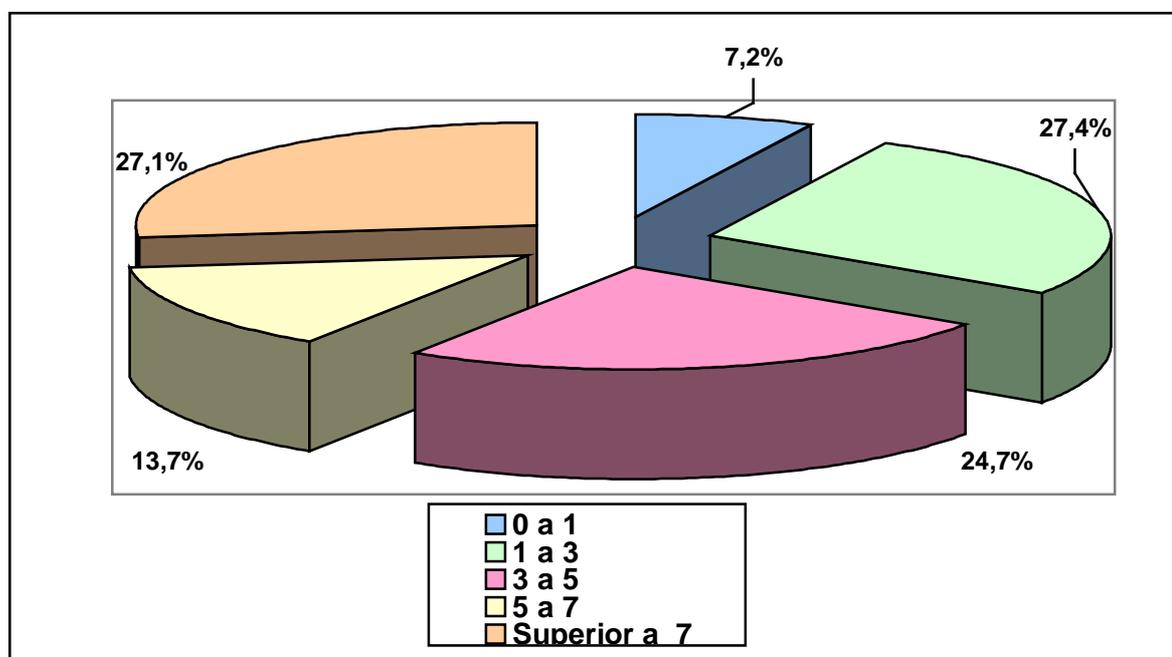
Fonte: Dados: FEBEM / SP – Gráfico: O autor

TABELA 3.11 – Renda familiar do menor internado na FEBEM, em quantidade de salários mínimos, São Paulo, 1999

Renda (Reais)	Porcentagem
0 a 1	7,2
1 a 3	27,4
3 a 5	24,7
5 a 7	13,7
Mais de 7	27,1

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.11 – Renda familiar do menor internado na FEBEM, em quantidade de salários mínimos, São Paulo, 1999



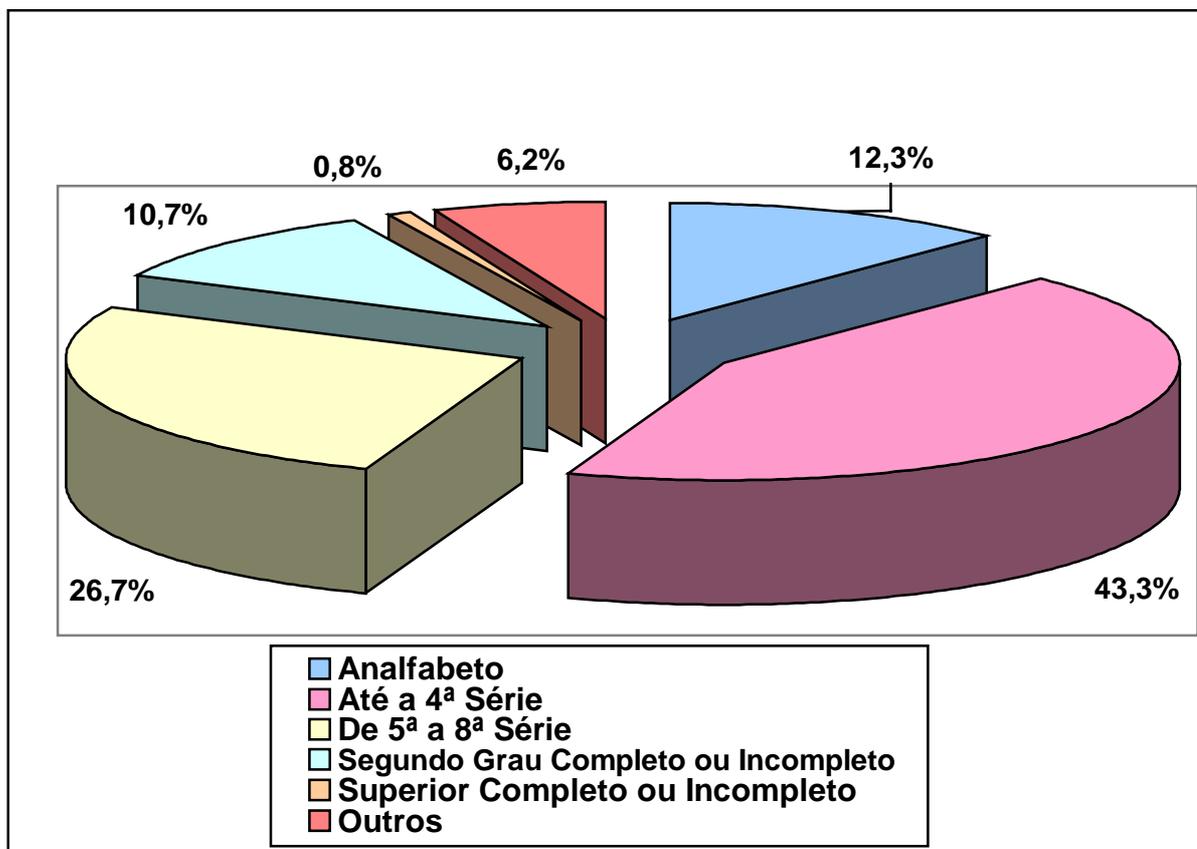
Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

TABELA 3.12 – Grau de instrução dos membros familiares adultos do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999

Grau de Instrução	Porcentagem
Analfabeto	12,3
Até a 4ª Série	43,3
De 5ª a 8ª Série	26,7
Segundo Grau Completo ou Incompleto	10,7
Superior Completo ou Incompleto	0,8
Outros	6,2

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.12 – Grau de instrução dos membros familiares adultos do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999



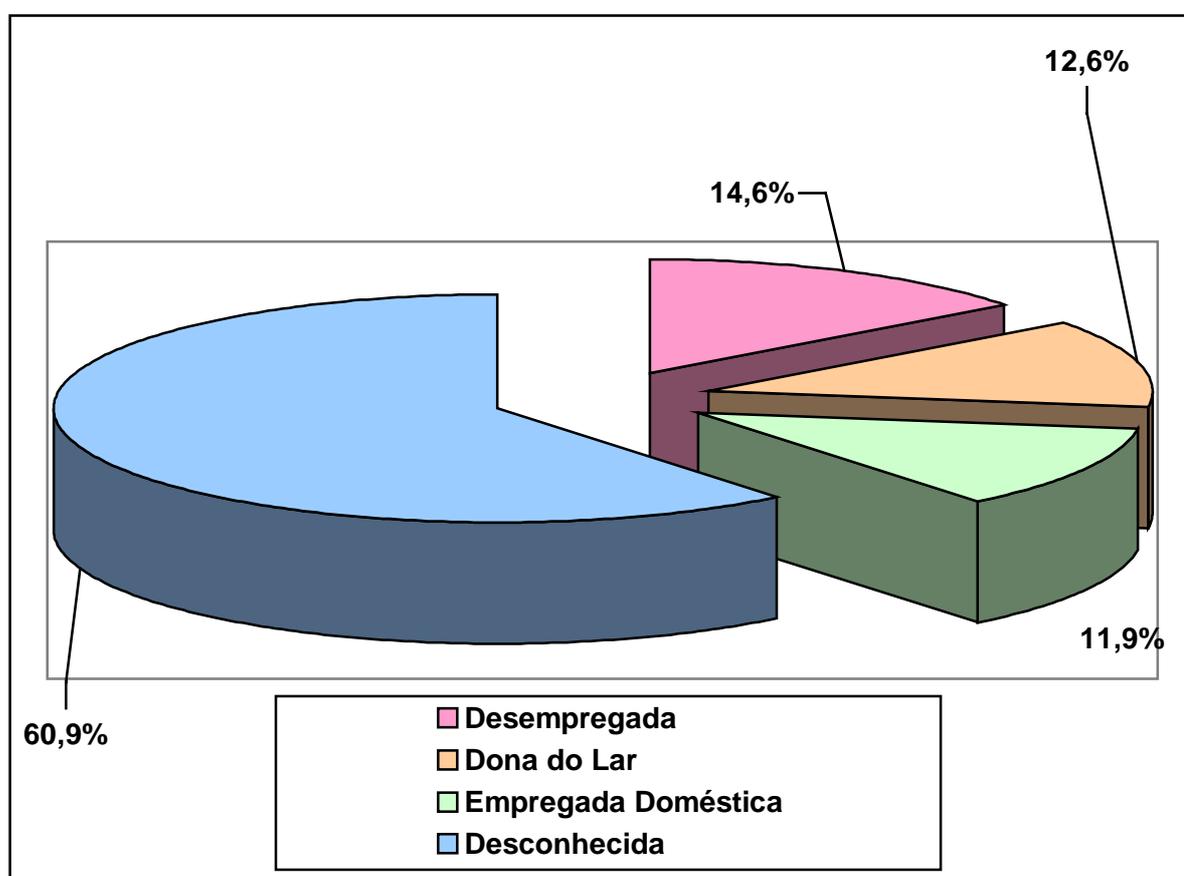
Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

TABELA 3.13 – Principal ocupação dos membros adultos da família dos menores internados na FEBEM, São Paulo, 1999

Ocupação	Porcentagem
Desempregado	14,6
Dona do lar	12,6
Empregada doméstica	11,9
Desconhecida	60,9

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.13 – Principal ocupação dos membros adultos da família dos menores internados na FEBEM, São Paulo, 1999



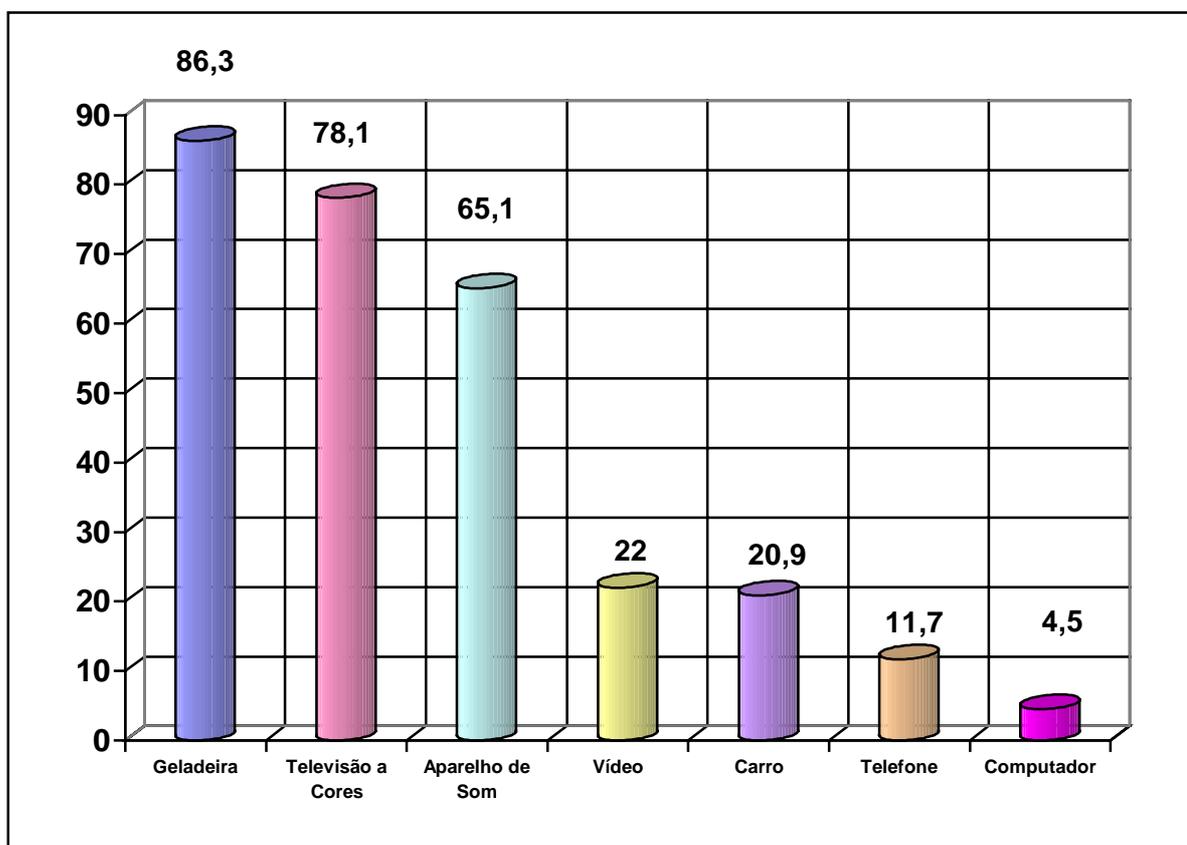
Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

TABELA 3.14 – Bens dos familiares do menor internado na FEBEM, das famílias que possuem bens, São Paulo, 1999

Bem	Porcentagem
Geladeira	86,3
Televisão a Cores	78,1
Aparelho de Som	65,1
Vídeo	22,0
Carro	20,9
Telefone	11,7
Computador	4,5

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.14 – Bens dos familiares do menor internado na FEBEM, das famílias que possuem bens, São Paulo, 1999



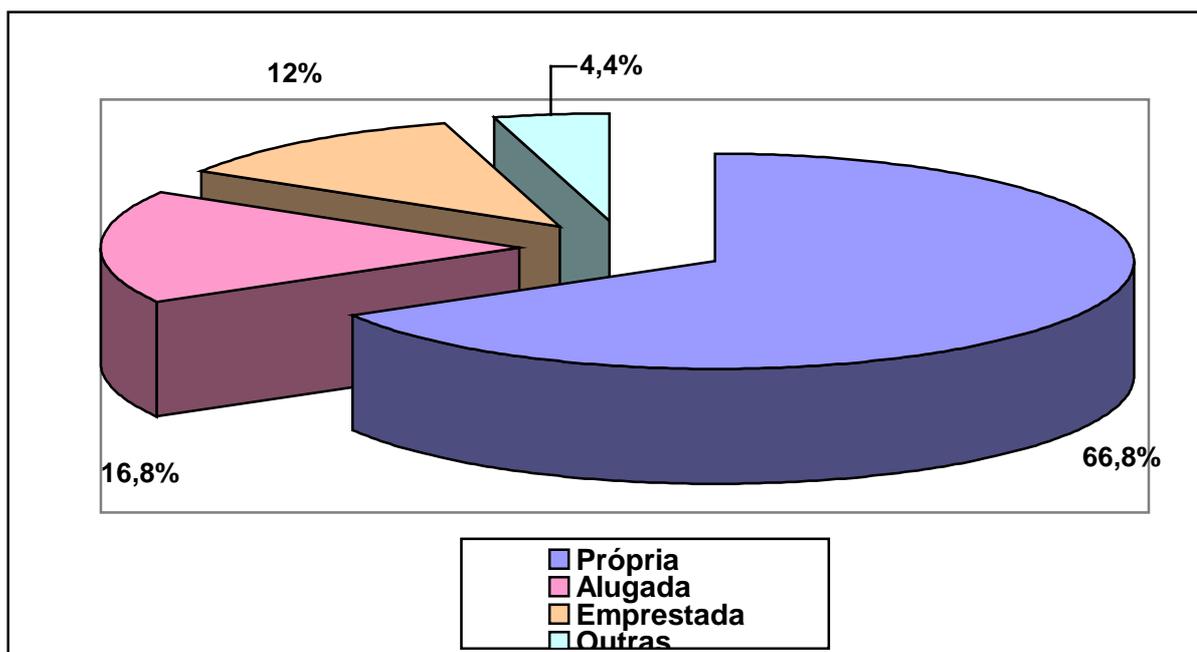
Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

TABELA 3.15 – Situação da moradia do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999

Situação	Porcentagem
Própria	66,8
Alugada	16,8
Emprestada	12,0
Outras	4,4

Fonte: FEBEM / SP

GRÁFICO 3.15 – Situação da moradia do menor internado na FEBEM, São Paulo, 1999



Fonte: Dados: FEBEM / SP - Gráfico: O autor

Pelos dados expostos anteriormente se pode observar que a família do menor internado na FEBEM, em geral, apresenta as seguintes características:

- 50% das famílias estão compostas apenas pela mãe;
- o abandono é o motivo mais freqüente pela separação dos pais, sendo 47% devido ao abandono do pai e 42% da mãe;
- 27,4 % têm uma renda familiar que varia de 1 a 3 salários mínimos;
- 43,3% dos membros adultos chegaram até o 4º grau de instrução primária;
- 60,9% dos membros adultos têm ocupação desconhecida;
- 86,3% possuem geladeira como bem de consumo;
- 66,8 vivem em casa própria;
- não existem dados relativos à origem da família.

3.1.8. Análise da situação do menor internado na FEBEM

De julho de 95 a julho de 98, o número de internações aumentou 81,6%. Este índice revela que um em cada três internos é reincidente. Em muitas destas instituições as crianças de rua se encontram isolados e

debilitados, sem recursos e apoio. O trabalho social que deveria ser realizado junto às famílias, que geralmente é a origem dos problemas, não existe.

As unidades da FEBEM têm capacidade para 320 crianças e adolescentes, mas a maioria delas, tem sob custódia mais de 1.200 internos. Por isso, não é possível oferecer-lhes uma atenção de qualidade e adequada para sua recuperação.

Outra irregularidade muito comum encontrada nas instituições é a distância que há entre as unidades e as famílias. Este fator é determinante para reatar os laços familiares, (Lozano, Folha de São Paulo).

O melhor seria que o sistema judicial procurasse alternativas para substituir em alguns casos o internamento, evitando a superpopulação dos centros de recuperação. Uma prática comum que deve ser evitada é a internação de jovens que cometeram pequenos delitos com outros altamente perigosos.

É indispensável que haja uma separação tanto pelo tipo de delito cometido como também pela idade. Ali convivem, em condições precárias, menores que não representam nenhum risco para a sociedade com homicidas, propiciando a formação de quadrilhas. A instituição, como se encontra atualmente, é uma *escola* para formar criminosos de toda espécie.

3.2. Programa Axé¹¹

Foi fundado em junho de 1990, na condição de programa vinculado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e em 1991, se constituiu em uma empresa de caráter jurídico autônomo. É uma Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos e sua meta é a Defesa e o Amparo à Criança e ao Adolescente, com sede na cidade de Salvador, Estado de Bahia.

3.2.1. Estrutura organizacional e áreas de atuação

O centro está constituído por Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Presidência, Coordenação Geral e Coordenação de Áreas. Este tem por finalidade prestar serviços no setor educacional e na defesa dos direitos dos menores em situação de risco. O Programa Axé atua tanto na educação e alfabetização, como na formação cidadã, para a vida e o trabalho. Entre as áreas de atuação se pode citar:

- a) educação na rua: são oferecidas atividades lucrativas aos jovens de Salvador que freqüentam o programa, visando sua sobrevivência, como também a de sua família;
- b) Programa Erê: realiza atividades culturais através de convênios com outras entidades de Salvador;

- c) oficinas de idéias e de alfabetização: oferecidos a crianças de até 12 anos de idade com a finalidade de um encaminhamento posterior às escolas da rede pública de ensino;
- d) empresa pedagógica e mercado de trabalho: objetiva a educação e o trabalho como um processo formativo para o exercício da cidadania, procura vagas de trabalho para adolescentes em organizações públicas ou privadas;
- e) acompanhamento pedagógico: é realizado através de educadores e técnicos em conjunto com as equipes das próprias organizações com as quais mantém convênio;
- f) defesa dos direitos: trabalha no acompanhamento jurídico e judicial dos menores envolvidos em problemas com a Justiça. Tem participação nas atividades educativas para a formação da cidadania, conforme estabelece a Constituição e o Código de Menores; promove com outras organizações a defesa dos direitos em benefício das crianças;
- g) formação de recursos humanos e assistência técnica: fomenta a formação permanente de educadores e técnicos através de seminários, cursos, estágios, visitas e assessoramento a outras organizações públicas ou privadas. Manutenção da biblioteca que atende a empregados, educandos do Axé e a usuários externos.

3.2.2. Colaboradores e organismos de financiamento

Os principais colaboradores e organismos que ajudam a sustentar o programa são:

- a) o Poder Público através do Ministério de Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério de Educação e a Universidade Federal da Bahia, Ministério da Saúde, Caixa Econômica Federal e sua Associação de Empregados;
- b) o Governo Estadual por intermédio da Secretária de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Secretária do Trabalho e Atenção Social, Secretária de Educação;
- c) o Governo Municipal através da Secretária de Ação Social, Secretária de Educação, Limpeza Urbana e Fundação Cidade Mãe;
- d) organismos internacionais que prestam auxílio ao Axé, como a UNICEF, Organização Internacional do Trabalho – OIT –, União Européia, Ministério das Relações Exteriores da Itália, DIAKONIA, Anistia Internacional, Coordenação Ecumênica de Serviços, POMMAR / Companheiros das Américas / USAID;

- e) organizações privadas: entre elas a ABRASSO, Credicard, Associação Brasileira de Empresários de Hotelaria, Instituto Ayrton Senna, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e ACHÉ – Laboratórios Farmacêuticos.

3.2.3. Missão institucional

Contribuir para a elaboração teórica e prática de propostas que visem atenção aos setores da população de extrema pobreza, de forma que privilegie tanto a infância e a juventude como aqueles que foram destituídos de seus direitos, especialmente os que se encontram fora do seio familiar, da comunidade, da escola ou em situação de risco. Constituem parte integrante desta missão:

- a) o compromisso político com as populações de extrema pobreza;
- b) a valorização das diferenças e a luta permanente contra as desigualdades;
- c) o elevado nível de competência profissional de seus recursos humanos e formação permanente;
- d) a qualidade dos serviços oferecidos, possibilitando ao educando a construção de seu projeto de vida pessoal e social;
- e) a ética pessoal e institucional;
- f) os Direitos Humanos;

- g) o respeito pelo educando e sua estimulação à participação;
- h) a arte e a cultura como espaços privilegiados de educação, criatividade, emancipação, transformação e profissionalização para a construção da cidadania dos educandos
- i) a honestidade, a prática econômica, a transparência e a publicidade para administrar os recursos financeiros que constituem seu pressuposto;

3.2.4. Objetivo geral

Realizar em sua plenitude a *missão institucional* através da execução, acompanhamento e avaliação dos programas setoriais considerando suas especificidades.

3.2.5. Objetivos específicos

Os objetivos que o programa delineou são:

- a) defender os direitos assegurados em lei à criança e ao adolescente, garantindo educação, saúde, segurança e convivência familiar;
- b) oferecer serviços educacionais de qualidade aos educandos e suas famílias, possibilitando transformações em sua história pessoal e social;

- c) facilitar a execução dos projetos setoriais, promovendo intercâmbios, circulação de informações, sistematização do saber e do fazer, consolidação da produção teórica, e a formação interna em todos os níveis;
- d) construir, internamente, a competência institucional necessária ao enlace político e estímulo da demanda das populações, para que os serviços essenciais sejam implantados, expandidos ou melhorados em nível municipal;
- e) consolidar, aperfeiçoar e diversificar os serviços oferecidos pelos Centros e pelas Unidades;
- f) contribuir para a formação profissional e política de agentes sociais de outras organizações que atuam na área social.

3.2.6. Metas

Entre as metas do programa se pode citar:

- a) atender e oferecer serviços de qualidade diversificados às crianças, considerando a especificidade dos serviços para o gênero feminino;
- b) iniciar em todos os Centros e Unidades a execução de projetos por setores;

- c) realizar enlace político para a defesa e garantia de direitos nas seguintes áreas: vida e integridade, educação, saúde e moradia;
- d) dotar todos os Centros e Unidades com recursos humanos e materiais necessários à implementação dos projetos setoriais;
- e) implantação do sistema de desenvolvimento auto-sustentável, e do Centro de Produção e Comercialização alcançando-se gradualmente a geração de recursos para cobrir, prioritariamente, os gastos ocasionados pelo setor de “recursos humanos”;
- f) definição da abordagem teórica, revisão e elaboração das estratégias metodológicas;
- g) sistematização da análise da prática;
- h) implantação do sistema de informação com núcleo central e setores descentralizados;
- i) investimento no universo de recursos humanos do Axé para transformá-lo, cada vez mais, em um universo de competência e de compromisso;
- j) implantação do sistema de acompanhamento e avaliação.

3.2.7. Estratégias

O Axé elaborou um conjunto de ações que permitem a recuperação de crianças de rua ou adolescentes em situação de risco, entre elas estão:

- a) elaborar e utilizar os instrumentos necessários para a implementação de projetos, planos de trabalho, de registro das informações relativas aos educandos e suas famílias e registro de acompanhamento da história destes;
- b) contemplar a transcendência como dimensão necessária à existência humana, no processo pedagógico dos beneficiários e formativo dos trabalhadores;
- c) implantar o sistema de comunicação e informação interna;
- d) realizar o processo de acompanhamento e avaliação;
- e) utilizar, não somente a formação sistêmica e contínua, como também, o julgamento dos titulares de cargos de confiança (coordenadores e gerentes), o afastamento e a substituição dos que não respondem às exigências da *missão institucional*, aos interesses dos beneficiários e da demanda gerada pelos programas setoriais;

f) é de exclusiva competência da presidência e da coordenação geral a avaliação dos titulares de cargos de confiança com função gratificada, sua nomeação, confirmação, remoção e afastamento.

3.2.8. Centros do Programa Axé

Neste item será realizada a descrição dos Centros que integram o programa.

3.2.8.1. Centro para a educação na rua

A finalidade deste centro é viabilizar o processo para a conquista da cidadania das crianças e adolescentes que se encontram nas ruas e que são provenientes de famílias com escassos recursos econômicos.

O educador começa por conhecer o funcionamento da rua, no cotidiano, identificando o sujeito, alvo de sua ação, observando o que ocorre em seu ambiente. Esta fase inicial serve para construir o vínculo do educador com a criança ou o adolescente, denominado de *flerte pedagógico*. A fase seguinte é chamada de *namoro pedagógico*; é o momento do *fazer pedagógico* que consiste em levar a sujeito a dar início a seu projeto de vida. A relação educadora versus educando prossegue com mais confiança,

conhecimento e acolhimento por parte do educador, há a manifestação dos primeiros desejos. Na *aproximação pedagógica* o educando se integra totalmente ao programa, freqüentando as atividades do espaço delimitado, procurando a consolidação de seu projeto de vida.

A função do educador de rua é de deflagrar nas crianças o processo de elaboração do projeto de vida que possa reverter sua condição de criança de rua desenvolvendo uma educação através do diálogo entre o educador e o educando, transformando o vínculo com o adulto em um referencial positivo.

O critério para a seleção de educadores é que tenham concluído o ensino médio. Atualmente, quase todos eles possuem formação superior com predomínio de pedagogos, assistentes sociais, antropólogos, sociólogos entre outros. A partir da contratação, o programa oferece aos educadores formação especializada, sistemáticas e específicas, visando a atenção às questões centrais de sua prática.

Para desenvolver ou obter maior eficiência em seus objetivos, o Axé realiza convênios com outras instituições para abrir o maior número de possibilidades para o educando, entre as quais podem ser citadas: Projeto Cidade Mãe, Abrigos Noturnos, Centro de Defesa da Criança e do

Adolescente, Conselho Tutelar, Tribunal da Infância e da Adolescência, Centro de Estudos e Terapia contra o Uso de Drogas.

Também são assinadas outras alianças estratégicas com a finalidade de otimizar o processo e de introduzir outros setores da sociedade, tais como: o Instituto de Matemática e Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, Espaço Cultural Glauber Rocha, Espaço Cultural da Telebahia, Farmácia Estrela Galdino, Artes Filmes e Igreja Episcopal de Pituba;

3.2.8.2. Centro de apoio à família e à juventude

Através dos educadores deste centro, o programa estimula o educando a retornar a sua família e tentar fazê-lo entender que, por mais pobre que seja sua família, o seu lar é o lugar mais seguro para viver. Portanto, um dos objetivos é conseguir fazer as pazes entre o educando e seus familiares. Quando, por qualquer motivo, o educando e sua família não conseguem reatar, o programa procura alternativas para encaminhar o menor a abrigos como a Fundação Cidade Mãe ou a Fundação da Criança e do Adolescente, que são instituições públicas, municipal e estadual, respectivamente.

Há também o aluguel de pensões na cidade, onde o Axé ajuda a pagar o valor destas e realiza também esforços no sentido de facilitar as relações familiares, desenvolvendo ações educativas, estabelecendo vínculos de confiança e de afeto, procurando conhecer melhor suas realidades, limites, potencialidades, habilidades, sonhos e desejos. Existe ainda a elaboração e a utilização de instrumentos para a observação, programação, memórias, registros numéricos. Procura também na comunidade, empregos para os pais de crianças que se encontram desempregados e para seus educadores, oferece cursos para torná-los mais aptos para trabalhar com as complexas relações familiares.

3.2.8.3. Centro de alfabetização e oficinas de idéias

O Programa Axé tem na alfabetização o veículo para a construção da cidadania e uma ponte para a escola. Entre seus objetivos se encontra a compreensão do modo de representação da linguagem na sua forma escrita e à construção e compreensão de textos coerentes.

Em qualquer sociedade letrada, o desenvolvimento da competência textual é básica para a construção e o exercício da cidadania. A construção e compreensão de textos, orais ou escritos, são fundamentais para resolver questões de ordem prática, como ter acesso a bens culturais e participar da sociedade de forma consciente.

As salas de alfabetização atendem crianças e adolescentes com idade entre os 8 e os 18 anos, que vivem na pobreza, destituídos de seus direitos, entre os quais o direito à educação. Em cada sala são atendidos de 16 a 20 alunos, visando dar uma atenção mais individualizada. Quando o educando chega à unidade, geralmente apresenta baixa auto estima, medo de se expressar ou de levantar hipótese sobre a escrita, devido ao fracasso na escola tradicional, além de nunca ter presenciado ou participado de atividades sociais por intermédio da linguagem escrita. A alfabetização é desenvolvida através de textos que circulam no meio social do sujeito. Os professores de alfabetização são de nível superior e recebem formação contínua, pois um dos objetivos do programa são os investimentos no campo de recursos humanos para que se atue com mais eficiência.

As formações são feitas tanto por profissionais do próprio Axé como de outras instituições. Estas atendem aos desejos dos educadores com a finalidade de aprofundar seus conhecimentos teóricos e avaliar suas práticas educativas.

No centro de alfabetização se encontra também o Escritório de Idéias, que atende crianças de 1 a 7 anos. É um espaço reservado para jogos e construção de brinquedos provenientes do universo infantil. Este

assegura à criança o direito a jogar, pois é fundamental para seu completo desenvolvimento.

Em cada grupo de educandos está sempre presente um professor e um educador, cabe a este último participar das atividades de classe, ouvir os pedidos, desejos ou angústias de cada educando, de maneira individual, procurando também a atenção de outras áreas do centro como encaminhamento a serviços de saúde. O programa oferece também três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), além de bolsa para realizar os estudos.

3.2.8.4. Centro para a defesa dos direitos

Sua finalidade é defender e promover os direitos da criança e do adolescente, especialmente aqueles que são oriundos dos setores mais pobres da população, com a intenção de fazer efetivo o cumprimento da lei, do acesso aos serviços básicos e ao desempenho da cidadania. O Axé atua nas seguintes áreas:

- a) atenção: dar assistência judicial aos educandos do centro, envolvidos em infrações;
- b) formação: oferece informação, formação e orientação sobre os direitos e deveres dos educandos;

- c) contatos internos: para propiciar o intercâmbio de experiências, avaliação do trabalho e análise da prática;
- d) contatos externos: participação dos membros em seminários, encontros com outras instituições de defesa dos direitos.

3.2.8.5. Centro de educação para a saúde

Foi inaugurado em 1993, conjuntamente com o Programa *Terra Nuova* – Entidade Italiana de Saúde implantada no Brasil –, onde se constatou a dificuldade de acesso que as crianças têm aos serviços de saúde, como também a compreensão sobre o que é *saúde* e as patologias mais comuns. Por intermédio do programa se visa melhorar as condições de saúde, relacionando-a com o modo de viver, e se pretende implantar:

- a) um serviço de atenção imediata que sirva de porta de entrada ao Sistema Único de Saúde – SUS – e assinar convênios com os governos federal e municipal objetivando assegurar o acesso aos serviços formais de saúde;
- b) atividades estratégicas em Educação para a Saúde Física e Odontológica, e também a prevenção das enfermidades transmitidas sexualmente, assim como o uso de drogas e álcool.

Os procedimentos realizados pelo centro são os seguintes: curativos, inalações, aplicação de injeções, retirada de pontos cirúrgicos, remédios de via oral, massagens, primeiros auxílios, consultas médicas, exames ginecológicos e consultas odontológicas.

3.2.8.6. Centro de formação de recursos humanos

Entre as ações que o centro realiza, destacam-se:

- a) difundir a metodologia;
- b) formação de agentes sociais com o objetivo de eliminar o trabalho infantil;
- c) formação de educadores de organismos públicos;
- d) formação permanente dos trabalhadores, educadores, conselheiros e outros agentes do Axé e das instituições com as quais mantém convênio, estes são capacitados para trabalhar com menores que vivem em áreas urbanas expostas à prostituição, consumo e tráfico de drogas, trabalho precoce ou exploração;
- e) formação em Direitos Humanos para a Polícia Militar.

3.2.9. Empresas comerciais

O objetivo destas empresas consiste em proporcionar aos educandos a construção de seus projetos de vida, tanto pessoais e sociais, tendo o trabalho como via essencial para a formação cidadã. O Axé possui quatro Empresas Comerciais:

- a) Opaxé – Oficina de Papel e Arte: utilizada para a fabricação de papel reciclado;
- b) Stampaxé: Oficina para Estampar Roupa e Malhas: procura através das formas e cores estimular a criatividade individual ou coletiva;
- c) Casaxé: Oficina de Decoração de Interiores;
- d) Programa Erê (Cultura e Arte): é realizado em convênio com os grupos musicais Afros brasileiros Ilê Aiyê, Muzenza, Grupo Índio Apache; Escola de Circo Picolino, Bale Teatro Castro Alves e Capoeira (Arte Marcial Afro Brasileira).

3.2.10. Empresas educativas

Estas se encontram estruturadas em quatro núcleos:

- a) núcleo pedagógico: atende adolescentes a partir dos 13 anos de idade. É um espaço reservado para a criação de hábitos e aptidões educativas, onde se constrói o conceito de trabalho como um processo de energia criativa;

- b) núcleo de aprendizagem: espaço de refinamento, onde as questões relativas à construção do projeto de vida e cidadania se encontram mais estruturadas, a aprendizagem técnica profissional está melhor delineada. Esta etapa é dirigida a jovens com idade igual ou superior a 15 anos;
- c) núcleo de produção: os educandos são oriundos do núcleo anterior com uma formação profissional. Combina os materiais produzidos nas outras áreas, integrando as atividades desenvolvidas anteriormente de forma isolada, ampliando sua relação com o mercado;
- d) núcleo de comercialização: os produtos fabricados são comercializados em lojas próprias, no atacado e no varejo.

O Axé procura ajustar a dicotomia que existe entre o programa educativo e o programa produtivo com a finalidade de encontrar a auto sustentação a curto e a médio prazo.

Para satisfazer vocações em outras áreas que não fazem parte do programa, realizam-se convênios com outras instituições semelhantes, sejam estas empresas públicas ou privadas objetivando oportunidades para todos os educandos.

O *Programa* reuniu em torno de sua proposta, profissionais de diferentes áreas que tinham experiência de participação nas

lutas dos setores mais pobres da sociedade brasileira, estes visam que as crianças aprendam artes plásticas, dança, arte dramática, música, oficinas de serigrafia, produção de papel reciclado e centro de alfabetização, divididos segundo a idade dos educandos.

César de Floreo la Roca, italiano, fundador e presidente da organização explica que em menos de cinco anos, se conseguiu retirar mais de seis mil jovens das ruas de Salvador, reencaminhando-os as suas famílias, e centenas deles foram colocados no mercado de trabalho.

O projeto pretende que a atuação seja realizada de uma maneira não maciça, não compulsiva e nem assistencialista, mas sim com intenção de minimizar o problema das crianças de rua, no Brasil.

Através do contato com estes menores, foi possível delinear um programa denominado *pedagogia do desejo*, que consiste em resgatar a capacidade de sonhar com uma escola, com um lar, com o exercício da cidadania, pois somente desta forma poderiam-se transformar em sujeitos que ainda desejam e sonham, passando a vislumbrar a possibilidade concreta de, voluntariamente, abandonar as ruas e os perigos a que se encontram expostos. O Axé desenvolve nestes jovens a importância de conhecer os direitos e garantias que a lei lhes confere, a reaproximação com a família, a integração ao processo de formação pessoal e ao abandono definitivo da rua, permitindo

que o educando recupere o desejo e o sonho de construir um projeto de vida para o futuro.

3.3. O Programa Catarse¹²

A palavra *catarse* significa purificação, limpeza, transformação rápida.

Esta é uma Organização não Governamental que atua em Maceió, capital do Estado de Alagoas, fundada em 1995, visa garantir os direitos sociais de um ponto de vista político – pedagógico, procurando a conquista da cidadania de menores que vivem na rua ou em situação de risco, preferentemente aquele que não tem laços familiares.

A metodologia utilizada para realizar o primeiro contato com as crianças e jovens que se encontram na rua é oferecendo um café da manhã nas praças da cidade. Um segundo contato é marcado para fazer uma entrevista de avaliação psicológica nas dependências do Programa, onde recebem o convite para dormir por uma noite e tomar o café da manhã; em um terceiro contato, o candidato é submetido a uma nova avaliação e pode ganhar o direito de viver na Casa Márcio Coelho, onde passa por um processo de socialização que vai da alfabetização até à formação profissional, oferecida em empresas privadas, depois de passar por um período de aprendizagem e

finalmente encontrar-lhe uma vaga no mercado de trabalho. Ao conseguir emprego, formam-se grupos de três menores para alugar uma casa ou apartamento e o gasto é dividido por quatro, o outro participante é o próprio centro. Isto é possível apenas para os que têm, pelo menos, 16 anos de idade, pois os que têm uma idade inferior a 10 anos, são encaminhados às famílias que colaboram com o programa e que possuam uma renda mensal de até 500 reais, e estas passam a receber mais 150 reais por mês, e ainda uma ajuda nos gastos com escola, duas cestas básicas de mantimentos e auxílio – saúde, que é estendido a outras crianças menores da residência.

O Programa serviu de modelo para outros Estados do Brasil, é visitado por organizações internacionais que creditam que é uma idéia que pode prosperar, entretanto, apesar do grande trabalho social que realiza, atualmente passa por dificuldades econômicas e sobrevive de doações. Deve-se esclarecer que o programa não recebe nenhum tipo de ajuda oficial.

3.3.1. Objetivo geral

Retirar crianças e adolescentes que vivem na rua, especialmente aqueles que não tem nenhum vínculo familiar.

3.3.2. Objetivos específicos

- a) fomentar a cidadania, garantir os direitos e ensinar os deveres;
- b) dar assistência tanto a menores, sem limite de idade, como também às famílias dos que se encontram sob seus cuidados;
- c) dar assistência jurídica aos infratores que se encontram no Conselho Tutelar do Menor;
- d) proporcionar formação profissional aos efetivos do programa;
- e) dar assistência médica, odontológica e psicológica aos menores;
- f) oferecer assistência ginecológica às menores grávidas;
- g) encaminhar menores aos órgão públicos competentes para a adoção;

3.3.3. Cursos de formação profissional

Na área educativa o programa dá prioridade à alfabetização e à formação profissional através dos seguintes cursos: corte e costura, serigrafia para roupas e malhas, cozinha e culinária e capoeira.

3.3.4. Estrutura

A instituição possui dentro de suas instalações pequenas fábricas para a produção de mantimentos para o consumo interno e

externo; roupas e brinquedos educativos que são comercializados em duas lojas de sua propriedade.

3.3.5. Aplicação dos recursos

Os recursos obtidos são aplicados prioritariamente na alimentação, alfabetização e formação profissional das crianças e adolescentes que integram o programa, sendo distribuídos diariamente 150 cafés da manhã em praças da cidade, 70 sopas no jantar em casas para pernoitar, 140 sanduíches e cafés para lanches, 10 cestas básicas de mantimentos distribuídos para os núcleos familiares que têm meninos sob seus cuidados e 80 cafés da manhã, almoços e jantares em *casas abertas* (casa de abrigo temporário).

3.4. Escola Criativa Olodum¹³

Funciona na cidade de Salvador (Bahia), a escola nasceu de uma sociedade entre o governo do Estado e o grupo de percussão Olodum, que inicialmente atendia apenas aos meninos que viviam no bairro conhecido como Pelourinho (centro da cidade). Realiza suas atividades em período integral, pela manhã oferece os cursos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, à tarde os cursos de formação profissional. Nestas aulas se ensina dicção, música, percussão, artes plásticas, língua inglesa e dança.

A capacidade escolar é de 300 alunos, sendo 120 crianças de rua que entraram através da Fundação de Apoio à Criança do Estado de Bahia, em sociedade com a Secretária de Ação Social. As famílias recebem um salário mínimo em troca da garantia de que as crianças estudem. O programa incentiva a integração com alunos provenientes de outros setores da sociedade.

O custo mensal de manutenção da Escola Criativa Olodum é de 35.000 reais, ou 116 reais *per capita*, valor muito pequeno se comparado com o custo mensal da FEBEM de São Paulo que é de 9,2 milhões de reais, ou 1.864,59 reais *per capita*.

Os objetivos delineados pela escola são:

- a) desenvolver atividades sociais, culturais, pedagógicas visando a melhoria das condições de vida da população provenientes do centro de Salvador (Pelourinho) e de outros bairros da cidade;
- b) levar a cabo atividades educacionais que enfatizem a prática de direitos humanos;
- c) promover a revisão crítica da história escrita dos afro-brasileiros;
- d) combater o racismo e elaborar novos conceitos que reconheçam a cultura negra.

A Escola Criativa Olodum visa o desenvolvimento formativo de menores e adultos, oferecendo-lhes conhecimentos adicionais aos recebidos nas escolas públicas, possibilitando-lhes uma ampla formação cultural, para que possam exercer com mais consciência a cidadania e também desempenhar um papel mais digno dentro da sociedade.

3.5. Sociedade de Beneficência São Martinho¹⁴

Fundada em 1984, por um grupo de educadores sob a liderança do professor Roberto José dos Santos, Irmã Adma Cassab Fadel e a Professora Ilda Lopes. Eles iniciaram os trabalhos abordando crianças e adolescentes na Praça Tirandentes, Estação Ferroviária Dom Pedro II e na *Favela Coroados*, Acari, Rio de Janeiro. Atualmente, atendem centenas de jovens utilizando para isso, 283 funcionários e 32 voluntários.

3.5.1. Objetivos

Entre os objetivos desta instituição se podem citar:

- a) retirar das ruas menores em situação de risco;
- b) defender os direitos estabelecidos em lei;

- c) reintegrar a criança ou adolescente à família;
- d) priorizar a educação e a formação profissional;
- e) oferecer meios para a prática do esporte, cultura, lazer e evangelização.

3.5.2. Linhas de ação

A Sociedade possui quatro linhas de ação:

3.5.2.1. Linhas de emergência

Devido à degradação no ambiente familiar, em geral inóspito, a rua se torna uma alternativa para crianças e adolescentes. Este ambiente é mais agressivo, entretanto, para eles, também tem mais atrativos, tentações e oferece-lhes uma falsa liberdade. Estes jovens se encontram sujeitos a todo tipo de violência como as agressões físicas, drogas, fome, intolerância e abuso sexual, são privados dos direitos básicos como afeto, alimentação, casa e educação.

Esta Sociedade visa o resgate de crianças e adolescentes que vivem em um cenário de violência e miséria, proporcionando-lhes uma convivência digna, e quando possível, reintegrando-os à família. Para realizar este trabalho a instituição apresenta a seguinte estrutura:

- a) Centros Sócio Educativos: no centro o processo de conquista e convencimento é a primeira etapa. Ali se oferecem três refeições diárias, atenção médico-odontológica, banho e roupas limpas, além de atividades recreativas. Educadores sociais se encarregam de receber os jovens em uma atmosfera de amizade e encaminhá-los às oficinas pedagógicas e de alfabetização, onde lhes ensinam normas de higiene e saúde, além de lhes resgatar a história e os documentos pessoais. Estes Centros são espaços abertos e acolhedores, onde os jovens podem entrar e sair quando o desejarem, até que se forme um vínculo afetivo e de confiança, de maneira que surja neles o desejo de não retornar nunca mais às ruas. Posteriormente, são enviados às suas famílias, às Casas Residenciais de São Martinho ou para famílias substitutas. No Rio de Janeiro, são atendidas mais de 100 crianças e adolescentes de ambos os sexos com idade compreendida entre 7 a 16 anos;
- b) Casas Residenciais: quando se constata o abandono ou a impossibilidade de retorno imediato destas crianças ou adolescentes ao lar, a Sociedade São Martinho lhes oferece um ambiente de convivência familiar, capaz de estruturá-los emocional e afetivamente. Neste espaço aprendem a conviver com outros jovens com amizade, respeito e confiança. Num ambiente assim, eles descobrem seus valores, o sentido pela vida e têm a oportunidade de planejar o futuro. Atualmente a instituição tem sete Casas Residenciais, uma

para meninas e duas para meninos de 6 a 14 anos e quatro para meninos de 13 a 18 anos. Todos freqüentam a escola e realizam cursos de formação profissional;

- c) Imóvel São Francisco: este imóvel dá continuidade às atividades educativas, recreativas, agrícolas e comerciais. Ali, existem quatro casas residenciais que comporta 10 meninos e um casal de pais sociais cada uma. Há também piscina, quadra de esportes, criação de aves e uma horta. Os produtos agropecuários são consumidos por eles mesmos e o excedente é enviado para as outras Casa no Rio de Janeiro ou comercializados;
- d) No mundo da Rua: localizado no Estádio Maracanã, atende no período diurno a jovens adolescentes do sexo masculino que já passaram por instituições oficiais e cumprem medidas judiciais de caráter sócio educativo. O programa possui oficinas de formação profissional e geração de renda como *Silk Screen* e sorveteria.

Com esta estrutura os adolescentes se familiarizam com as regras do mercado e obtêm recursos financeiros através do trabalho honesto. Os sorvetes e as pipocas são feitos por eles e vendidos durante os jogos realizados no Maracanã. As atividades como ensino profissional são complementados com classes de reforço escolar, cultura, lazer e esporte.

3.5.2.2. Linhas preventivas

A Sociedade São Martinho tem programas destinados a crianças e adolescentes de comunidades carentes, visa prevenir que estes jovens procurem a rua em busca de sustento. As ações de prevenção têm por objetivo assegurar a frequência tanto na escola como nos cursos de formação profissional, além disso, oferece o contato com a cultura, lazer e a evangelização e tentam também encontrar uma vaga no mercado de trabalho para aqueles com idade superior a 16 anos.

Para que este trabalho seja possível a Sociedade está estruturada da seguinte forma:

- a) núcleos comunitários: as atividades são desenvolvidas diretamente na comunidade por intermédio destes núcleos, onde se conjuga ações integradas com a família e a escola. As crianças e adolescentes recebem treinamento profissional e oficinas de artesanato. O acompanhamento e o reforço escolar realizado conseguiram um índice de 99% de aprovação para aqueles que frequentaram o programa, evitando assim a evasão e a reprovação escolar;
- b) centro sócio educativo e profissional: as garotas adolescentes são preparadas para a profissão de costureiras autônomas com a complementação na confecção de bijuteria. Contam ainda com o apoio da Juventude Católica

Austríaca, que implementou um curso de Informática visando melhorar a qualificação profissional;

- c) cursos de preparação para o mundo do trabalho: têm por objetivo a inserção do adolescente no mercado de trabalho formal através de uma proposta sócio educativa, que busca o desenvolvimento pessoal e profissional, dando prioridade à construção da cidadania. Os jovens participam de cursos que duram três meses e estes incluem a dinâmica de grupos orientada para a vivência empresarial; atividades pedagógicas visando o exercício de auxiliar de escritório; discussões de temas que ajudem a estimulação e aperfeiçoamento cognitivo; estudo de legislação do trabalho; educação religiosa e eventos culturais e de lazer;
- d) inserção no mercado de trabalho: é uma possibilidade concreta de inserção de adolescentes no mercado formal de trabalho. A Sociedade tem convênios assinados com empresas públicas ou privadas para que adolescentes da instituição realizem os estágios, procurando prepará-los para o trabalho.

3.5.2.3. Linhas de defesa

O centro assiste juridicamente crianças e adolescentes em situação de risco. Os campos de ação são descritos a seguir:

- a) atenção jurídica: dá assistência jurídica a menores que sofreram violação de seus direitos e também aos que se encontram em conflito com a lei;
- b) suporte jurídico: encarrega-se da obtenção de documentos de identidade, programas de adoção e notificação ao Tribunal da Infância e da Juventude de feitos ocorridos com as crianças atendidas pela Sociedade;
- c) assessoria jurídica: assessora os Conselhos Tutelares dos Municípios de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz;
- d) movimento político: realiza ações junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Fórum Popular dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município do Rio de Janeiro e à Associação Nacional de Centros de Defesa;
- e) investigação: oferece apoio a investigadores e alunos sobre a temática da infância e adolescência.

3.5.2.4. Linhas de formação

A finalidade é proporcionar aos jovens um desenvolvimento social e educativo amplo, para tal, é imprescindível a preparação adequada dos educadores e assistentes sociais para o trabalho com os

educandos. A entidade dá prioridade ao processo pedagógico através do planejamento, execução e a avaliação de projetos. Incentiva a capacitação docente por meio de seminários e cursos internos ou externos. Também auspicia o intercâmbio com outras instituições oferecendo assessoria externa.

3.5.3. Setores de serviços

A instituição oferece os seguintes serviços:

- a) evangelização: visa o desenvolvimento pessoal e o fortalecimento da espiritualidade, promove momentos de reflexão e oração para os trabalhadores e educandos, assim como a catequização ou encontros de crianças e adolescentes católicos;
- b) saúde: a instituição conta com um centro médico-odontológica responsável pela atenção direta ou pelo encaminhamento à rede pública. Promove diálogos sobre os cuidados de higiene, drogas e doenças sexualmente transmissíveis;
- c) cultura e ócio: busca-se no ambiente externo atividades sócio educativas que ajudem no desenvolvimento integral dos jovens que se encontram sob seus cuidados.

3.5.4. Programas de apoio

A Sociedade oferece quatro programas de apoio:

- a) oficinas de artes: educação artística através de atividades artesanais, tais como oficinas de recorte e colagem, bordado, *origami*, carpintaria e bijuteria no Rio de Janeiro e a confecção de bonecas e cesta de papel em Niterói;
- b) padrinhos: mais de quatrocentas crianças e adolescentes têm padrinhos que colaboram na educação e nas necessidades básicas, como a possibilidade de permanecer na escola, roupas, ajuda à família etc. Este projeto é mantido por três organizações italianas – Macondo, Baby Nel Cuore e Caritas –, a Diocese Alemã de Passau, além de padrinhos brasileiros, franceses e suíços;
- c) programas de continuidade educativa: a organização Dreikönigsaktion der Katolischen Jungschar Österreichs proporciona bolsas para que 50 adolescentes continuem estudos em escolas particulares no Brasil;
- d) Banda Afro Reggae Mirim-Eré: a banda Eré reúne perto de 35 crianças e adolescentes, esta representa uma oportunidade para descobrir talentos para o canto, a dança, a música e a composição. Também é oferecido o conhecimento sobre a cultura afro-brasileira com a finalidade de resgatar as tradições da cultura negra e da valorização étnica através de vídeos educativos e de palestras.

3.6. Programa Criamor¹⁵

Fundada em agosto de 1993, por iniciativa da Mesa Diaconal da Igreja Presbiteriana de Hortolândia – SP. Neste programa, o primeiro grupo de crianças e adolescentes conquistados, lavavam pára-brisa de automóveis, viviam com seus familiares no bairro Jardim São Pedro, habitado geralmente por pessoas de baixos recursos e nos finais de semana se dirigiam às áreas próximas do centro de Campinas. O programa inicialmente atendia menores de 10 a 12 anos de idade, oferecendo-lhes apoio espiritual, social e educacional. O trabalho era realizado apenas aos domingos.

3.6.1. Objetivo

Abordar menores de ambos os sexos na região Central de Campinas, objetivando a evangelização e integrá-los à Igreja, à sociedade e ao bairro de origem.

3.6.2. Ação social

É servido um café da manhã como estratégia inicial e depois, através de conversação informal, se procura conhecer a história de suas

vidas e apresentar-lhes uma mensagem de salvação através da Igreja, formando classes integradas de 10 a 12 menores para a Escola Dominical onde se realizam atividades religiosas, sociais, educacionais e esportivas.

A princípio será sempre a mesma equipe constituída por 15 pessoas e dividido em dois grupos, um deles oferecerá as classes de integração, o outro, realizará o trabalho de abordagem nas ruas da cidade.

3.7. Programa Emanuel¹⁶

O programa atende crianças de rua com idades que variam de 6 a 15 anos da região da Olinda e Recife, Estado de Pernambuco. Em termos de infra-estrutura, possui uma granja com 37 hectares de área, localizada perto da cidade de Iguarassu no nordeste brasileiro, aproximadamente a 50 Km de Olinda e Recife. A mesma possui uma plantação de cocos e 2000 árvores de diferentes espécies de frutas, de onde se obtém os recursos para a manutenção do programa.

3.7.1. Objetivos

Entre os principais objetivos do programa está:

- a) proporcionar amparo e desenvolvimento físico, emocional e espiritual;

- b) integrar diversas Igrejas e aumentar a visita dos jovens de várias religiões a esta entidade, em um esforço para reduzir o número de crianças e adolescentes nas ruas da Olinda e Recife.

3.7.2. Metas a curto prazo

A granja possui instalações para acomodar 30 menores e definiu como objetivo os seguintes desafios:

- a) criar um maior grau de auto-suficiência no uso da terra e das plantações de coco com o objetivo de aumentar sua independência financeira;
- b) enfatizar o trabalho com as famílias das crianças e oferecer-lhes mais oportunidades econômicas, casas mais confortáveis e melhorar o relacionamento entre seus membros;
- c) procurar vagas em trabalhos apropriados à idade dos adolescentes.

3.7.3. Ação social

Durante o período de moradia na granja, que pode variar de 12 a 18 meses, aos jovens são proporcionados:

- a) Alimentação, roupa, alojamento, cuidados com a saúde e aparência pessoal;
- b) obtenção de documentos pessoais;
- c) atividades educacionais, culturais, de lazer e o estudo da Bíblia;
- d) responsabilidade no funcionamento da granja;
- e) vagas de trabalho para os que alcançam os 14 anos de idade;
- f) localização das famílias das crianças e a tentativa de reunificação. Caso as circunstâncias não o permitam, a instituição procurará uma família adotiva.

3.8. Programa Sapecta¹⁷

A Associação de Amparo à Criança de rua da cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, fundada em julho de 1995, é a entidade responsável pelo programa que atende a jovens abandonados ou em situação de risco com idade de 5 a 13 anos. Esta é sustentada com recursos provenientes da arrecadação dos sócios integrantes, colaboradores, doações, convênios com órgãos municipais, estaduais, federais, fundações e promoções no âmbito local.

Todo o esforço da Associação se centraliza na instalação e manutenção de *casas lares*, destinadas a crianças em regime de

semi-internato, onde um casal realiza o acompanhamento durante todo o dia, fazendo do local um lar familiar.

3.8.1. Justificativa

O programa considera que não há dados sistematizados suficientes sobre a realidade das crianças de rua e sobre a infraestrutura dos órgãos de assistência social em Uruguaiana e que os mesmos não conseguem atender em sua plenitude todas as necessidades dos menores em situação de risco.

3.8.2. Ação social

A Associação desenvolve desde sua fundação, atividades como alimentação para 30 menores no Sindicato dos Estabelecimentos Bancários; distribuição de cestas básicas às famílias das crianças registradas no programa; orientação familiar e acompanhamento da frequência escolar.

3.8.3. Objetivo geral

Proporcionar orientação educacional, moral, cívica, religiosa e profissional ao menor abandonado, a fim de possibilitar o seu desenvolvimento integral, procurando a reintegração na sociedade.

3.8.4. Objetivos específicos

Entre os objetivos delineados se podem mencionar:

- a) estruturar, implantar e manter em funcionamento casas-lares de assistência social para menores abandonados ou em situação de risco;
- b) estimular programas de apoio específicos nas áreas educativas, esportivas, alimentação suplementar, integração familiar, formação profissional, orientação pedagógica, psicológica e religiosa;
- c) organizar grupos de trabalho para a execução de tarefas específicas;
- d) divulgar as ações da associação junto à comunidade.

3.9. Atividades ou características Observadas nas Instituições de Assistência Social para Menores de Rua ou em Situação de Risco

Através da análise realizada nas oito instituições de assistência social, foram encontradas trinta atividades ou características que segundo o pesquisador, são as mais importantes e estão divididas em três categorias: *assistência social ao menor de rua e à família; assistência sócio educativa ao menor de rua e estrutura e funcionamento da instituição*, como se pode observar nos quadros-resumo a seguir:

QUADRO – RESUMO 3.01 – Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil

Atividades Instituição	Relativas ao menor e à família																				TOTAL		
	Admissão Segundo o Sexo				Alimentação		Alojamento ou Lugar para Dormir		ASSISTÊNCIA										Reintegração Familiar				
	Masculino		Feminino		PRE	AUS	PRE	AUS	Psicológica e Social ao Menor		Médica Odontológica		Jurídica		Obtenção de Documentais Pessoais		Psicológica e Social à Família		PRE	AUS			
	PRE	AUS	PRE	AUS					PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS					PRE
Febem	△			○	△		△		△		△			○		○		○		○		5	5
Axé	△		△		△		△		△		△		△			○	△		△		9	1	
Catarse	△		△		△		△		△		△			○		○	△		△		8	2	
Olodum	△		△		△			○	△			○	△			○	△		△		7	3	
São Martinho	△		△		△		△		△		△		△		△		△		△		10	0	
Criamor	△		△		△			○	△			○		○		○		○	△		5	5	
Emanuel	△		△		△		△		△		△			○	△		△		△		9	1	
Sapeca	△		△		△		△		△			○		○		○	△		△		7	3	

Legenda



Instituição Pública



Instituição Privada

△= PRE (Atividade ou característica presente na instituição)

○= AUS (Atividade ou característica ausente na instituição)

QUADRO-RESUMO 3.02 – Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil

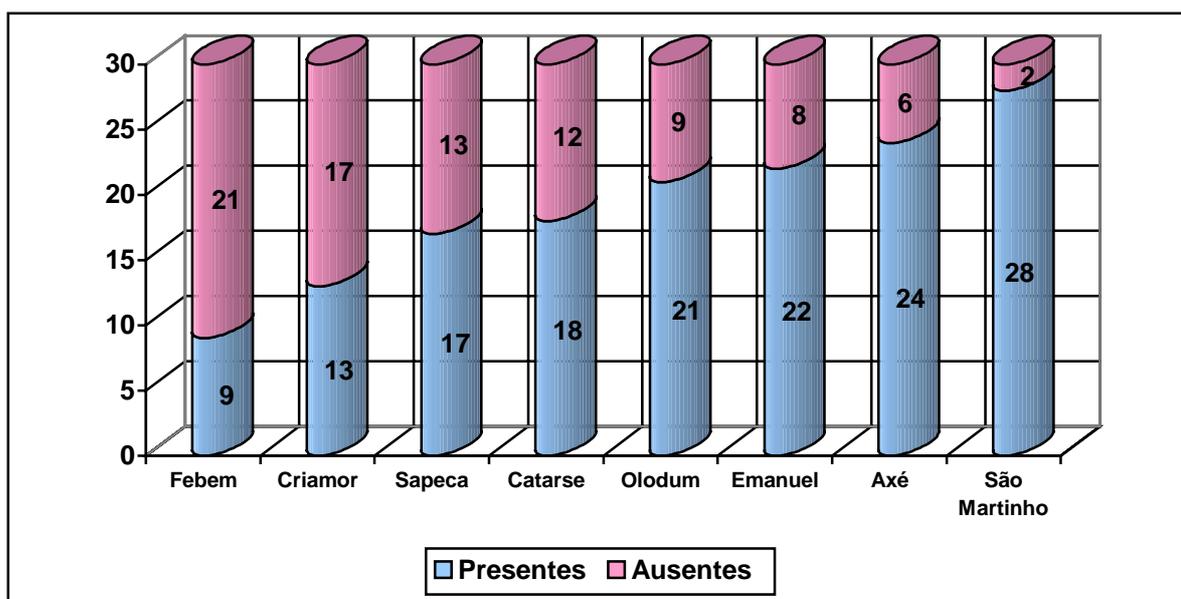
Atividades Instituição	Específicas ao menor atendido																						TOTAL	
	ASPECTOS EDUCATIVOS																		Colocação em Postos de Trabalho		Assistência ou Ajuda Após a Saída da Instituição			
	Alfabetização ou Alguma outra Atividade Educativa		Reforço na Aprendizagem		Encaminhamento ou Convênios com Escolas da Rede Pública		Ensino Formal de 1ª a 4ª Série		Ensino de Artes e Atividades Culturais		Ensino da Educação Física e Esportes		Ensino Agrícola e Criação de Animais Domésticos		Ensino Religioso		Formação para o Trabalho							
	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS						
Febem		○		○		○		○	△		△			○		○		○		○		○	2	9
Axé	△			○	△			○	△		△			○		○	△		△		△		7	4
Catarse	△			○		○		○		○		○		○		○	△		△		△		4	7
Olodum	△			○	△		△		△			○		○		○	△			○	△		6	5
São Martinho	△		△		△			○	△		△		△		△		△		△		△		10	1
Criamor	△			○		○		○	△		△			○	△			○		○		○	4	7
Emanuel	△			○		○		○	△		△		△		△		△		△			○	7	4
Sapeca	△			○		○		○	△		△			○	△		△			○		○	5	6

TABELA 3.16 – Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil

Instituição	Presentes	Porcentagem	Ausentes	Porcentagem
Febem	9	30,00	21	70,00
Criamor	13	43,33	17	56,67
Sapeca	17	56,67	13	43,33
Catarse	18	60,00	12	40,00
Olodum	21	70,00	9	30,00
Emanuel	22	73,33	8	26,67
Axé	24	80,00	6	20,00
São Martinho	28	93,33	2	6,67

Fonte: O autor

GRÁFICO 3.16 – Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Brasil



Fonte: O autor

3.10. Análise dos programas das instituições pesquisadas

A análise será sobre os aspectos sociais e educativos que cada instituição oferece ao menor que se encontra sob a sua proteção.

3.10.1. No aspecto social

Neste item se analisarão as características relativas à: *assistência social oferecida ao menor e à família; assistência sócio educativa específicas ao menor, estrutura e funcionamento da instituição.*

Pelos Quadros-resumo 3.1, 3.2 e 3.3, se observa que todas:

- a) admitem menores de ambos os sexos, exceto a Febem que abriga apenas jovens do sexo masculino;
- b) prestam assistência psicológica e social ao menor e à família;
- c) visam a reintegração familiar;
- d) proporcionam atividade artísticas e culturais, exceto o Programa Catarse;
- e) oferecem cursos de formação para o emprego, exceto o programa Criamor;

- f) possuem recursos próprios de sustentação e recebem donativos, exceto a Febem;
- g) adotam o regime aberto, ou seja, o menor não perde a liberdade, exceto na Febem.

Pela Tabela 3.16, se verifica que no Instituto de Beneficência São Martinho, 28 características se encontram *presentes*, ou seja, 93,33%. Podendo-se afirmar que esta é a que oferece uma maior quantidade de serviços que poderiam ajudar com maior rapidez e eficiência na recuperação e reintegração dos menores que se encontram sob seus cuidados. Entretanto, o mesmo não se pode dizer sobre a Febem, nesta se observaram apenas nove características *presentes* ou 30% do total, talvez estas não sejam suficientes para realizar o mesmo trabalho social que o São Martinho.

Deve-se destacar que as instituições privadas geralmente obtêm seus recursos econômicos através de pequenas empresas comerciais próprias, ou de doações. Com raras exceções, o estado ou município colabora para sua manutenção, que sobrevivem graças ao interesse e ao empenho de grupos de pessoas que desejam minimizar o problema do menor de rua ou em situação de risco. Elas demonstraram que com escassos recursos econômicos e uma dose de criatividade se consegue recuperar e reintegrar

centenas de jovens à sociedade. Tarefa esta que deveria ser realizada pelas entidades oficiais, mas estas não cumprem com o seu papel.

3.10.2. No aspecto educativo

Esta seção mostrará os aspectos relevantes à educação nas instituições estudadas. Assim:

- a) nos projetos sócio pedagógicos dessas instituições se observa que somente a Escola Criativa Olodum mantém uma escola primária de ensino formal (de 1^a a 4^a série), as demais oferecem apenas cursos de alfabetização ou reforço na aprendizagem, exceto a Febem. Em algumas dessas instituições colocam como condição para a permanência do menor dentro do programa, a obrigatoriedade à frequência escolar em qualquer centro de ensino público ou privado.
- b) em relação à formação profissional, a maioria proporciona cursos próprios ou em convênio com empresas comerciais, exceto a Febem e o Programa Emanuel.

Pelo exposto se pode afirmar que, em geral, as instituições privadas que atendem menores em situação de risco privilegiam

mais o aspecto social que o aspecto educativo, talvez, devido às condições precárias de saúde com que chegam até elas.

Conseqüentemente, se desfavorece o aprimoramento da formação intelectual e profissional do indivíduo em favor do aspecto social, apesar de que o binômio *social – educacional*, para este problema, deve ser indissociável e eqüitativo. Ainda, as instituições privadas visam a recuperação e reintegração do jovem, proporcionando-lhes a alfabetização e cursos de formação profissional no menor tempo possível, buscando dar oportunidade a outras crianças e adolescentes que ingressarão futuramente.

Vale ressaltar que as instituições públicas como a Febem não valoram estes aspectos, pois dão preferência à manutenção da ordem e da segurança.

NOTAS

-
- ¹ SADER, Emir... et. al. **Fogo no pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ² INTERNET: <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br>.
- ³ KLINTOWITZ, Jaime. **Crime contra o futuro**. REVISTA Veja. ed. 1616. Ano 32 – nº 38. São Paulo: Abril. 22.09.1999. p. 116 – 121.
- ⁴ NUNOMURA, Eduardo; FRANÇA, Valéria. **Uma noite de fúria na febem**. Revista Veja. ed. 1622. Ano 32. Nº 44. São Paulo: Abril. 03/11/1999. P. 130 – 133.
- ⁵ NOVELLI, Lara de... et. al. **Violência: a rebelião da galera**. Revista Época. Ano II. Nº 63. Rio de Janeiro: Globo. 02/08/1999. p. 44 – 47.
- ⁶ FOLHA DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 08.08.1997.
- ⁷ FALCÃO, Daniela. Folha de São Paulo. 31.10.1999.
- ⁸ ANTENORE, Armando. Folha de São Paulo. 31.10.1999.
- ⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 29.11.1999.
- ¹⁰ FOLHA DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 31.10.1999.
- ¹¹ INTERNET, <http://www.ongba.org.br/axe/por/br-pinst.html>.
- ¹² INTERNET, <http://www.catarse.org.br/oque.htm>.
- ¹³ INTERNET, <http://www.uol.com.br/olodum/indexescola.htm>.
- ¹⁴ INTERNET, <http://www.saomartinho.org.br/histórico.htm>.
- ¹⁵ INTERNET, <http://www.geocities.com/CapeCanaveral/Hangar/2359/nuchorto.htm>.
- ¹⁶ INTERNET, <http://www.emmanuel.bio.br/index16.html>.
- ¹⁷ INTERNET, <http://sites.uol.com.br/rodrigosevero/aamru/projetos.htm>.

CAPÍTULO IV

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E A REALIDADE DOS MENINOS E MENINAS DE RUA OU EM SITUAÇÃO DE RISCO NO ESTADO DO PARANÁ

O assunto desenvolvido neste capítulo pretende expor o perfil socioeconômico do Estado do Paraná, visando identificar os problemas sociais que o afligem, como o êxodo rural, a pobreza, o analfabetismo, o desemprego, a violência urbana, entre outros e assim encontrar as possíveis relações existentes com a questão dos *meninos e meninas de rua* no âmbito estadual.

Além de expor as principais políticas públicas de assistência social ao menor de rua ou em situação de risco e os programas sócios educativos vinculados aos institutos do Governo do Estado, como a Unidade Educacional São Francisco (Piraquara) e o Serviço de Assistência Social (Umuarama), e também alguns de caráter privado como a Casa de José (Curitiba), Fundação Profeta Elias (Mandirituba), Aldeia Infantil SOS (Goioerê), Centro Assistencial e Promocional Rainha da Paz (Cianorte),

realizar-se-á uma comparação entre elas, permitindo estabelecer as semelhanças ou diferenças existentes e verificar qual oferece mais condições de recuperar e reintegrar o menor sob sua tutela, especialmente na área educativa, para, posteriormente, através das entrevistas a serem feitas no próximo capítulo e as informações obtidas no capítulo precedente, fixar as bases para o modelo de assistência pretendido por esta investigação.

O capítulo estará constituído pelos seguintes itens: ambiente geográfico brasileiro, localização geográfica do Estado do Paraná, Aspectos socioeconômicos, movimentos migratórios, estrutura da pobreza na Região Sul, Sistema educativo Paranaense, a problemática do menor em situação de risco no Estado do Paraná, políticas públicas de assistência ao menor, instituições públicas de reabilitação para menores em situação de risco, instituições privadas de assistência social para menores em situação de risco, características observadas nas instituições de assistência social no Estado do Paraná e a análise dos programas

4.1. Ambiente Geográfico Brasileiro

Segundo Magnoli¹ (1997: 147-148), em 1969, o governo brasileiro tornou oficial a divisão territorial em cinco *regiões homogêneas*, fundamentando-se nas características físicas, demográficas e

econômicas dos estados que integram o país. A divisão de 1969 compreende as seguintes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro Oeste e Região Sul. Esta última, formada pelos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

4.2. Localização Geográfica do Estado do Paraná²

O Paraná tem uma extensão territorial de 199.324 km² e 9.563.458 habitantes (censo de 2000)³, sendo a capital do estado, a moderna cidade de Curitiba cuja extensão territorial é de 431 km² e 1.364.320 habitantes, segundo as estimativas do censo de 1990, é a capital de vanguarda na implantação de projetos de renovação urbana e de bem-estar social.

Em um raio de 1300 Km., encontram-se os principais pólos econômicos do país – representando aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro – e os principais centros consumidores do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em 1997, o PIB do Paraná foi da ordem de US\$ 50,7 bilhões, equivalentes a 6,3 % do PIB nacional, localizando-se na 5ª posição do *ranking* brasileiro, e com renda *per capita* de aproximadamente de US\$ 5.605.

O crescimento acelerado ocorrido no Estado se deve à posição geográfica, ao solo fértil e ao clima temperado que atraem famílias de

outros estados procurando por uma vida de melhor qualidade. O Paraná, assim como os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentam também problemas sociais, mas em menor escala que outros estados do país.

4.3. Aspectos Socioeconômicos

Magnoli diz que o estado tem uma economia eminentemente agropecuária e o valor de sua produção é preponderante na economia paranaense, que responde a 25% da produção nacional.

As atividades industriais estiveram associadas à transformação de produtos agrícolas e florestais (alimentos e madeira). Na década de 70, houve uma diversificação do parque industrial com a instalação de indústrias eletrônicas, de adubos, de cimento, de cerâmica e de fios sintéticos, concentrados principalmente em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Jacarezinho. As maiores indústrias de papel e celulose da América Latina estão instaladas no município do Telêmaco Borba. Nos recursos minerais, se destacam o calcário, o mármore e o carvão mineral. O Paraná, através das diversas usinas hidrelétricas se transformou em exportador de energia elétrica.

Atualmente, o estado é também um dos mais prósperos e organizados, pioneiro em diversos setores da economia. Sua prosperidade está

associada às mudanças econômicas que produziram problemas sociais, particularmente na zona rural⁴.

Nos anos 70, se calcula que pelo menos um milhão de pequenos proprietários e trabalhadores rurais perderam suas terras e seus empregos. Isso se atribui à concentração de terras e à crise agrícola provocada pelas geadas de 1975, que dizimou as plantações de café, que até então era uma das principais atividades econômicas do estado.

Muitos dos agricultores sem terra se tornaram bóias-frias, outros deixaram o estado rumo ao centro-oeste, ao norte do país e ao Paraguai. Houve também aumento da migração para as cidades do interior do estado, o que contribuiu para um acelerado e tardio processo de urbanização nos anos 80.

Ao final da década de 90, com o estabelecimento da indústria automobilística na área metropolitana de Curitiba, o Paraná se consolida como um dos maiores pólos automobilísticos do país, prestador de serviços e fabricante de autopeças. Os novos empregos gerados pelo processo de industrialização paranaense ajudaram a aumentar o crescimento de favelas ao redor de Curitiba onde milhares de famílias procuram a prosperidade. As comunidades carentes da periferia, em geral, são provenientes do interior do Paraná, onde a mecanização e as novas tecnologias agrícolas dificultaram o

acesso de pessoas menos qualificadas ao setor, colocando em perigo o desenvolvimento agropecuário do Estado. A seguir se mostrarão tabelas e gráficos com dados estatísticos sobre a atual situação da economia paranaense.

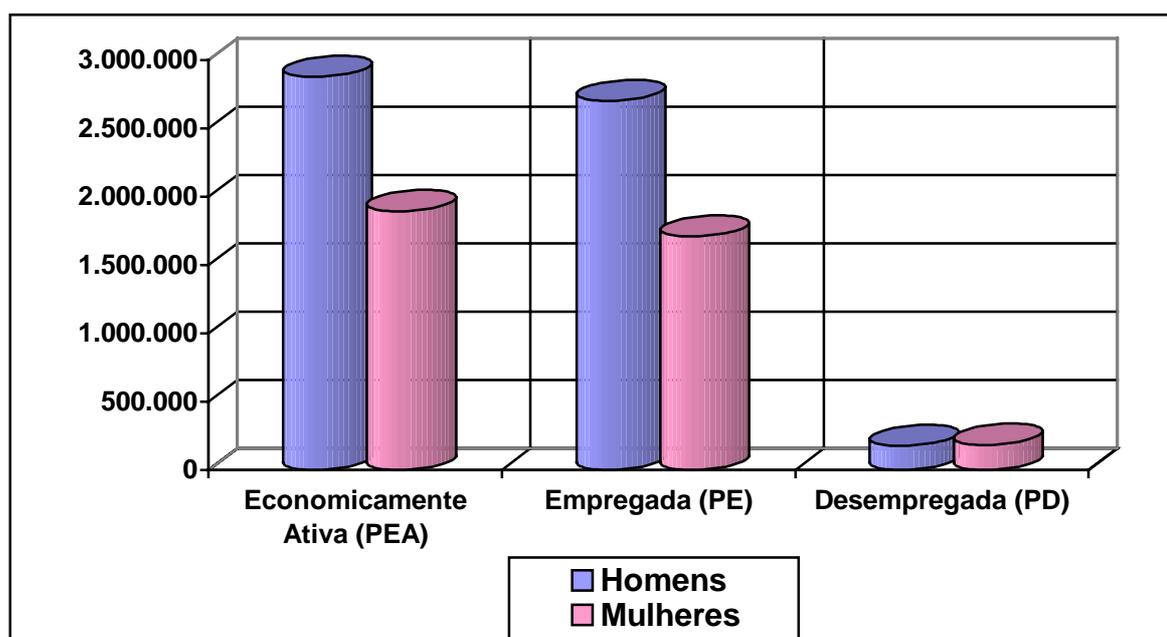
TABELA 4.01 – População economicamente ativa, segundo o sexo, no Estado do Paraná, 1998

Sexo	Masculino ^(*)	Feminino
População Economicamente Ativa (PEÃ)	2.874.902,0	1.890.988,0
Empregada (PE)	2.698.439,0	1.707.640,0
Desempregada (PD)	175.369,0	183.426,0

(*) os índices de desemprego para o sexo masculino e feminino são de 6,1% e 9,7% , respectivamente.

Fonte: IBGE, PNAD, IPARDES

GRÁFICO 4.01 – População economicamente ativa, segundo o sexo, no Estado do Paraná, 1998



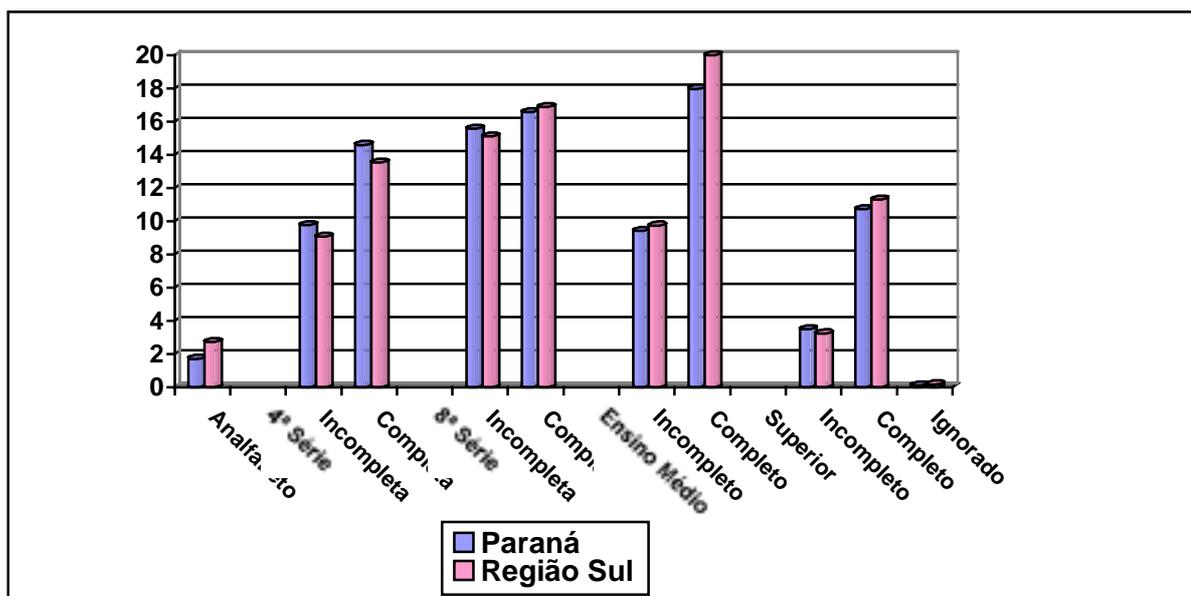
Fonte: Dados: IBGE / PNAD / IPARDES – Gráfico: O autor

TABELA 4.02 – População formalmente ocupada, segundo o grau de escolaridade, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997

Localidade	Paraná (%)	Região Sul (%)
Escolaridade		
Analfabeto	1,71	2,72
4ª Série		
Incompleta	9,78	9,07
Completa	14,60	13,53
8ª Série		
Incompleta	15,59	15,13
Completa	16,58	16,88
Ensino Médio		
Incompleto	9,42	9,75
Completo	17,99	20,00
Superior		
Incompleto	3,49	3,24
Completo	10,73	11,30
Ignorado	0,10	0,17
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: MTE / CODEFAT / RAIS / IPARDES

GRÁFICO 4.02 – População formalmente ocupada, segundo o grau de escolaridade, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997



Fonte: Dados: MTE / CODEFAT / RAIS / IPARDES – Gráfico: O autor

Em relação aos índices de desemprego, tanto a população masculina como a feminina, apresentaram valores bastante elevados, 6,1% e 9,7%, respectivamente, estes representam 175.369 indivíduos do sexo masculino e 183.426 do sexo feminino, sem qualquer vínculo de emprego, para um total de 358.795 pessoas que possivelmente pertençam ao grupo de pobreza.

Entretanto, os indivíduos analfabetos que pertencem ao grupo da população formalmente ocupada no Paraná, alcançaram um índice relativamente baixo (1,71%), enquanto que na Região Sul, este índice é de 2,72%. Não se pode dizer o mesmo dos indivíduos que completaram ou não o ensino fundamental, 14,60% e 9,78%, respectivamente. Este contingente deve ocupar os cargos mais baixos na escala de empregos, sem perspectivas de ascensão dentro da organização em que trabalham, seja no setor público ou privado.

4.4. Movimentos Migratórios⁵

No período compreendido entre 1986 - 1996 a evolução do movimento migratório paranaense sofreu uma redução na emigração para outros estados do Brasil, de 475.190 para 219.427 pessoas, na imigração experimentou também uma diminuição de 269.540 para 234.004

peças. Apesar de tudo, a Paraná continua entre os estados com maior contingente de população emigrante.

Os deslocamentos dentro do próprio estado, também experimentaram uma redução de 766.308 para 583.227 habitantes. Estudos recentes indicam que há aglomerações de pessoas na região metropolitana de Curitiba e nas cidades pólos do Norte do Estado como Londrina e Maringá. Há diversos fatores que originam estes movimentos, e entre eles estão:

- a) as exigências das novas tecnologias de produtividade que restringem o acesso aos pequenos proprietários rurais;
- b) a crescente concentração econômica das atividades urbanas;
- c) a redução de contratos com pequenos arrendatários de terras que traz como consequência a diminuição de pessoas ocupadas. Em 1996, estes contratos correspondiam aos 23,7% do total do estado, indicando o grande potencial de evasão rural;
- d) devido às poucas oportunidades que o meio rural oferece, ocasionam o deslocamento de famílias para a zona urbana.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES –, no Estado do Paraná, na Região Sul e no

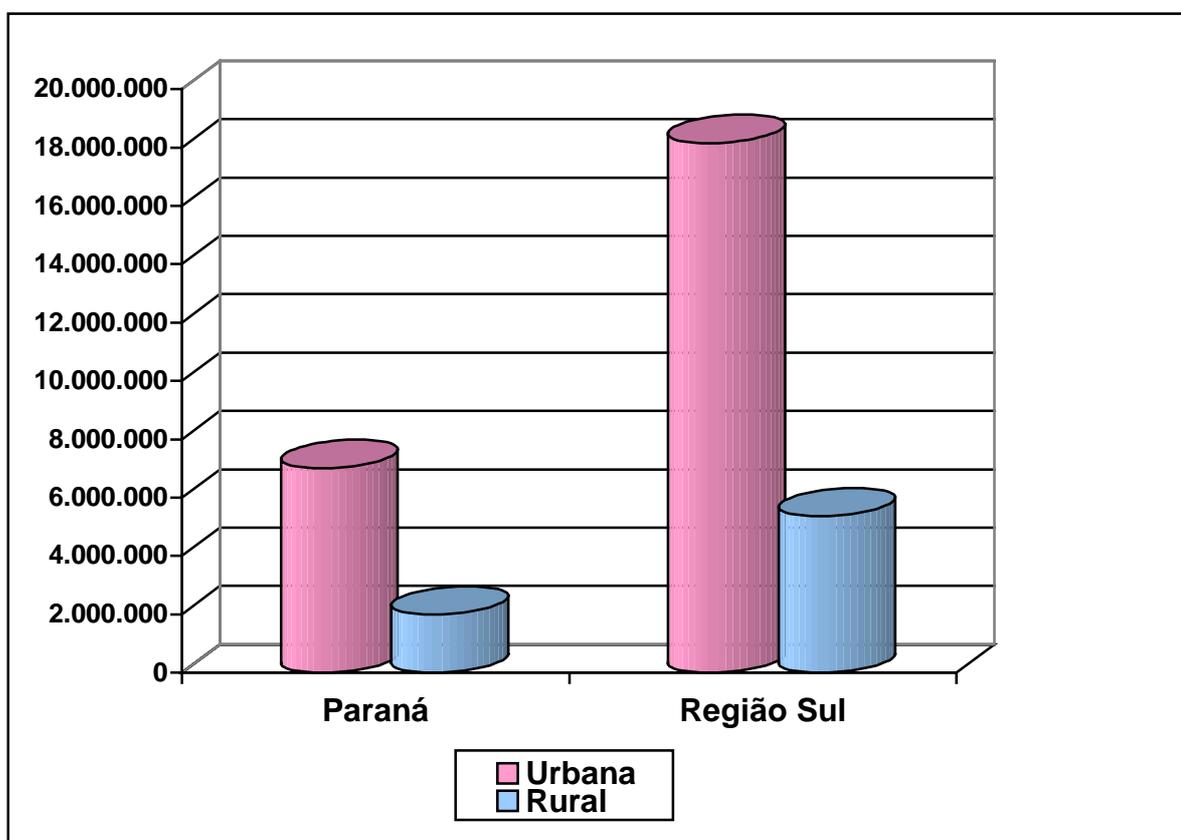
Brasil, mais de 77% da população vive na zona urbana, como se pode verificar a seguir:

TABELA 4.03 – População no Estado do Paraná e Região Sul, 1996

Localidade	Total	Urbana	Taxa (%)	Rural	Taxa (%)
Paraná	9.003.804	7.011.990	77,88	1.991.814	22,12
Região Sul	23.516.730	18.158.350	77,22	5.358.380	22,78

Fonte: IBGE – IPARDES

GRÁFICO 4.03 – População no Estado do Paraná e Região Sul, 1996



Fonte: Dados: IBGE / IPARDES – Gráfico: O autor

4.5. Estrutura da Pobreza na Região Sul⁶

Neste item, mostra-se os aspectos socioeconômicos mais importantes desta região geográfica, para tal efeito se incluirão os dados relativos ao Brasil, Região Sul e Estado do Paraná para estabelecer comparações que permitam, talvez, encontrar possíveis relações com o problema em estudo. Os índices de pobreza e de indigência, respectivamente, apresentam-se baixos se comparados com as outras regiões do país.

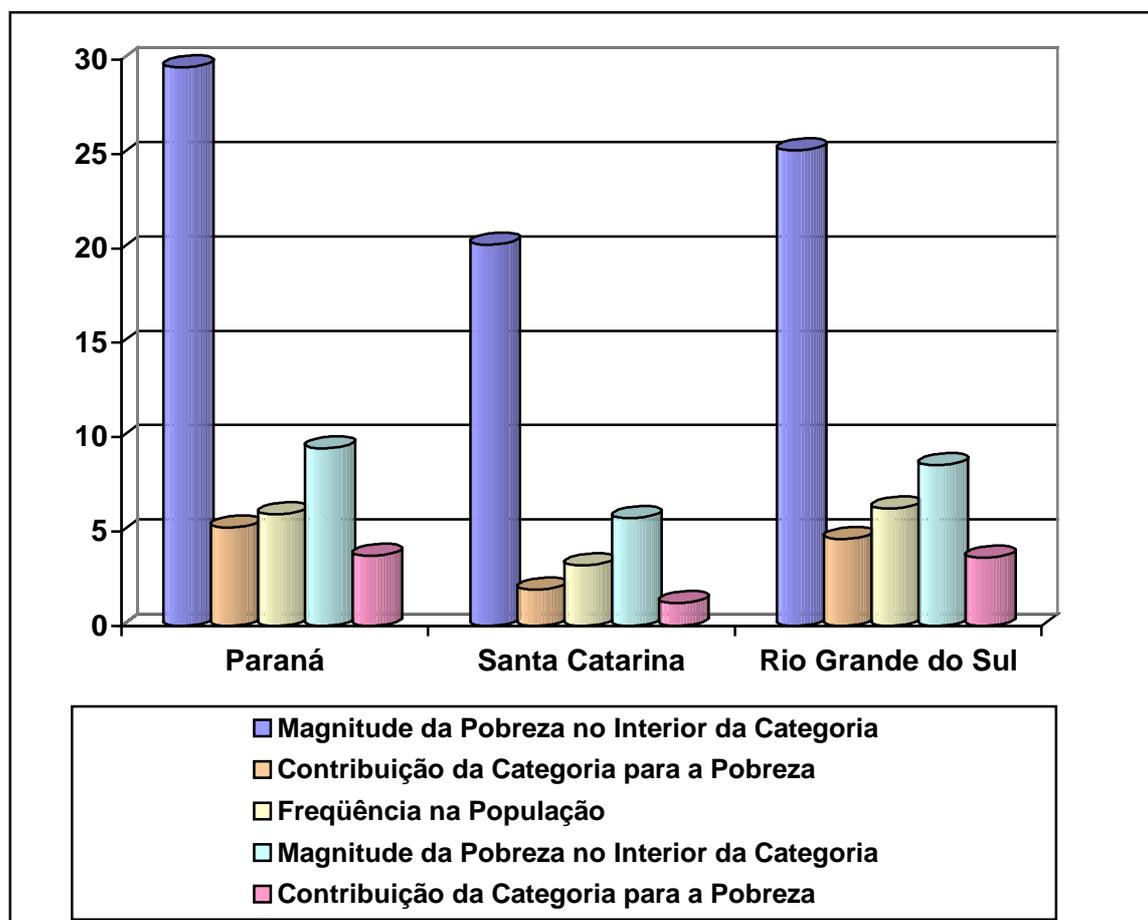
O Estado de Santa Catarina é o que apresenta os menores índices de pobreza e indigência. Possivelmente indica que há um maior grau de desenvolvimento socioeconômico neste estado, contudo, se deve considerar que tanto o Estado do Paraná como o do Rio Grande do Sul, mostram também um desenvolvimento bastante acentuado em relação ao Brasil.

Pode-se afirmar que na Região Sul, a insuficiência de renda é menor e há uma melhor distribuição desta, o que possibilita que uma quantidade expressiva da população consiga satisfazer suas necessidades básicas e como conseqüência, não vivam em condições de privação, como se pode verificar na tabela e gráfico a seguir:

TABELA 4.04 – Estrutura da pobreza nos Estados da Região Sul, 1997

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	LINHA DE POBREZA PROPORÇÃO DE POBRES (%)		Frequência na População	LINHA DE INDIGÊNCIA PROPORÇÃO DE INDIGENTES (%)	
	Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza		Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria	Contribuição da Categoria para a Pobreza
Paraná	29,6	5,2	5,9	9,4	3,7
Santa Catarina	20,2	1,9	3,2	5,7	1,2
Rio Grande do Sul	25,2	4,6	6,2	8,5	3,6

Fonte: Pesquisa por amostragem de domicílios – PNAD, 1997

GRÁFICO 4.04 – Estrutura da pobreza nos Estados da Região Sul, 1997

Fonte: Dados: PNAD – Gráfico: O autor

4.6. Sistema Educativo Paranaense⁷

A educação do Estado do Paraná conta com os serviços da Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR – que é uma instituição que atua como um banco de fomento e de desenvolvimento educacional, visa incentivar, amparar e difundir as atividades do sistema educativo paranaense. A instituição é responsável pela construção, ampliação, e remodelação das escolas, para o bem-estar dos alunos e em obter um maior rendimento na aprendizagem. Coordena o Programa Estadual de Alimentação Escolar, que planeja, executa, adquire e distribui gêneros alimentícios. Para reforçar o processo educacional realiza investimentos no setor esportivo, tais como a aquisição de material e construção de quadras para a prática desportiva.

Outro aspecto positivo muito importante, é a concretização do programa *Fábricas do Conhecimento*, que dão prioridade à atenção aos alunos das escolas públicas, a jovens e à comunidade em geral. Estas fábricas ajudam na captação, transformação e socialização do saber, dando privilégio à geração do conhecimento, com a finalidade de melhoria da qualidade de vida do ser humano. Ali, se permite a discussão de novos conhecimentos ou de tecnologias através da convivência de trabalhos realizados em oficinas, laboratórios, escritórios, televisão, conferências e outras práticas de dimensões políticas, artísticas, culturais, educacionais ou ambientais. Estas

atividades são realizadas em um espaço físico padrão de 572 m² subdivididos em: oficina de ciência e tecnologia; oficina de arte e cultura; salão de convenção interativo para 100 lugares; cantinas e instalações sanitárias; mezanino com sala para reuniões, espaço multimídia e setor administrativo. A fábrica também conta com recursos para atender pessoas portadoras de deficiências físicas. Na parte externa possui área reservada para encenar peças para teatro de arena.

Atualmente, se encontram em funcionamento sete fábricas localizadas nos municípios da Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa, Maringá, Toledo, Santa Helena e São José dos Pinhais e mais nove unidades em construção nos municípios do Francisco Beltrão, Araucária, Pato Branco, Campo Mourão, Arapongas, Paranavaí, Irati, Rio Negro e Foz do Iguaçu.

Os dados obtidos através do Censo Educacional pela FUNDEPAR em 1997, verificaram que o ensino pré-escolar registrou uma variação negativa de 22,90% no número de matrículas nas unidades mantidas pelo governo federal. Enquanto isso, no âmbito municipal se contabilizou uma variação positiva de 13,81%, para o mesmo período, no ensino fundamental se registrou uma variação positiva 16,92% nas unidades federais e uma variação negativa de 0,81% nas unidades particulares.

No ensino médio apresentou uma variação negativa de 75% nas unidades municipais e uma variação positiva de 7,32% na esfera

estadual. Entretanto, o dossiê do censo escolar elaborado pela FUNDEPAR não explica os motivos que originaram a queda ou aumento nas matrículas.

Segundo o Resumo Informativo do IPARDES, persistem anomalias na educação paranaense como a baixa média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade e o alto índice de analfabetismo em 12,6% da população feminina, valor próximo à percentagem apresentada em todo o Brasil, apesar dos esforços realizados na última década pelo governo do estado, é necessário que se aumente a verba destinada à educação com a finalidade de diminuir estas distorções.

O Paraná é um dos estados mais avançados em conquista sociais, mas o índice de analfabetismo ainda alcança 10,6% da população, fator este que contribui para que a pobreza afete o cotidiano de inúmeras famílias que ainda se encontram em uma situação de abandono por parte das autoridades competentes e por si só não possuem as condições mínimas necessárias à ascensão social.

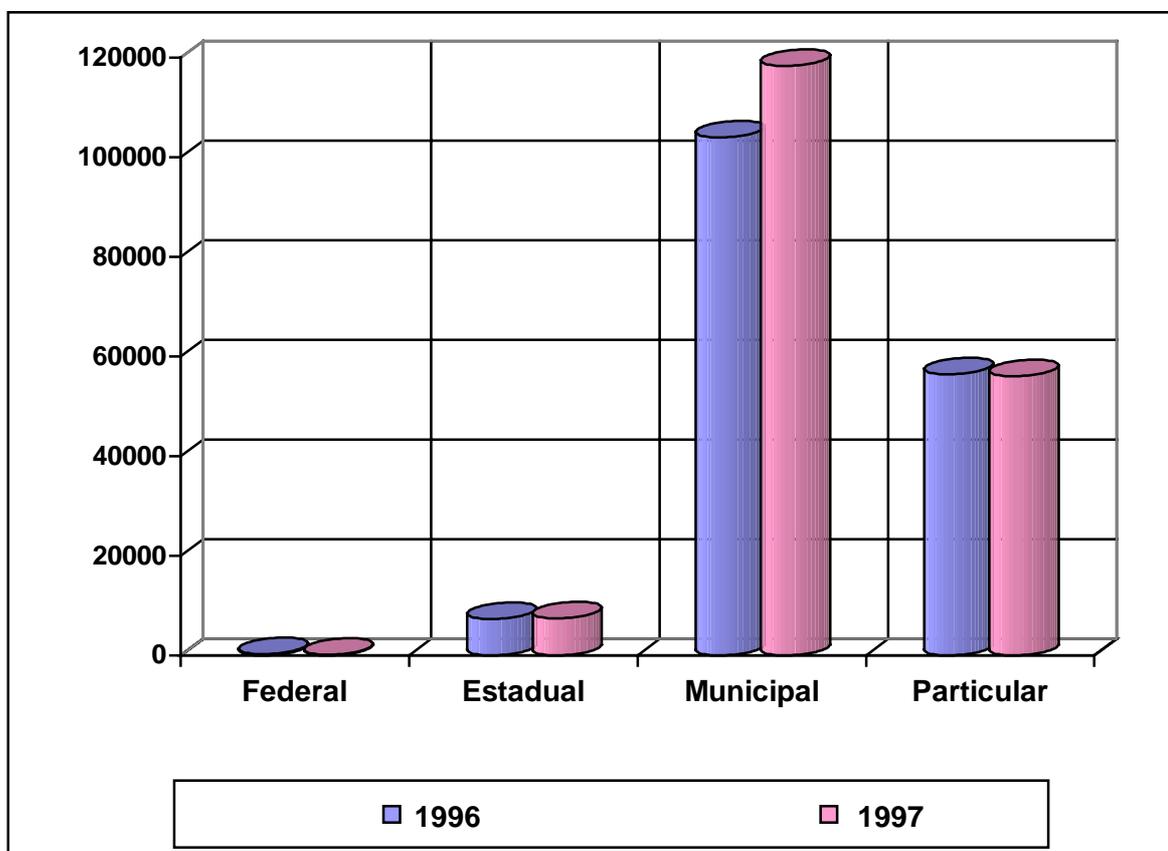
A seguir se mostra algumas tabelas e gráficos referentes à educação paranaense:

**TABELA 4.05 – Matrículas no Ensino Pré-escolar no Estado do Paraná,
1996 – 1997**

Unidade de Ensino \ Ano	1996	1997	Variação (%)
Federal	262	202	- 22,90
Estadual	7.316	7.519	2,77
Municipal	103.918	118.272	13,81
Particular	56.367	56.037	- 0,59
Total	67.863	182.030	8,44

Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar / FUNDEPAR

**GRÁFICO 4.05 – Matrículas no Ensino Pré-escolar no Estado do Paraná,
1996 – 1997**



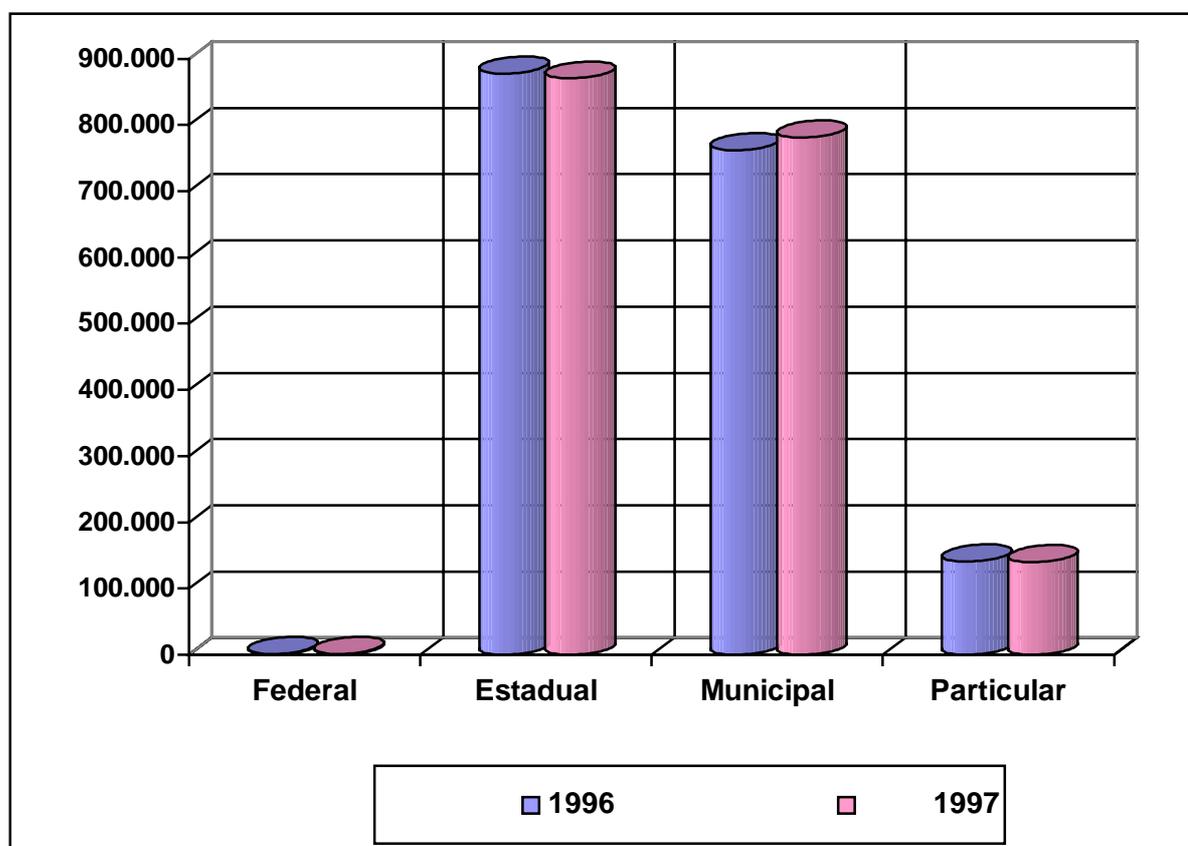
Fonte: Dados: FUNDEPAR – Gráfico: O autor

**TABELA 4.06 – Matrículas no Ensino Fundamental no Estado do Paraná,
1996 – 1997**

Ano	1996	1997	Variação (%)
Unidade de Ensino			
Federal	1.229	1.437	16,92
Estadual	877.637	870.440	0,82
Municipal	762.037	780.997	2,49
Particular	140.950	139.811	- 0,81
Total	1.781.853	1.792.685	0,61

Fonte: Sistema Estatal de Registro Escolar – FUNDEPAR

**GRÁFICO 4.06 – Matrículas no Ensino Fundamental Estado do Paraná,
1996 – 1997**



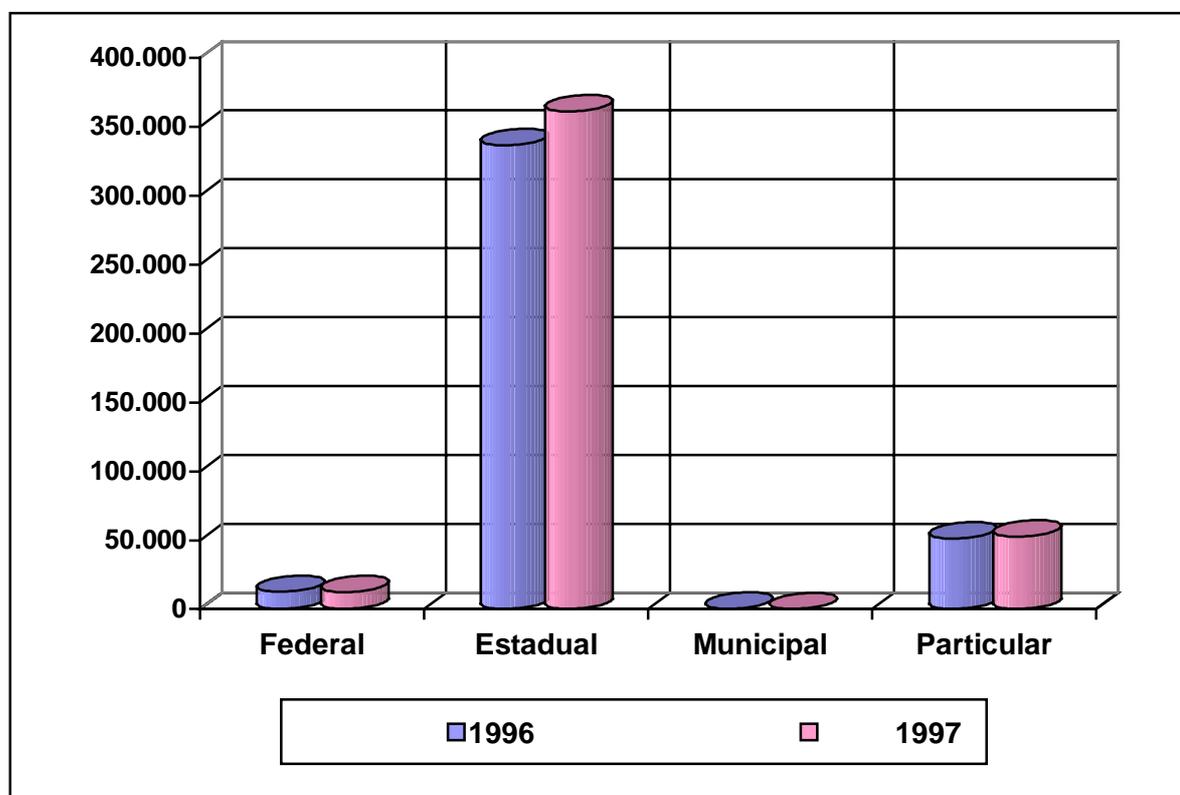
Fonte: Dados: FUNDEPAR – Gráfico: O autor

TABELA 4.07 – Matrículas no Ensino Médio no Estado do Paraná, 1996 – 1997

Ano	1996	1997	Variação (%)
Unidade de Ensino			
Federal	12.551	12.463	- 0,70
Estadual	336.641	361.270	7,32
Municipal	276	69	- 75,00
Particular	51.100	52.504	2,75
Total	400.568	426.306	6,43

Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar – FUNDEPAR

GRÁFICO 4.07 – Matrículas no Ensino Médio no Estado do Paraná, 1996 – 1997



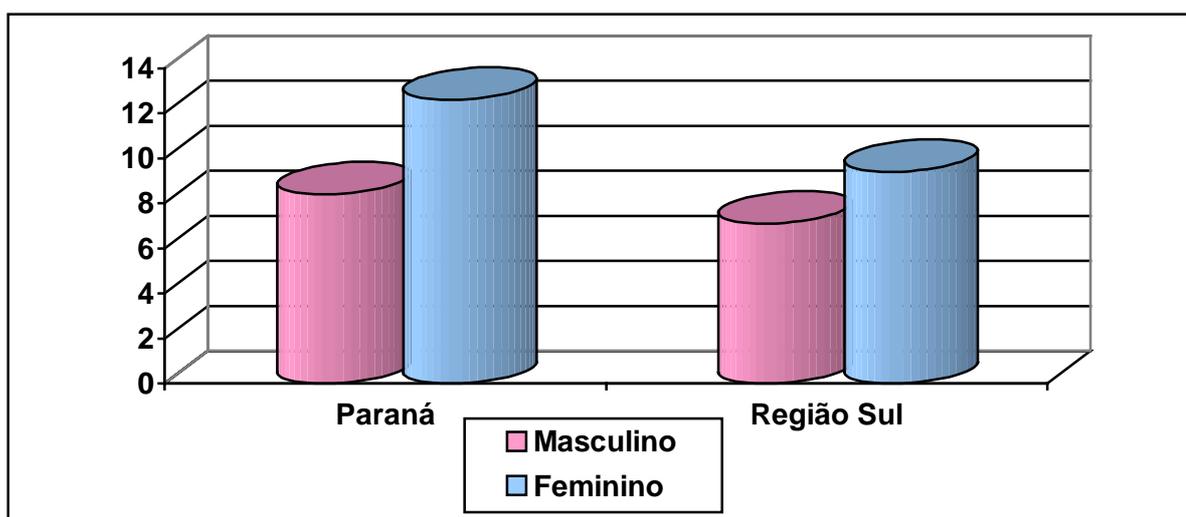
Fonte: Dados: FUNDEPAR – Gráfico: O autor

TABELA 4.08 – Taxa de escolarização e analfabetismo, segundo o sexo, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997

Localidade	Escolarização (%)	Masculino	Feminino
Paraná	93,7	8,4	12,6
Região Sul	94,9	7,1	9,4

Fonte: IBGE

GRÁFICO 4.08 – Taxa de escolarização e analfabetismo, segundo o sexo, no Estado do Paraná e Região Sul, 1997



Fonte: Dados: IBGE – Gráfico: O autor

4.7. A Problemática do Menor em Situação de Risco no Estado do Paraná

Apesar da modernidade e das conquistas sociais alcançadas, o Paraná, assim como sua capital, não se encontram imunes aos

problemas sociais que afligem outros estados e cidades do país, principalmente o do menor abandonado.

Deve-se ressaltar que o panorama socioeconômico do meio rural reverteu e modificou o quadro demográfico do estado, forçando um contingente significativo da população ao êxodo rural para as grandes cidades do Paraná como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, entre outras, a procura de condições de vida mais digna.

Como nas demais metrópoles brasileiras, as cidades paranaenses também não estavam preparadas para atender tal contingente, resultando em um quadro de disparidades enormes entre a oferta e a demanda por emprego, habitação, saúde e educação. Conseqüentemente esta parte da população se mantém à margem da sociedade, com baixa qualidade de vida e sem acesso aos bens de consumo, de acordo com Gomide⁸ (1990).

Destas discrepâncias sociais, resultam no aumento da marginalidade, desagregação familiar, discriminação social, menores abandonados ou expostos a todo tipo de violência e propensos a cometer delitos, muitos deles acabam em internados ou escolas correcionais públicas, que no contexto nacional se mostraram ineficientes para a recuperação destes menores.

4.8. Políticas Públicas de Assistência ao Menor

As políticas públicas de assistência social ao menor no Estado do Paraná são orientadas segundo o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, os diversos governos criaram também políticas próprias com a finalidade de oferecer amparo ao menor abandonado ou em situação de risco, sendo extensivas à família, entretanto, estas são de caráter preventivo.

4.8.1. Programa da rua para a escola⁹

O Governo do Paraná, a Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família decidiram implantar um programa no âmbito paranaense com o objetivo de minimizar a distorção social entre os segmentos menos favorecidos da sociedade. O programa se destina especificamente a famílias que possuem crianças e adolescentes com idade compreendida entre 6 e 18 anos, que se encontram em situação de risco, como *meninos de rua, trabalho e prostituição infantil ou juvenil*.

O programa consiste em oferecer mensalmente uma cesta básica de mantimentos às famílias que fazem parte deste, entretanto, elas têm o compromisso tanto de enviar e de assegurar a permanência de seus filhos

nas escolas, como manter a boa convivência familiar. Em 1995, o programa se iniciou em seis municípios do Estado, sendo beneficiadas 353 famílias e aproximadamente 1.000 crianças e adolescentes. Em 1996, foram contemplados mais de 51 municípios com o programa, sendo ampliado para 3.509 famílias e aproximadamente 10.000 menores.

Em 1997, se aderiram mais 149 municípios, para um total de 206 integrantes em todo o Paraná, sendo atendidas 12.491 famílias e mais de 39 mil jovens. Em 1998 e 1999, os benefícios chegaram a 389 municípios (23.213 famílias) e 392 municípios (23.495 famílias), respectivamente.

As pesquisas realizadas no Estado do Paraná, indicam que uma grande quantidade de crianças e adolescentes procuram maneiras alternativas de sobrevivência devido às condições socioeconômicas de suas famílias, comprometendo sua integridade e desenvolvimento físico, intelectual, social e emocional, levando-os a exclusão familiar, social, escolar e conseqüentemente ao exercício da cidadania.

4.8.1.1. Objetivos

Entre os objetivos perseguidos pelo programa se pode mencionar:

- a) assegurar condições mínimas de bem-estar e dignidade à criança e ao adolescente em situação de risco;
- b) proporcionar o suplemento alimentar à família, através da doação de uma cesta básica com mantimentos;
- c) inserir crianças e adolescentes em programas de caráter sócio educativo que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e social;
- d) subsidiar a participação da família no desenvolvimento do processo educativo visando a atenção integral da criança ou do adolescente em situação de risco;
- e) propiciar a *promoção social da família* por meio do acompanhamento sistemático, procurando alternativas que ajudem a resolver suas necessidades básicas.

4.8.1.2. Atribuições na área social

Entre as atribuições na área social se destacam:

- a) participar junto com a Comissão Municipal da definição das famílias que têm crianças ou adolescentes em situação de risco;

- b) realizar reuniões mensais com a Comissão para a definição de procedimentos pertinentes ao desenvolvimento do projeto no município;
- c) dar oportunidade de atividades como esporte, ócio, dança, teatro, música e artes no período em que a criança não está na escola;
- d) fazer acompanhamento familiar através de visitas domiciliares para o levantamento das necessidades básicas e orientações;
- e) viabilizar com prioridade o acesso das famílias aos recursos sociais existentes no município como: saúde, cursos de formação profissional, emprego, habitação, creche, documentos e outros;
- f) organizar a entrega de cestas básicas e reuniões com as famílias levando informações que favoreçam sua promoção social.

4.8.1.3. Atribuições na área educativa

Entre as mais importantes se têm:

- a) viabilizar matrícula para as crianças e adolescentes em escolas públicas próximas a sua residência;
- b) estimular o acesso, volta, permanência e sucesso do aluno na escola; mobilizando professores, funcionários e pais para alcançar os objetivos;

- c) assessorar as escolas através dos Núcleos Regionais de Educação, visando o sucesso escolar dos alunos envolvidos no programa;
- d) apoiar tecnicamente as comissões municipais na definição dos procedimentos relativos ao desenvolvimento dos programas nos municípios;
- e) organizar reuniões com as famílias visando a informação e orientação;
- f) atender menores portadores de necessidades especiais nas diversas modalidades de Ensino Pré-infantil, Fundamental ou Médio;
- g) acompanhar o processo de escolarização dos alunos envolvidos, registrando aspectos significativos que contribuam com o sucesso do programa.

4.8.2. Campanha Você pode me retirar da escuridão¹⁰

O Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR – é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos que oferece apoio e auxílio a pessoas com idade avançada, pessoas portadoras de deficiência física, crianças e adolescentes pertencentes aos setores carentes do Estado do Paraná.

O PROVOPAR promoveu a campanha “*você pode me retirar da escuridão*”, desde dia 24 de Dezembro de 1999, no contexto

paranaense, é uma ampliação do programa “*da rua para a escola*”, sob os cuidados da Primeira Dama do Estado e do Governador em exercício.

A campanha já conseguiu levar às salas de aula mais de 60 mil crianças em todos os municípios do Estado do Paraná, retirando-as das ruas e do trabalho infantil. Para realizar este trabalho o Governo estimula à sociedade a doar 25 reais, – aproximadamente US\$ 9 mensais – para a aquisição de cestas básicas de alimentos destinadas às famílias de crianças e adolescentes que ainda permanecem fora da escola, com a condição de que os pais ou familiares se comprometam a mantê-los na escola, com bom aproveitamento e frequência.

Aqueles que se unirem à campanha receberão um contrato para a confirmação da doação, um formulário de identificação com a fotografia, os dados pessoais, o endereço da criança beneficiada, além de um boletim mensal com a frequência e as notas escolares, ou seja, a criança deve frequentar a escola para que a família possa receber o benefício.

4.9. Instituições Públicas de Assistência Social para Menores em Situação de Risco

No Paraná existe o Serviço de Assistência Social – SAS – no contexto municipal, onde a criança ou o adolescente pode permanecer

recluso por um período inferior a 45 dias, se o delito for de natureza leve. Entretanto, se o delito cometido for grave a sua pena poderá ser superior a 45 dias e inferior a três anos e o jovem será enviado ao Educandário São Francisco, instituição de nível estadual, encarregada de recebê-lo. Infelizmente nenhuma das duas têm a função de prevenir, mas sim de punir ao infrator.

O Educandário recebe adolescentes com idades que variam dos 12 aos 18 anos, atendem em regime de recepção, seleção, internação e atualmente visam o cumprimento das políticas jurídicas e sociais vigentes. Estas duas instituições serão amplamente descritas nos próximos itens.

4.9.1. O Serviço de Atenção Social – SAS¹¹

Segundo informações da Secretaria do Bem-Estar Social do Município da Umuarama, a unidade do SAS foi inaugurada na primeira quinzena do mês de Maio de 2000, tendo por finalidade a internação provisória de menores infratores.

O local foi construído com recursos do Governo Estadual em convênio com a Prefeitura Municipal de Umuarama. Desde o início, a equipe que atua no SAS foi selecionada e receberam treinamento para enfrentar a missão de recuperar o menor infrator através de um rigoroso acompanhamento, visando retirá-lo da rua ou da situação de risco.

4.9.1.1. População alvo

A unidade de Serviço de Assistência Social – SAS – é destinada a menores acusados de cometer algum delito e esperam pela sentença judicial durante o prazo máximo de 45 dias, como anteriormente descrito.

4.9.1.2. Objetivo geral

Prover o Município de Umuarama, tendo em vista as obrigações e competências, para que ele possa manter, administrar e executar o Programa de Atenção de Internação Provisória.

4.9.1.3. Objetivos Específicos

Entre os objetivos propostos pela instituição temos:

- a) garantir o direito e a dignidade do menor acusado de cometer delito ou ato de infração;
- b) socializar e reintegrar o menor atendido na unidade de Serviço de Assistência Social através de atividades sócio educativas.

4.9.1.4. Área de alcance e metas

O SAS atende crianças e adolescentes de ambos os sexos do Município de Umuarama e de municípios circunvizinhos. A unidade tem capacidade para 14 (quatorze) jovens, sendo 12 (doze) para o sexo masculino e 2 (dois) para o sexo feminino.

4.9.1.5. Recepção do menor

Entre os procedimentos funcionais para a internação do menor acusado de cometer delito ou que se encontram em situação de risco estão:

- a. a recepção será realizada por um técnico e um educador social que deverão conferir e analisar seus documentos pessoais;
- b. os objetos de valor e o dinheiro pertencentes ao menor ficarão no cofre sobre a responsabilidade do setor administrativo do SAS;
- c. as roupas serão encaminhadas à lavanderia para os devidos cuidados e este passará a vestir o uniforme da instituição;
- d. o menor será encaminhado para a higienização e posteriormente para uma consulta ao médico responsável pelo setor de saúde;

- e. após os procedimentos iniciais de recepção, lhe será atribuído um alojamento individual.

4.9.1.6. Recepção técnica

Esta recepção consiste em repassar ao menor os objetivos da Internação Provisória na unidade do SAS e verificar se a família tem conhecimento da situação atual do interno, caso contrário esta deverá ser comunicada ou na ausência deles outra pessoa poderá ser indicada por ele.

4.9.1.7. Permanência

Com relação à permanência dentro da instituição o menor deverá:

- a. ser atendido pelo Assistente Social e Psicólogo que lhe informarão as normas de funcionamento do SAS e como ele deverá cumprir a medida judicial de internação provisória;
- b. ser incluído em atividades pedagógicas realizadas em grupo e receberá atenção individual através dos setores de Serviço Social e Psicológico;

- c. participar das atividades desenvolvidas pelo técnico responsável por cada área, acompanhado dos educadores sociais (guardas);

4.9.1.8. Visita aos menores

Toda visita deverá passar pelo seguinte ritual:

- a. o visitante será recebido por um técnico do SAS, em seguida passará por uma inspeção rigorosa; seus objetos pessoais serão guardados em local apropriado e este entrará somente com a roupa do corpo e com sapatos sem cadarços; os educadores sociais (guardas) permanecerão na porta controlando a entrada dos visitantes;
- b. as visitas serão somente para os pais, irmãos, avós e tios e somente será permitida a entrada de até duas pessoas por interno e que estas tenham idade superior aos 12 anos; estas visitas deverão ocorrer em um espaço físico previamente preparado para tal finalidade e sempre aos sábados a partir da 13h:30m até 16h:45m; antes de finalizar, será servido um lanche junto com todos familiares dos internos; caso o adolescente tenha filhos, a visita será em horário especial;
- c. ao término da visita se devem separar os internos dos visitantes, estes deverão sair do local e os menores serão inspecionados e retornarão aos

alojamentos individuais (celas). Os visitantes receberão de volta seus objetos pessoais.

Os menores poderão receber carta, livros ou revistas que deverão ser examinados por um técnico devidamente identificado para o exame prévio. Com relação à visita de advogados, será permitida sempre e quando constar no processo delitivo do menor. O profissional do Direito será dispensado da inspeção.

4.9.1.9. A sentença

Será proferida no Tribunal da Infância e da Juventude da Comarca da Umuarama e o menor deverá permanecer na unidade do SAS até que chegue o momento de sua transferência para uma Unidade de Internação do Educandário São Francisco.

4.9.1.10. Normas de segurança

A normativa é extensa e serão apresentadas as mais importantes:

- a. toda vez que o menor retornar das atividades de trabalho e antes de ir para o alojamento, este será revistado em local apropriado e deverá devolver todos

- os objetos, permanecendo somente com aqueles que não ofereçam riscos para si ou para outros;
- b. as escovas dentais deverão permanecer sob os cuidados dos educadores sociais (guardas), em lugar específico e fora dos alojamentos individuais, a mesma será entregue ao menor com a pasta dental somente na hora de uso e recolhida imediatamente;
 - c. nos horários de silêncio, o menor deverá ser conduzido a seu alojamento, cuja porta permanecerá sempre fechada;
 - d. o menor somente poderá permanecer no salão para assistir televisão ou para realizar as atividades extras, como jogos, leitura, momento religioso, limpeza, sempre acompanhado por um educador social ou técnico;
 - e. as portas de acesso aos alojamentos deverão permanecer fechadas e a locomoção aos sanitários será restrita, apenas com autorização do educador social, devendo ir um de cada vez e acompanhado por este;
 - f. os talheres de uso pessoal devem ser distribuídos individualmente e personalizados, ao terminar as refeições, os mesmos deverão ser contados;
 - g. para realizar as práticas esportivas os menores passarão por uma revista;
 - h. os educadores sociais deverão acompanhar as atividades esportivas ou recreativas no pátio;

- i. quando houver a necessidade de presença da Polícia Civil ou Militar, estes deverão entrar sem armas;
- j. os educadores sociais deverão manter uma rotina permanente de inspeção em todas as instalações físicas: alojamentos, galerias, solários, salas de visitas e sanitários do SAS.
- k. nenhuma pessoa estranha poderá ter acesso ao interior da unidade do SAS sem a companhia de um técnico ou de um educador social;

4.9.1.11. Procedimentos educacionais

Os procedimentos educacionais se dividem em direitos e deveres. Os direitos do menor estão contidos nos artigos 94, 106 a 109 e 124, incisos I a XVI do Estatuto da Criança e do Adolescente que observa as obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação, entre as quais se destacam:

- a. ser tratado com dignidade;
- b. receber visitas semanalmente;
- c. corresponder-se com seus familiares e amigos;
- d. ter acesso a objetos necessários a sua higiene e asseio pessoal;

- e. receber escolarização e assistência religiosa; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- f. entrevistar-se individualmente com técnicos – Psicólogo, Assistente Social e Pedagogo – sempre que sentir necessidade;
- g. receber atenção médico - odontológica, psicológica e farmacêutica;
- h. receber a visita de seu defensor e orientação sobre sua situação judicial;

Em relação aos os deveres, as normas são:

- a. não agredir física ou verbalmente funcionário ou colega;
- b. não esconder ou provocar fugas;
- c. obedecer as determinações dos educadores sociais e técnicos para o cumprimento das normas, inclusive dietas e recomendações médicas;
- d. cuidar diariamente de sua higiene pessoal e de seu vestuário;
- e. ter conduta adequada durante qualquer atividade, respeitando os direitos individuais e normas que preservem a segurança;
- f. preservar os objetos e móveis do SAS;
- g. manter limpo e ordenado o alojamento;
- h. acordar e levantar no horário previsto, fazer as tarefas de rotina previstas respeitando-se o horário para as atividades pedagógicas e de lazer;

i. recolher-se no horário determinado.

4.9.1.12. Direção

Entre as atribuições se destacam:

- a) planejar, coordenar, avaliar e fiscalizar as atividades técnicas da internação provisória;
- b) elaborar documentos inerentes às atividades das áreas técnicas;
- c) planejar e coordenar treinamentos aos educadores sociais;
- d) discutir e analisar junto com a equipe técnica as propostas de trabalho;
- e) coordenar as reuniões técnicas;
- f) elaborar relatórios periódicos das atividades semanais, mensais e anuais;
- g) tomar providência para que sejam garantidos os direitos dos menores;
- h) fiscalizar e avaliar sistematicamente as atividades desenvolvidas com os adolescentes;
- i) propor estratégias de ação que visem o cumprimento adequado da medida de internação provisória, controlando o tempo de permanência dos menores, bem como tomando as providências para que não seja ultrapassado o período de 45 dias, mantendo contato com os órgãos afins, sempre que for necessário;

- j) fiscalizar, acompanhar e avaliar permanentemente as rotinas diárias dos adolescentes, bem como a aplicação das medidas disciplinares;
- k) fiscalizar, acompanhar e avaliar as atividades dos educadores sociais no cumprimento de suas atribuições;
- l) verificar as condições de higiene, alimentação e vestuário, acionando a Coordenação Administrativa para a atenção adequada; participar de treinamentos internos e externos.

4.9.1.13. Setor de assistência social

É de competência do Serviço Social:

- a) identificar o menor;
- b) estudar o histórico da infração ou delito por ele cometido;
- c) realizar seu histórico social, identificando a composição familiar, a situação residencial, a situação econômica, os laços e relações entre os familiares.
- d) proporcionar atividades ocupacionais como escolaridade e experiência trabalhista;
- e) estudar as experiências com drogas e substâncias tóxicas, verificando o tipo, tempo de uso e periodicidade.

- f) executar rotinas diárias como a vinculação a grupos e a participação em programas comunitários, o cumprimento da medida judicial e as atividades de lazer;
- g) entrevistar e fazer visitas a domicílios dos familiares com a finalidade de confirmar os dados socioeconômicos da família, história de vida do menor e do vínculo familiar;
- h) promover contatos externos com os Conselhos Tutelares, Fóruns, Delegados de Polícia, Serviços Auxiliares à Infância (liberdade assistida).

4.9.1.14. O assistente social

Entre as atribuições do assistente social se destacam:

- a) planejar, coordenar e executar atividades do setor;
- b) participar das reuniões técnicas ou administrativas com a Direção ou Coordenação do SAS e também de treinamentos internos ou externos;
- c) elaborar relatórios mensais, semestrais e anuais das atividades realizadas em seu setor;
- d) acompanhar, atender e orientar individualmente os menores durante sua permanência na internação provisória; dar atenção aos familiares;

- e) manter contato com os responsáveis e órgãos oficiais;
- f) receber advogados e conduzi-los à presença dos menores;
- g) receber chamadas telefônicas e cartas e encaminha-las ao destinatário;
- h) realizar o controle de audiência; dar encaminhamento ao processo de liberdade;
- i) fazer a recepção e dar atenção aos familiares nas visitas semanais aos menores.

4.9.1.15. Setor de Psicologia

Entre as atribuições deste setor se destacam:

- a) identificar a situação sócio familiar atual do menor e das circunstâncias que resultaram em sua internação provisória, bem como a realização de uma avaliação psicológica;
- b) avaliar a aparência, comportamento, atividade psicomotora e atitudes do entrevistado;
- c) estudar o humor, afeto, fala, perturbações da percepção e estabelecimento de vínculos;

- d) verificar o nível de consciência, orientação, memória, concentração, pensamento abstrato, inteligência, controle de impulsos, julgamento e *insight*; aplicação de testes;
- e) entrevistar a família objetivando a identificação da estrutura familiar e a relação desta com o menor, construção seu histórico, avaliação das condições familiares que contribuam para sua reintegração social;
- f) observar a conduta do menor em relação com a figura de autoridade, interação em grupo, vivencia com normas e limites e controle de impulsos;
- g) avaliação do menor e seu comportamento quanto aos aspectos e características pessoais, relações interpessoais, participação nas atividades, normas, disciplina e medidas disciplinares aplicadas.

4.9.1.16. O psicólogo

O psicólogo tem como responsabilidade:

- a) planejar, coordenar e executar as atividades do setor;
- b) participar das reuniões técnicas ou administrativas, dos treinamentos internos e externos;

- c) elaborar relatórios mensais, semestrais e anuais das atividades desenvolvidas no setor;
- d) realizar a recepção dos menores ao chegarem ao SAS; acompanhar, atender e orientar individualmente os adolescentes durante sua permanência na entidade;
- e) dar atenção aos familiares do menor nas visitas semanais; coordenar e acompanhar as visitas aos adolescentes; atender ao que se encontra isolado (castigo em alojamento); realizar terapia de grupo com familiares e também a terapia de grupo com os menores.

4.9.1.17. Setor de pedagogia

Entre as atividades que este setor desenvolve se têm:

- a) recreativas como os jogos de xadrez, damas, dominó, tênis de mesa e futebol;
- b) laborais como a limpeza nas instalações que servem como residência dos internos e montagem de prendedores de roupa;
- c) educacionais: bate-papos, vídeos, aulas de educação física e de reforço escolar (Português, Matemática e Estudos Sociais);

- d) oficina de palavras: os menores são convidados a expor seus pensamentos, sentimentos, expectativa de vida, ato de infração cometido e seus valores; relatório sobre a escolaridade, nível de aprendizagem, raciocínio lógico, interesse pelo estudo e sua aplicação na vida;
- e) temas semanais: tratam sobre a família, saúde, drogas, religião, Estatuto da Criança e do Adolescente, educação e trabalho.

4.9.1.18. O técnico educacional

Este profissional realiza as seguintes atividades:

- a) planejar, coordenar, executar as atividades do setor;
- b) elaborar documentos relativos à internação provisória;
- c) participar de reuniões técnicas ou administrativas e de treinamentos internos ou externos;
- d) acompanhar, atender e orientar individualmente os adolescentes durante sua permanência na unidade;
- e) subministrar o estudo dirigido de Português, Matemática e Estudos Sociais;

- f) acompanhar os menores às aulas de Educação Física, Formação Religiosa e de Recreação;
- g) programar e controlar os filmes durante a semana;
- h) realizar atividades em grupo;
- i) coordenar e acompanhar visitas aos adolescentes recebendo suas famílias nos dias de visita;
- j) acompanhar as ocorrências dos menores;

4.9.1.19. O professor de educação física

O professor de educação física tem as seguintes competências:

- a) planejar, coordenar e executar as atividades do setor;
- b) elaborar documentos relativos à internação provisória;
- c) participar de reuniões técnicas ou administrativas;
- d) participar de treinamentos internos e externos;
- e) elaborar relatórios semanais, mensais, semestrais e anuais das atividades do setor;

- f) desenvolver atividades de educação física através de exercícios de aquecimento, expressão corporal e prática esportiva;
- g) realizar exercícios aeróbicos; promover e coordenar jogos compatíveis com o local;
- h) programar filmes de temas esportivos e propiciar debates sobre o assunto.

4.9.1.20. A educadora social feminina

O nome de Educador Social seja do sexo masculino ou feminino, não condizem com a função que estes realizam na unidade do SAS, entre as quais se podem citar:

- a) receber e/ou passar o turno à equipe que está entrando ou saindo;
- b) registrar as ocorrências diárias em livro apropriado;
- c) servir o café da manhã , o almoço e o jantar dos internos e após as refeições, lavar e guardar os utensílios;
- d) preparar a roupa para a saída dos internos;
- e) registrar e controlar os objetos pessoais dos menores;

- f) providenciar material de higiene pessoal e material de limpeza para a unidade;
- g) realizar revista nas visitantes do sexo feminino;
- h) abrir e fechar a porta dos alojamentos da internação provisória;
- i) verificar o número de adolescentes presentes na chegada e na saída de cada turno;
- j) realizar a revista nas adolescentes toda vez que retornem das atividades;
- k) fazer a revista geral na unidade;
- l) manter as chaves em local seguro, longe do alcance dos adolescentes e acionar o alarme em caso de emergência.

4.9.1.21. O educador social masculino

Estes funcionários cumprem funções similares às do sexo feminino e outras que são inerentes ao próprio sexo, por exemplo:

- a) receber e/ou passar o turno à equipe que está saindo ou entrando;
- b) registrar e verificar as ocorrências diárias no livro apropriado e as registradas nos turnos anteriores;

- c) verificar o número de adolescentes presentes na chegada e na saída de cada turno;
- d) orientar e manter a disciplina dos menores dentro da unidade;
- e) aplicar medida disciplinar;
- f) orientar e acompanhar os menores durante às refeições e nas atividades externas;
- g) realizar a revista nos adolescentes toda vez que retornem das atividades e a inspeção dos alojamentos, abrir e fechar as portas de acesso aos mesmos.
- h) realizar a revista nos visitantes do sexo masculino;

4.9.1.22. O médico

O serviço médico-odontológico é realizado nas unidades de Saúde Pública do Município.

4.9.1.23. O agente de saúde

Entre as funções que exerce o Agente de Saúde se podem mencionar:

- a) marcar e acompanhar o menor às consultas médicas externas e administrar os remédios receitados;
- b) verificar a higiene na unidade e também do adolescente impossibilitado de manter seus cuidados pessoais.

4.9.1.24. Anexos

Embora a sede da instituição evite a massificação ou a superpopulação, pois foi construída observando-se modernos padrões de arquitetura e de engenharia, se deve ressaltar que o atendimento para os menores ali internados é de boa qualidade, eles dispõem de profissionais qualificados e das mais variadas especialidades, com a finalidade de reintegrar o menor à família e à sociedade.

Contudo, ainda permanece a punição como castigo para os internos que não cumprem as normas do centro. Isto fica evidenciado no Anexo 3, relativo às *medidas disciplinares*, conforme quadro a seguir:

QUADRO-RESUMO 4.01 – Medidas disciplinares na Unidade de Serviço de Assistência Social de Umuarama – PR

Nº	Comportamento Apresentado	Procedimento	Tempo
1	Rebelião com danos corporais	Sem avaliação	Sem avaliação
2	Atentado violento ao pudor	Comunicar ao Juiz e isolar	5 dias
3	Lesões corporais a funcionários	Comunicar ao Juiz e isolar	5 dias
4	Lesões a outro interno	Comunicar ao Juiz e isolar	3 dias
5	Tentativa de fuga	Comunicar ao Juiz e isolar	5 dias
6	Possuir ou fazer uso de tóxicos	Retirar, apurar os fatos	-
7	Desobedecer a funcionário	Orientação, advertência e isolar	1 dia
8	Fuga com lesões corporais	Isolar e avaliar	6 dias
9	Fabricação de armas cortantes	Retirar, avaliar e apurar	2 dias
10	Danos ao patrimônio	Reparar e prestar serviço	5 dias
11	Perturbação da ordem na unidade	Advertência e orientação	-
12	Prática sexual	Orientação	-
13	Furto	Orientação e isolamento	1 dia
14	Ato obsceno	Orientação	-

Fonte: Serviço de Assistência Social – SAS –

4.9.2. Unidade Social Educandário São Francisco¹²

Localizada na Cidade da Piraquara, admite apenas crianças e adolescentes do sexo masculino com idade compreendida entre os 12 e os 18 anos, autores de delitos e que já foram sentenciados a cumprir a pena estipulada pelo Juiz de Menores, estes são provenientes de todos os municípios do Estado do Paraná. A unidade desenvolve ações sócio-educativas para o adolescente autor de *ato delitivo*. A instituição tem capacidade para 100 adolescentes em privação da liberdade, contudo, hoje a unidade já apresenta problemas de superpopulação, apesar das ampliações realizadas para receber

mais de 700 jovens. Este número indica que a unidade comete os mesmos enganos que a FEBEM de São Paulo no referente à massificação.

4.9.2.1. Recepção

Visa propiciar ao menor recém admitido na Instituição uma recepção mais humana e menos traumática. Na primeira semana o jovem recebe a atenção de uma equipe composta por técnicos e educadores sociais que procuram encontrar o setor mais adequado dentro da entidade.

A instituição está dividida em três setores, no setor A são encaminhados os adolescentes que possuem maior porte físico e idade, estes apresentam transtornos da personalidade. Para o setor B são enviados adolescentes que manifestam perturbações de conduta e no setor C aqueles de menor porte físico e idade.

4.9.2.2. Documentação

Busca prover ao menor toda a documentação necessária para torná-lo um cidadão, como Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Certificado do Serviço Militar Obrigatório.

4.9.2.3. Atenção individualizada

O programa tem por objetivo atender individualmente o menor na chegada ao setor ao qual foi atribuído, ele passa a ser acompanhado por um técnico de referência, que exerce influência na vida deste adolescente dentro da Unidade Social, através de entrevistas, contatos informais, acompanhamento psicológico e sócio pedagógico. Busca-se basicamente o fortalecimento da personalidade do jovem frente às mais variadas situações dentro e fora da Instituição.

4.9.2.4. Atenção em grupos

Os menores internados se encontram em desvantagem devido a sua origem social, levam uma vida cheia de privações materiais, nutricionais e afetivas e a rejeição familiar e social, que os induz à desvalorização pessoal. Apresentam baixa auto-estima, falta de autoconfiança e de confiança nas outras pessoas. Muitas vezes se apresentam passivos e muito dóceis, em outras, agressivos e destrutivos.

Em 1999, foram desenvolvidos programas pilotos de abordagem grupal objetivando intervir nesta problemática, possibilitando ao adolescente a interação consigo mesmo e com outras pessoas para a

compreensão do significado da vida e a busca de alternativas de mudanças pessoais e interpessoais.

4.9.2.5. Atividades culturais e de recreação

Oferecem-se também aos menores, atividades artísticas como música, teatro, dança e artes plásticas e também concursos, jogos, grupos de teatro, exposição de filmes, fotografias e livros.

4.9.2.6. Atividades externas

É permitida a realização de atividades externas de caráter sócio cultural, esportivo e de lazer, a critério da equipe técnica. A ação visa promover o retorno gradativo do menor ao convívio social. Entre as atividades externas se podem mencionar os Cursos de Formação Profissional realizados na Rede Esperança e jogos de futebol.

4.9.2.7. Banco de dados

Este banco foi construído com a finalidade de armazenar, de maneira organizada, informações sobre o adolescente com relação aos seus aspectos biofísicos, socioeconômicos, delitivos e sobre a vida dentro da instituição. As informações coletadas permitem verificar a inter-relação com o

fenômeno da delinqüência juvenil, de forma a estabelecer as bases para a elaboração de políticas públicas para a infância e a adolescência no Paraná.

4.9.2.8. Orientação familiar

Esta orientação é realizada aos domingos, com o objetivo de recepcionar aos familiares, dar-lhes orientação e apoio necessários para o encontro com os filhos.

4.9.2.9. Assistência médico–odontológica

Para se conseguir a reintegração social é indispensável cuidar da saúde física e mental, assim se busca trabalhar em conjunto, dando atenção em consultório próprio para o diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças.

4.9.2.10. Assistência religiosa

A orientação religiosa cultiva os valores espirituais na vida do adolescente detido, sendo primordial para o processo sócio educativo. Através da religião se procura que estes jovens acreditem em sua própria

transformação, assumindo os erros cometidos, refletindo sobre o passado, procurando o equilíbrio nos momentos difíceis de decisão.

4.9.2.11. Recursos humanos

Entre as atividades deste departamento se têm:

- a) quadro de funcionários compatível com a população de internos atendida;
- b) instrução e cursos para os educadores sociais (monitores);
- c) contratação de empresas para os serviços de limpeza, identificação na recepção, vigilância por circuito interno de TV e educação para a formação profissional;
- d) treinamento para a prevenção de incêndios.

4.9.2.12. Dados estatísticos

A seguir se mostrarão dados estatísticos relativos ao menor internado e estes são separados em três categorias: o fluxo da população, o perfil do adolescente e o perfil delitivo da população atendida.

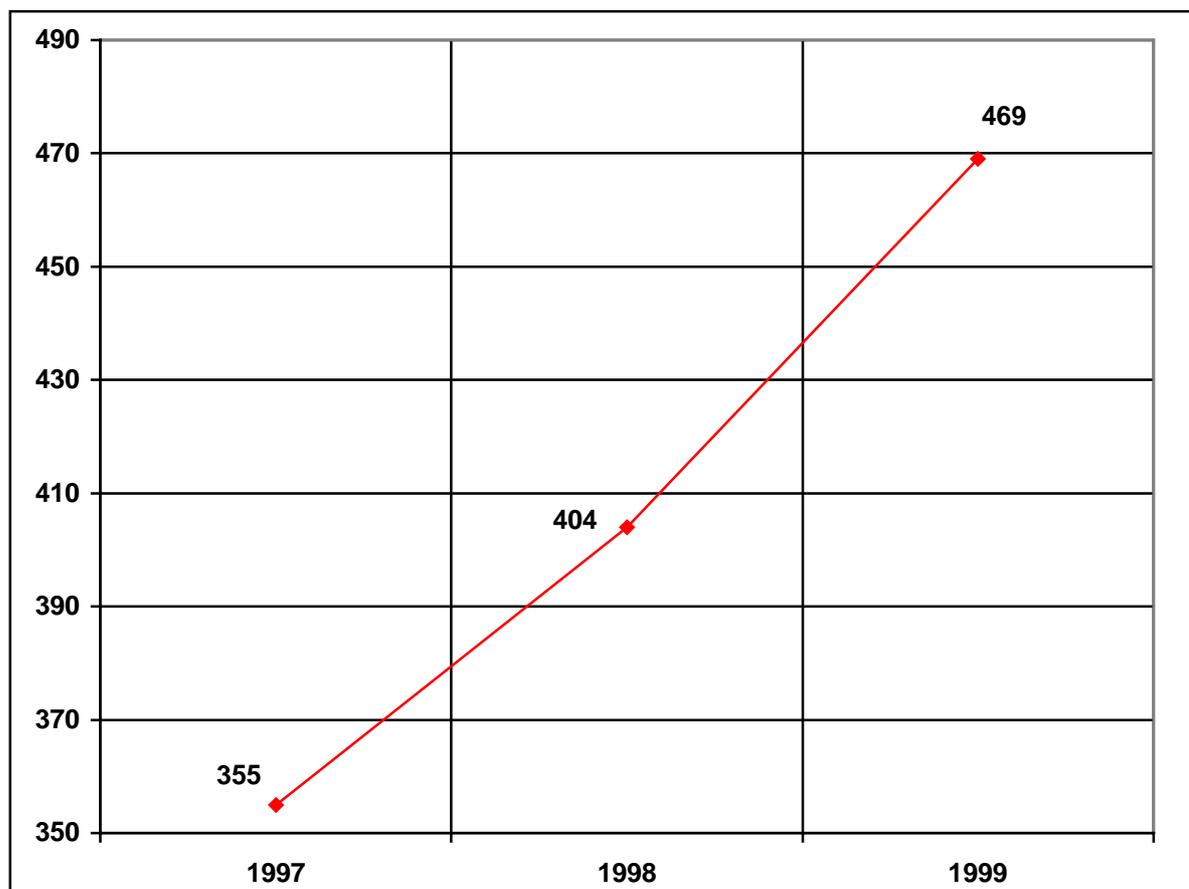
a) fluxo da população:

TABELA 4.09 – Adolescentes atendidos na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1997 – 1999

Ano	Quantidade
1997	355
1998	404
1999	469

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.09 – Adolescentes atendidos na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1997 – 1999



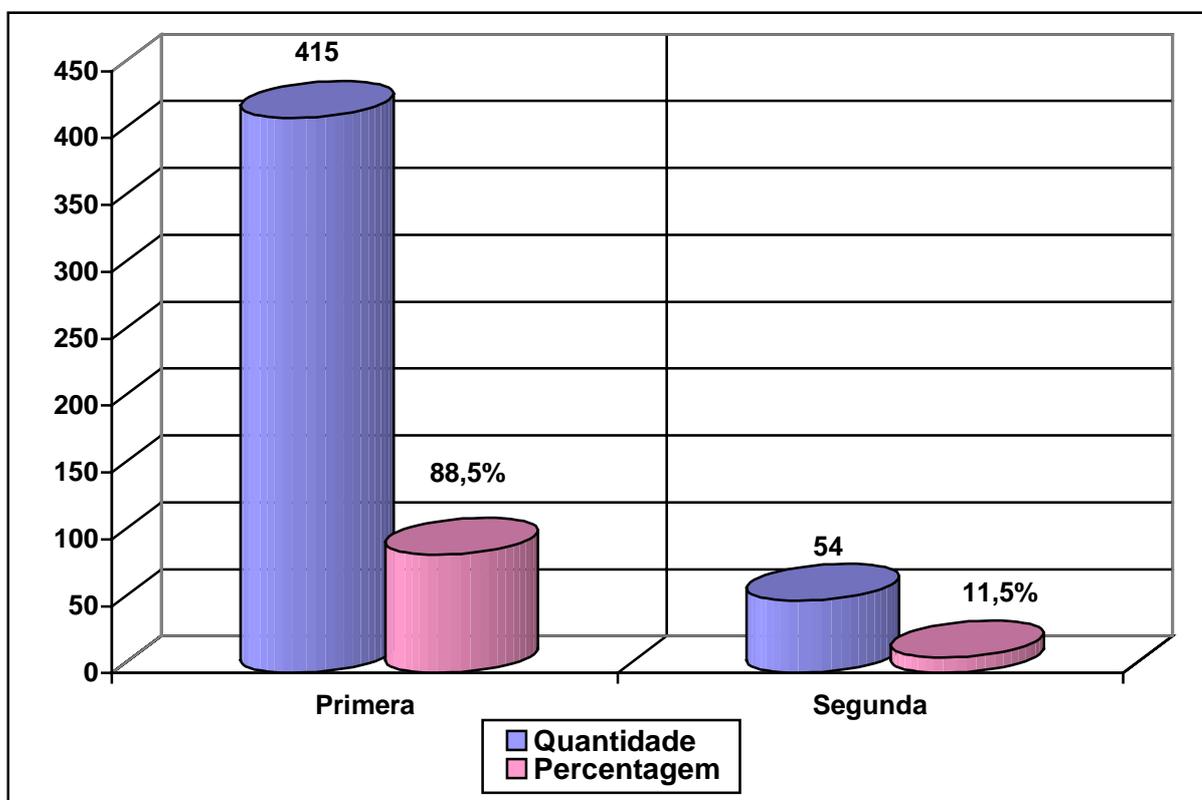
Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

TABELA 4.10 – Internações por ocorrências individuais na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - Pr , 1999

Ocorrência	Quantidade	Porcentagem
Primeira	415	88,5
Segunda	54	11,5
Total	469	100,0

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.10 – Internações por ocorrências individuais na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999



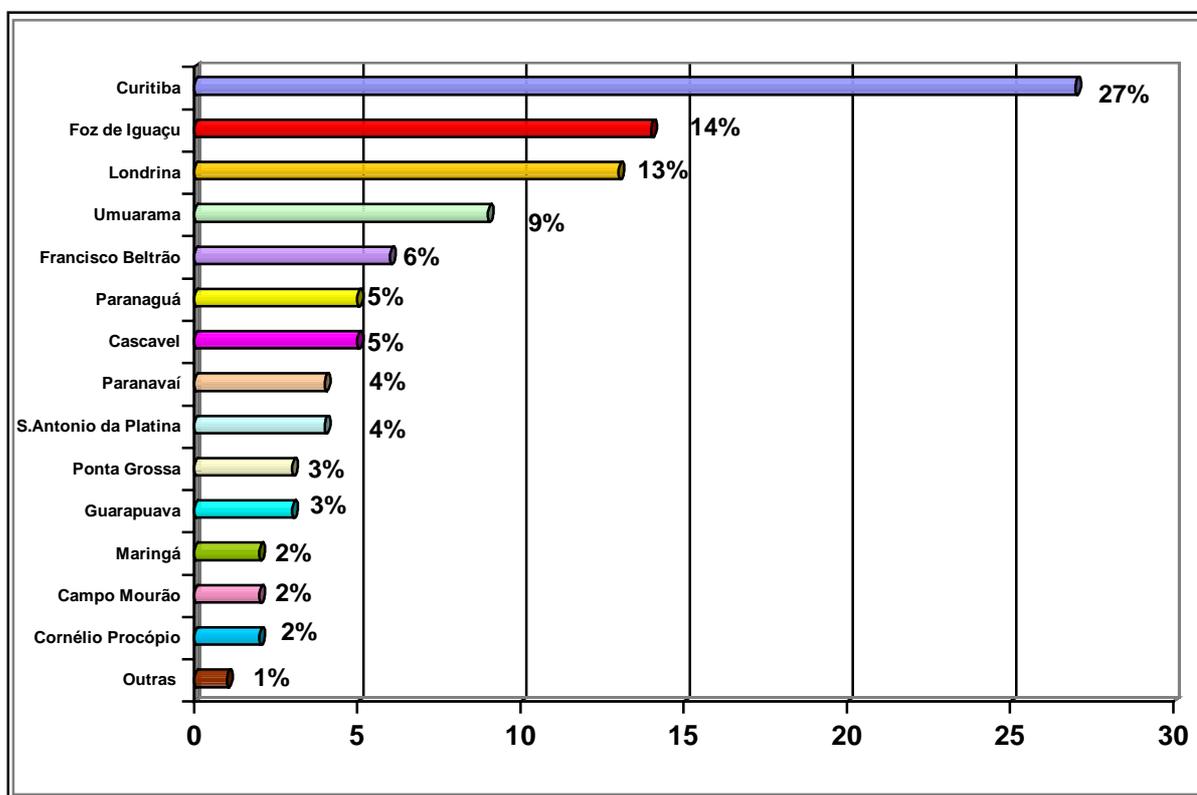
Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

TABELA 4.11 – Lugar de procedência do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999

Procedência	Média Anual (%)
Curitiba	27
Foz de Iguaçu	14
Londrina	13
Umuarama	9
Francisco Beltrão	6
Paranaguá	5
Cascavel	5
Paranavaí	4
S. Antonio da Platina	4
Ponta Grossa	3
Guarapuava	3
Maringá	2
Campo Mourão	2
Cornélio Procópio	2
Outras	1

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco.

GRÁFICO 4.11 – Lugar de procedência do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara- PR, 1999



Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

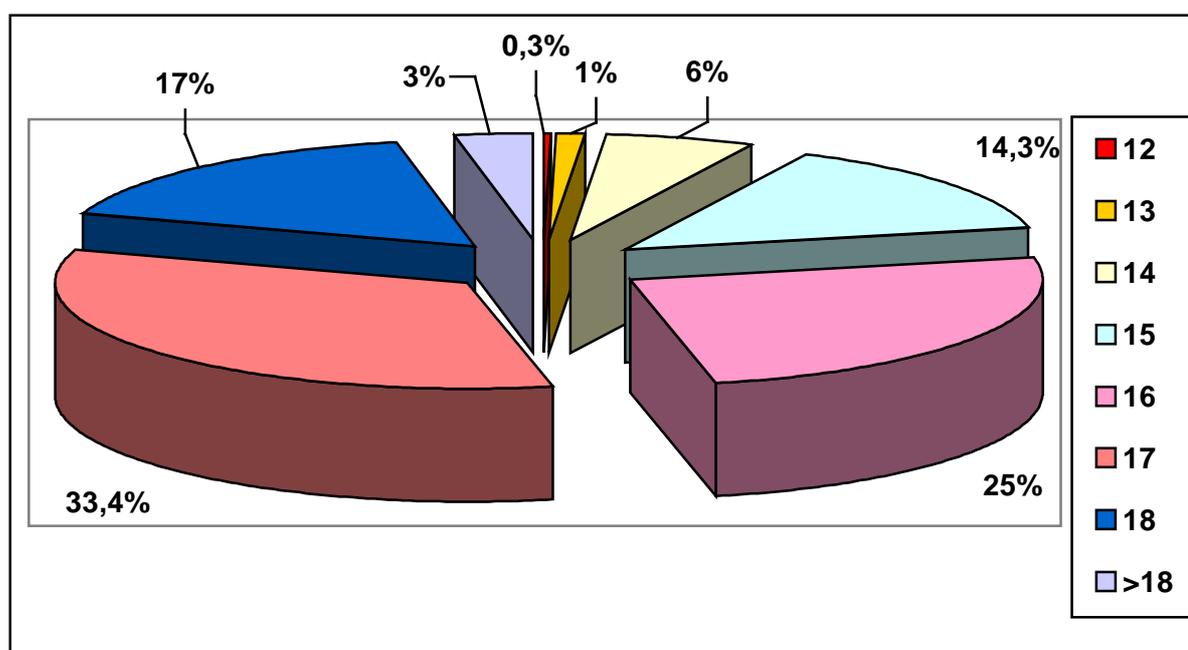
b) Perfil de los adolescentes atendidos:

TABELA 4.12 – Idade do adolescente atendido na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999

Idade	Média Anual (%)
12	0,3
13	1,0
14	6,0
15	14,3
16	25,0
17	33,4
18	17,0
> 18	3,0

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.12 – Idade do adolescente atendido na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999



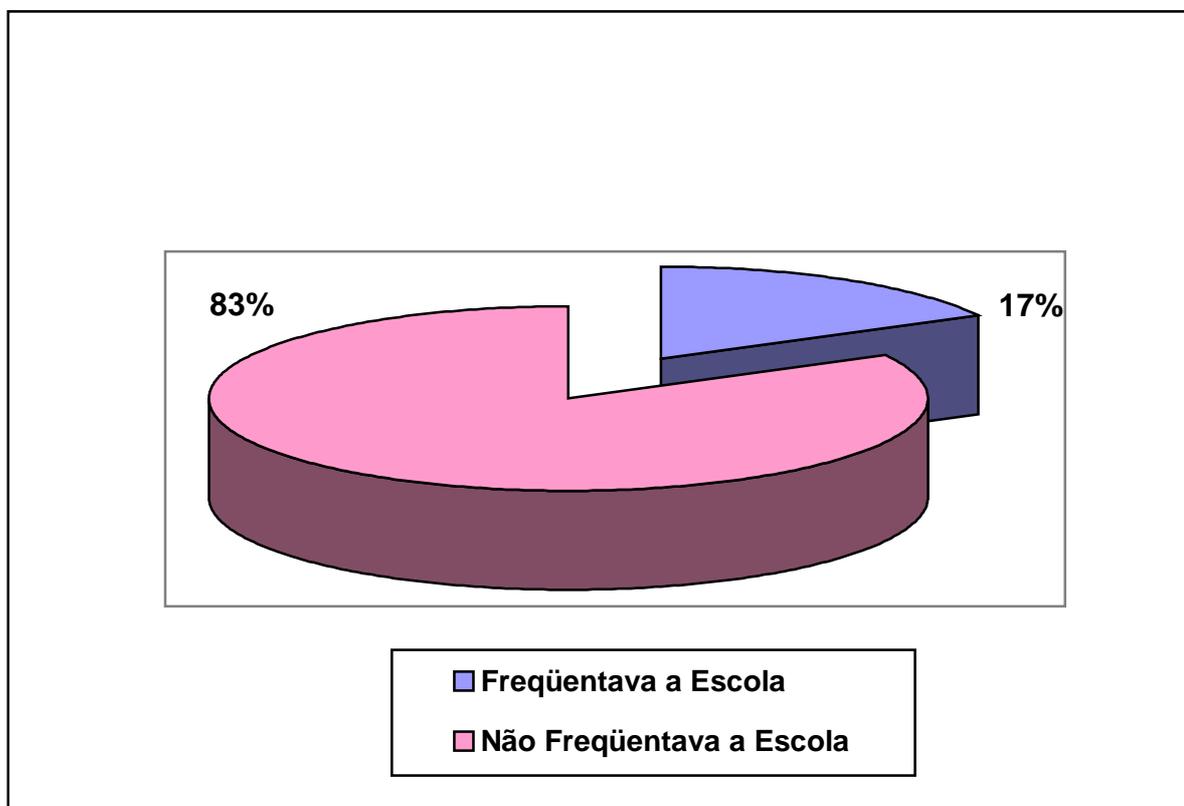
Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

TABELA 4.13 – Situação escolar do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999

Situação Escolar	Média Anual (%)
Freqüentava a Escola	17,2
Não Freqüentava a Escola	82,8

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.13 – Situação escolar do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara - PR, 1999



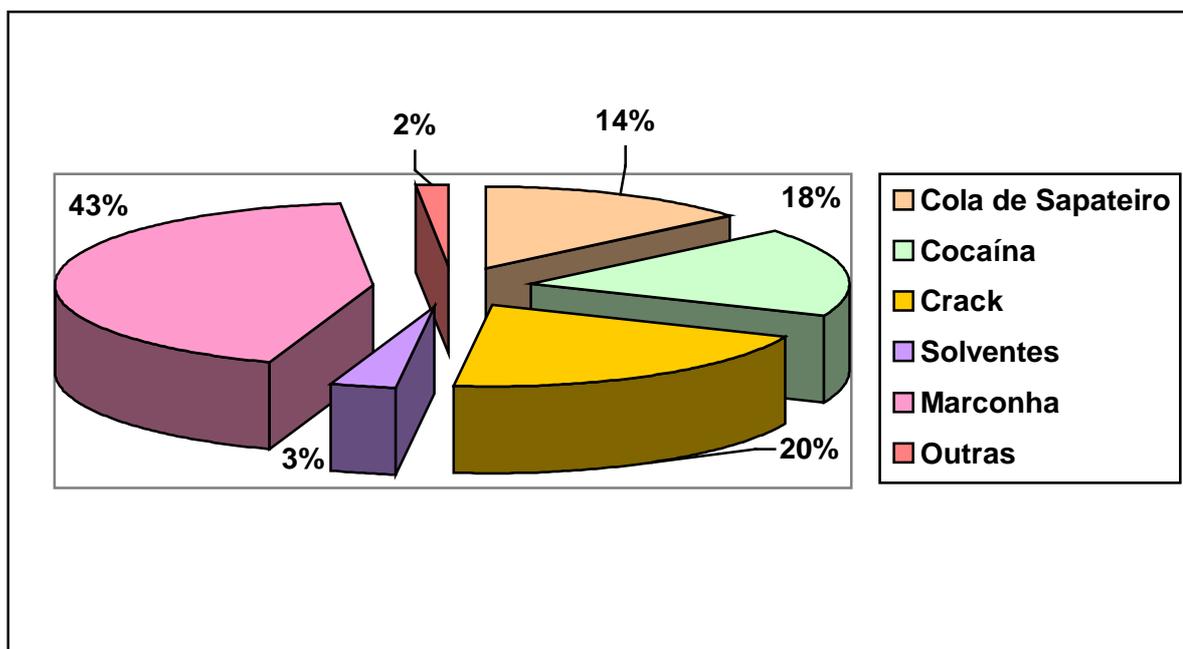
Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

TABELA 4.14 – Uso de drogas e/ou substâncias químicas pelo menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999

Droga	Média Anual (%)
Cola de Sapateiro	14
Cocaína	18
Crack	20
Solventes	3
Maconha	43
Outras	2

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.14 – Uso de drogas e/ou substâncias químicas pelo menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999



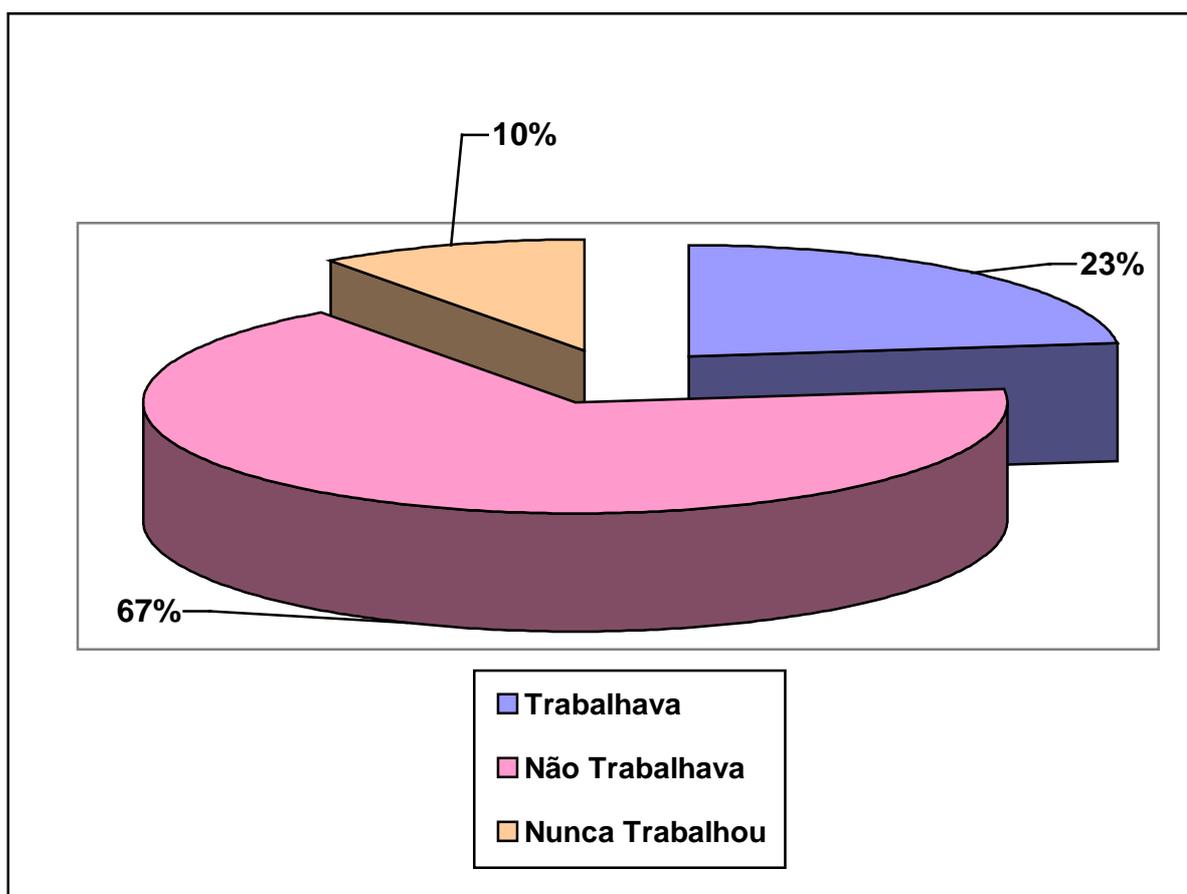
Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

TABELA 4.15 – Situação ocupacional do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999

Situação	Média Anual (%)
Trabalhava	23
Não Trabalhava	67
Nunca Trabalhou	10

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.15 – Situação ocupacional do menor antes da internação na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999



Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

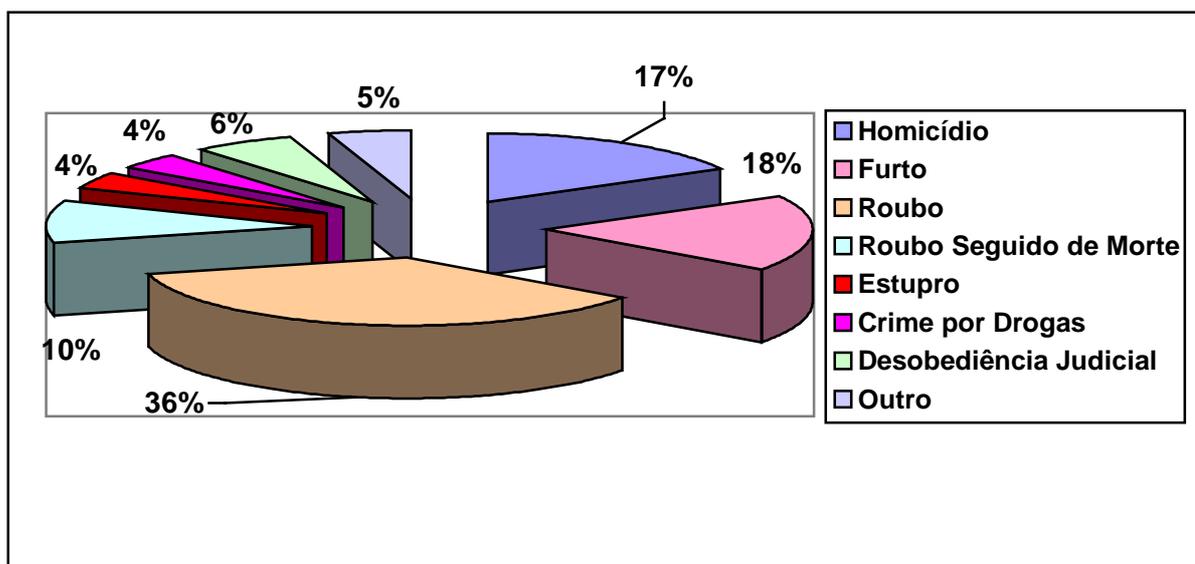
c) perfil delitivo da população atendida:

TABELA 4.16 – Tipo de delito cometido pelo menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999

Delito	Média Anual (%)
Homicídio	17
Furto	18
Roubo	36
Roubo Seguido de Morte	10
Estupro	4
Crime por Drogas	4
Desobediência Judicial	6
Outro	5

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.16 – Tipo de delito cometido pelo menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – PR, 1999



Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: Autor

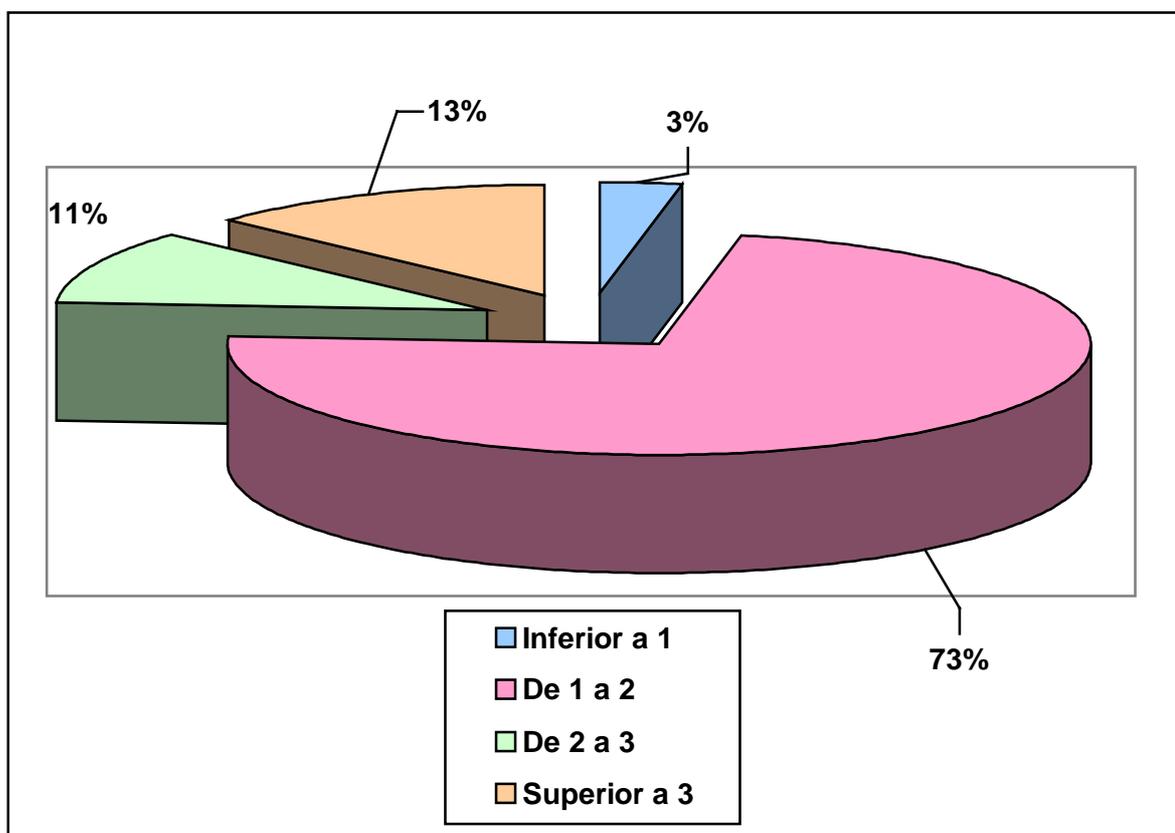
d) Perfil da família dos adolescentes atendidos:

TABELA 4.17 – Renda mensal da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – 1999

Renda (em salários mínimos)	Média Anual (%)
Inferior a 1	3
De 1 a 2	73
De 2 a 3	11
Superior a 3	13

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.17 – Renda mensal da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – 1999



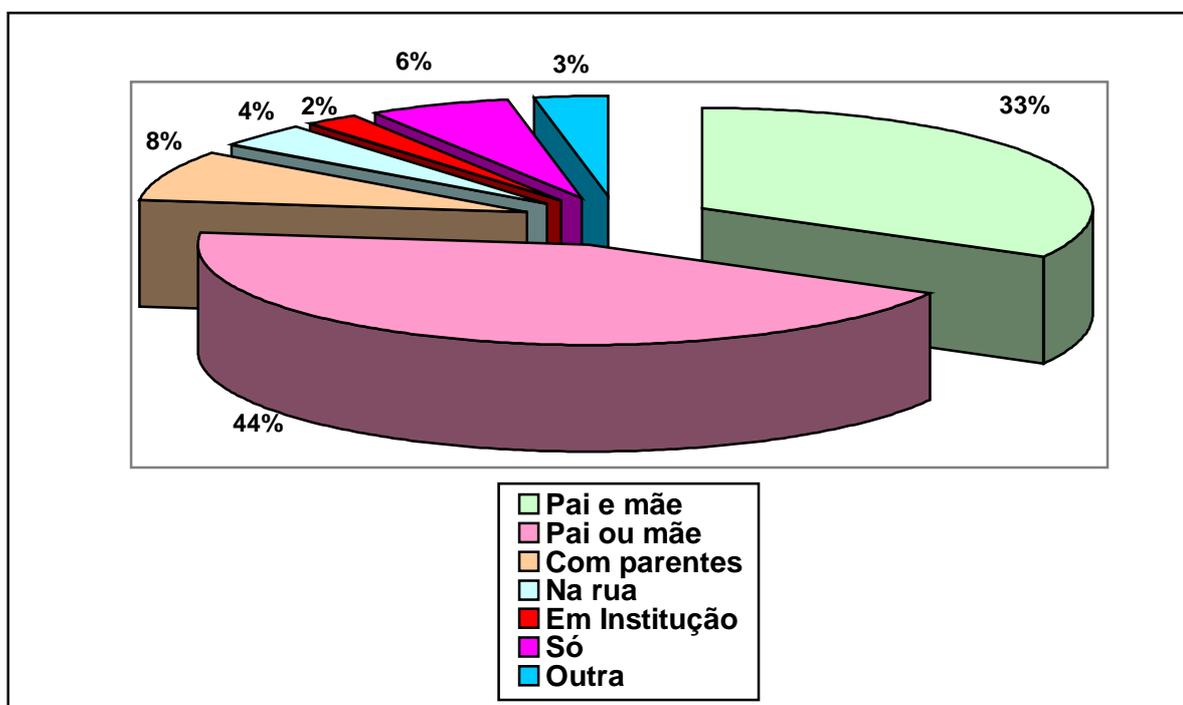
Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

TABELA 4.18 – Composição da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – 1999 (dos que têm família)

Composição Familiar	Média Anual (%)
Pai e mãe	33
Pai ou mãe	44
Com parentes	8
Na rua	4
Em instituição	2
Só	6
Outra	3

Fonte: Unidade Social Educandário São Francisco

GRÁFICO 4.18 – Composição da família do menor internado na Unidade Social Educandário São Francisco, Piraquara – 1999 (dos que têm família)



Fonte: Dados: Unidade Social Educandário São Francisco. Gráfico: O autor

Pelos dados apresentados anteriormente se observa que os menores internados na Unidade Social Educacional São Francisco, em geral, apresentam o seguinte perfil:

- 27% são oriundos de Curitiba;
- 33,4% têm 17 anos de idade;
- 82,8% não freqüentavam a escola;
- 43% usavam maconha como droga;
- 67% não trabalhavam;
- 36% foram internados devido a roubo.
- 73% das famílias têm renda mensal de 1 a 2 salários mínimos;
- 44% viviam com o pai ou a mãe.

4.10. Instituições Privadas de Assistência Social para Menores em Situação de Risco

Existem, atualmente, diversas instituições privadas que oferecem assistência social a menores em situação de risco. Como por exemplo, a Casa de José, a Fundação Profeta Elias, a Aldeia SOS e o Centro Assistencial Rainha da Paz. Pretende-se buscar embasamento para o modelo teórico de

assistência sócio-educativo para meninos e meninas de rua, objeto deste trabalho.

4.10.1. Casa de José¹³

É um centro aberto e serve de abrigo temporário para crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Curitiba, fundado no dia 6 de março de 1995, pela Igreja Evangélica Irmãos *Menonitas* de Curitiba, localizado no Bairro Boqueirão Foi constituído como entidade sem fins lucrativos e busca retirar jovens da marginalidade.

No centro, são atendidos em média 40 menores de ambos os sexos por mês, dos quais 20% freqüentam regularmente as instalações do centro. A equipe é formada por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, um educador e sete voluntários. O programa se encontra sob a responsabilidade da congregação para realizar este trabalho e este realiza convênios com outros setores da sociedade, inclusive com outras igrejas.

4.10.1.1. Objetivo geral

Estimular crianças e adolescentes com idades compreendidas entre 7 e 17 anos para que abandonem a rua.

4.10.1.2. Objetivos específicos

Entre os objetivos propostos para realizar tal tarefa se têm:

- a) estimular o desejo de trocar o sistema de vida que levam;
- b) viabilizar o encaminhamento do menor à família ou a abrigos;

4.10.1.3. Atividades

O centro realiza as seguintes atividades:

- a) promove espaço para a reflexão sobre o cotidiano destes jovens;
- b) oferece ensino básico e atividades religiosas;
- c) dá prioridade às atividades ocupacionais, recreativas ou socializantes como trabalhos manuais, jogos, filmes etc.;
- d) encaminha o menor a tratamento médico ou odontológico e ainda oferece assistência social e psicológica;
- e) oferece auxílio para a obtenção de documentos de identificação, como carteira de identidade e CPF;

- f) serve refeições e sanduíches. O jantar é oferecido através do convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba;
- g) dita normas básicas de higiene e provê roupas quando necessário;
- h) realiza passeios, acampamentos e jogos de futebol.

São muitas as dificuldades do centro para conseguir que particulares abriguem a estes jovens, motivo pelo qual estão construindo +uma casa própria para tal finalidade.

4.10.2. Fundação Profeta Elias¹⁴

Em 1987, um grupo de educadores e adolescentes pertencentes à Comunidade Profeta Elias, associados ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas da Rua, iniciou as atividades no centro de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Pelas noites saíam procurando crianças e adolescentes que viviam nas ruas. A estratégia metodológica utilizada consistia em conhecer a realidade de seu *habitat* natural, ou seja, a rua; para descobrir sua cultura, e assim conseguir conquistar sua confiança e oferecer-lhe a alternativa de sair da vida de perigo que a rua lhe oferece.

Sempre houve uma boa relação entre as crianças de rua e a Comunidade Profeta Elias, em muitas ocasiões chegaram a passar alguns dias de visita nas instalações e foram recebidos por seus moradores, onde se sentiam como uma grande família.

A principal preocupação por parte do grupo de educadores foi em não transformar a forma de abordar na rua em mais um programa assistencialista. Nestas abordagens, os pedidos mais freqüentes por parte das crianças e adolescentes são tíquetes para transporte, roupa, comida e cobertores. O grupo deixou sempre muito claro que os meninos de rua e os da Comunidade vivem uma só realidade, a única diferença é que se não fosse realizado o trabalho preventivo dentro da organização, provavelmente, existiriam muito mais crianças e adolescentes pelas ruas de Curitiba, pois tanto os da rua como os da Comunidade passam pelas mesmas injustiças e privações impostas pela sociedade.

Com a expansão do trabalho realizado, houve a necessidade de associar-se a outros grupos ou entidades nacionais, como também fazer investimentos na formação de educadores e principalmente na atuação pelas mudanças das leis que se referem aos menores abandonados. Uma das participações mais ativas da Comunidade aconteceu no II Encontro Nacional

dos Meninos e Meninas de Rua, ocorrido em Brasília, onde foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No dia 26 de junho de 1991, foi criada a Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, nome sugerido pelos próprios jovens em homenagem à Comunidade que a tinham como sua segunda casa.

A Fundação é um instituto não governamental sem fins lucrativos e tem por objetivo dar assistência médico-odontológica e educação integral a crianças e adolescentes de Curitiba e Região Metropolitana, mediante um processo participativo e integrador. Esta adquiriu uma chácara de 112.281 m² no Município da Mandirituba, obtida com os recursos provenientes de doações principalmente da Congregação das Irmãs da Divina Providência, batizada com o nome de seu fundador o Padre Eduardo Michelis, grande colaborador da instituição.

O fator primordial do sucesso alcançado se deve à adesão voluntária ao programa de cada participante. Inicialmente, as crianças e adolescentes que vivem nas ruas, são convidados para passar um final de semana na sede da fundação, depois de conhecer a proposta e a metodologia de seu funcionamento optam por permanecer ou não sob os cuidados desta.

O processo educativo – pedagógico foi elaborado a partir do princípio “*educação para o trabalho*”, que objetiva a recuperação da auto-estima, a consciência de seus direitos e deveres como cidadão, seja estudando ou trabalhando, seja cumprindo com suas obrigações, convivendo em comunidade e participando das diversas atividades atribuídas para o bom funcionamento do local. A fundação atende um número limitado de jovens devido à falta de recursos, pois dependem das doações para se manterem, há que ressaltar que a fundação possui alguns recursos de renda para sua auto-sustentação. Esta abriga atualmente, 23 jovens com idade compreendida entre os 9 e os 19 anos, distribuídos em duas casas – lares, atendendo as necessidades básicas e dando-lhes oportunidades para fazerem cursos, trabalhos e diversas atividades para o seu crescimento e independência pessoal e principalmente transformá-los em futuros educadores com a finalidade de que ajudem aqueles que ainda permanecem na rua.

4.10.2.1. Atividades

Na chácara as atividades são classificadas por grupos específicos:

- a) formação educacional formal: é oferecida em escolas do Estado. Todos os educandos se comprometem a freqüentar a escola durante o período diurno.

A avaliação é realizada bimestralmente e acompanhada pelos educadores da Comunidade;

- b) formação educacional agrícola: é realizada por meio de atividades agrícolas na chácara, como complemento a sua formação educacional e também como fonte geradora de recurso para a sustento diário dos integrantes da comunidade. Ali, se criam porcos, galinhas, vacas, cabritos, ovelhas, aves ornamentais, abelhas e peixes. Cultivam-se frutas e hortaliças. As atividades são realizadas com grupos rotativos a cada semana;
- c) formação profissional: estes cursos são escolhidos de acordo com o desejo e a aptidão de cada educando e tendo em conta a oferta e a demanda do mercado. Entre os cursos oferecidos está a panificação, a eletricidade doméstica, a informática, o artesanato (cerâmica, pintura e serigrafia), inglês, entre outros. A duração destes cursos é de um a dois meses. Existe ainda cursos com temas da atualidade, como: teatro, música, desenho, *capoeira*, desafios, acampamentos, esporte e outras atividades recreativas.

4.10.2.2. Objetivo geral

Dar assistência e educação integral às crianças e adolescentes oriundos de classes populares, principalmente os que vivem nas ruas de Curitiba e Região Metropolitana.

4.10.2.3. Objetivos específicos

Entre os objetivos propostos se destacam:

- a) Oferecer aos meninos e meninas de rua em regime de abrigo, assistência total semelhante ao de um lar;
- b) favorecer o crescimento cidadão através de atividades de lazer e de convivência comunitária;
- c) proporcionar através do estudo e do trabalho, condições que estimulem os educandos ao desenvolvimento de pessoas independentes e agentes de sua própria promoção;
- d) possibilitar aos educandos atendidos condições de melhorar seu desempenho nas atividades educacionais e recreativas, colocando ao seu dispor o espaço físico adequado para realizar estas atividades.

Há também o trabalho voluntário realizado por educadores estrangeiros, que através de intercâmbio internacional (estágios, doações, mudança de serviço militar obrigatório por trabalho social, opção de vida etc.), conseguem, algumas vezes, recursos junto a pessoas e fundações internacionais.

Um dos pilares fundamentais é o trabalho voluntário realizado por professores, psicólogos, pedagogos, médicos, pessoas da comunidade local, entre outros. A Fundação proporciona ainda, o acompanhamento e reforço escolar, música, trabalho manuais, elaboração de jornais, atividades recreativas, incentivo à higiene e cuidados com a saúde.

O trabalho domiciliar com as famílias é feito uma vez por semana, na tentativa de reaproximar a família, tendo alcançado bons resultados por parte dos pais.

Partindo do trabalho e a convivência com as crianças da fundação alguns professores e alunos se encontram defendendo tese em diversas universidades, tendo como base a experiência educacional vivida junto à chácara.

4.10.2.4. Programas de extensão universitária.

A Fundação conta com cinco programas de extensão em convênio com a Universidade Federal do Paraná, objetivando melhorar e avaliar o trabalho feito na chácara, com os menores que ali convivem e com a comunidade onde ela se encontra inserida. A continuação será feita uma breve descrição de cada um dos programas:

- a) capacitação e formação de educadores: são cursos oferecidos ao corpo de educadores da Fundação Profeta Elias e envolvem todo o processo sócio educativo desenvolvido na chácara;
- b) cuidados infantis: realizados junto à comunidade onde são abordados temas como o desenvolvimento infantil (a descoberta da infância, diferenças culturais, estimulação etc.); a educação infantil (ênfase na prevenção da violência física e a doméstica) e a cidadania (direito da criança, principalmente o direito de viver em família e em comunidade, de brincar e de estudar);
- c) a prevenção como instrumento de cidadania: fortalecer os convênios institucionais em benefício de uma cultura de prevenção sobre questões relacionadas com a sexualidade humana, consumo de drogas ou álcool;
- d) proporcionar o intercâmbio de experiências entre o saber científico e o saber popular por intermédio da vivência compartilhada entre as partes, agilizando a integração entre a extensão, a investigação e o ensino;
- e) informática educacional: nesta área se realiza o planejamento de atividades visando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e do conhecimento sistematizado fazendo uso do computador.

A Fundação Profeta Elias, no transcurso de onze anos de trabalho, desenvolveu um processo educativo com metodologia própria com jovens de rua e de setores periféricos carentes, que é reconhecido como um *modelo* exemplar a ser seguido por outras similares.

4.10.3. Aldeia infantil SOS de Goioerê¹⁵

Foi fundada em 26 de maio de 1977, possui 11 casas lares, com capacidade física para 91 crianças divididas em 43 meninos e 48 meninas. As casas são distribuídas da seguinte maneira: uma casa para o dirigente, outra para o auxiliar do dirigente e a casa comunitária, esta última possui salas para os técnicos e para as visitas, sala comunitária e para atividades múltiplas, oficina de trabalhos manuais, biblioteca, dois quartos para hóspedes formando assim o conjunto residencial integrado à comunidade.

4.10.3.1. Objetivo

Proporcionar um lar à criança que não pode ser atendida por sua família natural.

4.10.3.2. Princípios pedagógicos

Para fazer este trabalho social, a Aldeia escolhe:

- a) uma mãe social com quem os menores aprendem a viver e a desenvolver suas potencialidades, valores e autonomia. Tem as mesmas funções da mãe natural, chefe da família e proprietária da casa, cuidando, portanto, da economia doméstica. Para ser mãe social é necessário que a candidata passe por um rigoroso processo de seleção e capacitação, deve ter, no mínimo, 25 anos de idade; ser solteira, viúva ou divorciada, sem filhos menores ou dependentes, ter, pelo menos, primeiro grau de escolaridade, princípios religiosos, equilíbrio emocional e espírito de liderança. A *mãe social* é uma profissão que se encontra regulamentada e goza de todas as garantias da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
- b) os irmãos que cada família está composta, no máximo 9 crianças e adolescentes com diversas idades, denominados irmãos, privilegiando-se a permanência dos irmãos consangüíneos no mesmo lar;
- c) o espaço físico denominados *casa-lar* onde os jovens viverão e sob a responsabilidade de uma *mãe social*;
- d) vida em comunidade: atende às necessidades básicas como afeto, segurança, alimentação, saúde e lazer. A aldeia está sob a responsabilidade do *dirigente*, que exercerá também o papel de pai simbólico de todas as crianças.

4.10.3.3. Programas complementares

Para satisfazer as necessidades de um contingente cada vez maior de menores sem nenhum tipo de assistência social, provenientes de famílias de baixos recursos econômicos ou desestruturadas, a Aldeia decidiu implantar os programas complementares denominados Casa de Jovens, Jardim de Infância e Escolas, descritos a seguir:

- a) as casas de jovens: têm por finalidade completar o processo de autonomia para o exercício da cidadania de jovens com idades que variam entre os 14 aos 18 anos, reintegrando-os à sociedade. É uma casa alugada onde devem viver entre 7 e 10 adolescentes do mesmo sexo, respeitando-se os laços familiares naturais ou afetivos já realizados. A emancipação ocorre aos 18 anos de idade, quando o jovem deverá estar apto para a nova vida dentro de uma comunidade. Por um período de seis meses depois de sua saída da Aldeia, esta lhe dará uma ajuda econômica para seu reajustamento;
- b) o programa jardim de infância: prepara o menor carente de zero a 6 anos para enfrentar a vida adulta no futuro, por intermédio da estimulação de suas habilidades, comportamento, características e sentimentos ;
- c) o programa escola: oferece o ensino fundamental e proporciona também o desenvolvimento artístico através da dança.

4.10.4. Centro Assistencial e Promocional Rainha da Paz¹⁶

Fundada em 10 de agosto de 1992, ocupando uma parte do espaço físico do Asilo para Idosos na Cidade do Cianorte, Estado do Paraná. Surgiu da necessidade de atender especialmente aos viciados em drogas, através de um grupo de pessoas comprometidas com o próximo.

4.10.4.1 Justificativa

A comunidade Católica do Cianorte se sentiu obrigada a realizar algo em benefício dos menores oriundos de famílias de poucos recursos econômicos que perambulavam pelas ruas cometendo delitos, consumindo drogas ou formando quadrilhas.

4.10.4.2. Ação social

A Associação Rainha da Paz foi criada para oferecer atividades recreativas, ocupacionais e educacionais aos menores de rua ou em situação de risco com a finalidade de evitar-lhes problemas que pudessem comprometer a sua vida futura. Para isso, era prioritário dar-lhes uma formação moral, religiosa e profissional, visando reintegrá-los à sociedade.

4.10.4.3. Objetivo geral

Desenvolver ações que proporcionem a elevação de potencialidades e de habilidades dos menores que chegam à entidade, integrando-os ao processo escolar, familiar, comunitário e produtivo.

4.10.4.4. Objetivos específicos

A entidade tem como objetivos:

- a) Amparar, assistir e recuperar menores usuários de drogas, abandonados, excluídos, garotas exploradas sexualmente ou que se encontrem em estado de gravidez e desprezadas pelos familiares;
- b) valorizar o trabalho honesto, a vida, a religião, o ser humano e especialmente a família, para que alcancem o pleno desenvolvimento como pessoas, proporcionando-lhes assim, o convívio saudável dentro da sociedade;
- c) oferecer oficinas onde se realizem cursos de acordo com as habilidades e capacidades individuais objetivando a formação profissional e posteriormente encaminhá-los a fontes de emprego;
- d) dar amparo à família e garantir assistência jurídica ao menor;

4.10.4.5. Atividades de formação profissional

Entre as atividades promovidas pela instituição estão os trabalhos manuais, de cerâmica, de couro, horticultura e floricultura, marcenaria, serigrafia, costura industrial, datilografia e informática, cozinha e preparação de alimentos e panificação. Estas são desenvolvidas sob a orientação da direção, coordenação e monitores através de aulas teóricas e práticas, vídeos, revistas, livros e palestras proferidas por profissionais específicos de cada área.

4.10.4.6. Outras atividades

A instituição também proporciona o reforço escolar, apresentações culturais, treinamento de futebol, voleibol, confecção de sacos de papel com estampas, ensino de música, ensino religioso, dança, comemoração de datas especiais como a Campanha da Fraternidade, Semana Santa, Dia das Mães, Festas de São João, Dia dos Pais, Natal e Campanha pela Paz.

4.10.4.7. Recursos financeiros

De 1997 a 1999, a instituição atendeu 506 menores, com um gasto total de 160.393,24 reais, em média, equivalente a 316,98 reais *per capita*. A maior parte do dinheiro arrecadado provém de

doações, entretanto, em 1999, a Prefeitura do Município de Cianorte contribuiu com a quantia de 77.221,00 reais ou 47,32% do total, para a manutenção da entidade.

4.11. Atividades ou características observadas nas Instituições de Assistência Social Paranaenses

Neste item far-se-á um estudo semelhante ao que foi feito no capítulo anterior, ou seja, se verificará a *presença* ou *ausência* das trinta atividades ou características observadas nos programas das seis instituições estudadas e as mesmas se encontram localizadas em diversas cidades do Paraná.

Os dados (p. 299) indicam que no contexto paranaense se sobressai a Fundação Profeta Elias, esta apresentou 25 ou 83,33% das características *presentes*, o mesmo não se pode dizer da Unidade Educacional São Francisco, na qual se constatou que apenas 16 ou 53,33% das características estão *presentes*. Se pode afirmar que no contexto paranaense a Fundação Profeta Elias é o modelo mais completo, é a que mais oferece opções para a recuperação e a reintegração dos menores que se encontram sob seus cuidados, por outro lado, a Unidade Educacional São Francisco apresenta menos opções para alcançar o mesmo objetivo pretendido pela anterior. Esta conclusão não indica que o Educandário não realize as suas atividades com seriedade e qualidade.

QUADRO – RESUMO 4.01 – Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná

Atividades Instituição	Relativas ao menor e à família																				TOTAL	
	Admissão Segundo o Sexo				Alimentação		Alojamento ou Lugar para Dormir		ASSISTÊNCIA										Reintegração Familiar			
	Masculino		Feminino		PRE	AUS	PRE	AUS	Psicológica e Social ao Menor		Médica Odontológica		Jurídica		Obtenção de Documentos Pessoais		Psicológica e Social à Família		PRE	AUS		
	PRE	AUS	PRE	AUS					PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS				
São Francisco	△			○	△		△		△		△			○	△		△		△		8	2
Casa de José	△		△		△		△		△		△			○	△		△		△		9	1
Profeta Elias	△		△		△		△		△		△		△		△		△		△		10	0
Aldeia SOS	△		△		△		△		△		△			○	△		△			○	8	2
Rainha da Paz	△		△		△			○	△		△		△			○	△		△		8	2
SAS	△		△		△		△		△		△		△			○	△		△		9	1

Legenda



Instituição Pública



Instituição Privada

△ = PRE (Atividade ou característica presente na instituição)

○ = AUS (Atividade ou característica ausente na instituição)

QUADRO-RESUMO 4.03 – Atividades ou características observadas em algumas instituições de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná

Atividade Instituição	Relativas à estrutura e ao funcionamento da entidade																		TOTAL	
	Programas de Prevenção contra o Delito ou à Marginalização do Menor		Propriedades Rurais para a Realização de Atividades Agrícolas ou Criação de Animais Domésticos		Formação de Recursos Humanos Próprios		Convênios ou Intercâmbios com Outras Instituições, Públicas ou Privadas		Empresas Comerciais Próprias		Recursos Financeiros de Sustentação						Regime Adotado			
											Oficiais		Próprios		Donativos					
	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	PRE	AUS	Aberto (PRE)	Fechado (AUS)	PRE	AUS
São Francisco		○		○	△		△			○	△			○		○		○	3	6
Casa de José		○		○	△		△			○	△			○	△		△		5	4
Profeta Elias	△		△		△		△			○		○	△		△		△		7	2
Aldeia SOS		○	△		△			○		○		○	△		△		△		5	4
Rainha da Paz	△		△			○	△			○	△		△		△		△		7	2
SAS		○		○	△		△			○	△			○		○		○	3	6

Observação: O regime aberto será considerado como uma atividade ou característica presente

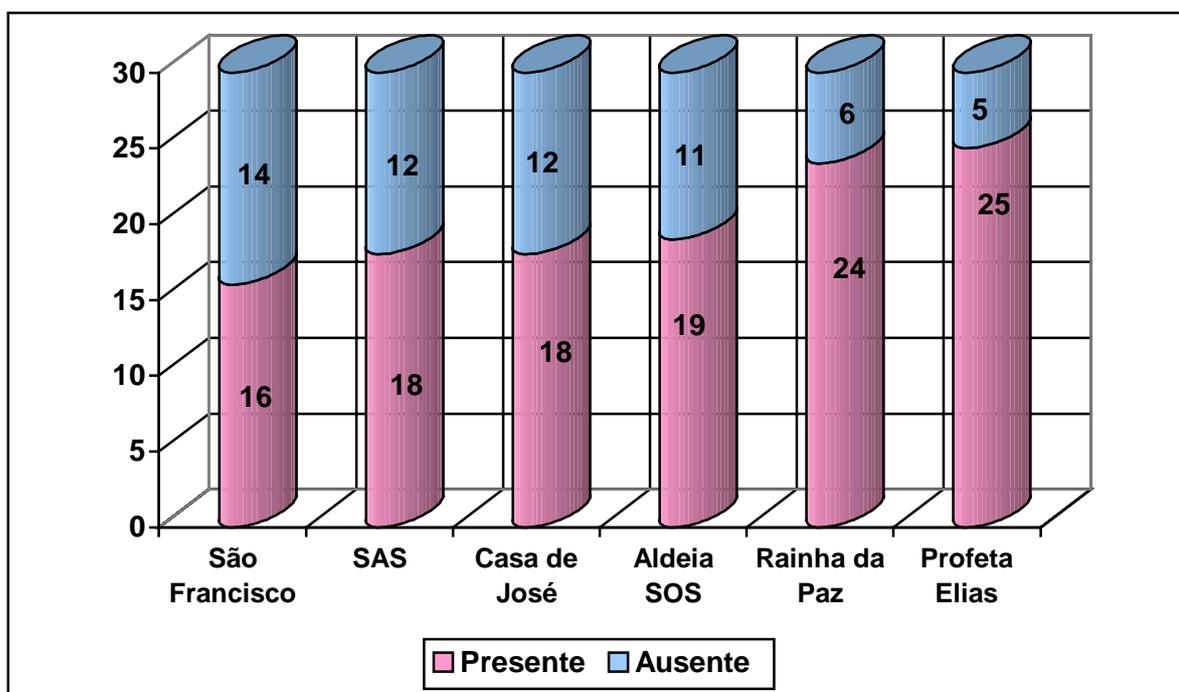
O regime fechado será considerado como uma atividade ou característica ausente

Tabela 4.19 – Atividades ou características observadas nas instituições de assistência social Paranaenses

Instituição	Presente	Porcentagem	Ausente	Porcentagem
São Francisco	16	53,33	14	46,67
SAS	18	60,00	12	40,00
Casa de José	18	60,00	12	40,00
Aldeia SOS	19	63,33	11	36,67
Rainha da Paz	24	80,00	6	20,00
Profeta Elias	25	83,33	5	16,67

Fonte: O autor

GRÁFICO 4.19 – Atividades ou características observadas nas instituições de assistência social Paranaenses



Fonte: O autor

4.12. Análise dos Programas das Instituições de Assistência Social Paranaenses

A análise mostrará os aspectos sociais e aspectos educativos que as instituições paranaenses oferecem ao menor que se encontra sob seus cuidados.

4.12.1. Quanto ao aspecto social

Este item apresentará uma análise sobre as características relativas à: *assistência social oferecida ao menor e à família; assistência sócio educativa específicas ao menor e estrutura e funcionamento da instituição*. Pelos Quadros-Resumo 4.1, 4.2 e 4.3, se observa que todas:

- a) admitem menores de ambos os sexos, exceto, a Unidade Educacional São Francisco;
- b) prestam assistência psicológica e social ao menor e a sua família;
- c) oferecem assistência médico – odontológica ao menor;
- d) propiciam a reintegração familiar;
- e) fornecem alimentação e lugar para alojamento, exceto o Centro Promocional Rainha da Paz;

- f) adotam o regime aberto, ou seja, o menor não perde a liberdade, exceto a Unidade Educacional São Francisco e o Serviço de Assistência Social – SAS.

4.12.2. Quanto ao aspecto educativo

Esta seção apresentará os aspectos relativos à educação nas instituições selecionadas no Estado do Paraná. Assim:

- a) nos projetos sócio pedagógicos das instituições paranaense se observa que o ensino básico formal é oferecido apenas na Casa de José e na Aldeia SOS, as demais oferecem cursos de alfabetização, reforço na aprendizagem ou outra atividade educativa. Na Fundação Profeta Elias se estabelece aos educandos o compromisso de freqüentar a escola para poder permanecer no programa;
- b) a formação profissional é propiciada na Fundação Profeta Elias, no Centro Promocional Rainha da Paz e na Unidade Educandário São Francisco.

As instituições privadas de assistência social para menores em situação de risco no Estado do Paraná seguem a mesma tendência que as suas congêneres de outros estados do Brasil, privilegiam também o aspecto social em detrimento do aspecto educativo, talvez isto faça parte da cultura institucionalista do país.

Nas instituições públicas como a Unidade Educandário São Francisco e o Serviço de Assistência Social, se constatou uma certa valorização para ambos aspectos, porém, se destaca também a preferência pela cultura da ordem e da segurança.

NOTAS

-
- ¹ MAGNOLI, Demetrio; ARAÚJO, Regina. **Geografia geral e do brasil: paisagem e território**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- ² GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- ³ IBGE. Censo Demográfico 2000. INTERNET. <http://www.ibge.br>.
- ⁴ ALMANAQUE ABRIL, 2000. 7. ed. São Paulo: Abril Multimídia, 2000.
- ⁵ Paraná: Highlights – Resumo Informativo 99 / IPARDES. INTERNET. <http://www.ipardes.gov.br>.
- ⁶ INTERNET. <http://www.abong.org.br>.
- ⁷ INTERNET. <http://www.pr.gov.br/fundepar>.
- ⁸ GOMIDE, P. **Meninos de rua da cidade de Curitiba**. INTERNET. <http://www.mp.pr.gov.br/institucional/capoio/caopca/revigual/meninos.html>.
- ⁹ INTERNET. <http://www.pr.gov.br/darua>.
- ¹⁰ Tribuna do Povo. Ano XXVI. Nº 7.455. Umuarama, Paraná.
- ¹¹ Projeto de Operacionalização da Internação Provisória – SAS –. Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de Umuarama, Paraná.
- ¹² Dossier Anual do Educandário São Francisco. Piraquara, Paraná, 1999.
- ¹³ INTERNET. <http://www.magicwebdesign.com.br/casa>.
- ¹⁴ INTERNET. <http://www.geocities.com/FundacaoProfetaElias/OrHi.htm>.
- ¹⁵ INTERNET. <http://www.aldeiasinfantis.org.br>.
- ¹⁶ Projeto Sócio–Pedagógico da Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz. Cianorte, Paraná.

CAPÍTULO V

AS ENTREVISTAS E O MODELO DE ASSISTÊNCIA SÓCIO- EDUCATIVA PARA MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Este capítulo tem por finalidade desenvolver e apresentar a pesquisa de campo, ou seja, coletar e descrever as opiniões de pessoas de diversos setores da sociedade brasileira sobre a problemática do menor de rua, utilizando-se como instrumento de pesquisa as entrevistas semi-estruturadas e constituídas por duas perguntas: *Qual o perfil e quais as atividades sócio educativas uma instituição de assistência deve apresentar para tornar mais eficaz a recuperação de menores em situação de risco?* e *Como proceder para delinear o perfil e desenvolver as atividades sócio educativas sugeridas?*

Estas opiniões, em conjunto com as informações encontradas nas quatorze instituições estudadas nos capítulos precedentes, permitirão elaborar o projeto pedagógico e delinear um modelo de assistência pretendido para menores em situação de risco.

5.1. O Roteiro das Entrevistas

O roteiro estará constituído exclusivamente de duas perguntas: *Qual o perfil e quais atividades sócio educativas uma instituição de assistência deve apresentar para tornar mais eficaz a recuperação de menores em situação de risco?* e *Como proceder para delinear o perfil e desenvolver as atividades sócio educativas sugeridas?*

As respostas emergentes dessas duas questões serão agrupadas por categorias temáticas.

5.1.1. Qual o perfil e quais atividades sócio educativas uma instituição de assistência deve apresentar para tornar mais eficaz a recuperação de menores em situação de risco?

As categorias emergentes desta questão foram relacionadas quanto à: estrutura física do modelo; direção, administração e à estrutura organizacional interna; clientela a ser atendida; assistência jurídica; assistência social; assistência psicológica e assistência educativa.

5.1.1.1. Em relação à estrutura física

Sobre o número de menores que a instituição deverá acolher um pedagogo manifestou que:

<< para realizar um serviço de qualidade é necessário limitar a capacidade física para albergar menores >> P07.

Para outro pedagogo esclarece que a estrutura física deverá:

<< ser moderna em relação ao padrão de construção adotado atualmente pelas instituições públicas de assistência ao menor >> P13.

Um arquiteto expôs que para esse tipo de construção civil também é necessário:

<< tomar em conta a funcionalidade e o bem-estar que proporcionará aos seus usuários >> Kle.

Um engenheiro agrônomo, professor de uma escola agrícola, explicou que se poderia pensar:

<< num terreno localizado na área rural, próximo ao perímetro urbano para realizar algumas atividades agrícolas e a criação de animais domésticos que serviriam como meio ocupacional, como meio gerador de rendas ou como meio educativo >> Gil.

5.1.1.2. Em relação à direção, à administração e à estrutura organizacional interna

Uma pedagoga especialista em Administração Escolar disse que para dirigir e administrar a instituição:

<< deverão ser nomeadas pessoas que se identifiquem realmente com o problema do menor em situação de risco >> P10.

Outra pedagoga manifestou que:

<< o modelo seja constituído por uma estrutura organizacional interna descentralizada >> P18.

5.1.1.3. Em relação à clientela a ser atendida

Uma pedagoga explicou que no início, se deve começar exclusivamente com:

<< menores em situação de risco e posteriormente aceitar crianças de outros setores da comunidade >> P02.

Em geral, as instituições oficiais só atendem crianças ou adolescentes de um determinado sexo, a opinião de uma pedagoga sobre o assunto:

<< sou contra a segregação entre os sexos, pois trazem pouco ou nenhum benefício para o desenvolvimento e comportamento do menor >> P04.

Sobre a faixa etária um pedagogo disse que:

<< é um problema que cada instituição deve resolver por si mesma, porém sou partidário de uma faixa etária mais estreita entre os menores >> P05.

Para os menores que se encontram institucionalizados um pedagogo julga que:

<< seria necessário fazer uma classificação para determinar aqueles que se enquadrem no perfil da instituição >> P03.

Para uma pedagoga, o sistema brasileiro de assistência social para menores em situação de risco:

<< adotou o regime baseado na segurança, ou seja, garantir que o menor cumpra a sentença proferida pela justiça, no castigo físico ou moral como medidas de recuperação. É necessário mudar esta concepção por meio de um regime mais liberal >> P06.

Segundo a experiência vivida em diferentes centros assistenciais um jovem narra:

<< tenho 16 anos, estudei até a 8ª série (não concluída), meus pais são divorciados, fui morar em São Paulo com a minha mãe, ali ela conheceu outro cara e passaram viver juntos, começaram as brigas com ele, aí decidi sair de casa, comecei a roubar e a usar drogas, fui parar no inferno da Febem (Complexo Imigrantes), cara, ali o pau quebra, fiquei quase um ano, não fazíamos nada durante o dia, não ensinavam nada, os castigos eram freqüentes por parte dos monitores, não importando o motivo. Os internos mais antigos se aproveitam dois mais novos, pô, ali não há escapatória. Quando saí da Febem voltei para Umarama, meu pai não quis saber de mim. Consegui um emprego num supermercado, quando souberam que estive na Febem me mandaram embora. Atualmente moro num abrigo para menores

abandonados. Penso que um centro de recuperação de jovens deveria ser mais humano>> Mic¹

Por outro lado, vejamos a experiência de vida de uma ex-menina de rua:

<< ficava perambulando pelas ruas da cidade pedindo esmolas, não freqüentava a escola, não tinha nenhuma perspectiva de vida. Fui encaminhada a uma instituição de assistência social por pessoas que se preocuparam com a minha situação, a partir desse momento a minha vida mudou totalmente, ali encontrei o apoio e o carinho necessário para me afastar das ruas e aprendi o que eu nunca aprenderia na rua, aprendi principalmente a me respeitar e respeitar os demais. Foi incentivada a continuar os estudos e a obter a minha independência econômica através do trabalho honesto. Estes aspectos deveriam ser motivados nas instituições de assistência ao menor >> Ema.

5.1.1.4. Em relação ao aspecto jurídico

Uma advogada disse que é favorável que no modelo em questão se ofereça assistência jurídica ao menor, e explicou que nas

¹ O adolescente foi preso quando roubava numa joalheria na cidade de Umuarama, atualmente encontra-se recluso no Educandário São Francisco – Curitiba.

instituições públicas, geralmente não se respeitam os direitos das crianças ou adolescentes que estão sob a proteção do Estado:

<<. Os direitos do menor devem ser respeitados conforme o estabelecido na legislação vigente. Este aspecto deve estar presente em qualquer instituição de assistência social para menores em situação de risco>> Val.

De acordo com uma Juíza da Vara de Família

<< Acho necessário e urgente a reformulação total dos centros de internação públicos brasileiros, pois em diversas oportunidades não julguei essas crianças como Magistrada e sim como mãe, se os envio a um centro de “recuperação”, eles saem em piores condições do que entram, se as deixo em liberdade, a sociedade reclama, pois eles cometem novos delitos >> Liz.

5.1.1.5. Em relação ao aspecto social e psicológico

Segundo o depoimento de uma pedagoga:

<< a maioria das crianças que entram nas instituições, públicas ou privadas apresentam sinais de desnutrição e graves problemas de saúde e muitos têm as ruas por residência, expostos à intempérie e a todo tipo de violência, é necessário cuidar desses aspectos >> P08.

A opinião de um pedagogo sobre as desavenças familiares:

<< é prioritário resolver os problemas que causam conflito dentro do lar de famílias que têm filhos em situação de risco >> P09.

Para uma psicóloga é fundamental

<< trabalhar no menor os aspectos relacionados com o ego >> San.

Uma assistente social manifestou que:

<< é preciso resolver a questão da estada e da segurança do menor dentro da instituição >> Lau.

Uma irmã da congregação Beneditina expôs que:

<< a maioria das crianças e adolescentes que freqüenta nosso centro sofre de carência afetiva, emocional, desnutrição, problemas de saúde física e a falta de religiosidade >> Beg.

5.1.1.6. Em relação ao aspecto educativo

Uma pedagoga opinou que:

<< as instituições públicas deveriam ser autocríticas >> P20.

Para alguns o modelo deverá possuir um conjunto de normas que orientem o trabalho a ser feito:

<< penso que seria necessário, em primeiro lugar, a elaboração do projeto pedagógico que norteará os aspectos educativos da instituição >> P01.

Um pedagogo explicou que para um melhor funcionamento no aspecto educativo:

<< é necessário contar com o auxílio de profissionais com experiência na área pedagógica visando a qualidade de atenção a ser oferecida >> P19.

Uma das pedagogas entrevistadas aconselha que:

<< a instituição deverá manter um departamento que busque reciclar os conhecimentos dos profissionais e funcionários das diversas áreas de atuação engajados no modelo >> P14.

Sobre a situação escolar das crianças em situação de risco, uma pedagoga opinou que:

<< se deve resolver urgentemente a escolaridade dos que se encontram na condição de analfabetos ou semi-analfabetos >> P22.

Sobre o mesmo assunto, outro pedagogo opinou que:

<< é imprescindível oferecer-lhes uma formação básica para que eles possam realizar estudos posteriores e assim assegurar-lhes o meio para progredir no trabalho e na vida >> P11.

Sobre o currículo do modelo, um pedagogo explica que:

<< é fundamental estabelecer a grade curricular >> P25.

Um pedagogo manifestou que a instituição deverá:

<< ter material didático-pedagógico que se adapte à forma como se desenvolverão as atividades de ensino >>P23.

Em referência ao número de alunos um pedagogo explicou que:

<< a limitação do número de alunos por sala de aula é essencial para que o processo de ensino-aprendizagem seja de melhor qualidade >> P21.

Uma das pedagogas entrevistadas disse que:

<< o período de aulas do ensino fundamental deve respeitar a normativa do MEC e conciliado com as outras atividades a ser oferecidas >> P24.

A respeito da formação profissional, uma pedagoga disse que se devem:

<< aproveitar os recursos internos próprios e alguns decorrentes do funcionamento do modelo para desenvolver cursos profissionalizantes >> P12.

Sobre cursos de formação profissional de alto custo operacional, uma pedagoga explica que:

<< se poderiam oferecer cursos de formação profissional extra-institucional >> P26.

Referente ao mesmo tópico, uma pedagoga explicou que:

<< no modelo poderiam ser desenvolvidos atividades voltadas à agricultura e a criação de animais domésticos específicos para granjas, porém, seria necessário um local apropriado >> P16.

Acerca da situação laboral, um pedagogo é favorável que:

<< resolver a situação econômica do menor após a saída da instituição >> P15.

Entretanto, para uma formação educacional mais completa, um pedagogo aconselha:

<< a terapia ocupacional para tratar jovens que apresentam distúrbios psicológicos, de relacionamento ou de conduta >> P17.

5.1.2. Como proceder para delinear o perfil e desenvolver as atividades sócio educativas sugeridas?

A resposta desta segunda questão é um complemento da primeira, ou seja, a segunda responde também a anterior e as categorias temáticas são as mesmas (estrutura física do modelo; direção, administração e estrutura organizacional interna; clientela a ser atendida; assistência jurídica; assistência social; assistência psicológica e assistência educativa).

5.1.2.1. Em relação à estrutura física

Um dos pedagogos entrevistados declarou que:
<< a massificação que ocorre atualmente nas instituições públicas propicia a formação de quadrilhas, rebeliões, brigas, fugas etc., motivos que originam uma oferta de atenção de baixa qualidade. Existe um projeto para cidades do interior do Estado de São Paulo para construção de centros assistenciais públicos com capacidade para 48 crianças internadas, porém, se poderia estudar o caso de receber também menores no regime de semi-internado, por exemplo, mais 16, para completar um total de 64 menores. Acredito que é um número razoável se levarmos em consideração a qualidade de atenção a ser oferecida no modelo em particular >> **P07.**

Outro pedagogo pensa que as edificações atuais são semelhantes às prisões comuns e que se deveria:

<< evitar alojamentos constituídos de quartos com grades e salas de aula com porta e janela, uma após a outra, comuns às prisões >> **P13.**

De acordo com o arquiteto entrevistado para a evitar a superlotação que existe atualmente nas instituições públicas, uma solução seria:

<< construir instalações com capacidade variando entre 50 a 70 menores por unidade, levando-se em consideração estilos e padrões modernos de construção civil e principalmente o valor financeiro da obra. Contudo, um projeto dessa natureza deverá atender fundamentalmente as atividades sócio pedagógicas que se pretendam oferecer. Após a conclusão da parte teórica de seu estudo, a nossa faculdade poderia viabilizar a elaboração de um projeto arquitetônico que se adapte ao modelo pretendido, utilizando-se um aluno(a) do último ano do curso para tal finalidade>> Kle.

Para desenvolver atividades agrícolas e a criação de animais domésticos, o engenheiro agrônomo explicou que:

<< para desenvolver esse tipo de atividades seria necessário a aquisição de um terreno de aproximadamente de 3 a 4 hectares de áreas, já incluídas as obras de infra-estrutura, de maneira que o restante do espaço possa ser utilizado no cultivo de hortaliças e frutas; para criação de animais de pequeno porte como aves e coelhos; médio porte como porcos, carneiros e ovelhas e de grande porte como vacas leiteiras. Os produtos e seus derivados seriam utilizados para o consumo interno e o excedente

poderia ser vendido ou doado para as famílias dos próprios menores que ali se encontram >> Gil.

5.1.2.2. Em relação à direção, à administração e à estrutura organizacional interna

Uma das pedagogas entrevistadas disse que:

<< em primeira instancia a direção e a administração do modelo deverá ser nomeada pelo governo por um período não superior a dois anos e, posteriormente essa nomeação poderia ser feita através de eleição, pelos próprios funcionários, menores, pais ou representantes, pois desta maneira se evitaria despotismos, arbitrariedades, indicações políticas indesejáveis, corrupção etc. >> P10.

Para outra pedagoga, a estrutura organizacional interna deverá ser:

<< dividida por centros ou departamentos autônomos, com funções bem definidas e inter-relacionados visando a qualidade da atenção, por exemplo, centro ou departamento de alfabetização e ensino fundamental, ensino profissionalizante, ensino de

artes, educação física e esportes, assistência psicológica, assistência social, assistência médico-odontológica e assistência jurídica >> P18.

5.1.2.3. Em relação à clientela a ser atendida

Segundo a opinião de outra pedagoga o modelo deveria beneficiar:

<< menores que trabalham ou pedem esmolas para reforçar o orçamento familiar e as que adotaram às ruas como lugar de residência. Porém, não se devem esquecer os casos em que os pais ou representantes legais tenham perdido a custódia na justiça devido a maus tratos. Entretanto, poderiam aceitar também outros menores da comunidade, não necessariamente em situação de risco, seria uma maneira de integra-los com crianças de diferentes setores da sociedade >> P02.

A respeito do sexo das crianças e adolescentes, uma pedagoga explicou que:

<< o modelo deverá propiciar a integração e a interação entre jovens de ambos os sexos, pois desta

maneira eles poderão atingir o pleno desenvolvimento afetivo, emocional e social >> P04.

Sobre a idade das crianças um dos pedagogos disse que a faixa etária deveria estar:

<< compreendida entre os 12 e os 16 anos. Abaixo dos 12 anos, a criança deveria estar em um orfanato, e os acima de 16 anos já estariam muito próximo de completar a maioridade, aumentando, conseqüentemente, o envolvimento deles com a delinqüência e o crime adulto aliado a organizações. Na faixa etária entre os 12 e 16 anos haveria mais homogeneidade e, portanto, a convivência e adaptação entre eles poderiam ocorrer de maneira menos conflitante >> P05.

Em referência a jovens que se encontram reclusos em instituições públicas e candidatos a freqüentar ou fazer parte do modelo, um pedagogo manifestou que seria necessário:

<< fazer uma separação por categorias de delito cometido para escolher aqueles que não tenham perpetrado crime de natureza grave, por exemplo:

homicídios, estupros, ou seqüestros, isto é, aqueles considerados hediondos pela justiça brasileira. Entendo que eles deveriam estar num outro tipo de instituição ou permanecer onde já se encontram >> P03.

Uma pedagoga é favorável a que se adote o regime de liberdade, seu depoimento é o seguinte:

<< eu trabalhei para a prefeitura municipal da minha cidade durante 14 anos, e me convidaram para atuar numa instituição para menores em situação de risco, de acordo com as explicações que me foram transmitidas, o novo modelo apresentaria modernos padrões de assistência social. Apesar de que esse centro possui magníficas instalações e todo tipo de assistência sócio educativa, não passa de uma prisão sofisticada. Após três meses de serviço fiquei deprimida ao ver aquelas crianças, em muitas ocasiões confinadas nas suas celas individuais, não suportei a pressão e pedi demissão, não tinha mais clima para continuar. Por esse motivo, sou a favor do regime de liberdade adotado nas instituições privadas, acredito que desta forma a criança ou adolescente passe a interagir melhor com o meio que o rodeia >> P06.

O jovem institucionalizado comentou:

<< jogo futebol,... gostaria ser um jogador profissional como o Romário, ... ter uma família unida, ... uma profissão..., são essas coisas que eles deveriam incentivar nos centros de recuperação em vez de castigar e maltratar menores que não podem se defender, a gente não é santo, mas se estamos ali é para ser corrigidos, pelas boas, nê! >> Mic.

Entretanto, a ex-menina de rua manifestou que se deve:

<< evitar dar comida e esmolas às crianças em situação de risco, em compensação persuadi-las ou encaminha-las a que visitem os centros de assistência social, devendo este trabalho ser feito pela assistência social da instituição através de agentes treinados para tal função >> (Ema).

5.1.2.4. Em relação ao aspecto jurídico

Uma advogada especialista em Direito da Família expôs que:

<< o modelo deverá possuir um departamento jurídico para que cuidem dos interesses dos menores que estão sob a sua tutela, onde eles e a família possam receber

as informações e orientações necessárias sobre a real situação do menor >> Val.

De acordo com a Juíza da Vara da Família:

<< para que essas situações não aconteçam é necessário que a justiça exercida através dos Juizes, Promotores, Advogados, além dos funcionários das instituições de assistência social, não interpretem a sentença proferida pelo delito cometido, como uma punição a ser executada por meio de castigos físicos ou psicológicos e sim como uma medida construtiva visando a recuperação e reintegração do menor em situação de risco, caso contrário, o sistema como um todo será responsável pelas atitudes agressivas, de revolta e de ódio que o menor adotará após a sua saída, tornando-o um ser ainda mais perigoso para a sociedade >> Liz.

5.1.2.5. Em relação ao aspecto social e psicológico

Segundo uma pedagoga, para resolver os problemas de saúde da criança a instituição deverá proporcionar:

<< além da alimentação e do alojamento, a assistência médico-odontológica é fundamental, pois geralmente esses jovens apresentam problemas de saúde, desta maneira o processo de adaptação, recuperação e de reintegração ocorrerá com menor dificuldade >> P08.

Em referência à violência doméstica ou sexual, consumo de drogas ou álcool, à prostituição e ao desemprego que são problemas comuns em famílias que moram na periferia das grandes cidades, desprovidas de todo tipo de bem-estar social, e levando-se em conta que estes motivos são os que geram a maioria dos conflitos, e causam a ruptura dos laços familiares, é necessário que se adote posturas sérias e efetivas. Sobre esses assuntos, um pedagogo manifestou que:

<< no modelo se deveriam estabelecer programas efetivos de assistência social e psicológica tanto à família como ao menor para que desta maneira eles consigam superar os conflitos dentro do lar, para os que não tenham família, o ideal seria procurar alternativas que permita ao menor recomeçar uma nova vida, caso contrário, a reincidência pela vida nas ruas será previsível >> P09.

Para que essas crianças superem os traumas que as levaram às ruas, a psicóloga explicou que:

<< seria necessário aumentar-lhes a auto-estima, para que valorizem a vida, que dêem importância ao vínculo familiar e que valorizem também o trabalho honesto >> San.

Uma assistente social disse que para se:

<< resolver a questão da estada, se poderia considerar as idades extremas, um lapso de tempo entre dois (para os que já tenham completado os 16 anos de idade) e quatro anos (para os que tenham 12 anos de idade), a estada para o restante dos menores dependerá da idade de cada um. Esse período de tempo seria suficiente para reintegrar-los à sociedade. Em relação à segurança, penso que se deveria adotar, “agentes sociais” treinados para cuidar da instituição e dos menores que ficarão no regime de internado, porém, desautorizados a utilizar qualquer tipo de violência ou de castigo aos educandos. Estes agentes deverão possuir o ensino médio concluído e poderiam ser utilizados também, para recrutar menores nas ruas, caso haja vagas ociosas >> Lau.

A religiosa beneditina opinou que:

<< pela experiência de tantos anos de trabalho com esses jovens, é necessário dar-lhes muita atenção e carinho, há que lhes ensinar a respeitar e a amar ao próximo, sobretudo inculcar-lhes a necessidade de ter uma religião, de acreditar em Deus >> Beg.

5.1.2.6. Em relação ao sistema educativo

Sobre as instituições públicas, uma pedagoga explicou que elas devem:

<< propiciar debates e reflexões a respeito de seu papel sócio educador, indagando-se sobre o quê, quando, como e para quê foram criadas, envolvendo não apenas a instituição, mas também os menores, pais, governo e sociedade visando desta forma a renovação de conhecimentos para atingir os objetivos propostos >> P20.

Referente ao projeto sócio pedagógico, um dos entrevistados declarou que:

<< se devem estudar e analisar projetos de centros similares de instituições públicas ou privadas no Brasil, porém levando-se em conta a LDB >> P01.

Para dirigir a parte educativa, um dos pedagogos manifestou que seria necessário que:

<< o modelo tivesse um supervisor e um orientador educacional para dirigir o planejamento das atividades escolares e também na organização do espaço >> P19.

Sobre a reciclagem dos profissionais e funcionários uma pedagoga explicou que:

<< o modelo deverá ter um departamento de recursos humanos que propicie a renovação de conhecimentos através de cursos dentro do mesmo ou pelo intercambio com outras instituições similares visando sempre a qualidade de atenção sócio educativa >> P14.

Uma das pedagogas declarou que:

<< como brasileiro, acredito que a melhor proposta para alfabetizar meninos em situação de risco, é o método de alfabetização de Paulo Freire, específico para portadores de necessidades especiais em educação. Esta proposta enfoca a realidade social onde a criança se desenvolve >> P22.

Um dos pedagogos manifestou que se deve priorizar

<< o ensino ofertado seria o fundamental com base na proposta sócio-construtivista que tem por finalidade levar o aluno a descobrir novos conhecimentos, raciocinar, descobrir, criar, etc. tendo o professor o papel de conduzir, produzir, intervir, inovar e ser criativo para garantir o aprendizado do aluno. Este poderia ser feito através de um programa especial, onde cada série estaria dividida em “n” módulos sequenciais ou não sequenciais e, cada um deles poderia ser feito em períodos de tempo não superior a um trimestre. Para poder passar de um módulo a outro, seria obrigatório à conclusão do anterior. Esta modulação deverá cumprir o calendário de 200 dias letivos que o MEC estabelece para o ensino regular >> P11.

Em relação à grade e o conteúdo programático de cada disciplina, um dos pedagogos explicou que:

<< deverão ser elaborados de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – >> P25.

Sobre o material didático-pedagógico, uma pedagoga manifestou que:

<< deverá ser elaborado de acordo com os objetivos propostos e atendendo a normativa dos PCNs >> P23.

Em alusão a quantidade de alunos por sala de aula, um dos pedagogos é a favor de que:

<< as turmas poderiam ser atendidas por um professor e um auxiliar e constituídas por oito educandos agrupados dois a dois >> P21.

Sobre o período de atendimento ao menor, uma pedagoga expressou que:

<< Para um projeto deste tipo se poderia escolher o período integral, por exemplo, no período da manhã, se ofereceria o ensino fundamental; à tarde, o ensino profissionalizante e à noite, as atividades esportivas ou de lazer, culturais ou artísticas. >> P24.

Uma pedagoga manifestou a necessidade de se oferecer também:

<< panificação, pastelaria e confeitaria, serviço de copa e cozinha, lavanderia, corte de cabelo, manicure, pedicure etc. Estes cursos são facilmente implantáveis devido ao baixo custo operacional >> P12.

Sobre o mesmo assunto, outra pedagoga é favorável a oferecer cursos de alto custo operacional como:

<< informática, eletricidade doméstica ou industrial, mecânica de automóveis, carpintaria, construção civil, desenho arquitetônico, hotelaria etc., através de convênios ou com indústrias ou empresas comerciais que precisem de pessoal qualificado nessas áreas>> P26.

Outra pedagoga é favorável a que se ofereçam também cursos na área agrícola e de criação de animais domésticos como:

<< avicultura, suinocultura, bovinocultura, ovinocultura, apicultura e ainda incentivar o bom uso da terra através da horticultura e fruticultura. Para tal finalidade seria necessário montar um horário especial para evitar conflitos entre as diversas atividades a serem realizadas no modelo>> P16.

Sobre a situação econômica do menor após a saída da instituição um dos pedagogos expôs que:

<< se devem estabelecer convênios com o setor público, comercial ou industrial para a abertura de vagas especiais no mercado de trabalho para os jovens que saem da instituição, de maneira que lhes permita a construção do seu projeto de vida e assim não retornarem às ruas >> P15.

Referente às atividades terapêuticas, um pedagogo aconselha:

<< o esporte, a educação física, a música, a dança, a pintura, a escultura, o teatro e os trabalhos manuais. Mas para a realização dessas atividades a instituição deverá possuir instalações, equipamentos e materiais apropriados >> P17.

O item abaixo tratará sobre o esboço do projeto pedagógico do modelo sócio educativo pretendido, e será elaborado de acordo com os conhecimentos adquiridos através do estudo e análise das instituições de assistência social apresentados nos capítulos anteriores, as opiniões e sugestões obtidas nas entrevistas realizadas a pessoas e profissionais da

sociedade brasileira e que atendam fundamentalmente as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –.

5.2 O Projeto Pedagógico

Desde a promulgação da LDB, em 1996, toda instituição que pretenda desenvolver uma proposta de atividade educativa precisa apresentar o *projeto pedagógico* que norteará o trabalho coletivo da equipe institucional. Esta proposta depende diretamente dos princípios e objetivos que orientarão as ações, portanto, o projeto pedagógico é um documento formal elaborado sobre o processo contínuo de reflexão sobre a prática da equipe institucional que discute, propõe, realiza, acompanha, avalia e registra as ações a serem desenvolvidas para atingir os objetivos delineados.

5.2.1. Finalidade

O projeto pedagógico tem por finalidade abrigar e oferecer serviços no setor sócio educacional e na defesa dos direitos do menor em situação de risco de ambos os sexos, com idades que variam de 12 a 16 anos. Este pretende ainda, propor às instituições públicas brasileiras de atendimento social um conjunto de idéias englobadas num modelo teórico.

5.2.2. Justificativa

Este projeto foi delineado levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- a) inexistência de dados sobre o número de crianças que perambulam pelas ruas do Brasil;
- b) insuficiência de uma infraestrutura adequada nos centros assistenciais públicos e de profissionais que se identifiquem plenamente com o problema em questão;
- c) baixa qualidade no atendimento sócio educativo oferecido pela maioria dos centros de internação públicos.

5.2.3. Objetivo geral

Proporcionar a crianças e adolescentes em situação de risco a possibilidade de alcançar o pleno desenvolvimento de sua capacidade intelectual, procurando a recuperação e a reintegração ao sistema educativo nacional.

5.2.4. Objetivos específicos

- a) Oferecer Ensino Básico de qualidade aos jovens da instituição permitindo-lhes o ingresso ao Ensino Médio e posteriormente ao Ensino Superior;
- b) proporcionar cursos de formação profissional visando a inserção no mercado formal de trabalho;
- c) desenvolver atividades como esporte, dança, teatro, música, artes e religião dentro e fora da instituição procurando mantê-los afastados da rua;
- d) propiciar a participação da família no desenvolvimento do processo educativo do menor.

5.2.5. Conteúdo

Os conteúdos são meios para que os educandos desenvolvam as capacidades que lhe permitam superar-se culturalmente e alcançar seu bem-estar pessoal. Os conteúdos e o tratamento que a eles devem ser dados desempenha o rol principal, pois através deles os propósitos da escola se realizam.

Para a seleção dos conteúdos se considerará a sua importância pedagógica e a sua contribuição para o desenvolvimento intelectual do educando.

Vale esclarecer que, ficaria a cargo do corpo docente a escolha dos conteúdos a serem inseridos neste projeto.

Entre os conteúdos a serem propostos temos: o ensino fundamental, a formação profissional, educação agrícola e criação de animais domésticos e atividades artísticas- culturais, esportivas e religiosas.

5.2.6. Estratégias de ação

São as ações que constam no conteúdo e que devem ser desenvolvidas visando favorecer os aspectos pedagógicos, educativos e culturais dos menores que participarão do modelo.

5.2.6.1 Ensino fundamental

Tem por finalidade a formação educativa básica do jovem, possibilitando-lhe continuar o ensino médio e posteriormente o ensino superior.

Entre os principais aspectos podemos destacar que:

- a) Se oferecerá as oito séries que integram a formação escolar básica, e levará em conta o previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs., ou seja, estará dividido em dois segmentos: o ensino de 1^a a 4^a séries (1^o segmento)

que será ministrado por um professor e um auxiliar, e o ensino de 5ª a 8ª séries (2º segmento), que ficará a cargo de professores habilitados por especialidades. As séries serão feitas de forma seqüencial e por módulos;

- b) os educandos serão separados em grupos de no máximo 10, de acordo com os conhecimentos prévios de cada um, visando inseri-los na série correspondente e tendo em conta o desempenho individual de cada um, ou seja, o aluno poderá fazer várias séries em um mesmo ano;
- c) as aulas para os alunos de 1ª a 4ª séries serão ministradas no período da manhã e da tarde, de segunda a sexta feira, visando que eles concluam esta etapa no menor tempo possível e a grade curricular será conforme o estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais e deverá trabalhar os aspectos relativos às linguagens verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio de expressão e comunicação de idéias aos alunos;
- d) para os alunos de 5ª a 8ª séries as aulas serão no turno da manhã, de segunda a sexta feira, e o currículo básico será aquele exigido nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo ele: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Arte, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol) e as disciplinas de questões sociais urgentes (Temas Transversais) como Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

5.2.6.2 Ensino profissionalizante

O ensino profissionalizante visa priorizar a construção da cidadania através do desenvolvimento profissional, preparando o jovem para o mercado formal de trabalho e desta maneira proporcionar condições que o tornem independente e agente de sua própria promoção.

Esta etapa constará de:

- a) Noções sobre a legislação trabalhista;
- b) cursos dentro da própria instituição no período da tarde; de segunda a sexta feira como: Corte de Cabelo, Manicure, Pedicure, Maquiagem, Preparação de Alimentos, Padaria e Confeitaria, Datilografia e Informática, Secretariado Comercial, Vendedor, Recepcionista, Reparação de Calçados, Telefonista, Confecção de Bijuteria, Estamparia (Silk Screen), Reciclagem de Papel, entre outros;
- c) cursos através de convênios com indústrias ou empresas comerciais no período da tarde; de segunda a sexta feira como: Carpintaria, Confecção de Roupas e Calçados, Mecânica de Automóveis, Reparação de Aparelhos Eletrodomésticos, Eletricidade Doméstica e Industrial, Auxiliar da Construção Civil, Desenho Arquitetônico etc.

A duração dos cursos poderia variar de 6 meses a 1 ano e o direito a freqüentar qualquer um deles dependerá do nível de conhecimentos exigidos por cada curso.

5.2.6.3 Educação agrícola e criação de animais domésticos

É uma complementação ao ensino fundamental e para o desenvolvimento destas atividades a instituição deverá possuir lugar apropriado e como principais características podemos citar:

- a) o ensino da horticultura e a fruticultura, ainda incentivar o bom uso da terra, a conservação do solo e da água. Para o primeiro plantio se poderia solicitar a colaboração de casas agrícolas para a doação de sementes e fertilizantes;
- b) o ensino da avicultura, suinocultura, bovinocultura, ovinocultura, apicultura, entre outros. Para a obtenção dos primeiros exemplares se poderia solicitar a doação por parte das associações de criadores desses animais .

5.2.6.4 Educação artística e cultural

A área de arte e cultura será tratada como disciplinas que requerem espaço próprio como todas as áreas do currículo escolar pois o

aluno terá a possibilidade de desenvolver aptidões artísticas como o desenho, a pintura, a escultura, trabalhos manuais, teatro, música e dança. Estas atividades lhe permitirão estabelecer correlações entre o que se realiza no *modelo* e o que já foi feito por outros artistas no âmbito local, regional, nacional e internacional em todas as épocas e nas diversas culturas. As atividades artísticas e culturais estão prevista para serem desenvolvidas individualmente ou em grupos durante o período noturno de segunda a quinta-feira e em concordância com as atividades de educação física e prática desportiva.

5.2.6.5 Educação física e prática desportiva

A Educação Física e a Prática Desportiva como área de conhecimentos introduz e integra o aluno na cultura corporal do movimento visando o lazer, a manutenção e melhoria da saúde. No modelo se ofereceriam as seguintes atividades esportivas: futebol de salão, voleibol, basquete, natação, atletismo, tênis de mesa, ginástica olímpica, entre outras; no período noturno de segunda a quinta-feira e em concordância com as atividades artísticas – culturais. Como qualquer outra atividade pedagógica a ser desenvolvida no *modelo*, é necessário ter o espaço adequado para tais práticas como quadras poli desportivas, piscina, pista de atletismo e o material esportivo como uniformes, sapatos, bolas e aparelhos específicos de cada modalidade.

5.2.6.6 Ensino religioso

Dentro de uma sociedade democrática é necessário respeitar e valorizar a diversidade religiosa evitando desta maneira preconceitos e discriminações. Assim, o *modelo* deverá destacar também este aspecto, incluindo em seu currículo assuntos sobre religião, através da Bíblia e com aulas expositivas por parte de padres, freiras ou pastores; estas poderiam ser dadas durante o período normal de aulas, estando previsto missas ou cultos aos domingos.

5.2.6.7 Atividades extra pedagógicas

Para dar uma atenção mais completa aos jovens que se encontram em situação de risco seria necessário cuidar também da sua saúde física e mental, das relações familiares e dos aspectos jurídicos. Apesar destas necessidades não formarem parte do projeto pedagógico, elas serão melhor explicitadas no modelo a ser proposto.

5.2.7. Recursos didáticos

Os recursos didáticos representam o foco principal do processo de ensino-aprendizagem, porém devem ser levados em consideração as

possibilidades e os limites que cada um apresenta e os mesmos ficarão sob a responsabilidade do corpo docente, que deverão escolher aqueles que sejam os mais adequados para o desenvolvimento das atividades de ensino.

Atualmente se dispõe de recursos didáticos de alta tecnologia como o computador, a televisão, o videocassete, filmadoras, gravadores, ressaltando-se que estes deverão ter o melhor uso possível. Contudo, não se pode esquecer a importância dos recursos tradicionais como o quadro-negro, mapas, módulos de ensino, aulas teóricas e práticas, livros, laboratórios de ciências, bibliotecas, oficinas, revistas, jogos, brinquedos, visitas a museus, palestras, encontro de pais, entre outros.

5.2.8. Avaliações

Estas visam avaliar tanto o modelo proposto como um todo, assim como os educandos que o integram. Desta forma, podemos destacar as seguintes avaliações:

- a) em relação ao modelo, poderão ser feitos relatórios semanais, quinzenais ou mensais pelas pessoas escolhidas para tal função, como pedagogos, professores, orientadores ou supervisores, detalhando-se todas as atividades desenvolvidas no período, onde se destacaram os pontos positivos e os pontos negativos a serem superados. Vale salientar que estas também

poderão ser feitas através de conversas informais com funcionários, pais e menores, para detectar possíveis falhas;

- b) em relação ao educando, a avaliação é o elemento integrador entre o ensino e a aprendizagem, devendo ser contínua e abrangente a todas as atividades realizadas pelo menor na instituição, incluindo seu comportamento e suas relações interpessoais. Há que considerar que o processo de avaliação envolve não somente o professor, mas também alunos, pais e a comunidade escolar.

5.2.9. Cronograma de atividades

O cronograma será elaborado de acordo com as atividades propostas na estratégia e seguindo as normas da Lei de Diretrizes e Base de 1996 que estipula o ano escolar em 200 dias letivos, o mesmo será dividido da seguinte maneira:

- a) as atividades pedagógicas para o ensino fundamental, ensino profissionalizante, educação artística e cultural, educação física e prática desportiva e ensino religioso estão prevista de fevereiro a novembro, com intervalo de descanso no mês de julho;

b) as atividades pedagógicas para a educação agrícola e criação de animais domésticos, o calendário será idêntico ao anterior, porém há que esclarecer que devido ao plantio e animais para cuidar, se elaborará uma escala de atendimento especial para os dias não-letivos e férias, utilizando-se funcionários e educandos voluntários para tal finalidade.

Desta forma concluímos o projeto pedagógico e no próximo item se mostrará como ponto culminante o modelo de instituição estabelecido no objetivo geral deste trabalho.

5.3. O Modelo

Esta seção apresentará a descrição de um *modelo de assistência sócio educativa* para menores em situação de risco como proposta de inovação aos centros correccionais públicos que existem atualmente no Brasil.

5.3.1. Perfil institucional

A seguir se mostrarão algumas características que o modelo deverá apresentar:

- a) as atividades seriam realizadas em período integral, no turno da manhã funcionaria a Unidade de Ensino e Alfabetização; pela tarde, a Unidade de Ensino Profissional; e no turno da noite, a Unidade de Ensino de Artes e Trabalhos Manuais e a Unidade de Ensino de Educação Física e Esportes;
- b) a instituição daria atenção a menores de ambos os sexos com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos;
- c) durante a estada que poderá variar de no mínimo 2 anos e no máximo 4 anos, será proporcionado aos menores: alimentação, alojamento e instalações sanitárias separadas por sexo, adequadas para o conforto e bem-estar dos usuários;
- d) o regime de *internato* – sem a perda da liberdade – será oferecido a aqueles que tenham a residência em lugar afastado ou que não tenham familiares;
- e) a instalação do modelo precisará de um terreno de aproximadamente 4 hectares de área, localizado na zona rural e bem próximo à cidade, visando a prática agrícola e a criação de animais domésticos como complemento ao ensino fundamental;
- f) a estrutura física deverá possuir instalações para acomodar a 48 menores, sendo 36 dependências para menores do sexo masculino e 12 para o sexo feminino, no regime de internado e mais 16 no regime de semi-internado;

g) a estrutura organizacional deverá estar constituída por direção e administração; departamento de recursos humanos; unidade de atendimento social (centro de assistência social, centro de assistência à saúde; centro de assistência de psicologia e centro de assistência jurídica); unidade de atendimento educacional (centro de orientação e supervisão pedagógica, centro de alfabetização e ensino fundamental; centro de formação profissional); unidade de atendimento para atividades complementares (centro de educação física e esportes; centro de ensino de artes e centro de atividades agrícolas e criação de animais domésticos); cozinha e restaurante; sala de recreação e alojamentos.

Para uma melhor visualização da estrutura organizacional do modelo, se mostrará uma síntese na p. 348.

5.3.2. Direção e administração

O comando da instituição estaria constituído de direção, vice-direção, secretaria. A primeira nomeação para esses cargos seria feita pelo poder público responsável, e por um período não superior a dois anos, posteriormente a nomeação seria feita através de eleição popular, com a participação de todos os funcionários, menores, pais ou representantes. Entre as atribuições da direção estaria:

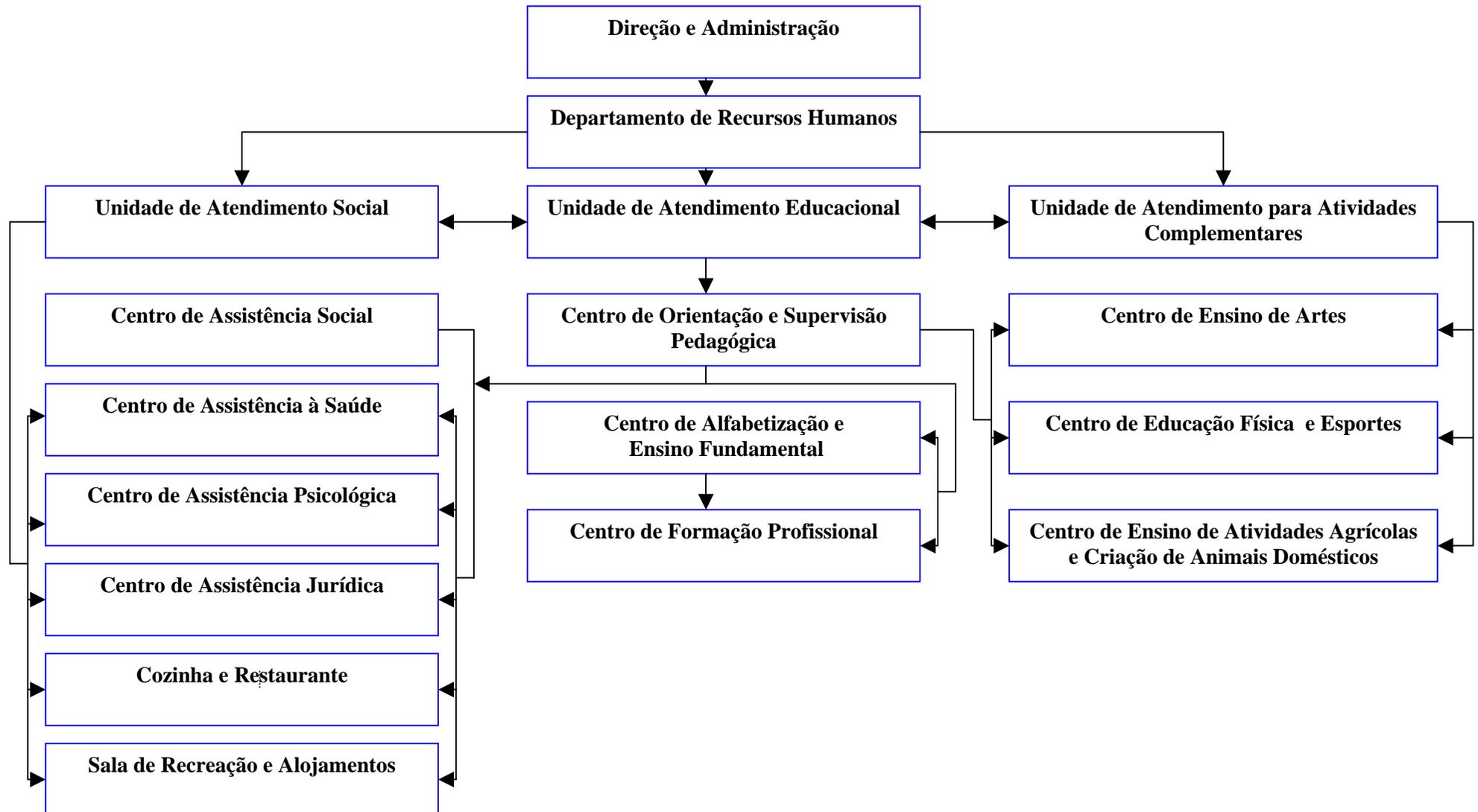
- a) planejar, coordenar, avaliar e fiscalizar as atividades administrativas ou sócio pedagógicas;
- b) discutir e analisar junto com os coordenadores de área as propostas de trabalho;
- c) garantir os direitos do menor;
- d) verificar as condições de saúde, higiene, alimentação e vestuário visando uma atenção adequada;
- e) participar e propiciar cursos internos ou externos;
- f) substituir funcionários que não respondam às exigências da missão institucional.

5.3.3. Departamento de recursos humanos

Entre as ações que o centro realizaria, destacam-se:

- a) formação de educadores para a equipe da própria instituição;
- b) contratação do quadro de funcionários;
- c) convocação e organização para eleição do corpo diretivo e administrativo do modelo;

FLUXOGRAMA 5.01 – Estrutura organizacional interna do modelo proposto



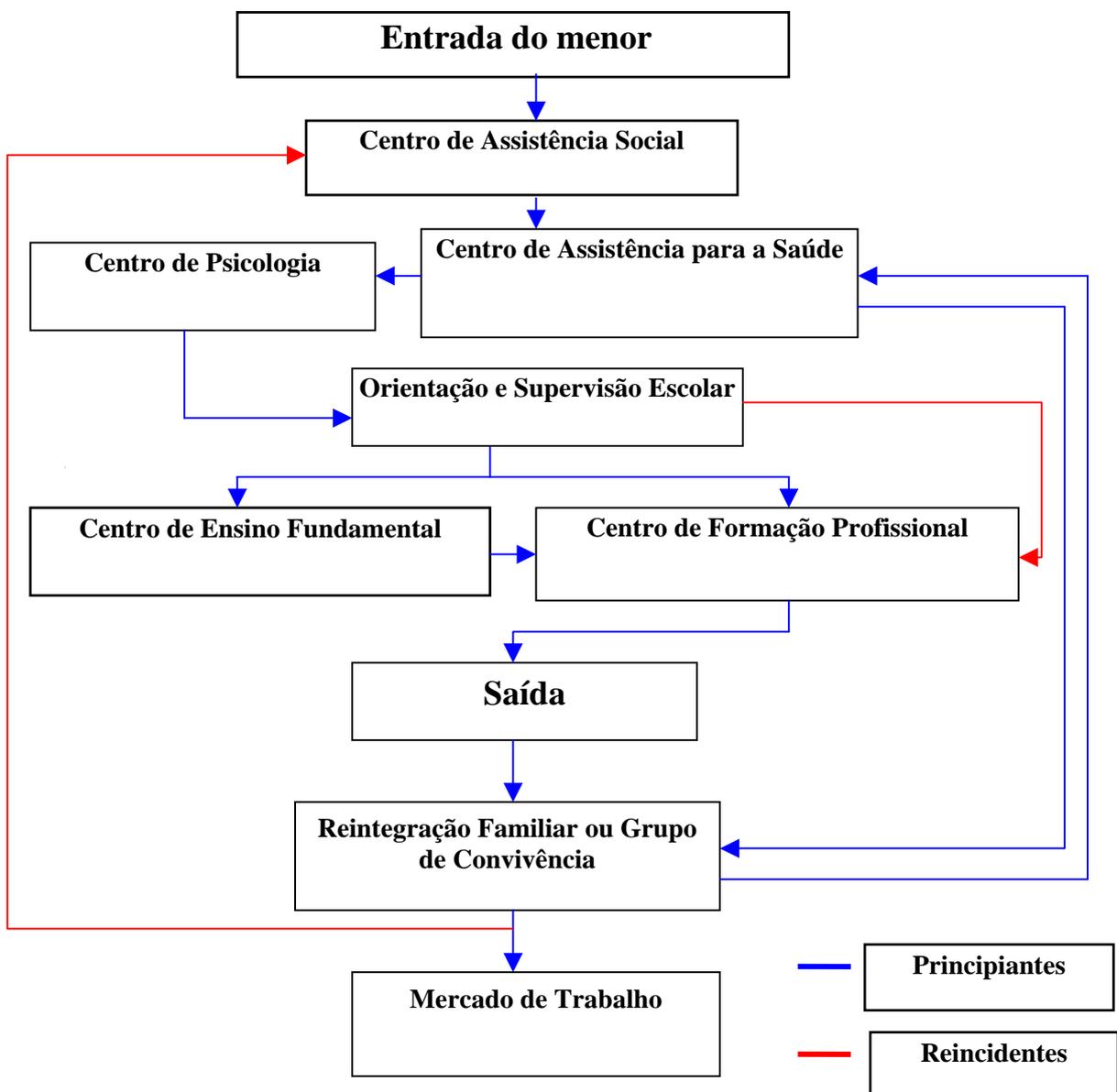
- d) produção de material didático-pedagógico;
- e) estabelecimento de convênios com outras instituições públicas ou privadas;
- f) divulgação da metodologia e dos resultados atingidos;
- g) realizar periodicamente a auto-avaliação da instituição na sua função sócio educadora visando a correção dos erros detectados e desta maneira assegurar o controle de qualidade dos serviços oferecidos;
- h) salvaguardar a ética profissional de seus funcionários e da instituição;
- a) manter elevado o nível de competência profissional de seu quadro de funcionários através de formação contínua, como a participação em seminários, congressos, cursos, estágios, visitas etc;
- b) implantar um sistema eficiente de comunicação e informação interna entre os diferentes centros ou departamentos que integram o modelo e com diversos setores da sociedade;

5.3.4. Unidade de atendimento social

Esta unidade estará constituída por quatro centros, a saber: assistência social, assistência à saúde; assistência psicológica, assistência

jurídica mais as dependências para a cozinha e restaurante, sala de recreação e alojamentos. A seguir se mostrará um fluxograma sobre o percurso que o menor realizará na instituição durante a sua permanência.

FLUXOGRAMA 5.02 – Percurso do menor dentro do modelo proposto



5.3.4.1. Centro de assistência social

Entre as funções do centro se podem mencionar:

- a) encaminhar menores em situação de risco até a instituição;
- b) conduzir os recém chegados para a avaliação de seu estado físico e mental;
- c) possibilitar ao menor a construção de seu projeto de vida pessoal e social;
- d) elaborar registro de acompanhamento da história de vida do menor e de sua família;
- e) fazer o acompanhamento e avaliação individual, sistemática e contínua do progresso sócio educativo do menor;
- f) reencontrar os familiares ou representante legais e propiciar a reconciliação entre as partes;
- g) procurar alternativas de apoio socioeconômico para o menor que não tenha família para o momento da saída da instituição até ele conseguir a sua independência financeira;
- h) estabelecer canais de comunicação e informação entre as diversas unidades do modelo visando a otimização do funcionamento e conseqüentemente a qualidade de atenção oferecida;

- i) conseguir vaga no alojamento da instituição para os que optem pelo regime de internado;
- j) instituir convênios de assistência com hospitais ou clínicas para tratamento àqueles que apresentem problemas mais sérios de saúde ou de recuperação aos dependentes de drogas ou álcool;
- k) organizar convênios com indústrias e empresas comerciais para a oferta de cursos de formação profissional e de emprego para os formados na instituição;
- l) desenvolver programas junto à comunidade sobre a prevenção de delitos, educação sexual, normas de higiene, violência doméstica, tráfico e consumo de drogas e álcool, desemprego;
- m) monitorar e aconselhar os egressos após a saída da instituição para evitar a reincidência.

5.3.4.2. Centro de assistência à saúde

Freqüentemente os meios de comunicação informam que as famílias de escassos recursos têm dificuldades de acesso aos serviços de saúde e desconhecem as patologias mais comuns, assim, o modelo deverá

implantar programas que visem a melhoria das condições de saúde, relacionando-a com o modo de viver. O centro pretende proporcionar:

- a) serviços de atenção imediata através de convênios com instituições de saúde públicas ou privadas;
- b) atividades estratégicas em Educação para a Saúde Física e Bucal e prevenção de doenças transmitidas sexualmente;
- c) programas contra o uso de drogas e álcool;
- d) primeiros socorros como curativos, inalações, aplicação de injeções, retirada de pontos cirúrgicos, remédios de via oral, massagens, consultas médicas, exames ginecológicos, consultas e tratamento odontológicos.

5.3.4.3. Centro de assistência psicológica

Entre as atribuições deste setor se destacam:

- a) identificar a situação social da família do menor e das circunstâncias que o levaram à rua;
- b) entrevistar a família objetivando a identificação da estrutura familiar e a relação desta com o menor, construção de seu histórico, avaliação das condições familiares que contribuam para sua reintegração social;

- c) avaliar a aparência, atividade psicomotora, humor, afeto, fala, perturbações da percepção, relações interpessoais e estabelecimento de vínculos;
- d) verificar o nível de consciência, orientação, memória, concentração, pensamento abstrato, inteligência e julgamento;
- e) observar a conduta do menor em relação com a figura de autoridade, interação em grupo, vivência com normas, limites e controle de impulsos;
- f) desenvolver atividades de terapia ocupacional;
- g) orientar na escolha de atividades complementares e cursos de formação profissional.

5.3.4.4. Centro de assistência jurídica

A finalidade deste departamento seria a defesa e a promoção dos direitos do menor em situação de risco, especificamente aqueles provenientes dos setores mais pobres da população, com a intenção de fazer efetivo o cumprimento da lei e ao desempenho da cidadania. O modelo atuará nas seguintes áreas:

- a) oferecer informação e orientação à família sobre os direitos do menor;

- b) dar assistência jurídica a menores que sofreram violação de seus direitos e também aos que se encontram em conflito com a lei;
- c) prover ao menor de toda a documentação necessária para torná-lo um cidadão. Os documentos referidos são: Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho;
- d) explicar noções sobre a legislação do trabalho;
- e) oferecer apoio a pesquisadores e alunos sobre a temática da infância e adolescência.

5.3.5. Unidade de atendimento educacional

A unidade estaria formada pelos centros de orientação e supervisão pedagógica, ensino fundamental e formação profissional.

5.3.5.1. Centro de orientação e supervisão pedagógica

Entre as funções do centro estariam:

- a) orientar o planejamento das atividades didático-pedagógicas;
- b) definir os critérios de avaliação;
- c) avaliar e aprovar o material didático;

- d) supervisionar o processo de ensino-aprendizagem;
- e) analisar as relações professor-educando;
- f) propiciar o diálogo e a reflexão entre os integrantes da equipe escolar;
- g) verificar o cumprimento dos conteúdos programáticos das disciplinas;
- h) supervisionar a execução do projeto pedagógico;
- i) detectar e corrigir as falhas do projeto pedagógico;
- j) proporcionar cursos de aperfeiçoamento para o corpo docente;
- k) repassar ou adotar metodologias de outras instituições similares;
- l) organizar e distribuir o espaço físico.

5.3.5.2. Centro de alfabetização e ensino fundamental

Um dos objetivos desta unidade consiste em possibilitar o acesso e a permanência destes jovens ao ensino fundamental visando uma formação escolar básica conforme o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e desta forma garantir, ao menos em parte, a construção da cidadania. Entre as metas deste centro se podem citar:

- a) oferecer um sistema de ensino fundamental formal;
- b) separar os menores em grupos de acordo com os conhecimentos prévios visando a inserção na série correspondente;

- c) estabelecer um processo de avaliação sistemática e contínua;
- d) promover o educando a séries subseqüentes durante o mesmo ano escolar, dependendo do seu desenvolvimento e empenho individual;
- e) propiciar aos educandos concluintes continuar estudos posteriores;
- f) dividir o corpo docente em duas categorias, professores para os que cursarem o ensino de 1^a a 4^a séries e professores por especialidades para o ensino de 5^a a 8^a séries;
- g) possibilitar a utilização de docentes do quadro do ensino público;
- h) capacitar o corpo docente através de cursos permanentes de atualização dentro ou fora da instituição;
- i) propiciar espaço físico para turmas de 1^a a 8^a séries, com capacidade para 10 educandos e ainda, laboratório de Ciências Naturais, biblioteca, sala para a confecção e reprodução de material didático, sala de recursos áudio visuais e laboratório de informática;
- j) utilizar as sugestões apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais relativos às linguagens verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio de expressão e comunicação de idéias aos menores que cursarão as séries iniciais (1^a a 4^a) nos turnos da manhã e da tarde, visando a conclusão

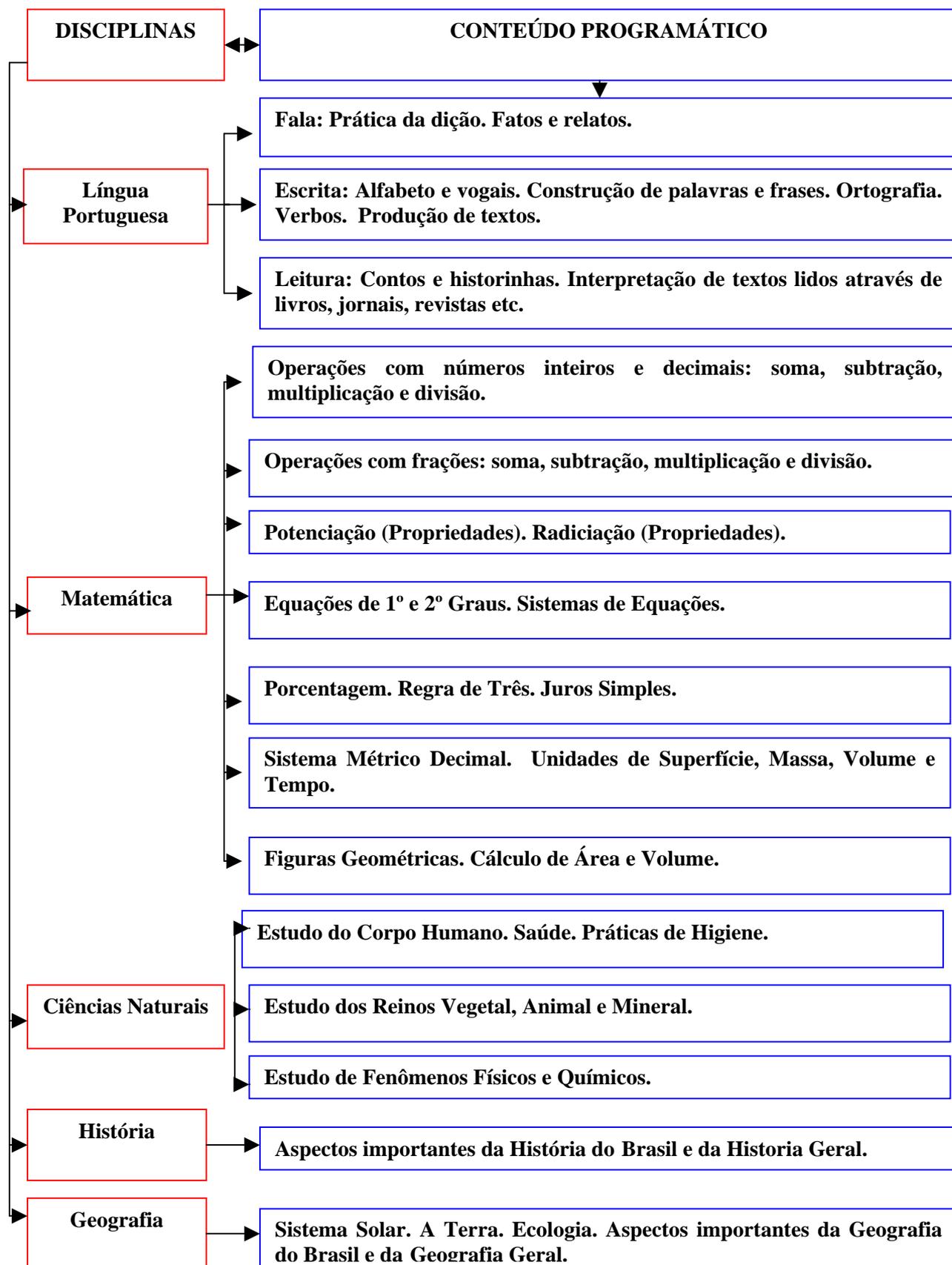
do ensino primário no menor tempo possível e desta maneira eles possam continuar os estudos de 5^a a 8^a séries, permitindo futuramente complementação do ensino fundamental e também, a freqüência a cursos profissionalizantes (turno da tarde);

- k) instituir o currículo básico para o Ensino de 5^a a 8^a séries (turno da manhã) exigidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo elas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Arte, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol) e as disciplinas de questões sociais urgentes (Temas Transversais) como Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. (uma síntese da grade curricular e conteúdo programático será mostrada na p. 337). O centro funcionaria conforme o quadro a seguir:

QUADRO 5.01 – Horário de atividades do ensino fundamental

Dia \ Hora	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
08:00 - 10:00	Aula	Aula	Aula	Aula	ATIVIDADES ESPECIAIS
10:00 - 10:15	Recreio				
10:15 - 11:45	Aula	Aula	Aula	Aula	
12:00 - 12:30	Almoço				
13:00 - 15:00	Aula	Aula	Aula	Aula	
15:00 - 15:15	Recreio				
15:15 - 16:45	Aula	Aula	Aula	Aula	

FLUXOGRAMA 5.03 – Grade curricular e conteúdo programático



5.3.5.3. Centro de formação profissional

Este centro tem por objetivo:

- a) preparar e inserir o menor para o mercado de trabalho formal;
- b) propiciar a vivencia empresarial;
- c) priorizar a construção da cidadania através do desenvolvimento profissional;
- d) proporcionar por meio do estudo e do trabalho, condições que os impulsionem ao desenvolvimento de pessoas independentes e agentes de sua própria promoção;
- e) apresentar noções sobre a legislação do trabalho;
- a) instituir convênios com empresas públicas ou privadas para a realização de cursos e estágios.

O centro funcionaria no período da tarde, de segundas às sextas feiras, das 13 h:30 min. até as 17 h:30 min., oferecendo cursos como: Corte de Cabelo, Manicure, Pedicure, Maquiagem, Preparação de Alimentos, Padaria e Confeitaria, Datilografia e Informática, Secretariado Comercial, Vendedor, Recepcionista, Reparação de Calçados, Telefonista, Confecção de Bijuteria, Estamparia (Silk Screen), Reciclagem de Papel, entre outros.

Entre os cursos que poderiam ser feitos através de convênios estariam: Carpintaria, Confecção de Roupas e Calçados, Mecânica de Automóveis, Reparação de Aparelhos Eletrodomésticos, Eletricidade Doméstica e Industrial, Auxiliar da Construção Civil, Desenho Arquitetônico etc. A duração dos cursos poderia variar de 6 meses a 1 ano e a freqüência dependerá do nível de conhecimentos exigidos por cada curso.

A realização de cursos programados, dentro ou fora da instituição, estará sujeito à procura por parte dos educandos e também da oferta e da demanda do mercado de trabalho.

A avaliação do progresso junto a estas indústrias ou empresas comerciais seria realizada periodicamente por *instrutores* pertencentes a esta unidade. Caso o educando apresente baixo rendimento de aprendizagem, o mesmo poderia solicitar a transferência para outro curso. O centro funcionaria no período matutino de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 5.02 – Horário de atividades do ensino profissionalizante

Dia \ Hora	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
13:00 - 15:00	Formação Profissional (Teoria)	Formação Profissional (Teoria)	Formação Profissional (Teoria)	Formação Profissional (Teoria)	ATIVIDADES ESPECIAIS
15:00 - 15:15	Recreio				
15:15 - 16:45	Formação Profissional (Prática)	Formação Profissional (Prática)	Formação Profissional (Prática)	Formação Profissional (Prática)	

5.3.6. Unidade de atendimento para atividades complementares

Esta unidade estaria composta pelos centros de ensino de artes, educação física e esportes e ensino de atividades agrícolas e criação de animais domésticos.

5.3.6.1 Centro de artes

Neste Centro o educando poderá desenvolver aptidões artísticas através das artes plásticas (desenho, pintura e escultura), trabalhos manuais, música e dança, com o objetivo de ajudar em sua formação sócio educativa e também como uma fonte geradora de rendas. Os trabalhos realizados pelos educandos durante e depois da aprendizagem têm como finalidade a comercialização através de exposições previstas no calendário escolar da instituição.

Parte da arrecadação obtida com a venda dos trabalhos se destinarão para auxiliar na manutenção da própria unidade, e a outra parte dividida proporcionalmente entre os educandos expositores.

O funcionamento do centro seria durante o período noturno das 19 h: 00 até as 22 h: 00, sendo quarenta minutos o tempo de duração

de cada aula, com 20 minutos de intervalo. Seria obrigatório que o educando freqüente pelo menos uma das atividades oferecidas por este centro.

As turmas poderiam ser divididas em dois grupos, por exemplo, A e B, e ainda subdivididas por atividades. Para as duas primeiras aulas entrariam os educando do grupo A, enquanto que o grupo B teria aulas no Centro de Ensino Esportivo ou vice-versa, realizando a mudança para as duas últimas aulas da noite, repetindo o processo para o resto da semana. As sextas-feiras à noite seriam reservadas para as atividades especiais como, eventos esportivos, apresentações artísticas - culturais, sessão de cinema e / ou a visita de familiares aos educandos, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 5.03 – Horário de atividades do ensino de artes

Dia	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Hora					
19:00 - 20:20	A	B	A	B	ATIVIDADES ESPECIAIS
20:20 - 20:40	Intervalo				
20:40 - 22:00	B	A	B	A	

5.3.6.2. Centro de educação física e esportes

O centro terá como objetivos o desenvolvimento harmonioso do corpo, a manutenção e melhora da saúde do menor através da prática da educação física e a prática desportiva, para tal finalidade os

educandos poderiam ser divididos em dois grupos, por exemplo, A e B, e ainda subdivididos por modalidade esportiva. Para as duas primeiras aulas entrariam os educando do grupo B, enquanto que o grupo A teria aulas no Centro de Artes ou vice-versa, realizando a mudança para as duas últimas aulas da noite, repetindo o processo para o resto da semana.

O centro ofereceria atividades esportivas como futebol de salão, voleibol, basquete, natação, ginástica olímpica, atletismo, tênis de mesa etc, que deverão ser realizadas no período noturno e em concordância com as atividades do Centro de Artes.

Com relação à infra-estrutura, o modelo deverá dispor de quadras para a prática dos mesmos. As equipes da instituição nestas modalidades poderão participar de competições com outras instituições similares ou com escolas de ensino formal.

O centro poderá realizar convênios com indústrias ou empresas comerciais para patrocinar material esportivo.

É obrigatório que o educando faça pelo menos uma das modalidades oferecidas pelo centro, de acordo com o horário de atividades a seguir:

QUADRO 5.04 – Horário de atividades do ensino de educação física e prática desportiva

Dia \ Hora	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
19:00 - 20:20	B	A	B	A	ATIVIDADES ESPECIAIS
20:20 - 20:40	Intervalo				
20:40 - 22:00	A	B	A	B	

5.3.6.3. Centro de ensino de atividades agrícolas e criação de animais domésticos

Como complementação ao ensino fundamental este centro ofereceria algumas atividades do meio rural que serviriam como meio ocupacional, gerador de rendas ou educativo, entre elas a horticultura, fruticultura avicultura, suinocultura, bovinocultura, ovinocultura, apicultura e ainda incentivar o bom uso da terra, a conservação do solo e da água. Os produtos e seus derivados seriam utilizados para o consumo interno e o excedente poderia ser vendido ou doado para as famílias dos próprios menores que ali se encontram.

Vale esclarecer que os educando deverão participar das atividades diárias, pelo menos, num dos turnos, segundo o quadro mostrado na p. 344:

QUADRO 5.04 – Horário de atividades do ensino agrícola e a criação de animais domésticos

Dia Hora	2ª feira	3ªfeira	4ª feira	5ª feira	6ªfeira	Sábado	Domingo
07:15 - 07:45	Atividades supervisionadas para o funcionamento e manutenção da granja						
17:00 - 17:30	Atividades supervisionadas para o funcionamento e manutenção da granja						

5.3.6.4. Formação religiosa

As atividades religiosas poderiam ser oferecidas aos domingos pela manhã através de padres, freiras e pastores de diversas religiões.

5.3.7. Funcionários e profissionais

Todos os funcionários e profissionais das diversas áreas de atuação deverão realizar previamente cursos para trabalharem com menores em situação de risco. Ainda, se poderão estabelecer convênios com universidades ou institutos de ensino superior para utilizar alunos voluntários que se encontrem cursando o último ano de estudo para realizar os estágios nas dependências do modelo. Também poderão ser utilizados os serviços de profissionais aposentados e voluntários que tenham interesse em colaborar com a instituição.

5.3.8. Recursos Financeiros de Sustentação

Os recursos financeiros para a manutenção destas escolas viriam principalmente do setor público, através do Governo Federal, Estadual ou Municipal. Porém, o setor privado representado pelo comércio, hotelaria e turismo, empresas mais afetadas pelos delitos cometidos por esses menores, poderiam contribuir visando a diminuição da problemática, e um dos benefícios que estas poderiam ter, seria a dedução dos gastos no imposto de renda.

Assim, o modelo apresentado, apesar de ser teórico, poderia ser usado como proposta de inovação para os centros correccionais públicos do Brasil, como forma de ajudar na recuperação e reintegração de menores em situação de risco.

A conclusão e as recomendações pertinentes serão apresentadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo apresentará as deduções extraídas da investigação ou levantadas ao longo da discussão do tema em estudo. Também se fará uma abordagem sobre as recomendações pertinentes e, tanto a conclusão como as recomendações, serão desdobradas em categorias temáticas, procurando dar uma visão mais ampla sobre os resultados obtidos na pesquisa.

6.1. CONCLUSÃO

A conclusão será apresentada nas seguintes categorias e relativas a: demografia, família e ao menor, às instituições públicas de assistência social e ao sistema jurídico. Quanto ao sistema educativo, que é o que mais nos interessa, pois este constitui o eixo do trabalho e será colocado no final da explanação para dar maior relevo ao assunto.

6.1.1. Em relação à demografia

Devido à grande extensão territorial do Brasil, às más administrações e à corrupção, verificou-se que:

- a) a falta de políticas públicas para melhorar as condições de vida da população que vive na zona rural provocou uma onda migratória campo-cidade de grandes dimensões;
- b) a migração originou para o Brasil inúmeros problemas de ordem econômica e social, entre elas, a elevada concentração de famílias morando sem as mínimas condições de conforto nas zonas periféricas das médias e grandes cidades, onde a exclusão social é evidente.

6.1.2. Em relação à família e ao menor

Em virtude do êxodo rural, que aliado à falta de preparo educacional para enfrentar o mercado de trabalho e às condições de vida nas grandes cidades constatou-se que:

- a) a desagregação familiar ocorre com maior frequência em famílias que moram nos bairros periféricos, devido à violência doméstica ou sexual, consumo de drogas ou álcool, e onde a pobreza e o desemprego originam os conflitos que

levam o menor a abandonar seu lar, assim como a privação aos serviços básicos de saúde e saneamento;

- b) a passividade e permissividade das autoridades competentes para agir e coibir os menores que perambulam pelas cidades brasileiras;
- c) a ausência de políticas públicas eficientes que visem atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer como meios para afastar aos menores das ruas;
- d) a falta de um órgão público ou privado que mantenha um censo sobre o número estimado de jovens que adotaram a rua como residência, o que dificulta a implantação de políticas públicas para combater essa situação.

6.1.3. Em relação às instituições públicas de assistência social

Apesar de que as instituições públicas brasileiras recebem a ajuda econômica necessária e suficiente para realizar o trabalho de recuperação e reintegração do menor internado, em realidade, isto não ocorre, pois se verificou que:

- a) é péssima a qualidade de assistência que oferecem a maioria das instituições públicas para recuperar e reintegrar o menor em situação de risco;

- b) em algumas instituições públicas o castigo e a violência física são práticas comuns como medidas disciplinares e a ausência de qualquer atividade sócio-educativa em benefício do menor albergado nas suas dependências, obviamente impede a recuperação e a reintegração do menor à sociedade;
- c) as instituições privadas privilegiam mais o aspecto social que o educativo, possivelmente, devido às delicadas condições de saúde que os menores apresentam no momento de ingressar ao programa, porém, vale ressaltar que essas instituições realizam um grande serviço em benefício do menor em situação de risco;
- d) prevalece a baixa qualificação e a pouca vontade dos funcionários públicos que se relacionam diretamente com os menores sob custódia;
- e) as instituições estudadas não se preocupam em apresentar dados relativos ao número de menores que conseguem recuperar e reintegrar.

6.1.4. Em relação ao sistema jurídico

É notório que o sistema jurídico e a legislação brasileira de amparo ao menor, como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente figuram entre as mais completas e modernas do mundo, contudo se observou que:

- a) há falta de consciência e de vontade daqueles que trabalham direta ou indiretamente com os jovens, pois estes não cumprem as normas e as leis em vigor para produzir os resultados desejados;
- b) alguns juizes, promotores e advogados interpretam que a internação não como uma medida sócio-educativa, mas sim como uma medida *disciplinar* ou *castigo* a ser cumprido pelo jovem infrator ou em situação de risco.

6.1.5. Em relação ao sistema educativo

Pelo exposto neste trabalho sobre o aspecto educativo, se verificou que:

- a) a partir do final do século passado se produziu um conhecimento científico sólido e amplo sobre a situação do menor em situação de risco. O progresso foi significativo se comparado à produção investigadora em épocas anteriores, tanto quanto à quantidade como a qualidade das publicações, indicando que existe a preocupação de alguns setores da sociedade brasileira em resolver, ou pelo menos, atenuar o problema;
- b) os trabalhos acadêmicos produzidos aportaram inúmeras soluções para o problema do menor de rua, entretanto, a falta de apoio ou de interesse do

meio político para pôr em prática essas soluções foram mínimas ou inexistentes;

- c) o sistema educativo brasileiro é deficiente quanto ao número de vagas oferecidas às crianças e adolescentes em idade escolar, atualmente há uma grande parcela dessa população que fica à margem da escola e como conseqüência, aumenta o número de menores que procuram as ruas;
- d) a baixa escolaridade apresentada pela população de 15 anos ou mais, devido à qualidade e à falta de atrativo do ensino oferecido às camadas mais pobres, impede-as de ascender socialmente;
- e) Três instituições, dentre as pesquisadas, possui o ensino formal (até a 4ª série do Ensino Fundamental), as demais se caracterizam por oferecer apenas alfabetização, reforço escolar ou simplesmente convênios com escolas da rede pública para os admitidos no programa, pois nessas instituições se observou uma preferência pelo aspecto social;
- f) em geral, as instituições privadas oferecem cursos de formação profissional, porém, para poder freqüentá-los, estas exigem as condições mínimas de alfabetização;
- g) a proposta sócio-educativa deste trabalho foi elaborada com base nos programas das instituições pesquisadas e nas sugestões obtidas nas

entrevistas realizadas a diversas pessoas e profissionais da sociedade brasileira, se pode dizer que esta apresenta um equilíbrio entre o aspecto social e o aspecto educativo, pois o pesquisador entende que ambos são indispensáveis e indissociáveis para a recuperação e a reintegração do jovem à família e à sociedade. Ainda, impõe como condição a conclusão do Ensino Fundamental (oito séries) para a obtenção do certificado de Formação Profissional e desta forma oportunizar a continuação de estudos relativos ao Ensino Médio (três séries) e, posteriormente, ao Ensino Superior.

6.2. Recomendações

As recomendações pertinentes a serem propostas são:

6.2.1. Em relação à demografia

Propõe-se a implantação de programas públicos que:

- a) atendam as necessidades da população que mora na zona rural; evitando a migração para os centros urbanos do país;
- b) propiciem condições socioeconômicas às famílias que moram nas periferias das médias e grandes cidades para que estas possam retornar ao meio rural.

6.2.2. Em relação à família e ao menor

Seria necessário que o governo implantasse programas:

- a) comunitários contra a violência doméstica ou sexual, consumo de drogas ou álcool com o intuito de prevenir os conflitos que originam a desagregação familiar;
- b) preventivos que visem a educação, a cultura, a arte, o esporte e o lazer nos bairros periféricos, como medidas para afastar o menor da violência, do delito e das ruas;
- c) a nível municipal, estadual e nacional para determinar a quantidade de crianças e adolescentes que moram nas ruas, objetivando a formulação de políticas públicas para minimizar o problema do menor em situação de risco.

6.2.3. Em relação às instituições de assistência social

No que se refere às instituições assistenciais, o ideal seria:

- a) substituir o atual modelo para albergar menores, pois o mesmo não satisfaz os objetivos para o qual foi concebido;

- b) que no modelo adotado pelo Estado, todos os funcionários fossem altamente capacitados e preparados para trabalhar com menores em situação de risco;
- c) possibilitar um registro estatístico da quantidade de menores que foram ou não recuperados pelas entidades públicas visando verificar se estas estão atingindo os objetivos para os quais foram criadas;
- d) proporcionar o apoio econômico e pedagógico também às instituições privadas que atendam crianças e adolescentes em situação de risco;

6.2.4. Em relação ao sistema jurídico

Para amenizar o problema ocasionado pela institucionalização do menor, seria necessário:

- a) conscientizar juízes, promotores, advogados e empregados das instituições públicas, de que a função do albergue é recuperar e reintegrar o jovem à sociedade e não um meio para puni-lo, manter a ordem e garantir o cumprimento de sua pena;
- b) garantir o cumprimento do que estabelece a legislação vigente sobre os direitos da criança e do adolescente.

6.2.5. Em relação ao sistema educativo

Um dos aspectos mais relevantes na formação da cidadania é a educação, mas no Brasil, por muitas décadas, esta esteve relegada a um segundo plano, onde o menor carente não tem nenhuma perspectiva de melhorar sua condição de marginalizado, para isso seria prioritário:

- a) melhorar a qualidade e o atrativo do ensino nas escolas públicas localizadas nas zonas periféricas;
- b) garantir vagas no ensino público a todas as crianças e adolescentes em idade escolar;
- c) implantar programas eficazes de alfabetização;
- d) buscar alternativas de modelos sócio educativos de assistência social para menores em situação de risco que se adaptem à realidade brasileira;
- e) incentivar a pesquisa a nível superior sobre a problemática em questão e colocar em prática as soluções encontradas sobre o tema em estudo;
- f) incentivar pesquisadores para que estudem o modelo aqui proposto com a finalidade de melhorá-lo, para que no futuro, talvez se transforme numa proposta concreta.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sergio. **As desigualdades do brasil**. Revista Veja. Ed. 1684. Ano 34 - Nº 24. São Paulo: Abril, 2001.

ALMANAQUE ABRIL, 2000. 7. ed. São Paulo: Abril Multimídia, 2000.

ANTENORE, Armando. Folha de São Paulo. 31.10.1999.

BERNARDES, Betina. **Educação**. FOLHA DE SÃO PAULO, 30.12.98.

CAPRILES, René. **Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista**. São Paulo: Scipione, 1989.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Censo prévio do IBGE / 1996**. 12.08.97.

CHENIUX, S. **Trapaceados e trapaceiros: o menor de rua e o serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **O analfabetismo no Brasil**. Folha de São Paulo, 17.10.99.

Dossiê Anual do Educandário São Francisco. Piraquara, Paraná, 1999.

DREXEL, Jonh. **Criança e miséria: vida ou morte**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1989.

DUARTE, Ana Cristina. **Censo 2000**. GloboNews.com.

EDMUNDO, L. **Instituição: escola de marginalidade?** São Paulo: Cortez, 1987.

FALCÃO, Daniela. **Perfil do menor internado nos reformatórios brasileiros**. Folha de São Paulo. Da reportagem local. 18.08.97.

FOLHA DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 08.08.1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 29.11.1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 31.10.1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Evolução do salário mínimo no Brasil**. Da reportagem local. 27.02.2000.

FRANÇA, Ronaldo; CARNEIRO, Marcelo. **Fazer o bem**. Revista Veja. ed. 1621. Ano 32 – nº 43. São Paulo: Abril. 27.10.1999.

GOIS, Antonio. **Brasil campeão mundial de reprovação**. Folha de São Paulo, 01.03.2000.

GOMIDE, Paula. **Menor infrator: a caminho de um novo tempo**. Curitiba: Juruá, 1990.

_____. **Meninos de rua da cidade de Curitiba**. INTERNET. <http://www.mp.pr.gov.br/institucional/capoio/caopca/revigual/meninos.html>.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

INTERNET. <http://www.ibge.br>. Censo Demográfico 2000. IBGE.

INTERNET. <http://www.Geocities.com/CapitolHill/3385/inicio.htm>.

INTERNET. <http://sites.uol.com.br/rodrigosevero/aamru/projetos.htm>.

INTERNET. <http://www.abong.org.br>. **O Estudo sobre as Causas Estruturais e Conjecturáveis das Desigualdades Sociais e Apresentação de Soluções Legislativas para Erradicar a Pobreza e Marginalização, Redução das Desigualdades Sociais e Regionais**.

INTERNET. <http://www.catarse.org.br/oque.htm>.

INTERNET. <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br>.

INTERNET. <http://www.emmanuel.bio.br/index16.html>.

INTERNET. <http://www.geocities.com/CapeCanaveral/Hangar/2359/nuchorto.htm>

INTERNET. <http://www.Geocities.com/CapitolHill/3385/inicio.htm>. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Apresentação.

INTERNET. <http://www.ongba.org.br/axe/por/br-pinst.html>.

INTERNET. <http://www.saomartinho.org.br/histórico.htm>.

INTERNET. <http://www.uol.com.br/olodum/indexescola.htm>.

INTERNET. <http://www.abong.org.br>.

INTERNET. <http://www.aldeiasinfantis.org.br>.

INTERNET. <http://www.ipardes.gov.br>. Paraná: Highlights – Resumo Informativo 99 / IPARDES.

INTERNET. <http://www.magicwebdesign.com.br/casa>.

INTERNET. <http://www.pr.gov.br/darua>.

INTERNET. <http://www.pr.gov.br/fundepar>.

INTERNET. <http://www.geocities.com/FundacaoProfetaElias/OrHi.htm>.

INTERNET. <http://www.rebidia.org.br>. Pastoral da criança – CNBB.

KLINTOWITZ, Jaime. **Crime contra o futuro**. REVISTA Veja. ed. 1616. Ano 32 – nº 38. São Paulo: Abril. 22.09.1999.

LAHÓZ, ANDRÉ. **Lição de Casa**. Revista Exame. ed. 711. Ano 34. Nº 7. São Paulo: Abril, 2000.

LEITE Ligia. **A magia dos invencíveis: os meninos de rua na escola tia ciata**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LOZANO André; ROSETTI, Fernando. **Garotos perdidos**. Folha de São Paulo. 20.09.1998.

MAGNOLI, Demetrio; ARAÚJO, Regina. **Geografia geral e do brasil: paisagem e território**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MANACORDA, Mario. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MEDEIROS, Mariângela. **Rua dos Meninos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1992.

MOREIRA, Igor. **Geografia geral e do brasil**. 38. ed. São Paulo: Ática, 1998.

NASCIMENTO, Gilberto. **Infância: pesadelo sem fronteira**. Revista Isto É. Nº 1489. São Paulo: Três. 15. 04.1998.

NOVELLI, Lara de... et. al. **Violência: a rebelião da galera**. Revista Época. Ano II. Nº 63. Rio de Janeiro: Globo. 02/08/1999.

NUNOMURA, Eduardo; FRANÇA, Valéria. **Uma noite de fúria na febem**. Revista Veja. ed. 1622. Ano 32. Nº 44. São Paulo: Abril. 03/11/1999.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Da reportagem local. 02.11.97.

OLIVEIRA, Elvira de. **Você acha possível salvar os meninos de rua?** Revista Nova Escola. Ano IX. Nº 79. out. 1994.

PAIVA, Esdras. **O simples funciona: MEC revoluciona o ensino sem projetos mirabolantes.** Revista Veja. Ed. 1544. Ano 31. Nº 31. São Paulo: Abril, 1998.

PILETTI, Claudinho. **Filosofia da educação.** São Paulo Ática: 1990.

PILETTI, Claudinho; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1988.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999.

Projeto de Operacionalização da Internação Provisória – SAS –. Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de Umuarama, Paraná.

Projeto Sócio–Pedagógico da Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz. Cianorte, Paraná.

REIS, Carlos. **A outra face do crescimento econômico da América latina: a questão dos meninos e meninas em situação de rua.** Porto Alegre: Veritas. v. 42 – nº 1. Março/1997.

REVISTA Nova Escola, São Paulo: Abril, Ano XII, N.º 100, mar. 1997.

REVISTA Veja. Ed. 1184. Ano 24. São Paulo Abril.

REVISTA Veja.**Brasil: a chacina das crianças da candelária.** ed. 1298. Ano 26 – nº 30. São Paulo: Abril. 28.07.1993.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção.** Rio de Janeiro: Universidade Santa Ursula, 1993.

SADER, E; BIERRENBACH, M; FIGUEIREDO, C. **Fogo no pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SARTI ANDERSEN, Cynthia. **A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre.** Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. São Paulo, 5 (1/2), Jan/Dez – 1995.

SAVIANI, Demerval...et. al. **Filosofia da educação brasileira.** 5. ed. Rio de Janeiro: Afiada, 1994.

SCHNEIDER, Romy; BOARINI, Maria, L. **Criança de rua: um problema antigo numa situação nova.** Psicologia em Estudo. Departamento de Psicologia. Universidade Estadual de Maringá.. v. 2., Maringá, 1997.

SILVA, Roberto da. **Adolescentes: punir ou educar?** Revista Ciência Hoje. v. 27 – nº 157. Departamento de Educação. Universidade Sant’Anna – São Paulo. Janeiro/fevereiro de 2000.

_____. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.** São Paulo: Ática, 1997.

SUPLEMENTO DE EDUCAÇÃO. Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo. Março de 1997.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN R. **Introdução a los métodos cualitativos de investigação**. Barcelona: Paidós, 1992.

THURY, Altair; KACHANI, Morris. Quem sustenta a casa? REVISTA Veja. 1468. Ano 29 – nº 44. São Paulo: Abril. 31.10.1996.

TOLEDO, José Roberto. **A epidemia de violência no Brasil**. Folha de São Paulo, 17.10.1999.

TRIBUNA DO POVO. Ano XXVI. Nº 7.455. Umuarama, Paraná.

UNICEF no Brasil – Institucional. Internet: <http://www.unicef.org.br>.

VESENTINI, José. **Sociedade e espaço: geografia geral e do Brasil**. 39. ed. São Paulo: Ática, 1998.

VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da educação: reproduzir e transformar**. São Paulo: FTD, 1996.

VIOLANTE; M. **O dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor da FEBEM**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

XAVIER, Maria; RIBEIRO, Maria; NORONHA, Olinda. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CAMARGO, J. de. **Crianças na cidade: políticas públicas e universo cultural**. Cad. _
Pesq. São Paulo, 996.
- CARREÑO, Antonieta... et al. **La carrera de les profesores univertàries**. Institut de
Ciències de l'Educació de la Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona: Dona Carrera,
1998.
- CEBRAP / COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ A criança, o adolescente e a cidade. São Paulo:
Mimeo, 1974.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil**.
12. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no
Brasil**. 18. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FERREIRA, Rosa Maria. **Meninos da rua: expectativa e valores de menores
marginalizados em São Paulo**. São Paulo: CEDEC, 1979.
- FROTA, Teresa. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes. 1995.
- GARCIA, Walter E. **Propostas educacionais da instituições de menores carentes no
Estado de São Paulo**. Cadernos de pesquisa Fundação Carlos Chagas. São Paulo, nº 31, dez.
1979.
- GIOVINAZZO, Renata. **Focus Group em pesquisa qualitativa: fundamentos e reflexões**.
FEA Universidade de São Paulo. Vol. 2 - nº 4. out./nov./dez. 2001.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Normas técnicas para apresentação tabular da
estatística brasileira, revistas e atualizadas. O Trimestre, Belém, v.2, nº 4. out./dez.1999.
- LOUZEIRO, J. **Infância dos mortos**. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- MARQUES, J. B. J. **Marginalização: menor e criminalidade**. São Paulo: McGraw-Hill,
1976.
- MORAES, M. L. Q. de. **Infância e cidadania**. Cad. Pesq. São Paulo, 1994
- MULLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. **Normas e padrões para tese,
dissertações e monografias**. 3. ed. São Paulo: Ed. Universidade Estadual de Londrina, 2001.

O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÉREZ, Gloria. **Investigação cualitativa. Retos e interrogantes: I métodos**. 2.ed. Madrid: La Muralla, 1998.

_____. **Investigação cualitativa. Retos e interrogantes: II técnicas e análisis de datos**. Madrid: La Muralla, 1994.

RIZZINI, Irene. **Deserdados da sociedade: os meninos de rua da América latina**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitário, 1995.

RODRIGUES, Júlio. **Análise de dados qualitativos: Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sócias**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

ROSEMBERG, F. **O discurso sobre criança de rua na década de 80**. Cad. Pesq. São Paulo, 1993

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Universidade Federal do Paraná. Biblioteca Central. **Normas para a apresentação de trabalhos. Parte 2: teses, dissertações e trabalhos acadêmicos**. 6. ed. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1996.

ANEXOS

ANEXO A - Organização e estrutura do sistema regular de ensino brasileiro

G R A D A Ç Ã O	ENSINO SUPERIOR	Tempo de duração (segundo o curso)
		6º
		5º
		4º
		3º
		2º
1º		



EXAME VESTIBULAR
(ADMISSÃO)



Idade (Anos)	ENSINO MÉDIO	Série
17		3ª
16		2ª
15		1ª



Idade (Anos)	ENSINO FUNDAMENTAL	Série	
14		(2º segmento)	8ª
13			7ª
12			6ª
11		(1º segmento)	5ª
10			4ª
9			3ª
8			2ª
7		1ª	



Idade (0 – 6 Anos)	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	Anos de Estudo
-----------------------	----------------------	----------------

Anexo B - Distribuição das Instituições de Assistência Social Estudadas



Fonte: GuiaNet - Guia Internet Brazil ©1997 - 2002
 Info: guiagnet@guiagnet.com.br

- 1 - Aldeia SOS de Goioerê
- 2 - Programa Axé
- 3 - Casa de José
- 4 - Programa Catarse
- 5 - Programa Criamor
- 6 - Programa Emanuel
- 7 - Febem
- 8 - Escola Criativa Olodum
- 9 - Fundação Profeta Elias
- 10 - Centro Promocional Rainha da Paz
- 11 - Educandário São Francisco
- 12 - Sociedade de Beneficência São Martinho
- 13 - Programa Sapeca
- 14 - Serviço de Assistência Social - SAS